

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA-UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS-FFC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MONA CLEIDE QUIRINO DA SILVA FARIAS

**UMA SEMIÓTICA DA CULTURA PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:
bases teóricas e diretrizes de análise**



Marília, SP
2019

MONA CLEIDE QUIRINO DA SILVA FARIAS

**UMA SEMIÓTICA DA CULTURA PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:
bases teóricas e diretrizes de análise**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida.

Marília, SP
2019

monaquirino@gmail.com

F224s Farias, Mona Cleide Quirino da Silva
Uma Semiótica da Cultura para Organização do
Conhecimento : bases teóricas e diretrizes de análise / Mona
Cleide Quirino da Silva Farias. -- Marília, 2019
236 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Carlos Cândido de Almeida

1. Semiótica da Cultura. 2. Organização do Conhecimento. 3.
Bases semióticas. 4. Bases socioantropológicas. 5. Análise
semiocultural. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MONA CLEIDE QUIRINO DA SILVA FARIAS

**UMA SEMIÓTICA DA CULTURA PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:
bases teóricas e diretrizes de análise**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida
Universidade Estadual Paulista(UNESP) – Orientador

Prof.^a Dr.^a Camila Monteiro Barros
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Brígida Maria Nogueira Cervantes
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof.^a Dr.^a Maria Leandra Bizello
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Dr. Walter Moreira
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

UNESP, Campus de Marília, 21 de março de 2019.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Carlos Cândido de Almeida, “cabra arretado”. Obrigada por aceitar iniciar esta jornada que começou lá na graduação e hoje encerramos o ciclo com esta pesquisa. Grata por colaborar com minha formação, pelas conversas, pelos cafés, as risadas, os doces e, é claro, as sugestões e observações para a composição deste trabalho. Seguimos nos bailes da vida, pois nova ♪ aurora a cada dia. E há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flor, flor e fruto. ♪:

À banca, Maria Leandra Bizello, Camila Barros, Brígida Cervantes, Walter Moreira obrigada por aceitar o convite e poder compartilhar com suas análises e observações sobre o trabalho. Agradeço ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela oportunidade de poder fazer parte deste grupo enquanto discente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por me conceder o auxílio financeiro para desenvolver esta pesquisa por meio de concessão de bolsa.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação, pelas discussões e por proporcionar debates saudáveis e construtivos. Além dos cafés...

Gratidão por conhecer pessoas, compartilhar cultura e desenvolver laços de amizades, os quais somam ao meu aprendizado enquanto ser humano. Obrigada Luana Maia pelas mensagens de coragem que me motivaram significativamente.

Obrigada família, minhas mães (Maria da Dores e Girleide), meu pai (Juarez), apesar da distância estamos sempre firmes. Pai e mães, são de fato, ouro de mina. Ao meu esposo Ivo e meu pequeno Murilo, pelos estímulos, paciência e companheirismo. ♪ É só pensar em vocês que muda o dia... ♪ Obrigada Murilo e desculpa pelos momentos que te pedi um pouco, só um pouquinho de silêncio...

Ao amigos e amigas de risos, choros, das batucadas e tantas emoções que compartilhamos lá na terrinha...nas Alagoas! “Eu já estou com o pé na estrada, qualquer dia a gente se vê”...

Obrigada, um “**XERO**” bem “**ARROCHADO**”...!

Ai doutorado! tu és igual a rapadura...é doce, mas não é mole não...”

“A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo” (BENEDICT, 1972).

“O ponto de vista semiótico é a perspectiva que resulta de tentativa continuada de conviver de maneira reflexiva com as consequências de uma simples constatação: o conjunto de nossa experiência [...] é uma rede de relações sígnicas” (DEELY, 2005).

“[...] aquele que pensa teoricamente, contempla esteticamente e age eticamente” (BAKHTIN, 2010).

FARIAS, M. C. Q. da S. **Uma Semiótica da Cultura para Organização do Conhecimento: bases teóricas e diretrizes de análise**. Marília: 2019. 236f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2019.

RESUMO

O conhecimento é um elemento abstrato e individual, cuja manifestação acontece a partir das relações dialógicas estabelecidas em contextos históricos, sociais e culturais que compartilhamos. Organizar e representar conhecimentos, implica em uma tarefa semiótica de reconhecimento dos contextos, das linguagens, não apenas com a ideia de comunicar, mas como parte de processos sociais em transformação. A Semiótica da Cultura, como um campo de estudos da linguagem na cultura, isto é, na semiosfera cultural, nos permite revisitar alguns conceitos como a noção de cultura, linguagem, tradução, modelização e competência semiótica, nos propondo uma síntese destes, antes analisados por áreas como a Linguística, a Sociologia e a Antropologia. Com base nesses conceitos somado às reflexões socioculturais do campo da Organização do Conhecimento, buscamos saber como a Semiótica da Cultura pode colaborar com processos de organização e representação do conhecimento? Para isso sistematizamos as bases da Semiótica da Cultura para Organização do Conhecimento. A pesquisa é teórica, bibliográfica de natureza qualitativa. Partimos do método interpretativo para a análise de um instrumento de representação, o tesouro, tendo em vista que desenvolvemos nossas observações com base na literatura da Semiótica da Cultura e da Organização do Conhecimento. As reflexões elaboradas a partir das bases semióticas e socioantropológicas puderam evidenciar que os processos de representação precisam ser revistos no sentido de dar conta de modelos de representação que considerem os contextos das comunidades, sendo esta uma atitude ética para a organização do conhecimento. A representação ainda é limitada quando não reconhecemos as comunidades como protagonistas no fazer da representação. Os contextos necessitam ser reconhecidos, os sujeitos devem ser consultados e ainda não podemos nos limitar aos signos linguísticos, pois a cultura possui uma variação de linguagens que podem dar conta de representar as localidades. Portanto, a análise semiocultural nos indica que precisamos buscar a partir de uma competência semiótica a validação das comunidades, de seu conhecimento e dos fenômenos culturais para que possamos traduzir a cultura de modo que esta possa ser representada, não pelo olhar de quem elabora os instrumentos, mas da própria cultura. As diferenças precisam ser respeitadas pois as comunidades reúnem aspectos multiculturais e transculturais que descrevem a realidade. A semiótica da Cultura contribui para a Ciência da Informação e, em particular, para o campo da Organização do Conhecimento, pois há na Semiótica da Cultura conceitos que podem ser incorporados à organização e representação do conhecimento, para uma análise semiocultural dos fenômenos culturais e dos contextos das comunidades, viabilizando uma representação ética do conhecimento.

Palavras-chave: Semiótica da Cultura. Organização do Conhecimento. Bases semióticas. Bases socioantropológicas. Análise semiocultural.

ABSTRACT

Knowledge is an abstract and individual element, whose manifestation takes place from dialogical relations established in historical, social and cultural contexts which we share. Organizing and representing knowledge implies a semiotic task of recognizing language contexts not only with the idea of communicating, but also as part of a changing social process. The Semiotics of Culture, as a field of study on language in the culture, that is, in the cultural semiosphere, allows us to review some concepts such as the notion of culture, language, translation, modelling and semiotic competence, proposing a synthesis of them, which were previously analyzed by area such as Linguistics, Sociology and Anthropology. Based on these concepts and on the sociocultural reflections of the Knowledge Organization field, we seek to know how the Semiotics of Culture can collaborate with processes of organization and representation of knowledge. To that end, we summarized the basis of Semiotics of Culture for Knowledge Organization. The research is theoretical, bibliographic of a qualitative nature. We start from the interpretative method for the analysis of an instrument of representation, the thesaurus, considering that we developed our observations based on the literature of the Semiotics of Culture and the Knowledge Organization. The reflections elaborated from the semiotics and socio-anthropological bases could prove that the processes of representation need to be reviewed in order to handle the models of representation which consider the contexts of communities. This is an ethical attitude for the organization. Representation is still limited when we do not recognize the communities as the leading figures in the representation process. Contexts need to be recognized, subjects must be consulted and we cannot limit ourselves to the linguistic signs, since the culture has a range of languages which can represent the localities. Therefore, the semiocultural analysis shows that we need to seek the validation of communities, their knowledge and cultural phenomena from the semiotic competence, so we can translate the culture in a way it can be represented not by the perspective of the one who elaborates the instruments, but by the culture itself. The differences need to be respected as communities gather multicultural and cross-cultural aspects which describe the reality. The Semiotics of Culture contributes to Science of Information and, in particular, to the Knowledge Organization field as the Semiotics of Culture carries concepts that can be incorporated into the organization and representation of knowledge, for a semiocultural analysis of cultural phenomena and the contexts of communities, enabling an ethical representation of knowledge.

Keywords: Semiotics of Culture. Knowledge Organization. Semiotic Bases. Socio-anthropological Bases. Semiocultural Analysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Delineamento do problema, tese, hipóteses e objetivos.....	21
1.2 Justificativa.....	27
1.3 Escolhas metodológicas.....	31
1.4 Estrutura da pesquisa.....	35
2 O CAMPO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	36
2.1 Da Organização do Conhecimento.....	47
2.2 Das perspectivas socioculturais em Organização do Conhecimento.....	65
2.3 Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).....	85
3 SEMIÓTICA DA CULTURA.....	98
3.1 Objeto, campo e linhas de estudo.....	100
3.3 Linguagem e cultura.....	104
4 UMA SEMIÓTICA DA CULTURA PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	115
4.1 Bases semióticas.....	115
4.2 Bases socioantropológicas.....	149
4.3 Reflexões semioculturais dos tesouros	171
4.3.1 Concepção de cultura.....	174
4.3.2 Linguagem e tradução.....	191
4.3.4 Competências, interpretação e gestão semiótica.....	204
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS.....	213

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa doutoral desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), na linha de pesquisa “Produção e Organização da Informação”. Por um período, contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

A tessitura desta pesquisa é parte da convivência desde cedo com festividades culturais promovidas na cidade de origem de quem vos escreve, Maceió (Alagoas). Foram muitas as festas de “São João”, mais conhecidas na região Sul e Sudeste do Brasil como “festas Juninas” e, desde então, sem atentar para uma literatura que direcionasse para questões locais, foi possível reconhecer a cultura, suas formas, movimentos, cores e, principalmente, a musicalidade.

Logo, as manifestações culturais, como os folguedos, folias de reis, entre outras presenciadas em Maceió, foram determinantes para o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso¹ que fez perceber na Biblioteconomia, oportunidades de dialogar com os atores sociais, aqueles que vivem, tocam, sentem e disseminam as experiências culturais e, por conseguinte, o conhecimento produzido pelas comunidades locais. Além disso, a musicalidade encontrada nas esquinas maceioenses despertaram a noção do quão a cultura, as linguagens e o conhecimento borbulham de formas peculiares e sua organização cada vez mais se transforma em um turbilhão de experiências, de expressões as quais podem ser reconhecidas e melhor representadas.

De forma breve, foi assim que a presente pesquisa foi motivada, e com ela se desenvolveram as relações com a organização e representação do conhecimento, tendo em vista a compreensão dos contextos² culturais.

1 FARIAS, M. C. Q. da. S. **O guerreiro e a ação cultural**: um estudo dos equipamentos cultural destinados à promoção da cultura popular local. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Biblioteconomia). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 134f. 2010.

2 O entendimento de contextos nesta pesquisa está relacionado com o modo como os termos são designados para a representação de uma coletividade, de um grupo. A questão que nos move a ressaltar a necessidade de validação e reconhecimento dos contextos é para entender como as terminologias capturam o contexto para a definição de termos? Pois esses termos devem estar ajustados com a realidade da coletividade, as comunidades merecem se sentir representadas. De outro modo, a representação cai no vazio, replicando realidades inexistentes.

Assim, a organização do conhecimento enquanto um processo sobre o conhecimento não deve ser visto como um fenômeno recente. Ao longo da história da humanidade estamos sempre em busca de organizar nossos pensamentos, ideias, grupos sociais não apenas com o intuito de transmitir algo, mas para nos entendermos internamente.

Organizar ideias e elaborar conhecimentos com qualquer que seja a finalidade é um processo social e cultural da humanidade. Portanto, organizar o conhecimento é uma atividade cultural de caráter interdisciplinar (SIGEL, 2000).

As relações dadas nos diversos contextos sociais, históricos e culturais condicionam à organização dos nossos conhecimentos.

Entendemos o conhecimento como elemento abstrato e individual, mas que é transformado nas relações dialógicas estabelecidas nas sociedades e que sua comunicação implica na elaboração de discursos que evidenciam o caráter individual e coletivo do conhecimento.

Nesse sentido, a espécie humana elabora e organiza seus conhecimentos a partir do contexto que faz parte e sua comunicação depende da linguagem enquanto um processo social e dialógico de intercâmbio de significados.

A partir disso, entendemos que o conhecimento é um elemento custoso para a humanidade e no âmbito do desenvolvimento das ciências se torna objeto de diversas áreas e campos de estudo.

A questão sobre o que é conhecimento sai do nível do senso comum das sociedades (relacionado com a capacidade de desenvolver determinada atividade, conhecer e/ou saber sobre algo) para o nível de reflexão científica que lida com diversas interpretações conceituais e terminológicas a partir de um determinado campo científico³.

As tentativas de definição do conhecimento são inúmeras como, por exemplo, o conhecimento como resultado da cognição (FOGL, 1979), como algo que já foi “cozido” ou sistematizado (BURKE, 2003), como um produto social (BARITÉ, 2001),

3 Sobre “campo científico” tomamos como base a noção de campo empregada por Bourdieu (2004, p.20) que “[...] está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias”. Para Bourdieu (2004, p.21), “o campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve”.

resultado da relação entre sujeito e objeto (HESSEN, 2000) etc. Todas essas perspectivas demandam esforço de várias áreas e de pesquisadores em desenvolver teorias e metodologias que busquem elucidar o conhecimento.

Sabemos que no escopo teórico e conceitual da Ciência da Informação, “conhecimento” assim como o termo “informação” são alvo de difícil definição devido sua amplitude semântica e às diversas perspectivas, sob domínios e concepções de distintas áreas (SCHISSL; SHINTAKU, 2012).

Embora haja em muitas áreas distinções sobre ambos os termos, tem-se que à ideia de conhecimento “[...] a importância da elaboração e da classificação do conhecimento é um tema que se repetirá [...]”(BURKE, 2003, p.19).

Assim como conhecimento e informação, outros termos são considerados relevantes nas reflexões propostas na área da Ciência da Informação e, particularmente, pelo campo da Organização do Conhecimento.

Verificamos, com base na literatura da área da Ciência da Informação, o interesse em discutir temas que abrangem aspectos sociais, culturais e de linguagem, mais precisamente no campo da Organização do Conhecimento.

Tais discussões surgem com o desenvolvimento de pesquisas como as de Aquino e Santana (2013), Arboit (2017), Bräscher (2010), Dias (2015), Lara (2015), Lee (2015), Sá (2013), Sousa e Tolentino (2017), Tennis (2013) entre outras, que direta ou indiretamente se propõem a dar ênfase à organização e representação de conhecimentos que revelem de fato realidades culturais e sociais respeitando as peculiaridades simbólicas de determinadas comunidades.

Dessa maneira, evidenciamos que enfoques políticos, culturais, éticos e sociais ganham cada vez mais espaço na área da Ciência da Informação e que na Organização do Conhecimento são acolhidos, dando margem para o desdobramento de pesquisas já consolidadas (BARITÉ, 2001; OLSON, 2002; BEGHTOL, 2002, 2005; HJØRLAND, 2003, 2008; LÓPEZ-HUERTAS, 2008, 2013; GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011).

Além dos enfoques éticos, políticos, sociais e culturais, algumas perspectivas reforçam, por exemplo, um olhar humanista, como é o caso do trabalho elaborado por Saldanha (2011). Neste, o autor dá destaque ao humanismo como um elemento

norteador na constituição da epistemologia da Ciência da Informação, o que aponta a necessidade de rever, a partir das pesquisas da área, a prioridade aos fatores sociais envolvidos na organização dos saberes.

Entendemos que o olhar humanista para as questões da área realça as perspectivas linguísticas, sociológicas e antropológicas e, dessa forma, buscam dar evidência para os contextos socioculturais da produção do conhecimento.

Segundo Saldanha (2011, p.58) as propostas teóricas com um caráter humanista vêm crescendo na área da Ciência da Informação, como, por exemplo a “[...] Análise do Domínio, de Hjørland & Albrechtsen, a Antropologia da Informação, de Marteleto, a Cibersemiótica, de Brier, além da poli-representação de Ingwersen.” O pensamento humanista, desde 1990, vem demarcado pela presença de autores que buscam compreender a atividade científica por meio de sua complexidade, e não por sua naturalização.

Também reconhecemos que a Semiótica traz à Organização do Conhecimento várias contribuições, a saber nos trabalhos de: Almeida (2010, 2011), Sousa e Almeida (2012), Barros (2017), Barros e Café (2012), Café e Barros (2014), Mai (1997a, 1997b, 2001 e 2004), Monteiro (2006a e 2006b), Moura (2006, 2007 e 2011), Hjørland (2007), Thellefsen (2002, 2003, 2004), Thellefsen e Thellefsen (2004), entre outros.

No entanto, são várias as linhas da Semiótica como a: pragmatista estruturalista, hiperestruturalista, funcionalista, dos códigos, estruturalista e pós-estruturalista, discursiva e narrativa, semiótica da cultura que comentaremos a seguir.

A linha pragmatista, caracterizada pela teoria dos signos de Peirce (1839-1914), reconhecido como um dos fundadores da semiótica moderna, está baseada em princípios fenomenológicos, lógicos e cognitivos.

Um dos fundamentos dessa linha interpretativa da semiótica é que, além dos signos externos, esta considera as cognições, ideias, pensamentos e mesmo o homem como signos. Essa vertente americana da semiótica representada por Peirce se atém ao modo de produção do signo e sua relação com a realidade, por isso se caracteriza por uma semiótica lógica e filosófica.

A linha estruturalista possui como precursor Saussure (1857-1913) que com base nos fundamentos da linguística geral, traz no século XX os fundamentos da semiótica estruturalista. Esta linha difere tanto em seus fundamentos como em sua abordagem dos estudos do signo proposto por Peirce. Como extensão da linguística, Saussure denomina a semiologia como “[...] a ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social [...]” (SAUSSURE, 1970, p. 24). A característica da semiologia de Saussure é dada por sua compreensão do signo a partir de uma relação diádica, bilateral representados como **Significante** e **Significado**.

Vale destacar que a partir da década de 1980 desenvolve-se na Austrália a “semiótica social” ou conhecida como “sociosemiótica”, “ciência que analisa e estuda os signos na sociedade” (PIMENTA, 2007, p. 153).

Como precursor desses estudos sociosemióticos está Michael Halliday. No entanto, podemos inferir que esta sociosemiótica se assemelha à perspectiva semiológica destacada em Saussure.

Outra linha que na verdade é fruto das influências da vertente saussureana, é a semiótica hiperestruturalista de Hjelmslev (1899-1965). A linguagem é o objeto de estudo de Hjelmslev. No entanto, a língua, linguagem, sistema, estrutura e texto, são conceitos relevantes e necessários para esta perspectiva semiótica. Na perspectiva de Nöth e Santaella (2017, p. 114) “Estudar a linguagem como sistema de estruturas imanentes significa para Hjelmslev deixar os fenômenos 'não linguísticos' de lado.”

Também destacamos a semiótica funcionalista, ou ainda, uma vertente da semiótica teórica aplicada que se forma entre os anos de 1940 e 1980. Alguns nomes nesta linha semiótica são Eric Buysens, André e Jeanne Martinet, Luis Prieto e Georges Mounin e Umberto Eco.

Na semiótica funcionalista o conceito de função, mais especificamente, está para a função comunicativa dos signos, e ainda na proposta em verificar o objetivo e a finalidade do signo.

Apesar de Umberto Eco ter sido influenciado pela semiótica funcionalista, este teve ainda a influência da teoria da informação e da engenharia de comunicação.

Na linha que se refere à semiótica dos códigos, Eco e outros semioticistas se fazem presentes, como Barthes, Prieto e Jakobson. O objeto de estudo dessa linha,

particularmente com as reflexões de Eco, são os códigos. Os códigos estudados por Eco buscam *a priori* uma definição de código que abranja dois sentidos: o dos códigos primários e dos códigos secundários.

O conceito de código nessa perspectiva semiótica é apresentado com duas ideias, de códigos primários e secundários.

Os códigos primários são os códigos da criptografia (código binário, código morse, código postal etc.) e os secundários se caracterizam por uma coleção de leis, como (código civil, código de trânsito, código genético etc.

Na linha da semiótica estruturalista e pós-estruturalista, destacamos Roland Barthes (1915-1980). Assim como Nöth e Santaella (2017, p.182-183), entendemos que o que marca a “virada do estruturalismo para o pós-estruturalismo” em Barthes é que este “[...] abandona sua interpretação crítico-ideológica da conotação, uma vez que começa a duvidar de que efetivamente exista um nível significativo como o da denotação, livre de ideologia.” Em outras palavras, na fase estruturalista de seu estudo semiótico, desenvolve uma semiótica narrativa e, na fase pós-estruturalista, “[...] seu princípio interpretativo direciona-se contra a teoria monossêmica da codificação complexa dos textos literários.”

No seu estudo sobre “Elementos de Semiologia” de 1964, Barthes define a semiologia como uma translinguística, isto é, uma ciência com propriedade para estudar as grandes unidades significantes do discurso, assim como a fonologia, morfologia e sintaxe. Barthes, em contraste com Saussure, entende a semiologia translinguística como um ramo da Linguística.

Quanto a Algirdas J. Greimas (1917-1992), temos a semiótica narrativa, estruturalista e de influência no Brasil. Vale destacar a obra “*Semântica estrutural*” (1966), onde Greimas introduziu uma semiótica influente e que se tornou o núcleo de estudo na Escola de Paris. Para Greimas, denominava sua teoria como um projeto semiótico.

A perspectiva greimaseana se caracteriza como uma semiótica discursiva. De acordo com Nöth e Santaella (2017, p. 188), “Seu ponto de partida é a tentativa de aplicar métodos de pesquisa da linguística estrutural à análise do texto, que Greimas define como discurso.”

Por fim, outra linha interpretativa que envolve os estudos da semiótica é a semiótica da cultura. Um dos teóricos precursores dessa linha foi Iúri Lotman (1922-1993).

Nessa perspectiva semiótica verificamos o uso de metáforas e estas podem ser descritas em Lotman (1990, p. 213), quando diz: “Nós somos tanto um planeta na galáxia intelectual quanto a imagem de sua universalidade”.

Um conceito norteador para a Semiótica da Cultura é a “Semiosfera” que é base para o desenvolvimento da sua teoria da metáfora, que desenvolve para descrever as metáforas de poetas e romancistas e também da própria prosa semiótica.

Lotman (1999, 1990, 2003) entende a semiosfera como um espaço em que se desenvolve os sistemas de signos da cultura. A semiosfera definida por Lotman se trata de um sistema autorreferencial. É uma descrição coerente da cultura no estágio em que cultura cria e é criada pela cultura.

Vale destacar que, embora Lotman seja reconhecido como o representante maior da linha da Semiótica da Cultura, o campo da Semiótica com os estudos russos sobre os mitos, a cultura, a linguagem etc. desenvolveu suas investigações que somam reflexões de outras linhas da semiótica.

Tendo em vista todas as linhas da semiótica citadas entendemos que cada uma destas, com seus fundamentos e objetivos, foram e ainda são importantes para os estudos da semiótica.

No entanto, ao buscar uma investigação que permita a análise de questões socioculturais – as quais estão imbricadas na organização e representação do conhecimento –, poderíamos tomar como base as vertentes e/ou linhas semióticas de Saussure (1857-1913), com a fundamentação linguística que explica a ação dos signos na sociedade, e a introduzida por Peirce (1839-1914), com a fundamentação lógica da teoria dos signos.

Para tanto, por mais que ambos os teóricos e suas respectivas linhas semióticas tenham contribuído para a compreensão de cultura como um código composto de simbologias, para o contexto desta investigação consideramos que a Semiótica da Cultura é um suporte teórico e conceitual necessário para a análise

das perspectivas socioculturais na Organização do Conhecimento.

Tais perspectivas correspondem a investigações que ressaltam a necessidade em compreender a cultura e o contexto das comunidades discursivas. Tais investigações desencadeiam questões de ordem ética, multilíngue e antropológica (FARIAS; ALMEIDA, 2015, p. 604-605).

A Semiótica da Cultura, também conhecida por Semiótica Soviética, iniciou suas primeiras perspectivas de estudo na Escola de Tártu-Moscou, na Estônia, em meados da década de 1960. Desenvolveu as diversas reflexões sobre sistemas de signos: texto, códigos, linguagens etc. Entendemos que o desenvolvimento de pesquisas advindas dessa escola se dá pela fato do campo ter compartilhado diálogos com as diversas disciplinas e correntes semióticas.

Este campo de estudo possui caráter transdisciplinar e dialoga com diversas disciplinas como a Teoria Literária, Linguística estrutural, Semiótica, Crítica da Arte, Cibernética, Teoria da Informação e da Comunicação, Antropologia, Etnologia etc.

Entendemos que esta perspectiva cultural dos signos nos sugere um aprofundamento das noções de linguagem e cultura, que estão além de perspectivas sociológicas e antropológicas, e que se encontram imbuídas em estudos da Organização do Conhecimento, principalmente em temáticas que se caracterizam por sua dimensão sociocultural.

No entanto, reconhecemos que a “cultura” e “linguagem” protagonizam debates à representação e organização do conhecimento.

A cultura consiste num sistema semiótico complexo, pelo qual os demais sistemas como as línguas⁴, os textos, os códigos e as linguagens se relacionam. Cultura é ainda informação que, a partir de seus sistemas de signos, potencializa a construção de conhecimentos, obedecendo a dinâmica dos contextos no qual a cultura é parte.

Para a Semiótica da Cultura, cultura é um texto criado e desenvolvido a partir da conceptualização de códigos culturais e linguagens e, portanto, se desenvolve no

4 De um ponto de vista linguístico Saussure (1970, p. 17), diz que “[...] a língua constitui algo adquirido e convencional [...]”. A concepção de língua, enquanto instituição social segundo este autor, potencializa a criação de linguagens e, sob este aspecto, consideramos também sua relevância assim como seu caráter comunicativo em contextos híbridos.

espaço semiótico, compreendido como a semiosfera.

Na Semiótica da Cultura as linguagens são entendidas como sistemas de signos (MACHADO, 2007) e são expressas através de uma imagem, de um som, de um gesto, da palavra, de um monumento etc.

As linguagens são dispositivos mediadores do texto produzido na cultura e, dessa maneira, correspondem ao contexto amplo da cultura, reconhecendo tanto a diversidade cultural quanto a diversidade linguística existente nas comunidades.

A ideia de diversidade cultural não pode ser entendida separada da concepção de cultura, tendo em vista que não há apenas uma cultura e sim diversas e por isso quando dizemos que na diversidade cultural devemos entender que implica na capacidade que as pessoas possuem de criar sistemas simbólicos complexos para se socializar. Entendemos que a diversidade linguística implica na existência de línguas distintas.

O fenômeno da cultura e da linguagem é elemento que interage entre si, pelos quais é possível a representação de conhecimentos, sendo necessário atentar à dimensão e ao impacto da representação para que os contextos em que grupos e comunidades vivenciam sejam contemplados além de considerar os níveis de transculturalidade estabelecidos entre culturas distintas.

A transculturalidade ocorre num ambiente de dialogismo cultural, desvinculada de uma base territorial e busca transcender as diversas culturas, as quais encontram-se em processos de incompletudes culturais. A transculturalidade se utiliza de atuais artefatos tecnológicos de uma maneira agregada e adaptada para a produção, a difusão, o compartilhamento e a preservação de diversas culturas.

Entendemos que a ênfase dada às concepções cultura e linguagem a partir da Semiótica da Cultura, além de outras que repertoriam a análise semiótica, são necessárias às análises socioculturais no contexto da Organização do Conhecimento, por isso, merecem ser investigadas.

Sob esta afirmativa, defendemos que as linguagens reconhecidas nos mais diversos contextos culturais são também instrumentos de representação.

Vale ressaltar que as formas existentes de linguagens (visual, verbal, sonora,

arquitetônica etc.) são necessárias para a compreensão da cultura em seu sentido plural. A cultura nos possibilita multiplicidades de linguagens e estas contribuem na socialização de outras culturas e do conhecimento produzido nas mesmas.

As linguagens podem atuar tanto como mediações, promovendo comunicações entre culturas, como também enquanto sistemas semióticos de decodificação da informação. Todos os tipos de linguagens denominadas acima, independente da forma como se apresentam são também linguagens de representação.

A cultura enquanto universo simbólico e representativo do conhecimento possui a capacidade de criar e desenvolver linguagens o que favorece a dinâmica da mesma e suas possíveis relações interculturais.

As relações interculturais implicam no respeito entre culturas distintas e está conectada com a ideia de interculturalidade que caracteriza-se com a interação entre culturas.

Compreender cultura e linguagem é relevante não somente para representação de contextos culturais e linguísticos, mas também para verificar como ocorrem processos de tradução que possam desencadear análises intersemióticas, isto é, de interpretações de signos verbais a partir de sistemas de signos não-verbais (JAKOBSON, 1995, p. 65).

No contexto dessa pesquisa, o termo “tradução” é compreendido como uma ação semiótica que viabiliza tanto a interpretação como a compreensão da cultura e todo seu sistema de signos.

Vale mencionar que nos contextos culturais a tradução é compreendida em seu aspecto semiótico e permite apresentar uma variedade de elementos simbólicos que são passíveis de análises críticas e interpretativas.

Tal caráter semiótico da tradução poderia favorecer o contexto da representação do conhecimento, no que se refere à garantia cultural (BEGTHOL, 2002) que implicaria tanto a interpretação como a manutenção dos aspectos da cultura, que busque evidenciar as particularidades culturais de uma comunidade (BARITÉ, 2011).

Ao investir a tradução com esse viés semiótico, é possível refletir sobre a

valorização dos contextos culturais para o desenvolvimento e utilização de atividades de tradução que auxiliem no reconhecimento dos contextos culturais e linguísticos de comunidades em vista de possibilitar a organização e representação do conhecimento.

As perspectivas socioculturais, presentes em diversas áreas de pesquisa, fornecem aos estudos da Organização do Conhecimento, direta ou indiretamente, a revisão das bases teóricas e conceituais advindas de outros campos do conhecimento e, com isso, pode ampliar as análises no que concernem as questões éticas, sociais, políticas e culturais que envolvem a organização e representação do conhecimento.

Dito isto, reforçamos que as perspectivas semióticas protagonizam as problemáticas investigadas no escopo da Organização do Conhecimento.

Para tanto, entendemos que se deve adotar uma perspectiva semiótica sobre os fenômenos da cultura, dos códigos, das linguagens, das traduções etc., enquanto sistemas semióticos, para que seja possível uma análise de cunho semiocultural para os diversos contextos em vista de sua utilização em processos de organização e representação do conhecimento.

1.1 Delineamento do problema, tese, hipóteses e objetivos

Partindo do pressuposto de que cada cultura influencia a organização e representação de conhecimentos, entendemos que a cultura como um espaço amplo permite, via seus sistemas de signos, o compartilhamento de informações dentro e fora das fronteiras estabelecidas culturalmente.

Cultura e demais sistemas de signos, como, por exemplo, a linguagem, podem ultrapassar fronteiras multiculturais e alcançar, em certa medida, uma transculturalidade que atualmente já é permitida não somente nas relações físicas entre grupos e comunidades, mas em espaços virtuais a partir da inserção de diversas tecnologias que potencializam as formas de comunicação.

A ideia de multicultural se refere à uma sociedade que possui de vários grupos culturais, étnicos. No contexto multicultural, as pessoas convivem junto, mas

cada grupo cultural não se integram por completo, isto é, não estabelecem necessariamente relações diretas entre si.

Por exemplo, em uma mesma cidade e/ou região as pessoas podem frequentar ambientes culturais distintos, supermercados, livrarias, restaurantes, mas não compartilham com os valores, hábitos, crenças da cultura que faz parte e por isso não interagem de forma direta com a outra cultura. A ideia de multicultural está conectada com a concepção de multiculturalismo.

Para Coelho Netto (2012, p. 283) em meados da década de 1980, mas especificamente nos Estados Unidos e na Europa, o termo multiculturalismo indica um novo modo de interação entre grupos étnicos e entre culturas distintas dada pela orientação religiosa, pelo sexo etc. O autor destaca que sob o aspecto étnico, o termo faz referência à lutas de minorias raciais em busca de uma política de igualdade, de oportunidades marcada em movimentos dos anos de 1960 nos Estados Unidos.

No entanto, Coelho Netto (2012, p. 285) destaca que o termo multiculturalismo indica dois olhares um “positivo” e outro “perigoso”.

Positivo “[...] quando permite à sociedade refletir sua diversidade em todos os níveis e propicia a igualdade de oportunidades para todos os grupos que a compõem. E torna-se perigoso quando instrumentaliza as minorias com o conhecimento de uma única cultura e um único código de tradições, tornando esse grupos despreparados para competir com os grupos dominantes da sociedade que detém o conhecimento central exigido para a sobrevivência.”

Por outro lado, a ideia de transculturalidade implica no reconhecimento da hibridade cultural que pode ser compartilhada entre as mais variadas fronteiras culturais distintas. Coelho Netto (2012, p. 377 grifo do autor) explica o fenômeno da transculturalidade com base na cultura e por isso diz que:

Culturas como a brasileira constituem-se na intersecção de diferentes espacialidade e temporalidades que encontram num dado **território um ponto de** coexistência sincrônica. Resultam da justaposição e da interação entre diferentes **modos culturais**.

A cultura torna-se um elemento global, mas em algumas situações persiste em manter sua identidade e tais identidades são traçadas por uma pluralidade de

simbologias, de costumes, crenças, hábitos, linguagens. etc.

Para Canclini (1995, p.151), as identidades são narrativas que se constroem e reconstroem, mas “na medida em que são híbridas, dúcteis e multiculturais” incluem a presença de conflitos de nacionalidades, etnias, gêneros, constituindo-se em representação e ação.

Tal reflexão nos permite dizer que cultura e linguagem podem potencializar formas de organização e representação do conhecimento tendo em vista as peculiaridades culturais dos grupos e/ou comunidades em questão.

Destacamos ainda que o conhecimento nem sempre é mediado de forma harmoniosa entre os grupos e comunidades culturais distintas, pois o fenômeno da estranheza implica a rejeição de determinados conhecimentos e, conseqüentemente, modos culturais.

Costumes, crenças, mitos, religiões etc., revelam também as limitações culturais e linguísticas como o uso de línguas e de códigos culturais que dificultam não só a comunicação, mas principalmente, processos de tradução de culturas.

Vale destacar que os processos e/ou prática de tradução ao longo da história da humanidade foram travados por uma diversidade de interesses políticos, econômicos e religiosos⁵.

Embora as atividades de tradução sejam complexas a ponto de interferir e ser interferida por ideologias diversas, defendemos que o conhecimento é uma construção individual e coletiva, pois implica em um processo subjetivo, mas que é transformado nas relações, tendo em vista a dinâmica dos contextos. Tais contextos permitem refletir sobre a produção de informação e de conhecimento, os quais podem vir a ser reconhecidos como elementos de democratização das culturas.

Esta é mais uma das razões que nos mobiliza em insistir na revisão sobre algumas concepções como: cultura, linguagem, códigos, tradução, competência semiótica, pois estas nos condicionam enquanto pesquisadores e profissionais da informação em meio a uma sociedade cada vez mais plural.

Embora alguns conceitos tenham sido desenvolvidos e discutidos a partir de ciências como a Sociologia, Antropologia e Linguística, entendemos que estes

5 Ver a obra de BURKE, P.; HSIA, R. PO-CHIA (Orgs.). **A tradução cultural nos primórdios da Europa moderna**. São Paulo:Editora UNESP, 2009.

podem ser revisados e reelaborados no campo da Organização do Conhecimento, por meio de uma perspectiva semiótica da cultura tendo em vista auxiliar em análises de organização e representação do conhecimento com base em reflexões socioculturais.

Desse modo, o problema que norteia esta pesquisa, é saber: como a Semiótica da Cultura pode colaborar com os processos de organização e representação do conhecimento?

No desdobramento dessa questão principal temos outras que complementam o problema de pesquisa.

- Definir quais conceitos podem auxiliar os processos de análise e avaliação de um Sistemas de Organização do Conhecimento, o tesouro?
- Que bases teóricas podem colaborar para a constituição de uma perspectiva da Semiótica da Cultura aplicável à Organização do Conhecimento?

Por meio dessas questões, buscamos desenvolver análises na tentativa de fornecer subsídios para posteriormente poder colaborar com uma contribuição de caráter aplicado ao campo da Organização do Conhecimento.

Diante das questões de pesquisa, defendemos a seguinte tese: a Semiótica da Cultura e seu arcabouço conceitual, aliada com as perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento, possibilitam o reconhecimento de contextos culturais representados no intuito de favorecer, não somente uma representação da realidade, mas de possibilitar a identificação de diversas culturas.

Para isso, desenvolvemos algumas hipóteses:

1- A linguagem atua não apenas como um elemento de organização e representação de conhecimentos, mas também como um sistema de comunicação que viabiliza a recuperação da informação e, por sua vez, necessitam interpretações semióticas que possibilitem compreendê-la além da perspectiva linguística e que dessa maneira permita abranger as alternativas de tradução da cultura.

Esta mesma linguagem possui tipos, isto é, não estão restritos a linguagem natural⁶, ou artificial, mas compõem outro aspecto – com base nos pressupostos da

6 O termo “linguagem natural” foi elaborado por Ranganathan para se referir a linguagem desenvolvida em comunidade, isto é de natureza não científica. A partir disso Ranganathan buscava distinguir a linguagem natural da notacional sendo esta última uma linguagem simbólica

Semiótica da Cultura – como as linguagens secundárias (música, arte, literatura, os mitos e lendas etc).

2- Defendemos que as linguagens descrevem e representam simbolicamente a cultura. A ideia de cultura deve ser compreendida, analisada e ressignificada tendo em vista uma perspectiva transdisciplinar e para isso é necessário entender que uma compreensão reduzida da cultura invalida as questões que a envolve, no contexto histórico, sócio e cultural.

As reflexões em torno da concepção ampla de cultura envolve para Beghtol (2002) os valores e compartilhamento da história, da língua, da memória coletiva, assim como das atitudes e práticas entre demais valores que se encontram imbuídos em uma cultura.

Nesse aspecto, entendemos que a “gestão semiótica” (MACHADO, 2008) – enquanto ato de compreensão dos diversos complexos sígnicos – como, por exemplo, a cultura, pode nos auxiliar na interpretação da mesma e de como esta se relaciona por meio dos espaços culturais para que possamos compreender ainda como exercem significados a partir de um determinado contexto de leitura, ou seja, de análise dos signos da cultura.

3- A representação não segue apenas por uma lógica sistemática e racional, isto é, não é traduzível literalmente em determinados contextos, mas permite aproximações que resultam em réplicas desenvolvidas a partir dos signos culturais, representados nas relações interculturais.

Segundo Lefebvre (1983, p.99) a representação é “uma presença na ausência”. Pois os signos, as crenças, as visões de mundo, que se representam são, na maioria das vezes, ausentes, presentificado. “As pessoas se representam a si mesmas através daquilo que lhes falta ou acreditam faltar” (LEFEBVRE, 1991, p.20). Para Santaella e Nöth (1999, p. 16), o próprio conceito inglês “*representation(s)*”, ao ser concebido como sinônimo de signo, explica a concepção de “representação”.

com base em padrões de códigos representativos com a capacidade de traduzir uma ideia em estado puro gerada na consciência individual. Para a autora, Ranganathan acreditava a partir da linguagem notacional uma ideia individual poderia ser comunicada com mais precisão do que pela linguagem natural. (RAFFERTY, 2001, p. 182)

A concepção de representação a partir de Peirce (CP 2.273), é a apresentação de um objeto a um intérprete de um signo ou a relação entre o signo e o objeto. Peirce define representar como “estar para”: o signo, para certos desígnios e relacionando-se a outra entidade, é tratado por alguma mente como se fosse aquilo que ele representa.

A representação pressupõe o conhecimento mínimo sobre o contexto das comunidades e implica uma ação interpretativa da cultura.

4- A interpretação não está desconectada da noção de interpretante sugerida por Peirce, vista como um elemento fundamental para compreender a complexidade do universo dos signos. O interpretante representa, na concepção semiótica de Peirce, a função interpretativa do signo (SILVEIRA, 2007).

Organizar e representar o conhecimento, e simultaneamente, a cultura consiste em “atos dialógicos” que sofrem influências de discursos externos e internos, tendo a clareza de que as ações de organizar e representar correspondem às respostas sobre os “discursos externos e internos” (ARBOIT, 2014, 2017). Portanto, as representações implicam uma parcela daquilo que está exposto na realidade.

Não se pode afirmar que determinados termos e/ou conceitos possam ser representados de modo universal, pois é primordial aceitar e respeitar as peculiaridades culturais. Com base nisso, consideramos que o conceito não deve ser tido como algo fixo e imutável.

Verificamos que concepções como cultura e linguagem, assim como a noção de representação, são desenhados nos estudos das perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento, com objetivos particulares para destacar questões éticas e multiculturais e, por sua vez, concentram-se não apenas nas discussões de garantia cultural, da metalinguagem do transculturalismo, etc., mas também são parte de reflexões semióticas que se somam às questões socioculturais do campo da Organização do Conhecimento.

Por isso, mais do que delinear perspectivas socioculturais, é necessário compreendê-las a partir de um olhar semiótico que subsidie a ampliação dos olhares antropológicos e linguísticos na Organização do Conhecimento, no intuito de

rever métodos adotados pela organização e representação do conhecimento.

Abaixo seguem os objetivos, geral e específicos, delineados para auxiliar a verificação das hipóteses.

O nosso objetivo geral é sistematizar as bases teóricas e diretrizes de análise da Semiótica da Cultura para o campo Organização do Conhecimento. Para isso indicamos quatro objetivos específicos, a saber: revisar os conceitos centrais da Semiótica da Cultura; relacionar fenômenos semióticos na organização e representação do conhecimento; Identificar os fundamentos teóricos das perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento e por último, analisar Sistemas de Organização do Conhecimento (tesauro) segundo diretrizes da Semiótica da Cultura.

1.2 Justificativa

Na medida em que as comunidades compartilham diversos elementos culturais, as mesmas ingressam em processos de hibridação. Corresponde a processos culturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam, gerando novas estruturas, objetos e práticas (CANCLINI, 2008). Em outras palavras, as mesclas culturais se desenvolvem em novas formas e modelos que evidenciam o caráter diversificado de grupos e comunidades.

Um exemplo disso, pode ser destacado a partir da miscigenação, enquanto um processo genético e cultural, da mistura entre duas raças (do negro com o índio, resulta em cafuzo; do negro com o branco, dar-se o mulato etc). Na cultura popular também podemos verificar tal mistura, mais precisamente nos fenômenos folclóricos, onde há nas indumentárias características mouras, mas que se misturam a música e danças particulares da cultura popular brasileira.

As linguagens são fundamentais para que a cultura venha a se desenvolver em processos de hibridação, tendo como objetivo representar a sua pluralidade. As linguagens atuam como veículos comunicadores entre os grupos e entre as comunidades e também desempenham o papel de elemento mediador, provocando diálogos entre sujeitos que compartilham interesses comuns no intuito de produzir

trocas culturais e de socialização de conhecimentos.

A cultura possui a característica de integrar sociedades, grupos e comunidades com base em seus contextos, ela propicia a mediação, pois é mediadora das trocas simbólicas e de experiências permitindo o diálogo entre os sujeitos. A cultura interage nas fronteiras, ao passo que também impõe que seus limites sejam assimilados por meio dos códigos. Para tanto, com o reconhecimento e o uso de linguagens é possível construir e socializar conhecimentos.

O conhecimento do sujeito é alterado e revisto a partir da interação social. Tal interação é estabelecida nos contextos socioculturais e por isso é necessária a identificação dos mais variados contextos para que possamos traçar análises dos mesmos, pois o ser humano, enquanto ser histórico, social e cultural, precisa ser representado com base em seus múltiplos contextos e assim poder construir e alterar individual e/ou coletivamente seu cotidiano, seu repertório de conhecimentos.

Entendemos que os contextos socioculturais representam tanto a configuração social como a cultural em que os sujeitos estão inseridos. Isso implica no reconhecimento das tradições, das linguagens, na determinação da classe social, das condições econômicas, nos valores, nos hábitos, nas crenças, nas relações humanas, etc. Tudo isso influencia na organização e na produção de conhecimentos.

Ao ter clareza de que o conhecimento é decorrente das nossas relações sociais, políticas e culturais em contextos híbridos e que este influencia direta e indiretamente o cotidiano das pessoas.

O tema desta pesquisa é resultado de sua relação social e cultural derivada de uma convivência que *a priori* é condicionada por sua proximidade com a pluralidade cultural, especialmente a artística, existente no contexto histórico da pesquisadora.

No âmbito acadêmico, o interesse pela temática surge na graduação no curso de Biblioteconomia concluído na Universidade Federal de Alagoas, em 2009, onde o trabalho final dissertou sobre a cultura local. Tema este que subsidiou diretamente o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, que, embora não discutisse especificamente sobre cultura local e manifestações culturais, se propôs a seguir a

perspectiva sociocultural no campo da Organização do Conhecimento.

A pesquisa visa dar continuidade ao tema da Semiótica da Cultura, no intuito de situá-lo nas reflexões sobre a organização e representação do conhecimento. Pois, assim como outras linhas semióticas, dialogam e influenciam o desenvolvimento do campo da Organização do Conhecimento. Acreditamos que a Semiótica da Cultura também possa fazê-lo.

Esta pesquisa fundamenta-se em trabalhos anteriores (FARIAS; ALMEIDA, 2013; FARIAS, 2014; FARIAS; ALMEIDA, 2015), os quais destacaram tanto as perspectivas socioculturais como o campo da Semiótica da Cultura. Além disso, outros mais colaboram com o desenvolvimento desta investigação como, por exemplo, Farias e Almeida (2016), em que apresentam a concepção de desclassificação⁷ de García Gutiérrez. Nesse trabalho, tratamos de discutir a desclassificação e sua vinculação com a Semiótica da Cultura.

Buscamos o aprofundamento das temáticas mencionadas, aliadas a outras que cobrem a literatura da Organização do Conhecimento, principalmente aquelas cujo enfoque é mareado pelas perspectivas socioculturais em colaboração com as concepções culturais dos sistemas de signos e de linguagem examinadas por meio da Semiótica da Cultura.

Outro aspecto que justifica tal pesquisa é a relação com os estudos que evidenciam o caráter social da Ciência da Informação (CAPURRO, 2003) na discussão do paradigma social, no qual considera o sujeito e seus contextos para o desenvolvimento de estruturas de recuperação da informação, além das questões humanistas ressaltadas por (SALDANHA, 2011) nos estudos da Ciência da Informação, e que caracterizam a tendência epistemológica da área, justificando a necessidade de um ponto de vista pragmático, a vertente social, contextual e da linguagem na Organização do Conhecimento.

De modo específico, este estudo buscou contribuir com o campo da Organização do Conhecimento a partir do diálogo com uma linha de investigação da

7 García Gutiérrez (2011, p.10, tradução nossa) afirma que a desclassificação supõe a introdução do pluralismo como núcleo lógico do processo de classificação. Trata-se de uma operação metacognitiva e não simplesmente automática que, em cada momento, requer uma consciência de incompletude, assim como de vieses e subjetividade.

Semiótica, especialmente a Semiótica da Cultura.

Dessa maneira, reconhecemos a Organização do Conhecimento como campo que implica processos de mediações. O termo mediações, na Organização do Conhecimento, está interligado com os processo de representação e organização do conhecimento por meio das contribuições das dimensões conceituais, culturais e profissionais (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015).

Portanto, as mediações são possíveis e poderão, a partir do diálogo teórico e conceitual, colaborar com diversas pesquisas sobre as questões culturais na área da Ciência da Informação.

Na Ciência da Informação há trabalhos voltados a este objeto, tais como: Barát (2008); Beghtol (1986, 1995, 2001, 2002, 2005); Bravo (2006); Campbell (2000, 2010); Dal' Evedove (2014); García Gutiérrez (1998, 2002a, 2002b, 2002c, 2004, 2006, 2008); Guimarães (2005); Guimarães e Milani (2010, 2011); Guimarães e Pinho (2008); Hjørland (2003, 2007a, 2007b, 2010, 2013); Hudon (1997, 1999, 2003); López-Huertas (2006, 2008, 2010, 2013); Milani (2010); Moura (2007); Pinho (2006, 2010) entre outros. Estes colaboram com esta proposta de pesquisa, tendo em vista que revelam uma tendência de investigação no campo da Organização do Conhecimento.

Com base nesse panorama, o estudo visa colaborar com os pesquisadores da área buscando contribuir no delineamento de pesquisas cujos interesses teórico e prático reconhecem as culturas e os contextos sociais como referências na produção e organização do conhecimento.

Vale ressaltar que a dinâmica cultural existente nas sociedades nos permite verificar que em cada canto há características distintas como também de modelos de comunicação do conhecimento, pois na medida em que uma determinada cultura busca assimilar elementos de outra, ela também abre mão de determinadas características da cultura alheia.

A fronteira cultural estabelecida entre culturas distintas é um mecanismo de resistência na intenção de se preservar a identidade cultural de grupos e comunidades. Atrelado à concepção de fronteira, temos a liminaridade – espaço de trânsito, de fluidez, de contato entre sistemas semióticos –, que representa a “[...]”

tudo o que vive em fronteiras no espaço dialógico” (MACHADO, 2003, p.161).

O termo “fronteira” define-se como um mecanismo de semiotização com a capacidade de traduzir mensagens externas em linguagem interna, transformando a informação (não-textual) em texto. Nesta perspectiva de fronteira, a quantidade se transforma em qualidade, ou seja, em sistema semiótico qualificado (MACHADO, 2003, 2013).

Reconhecemos que há fronteiras culturais, linguísticas e estas delimitam processos de transculturalidade, isto é, de mescla e hibridação cultural. Porém, o sentido de fronteira não é meramente um divisor. A fronteira possibilita as trocas culturais, no entanto, alguns sistemas de signos podem não ser interpretados de forma literal.

É necessário respeitar os contextos e reconhecer as diferenças de grupos e comunidades, mas como organizar e representar tais diferenças, de modo democrático e ético? Tal questão vale para refletirmos sistemas específicos de organização do conhecimento como os tesouros, as classificações, as taxonomias e as ontologias.

Sabemos que é na fusão entre culturas que se constrói conhecimentos, mas há limites a serem respeitados, pois a questão da identidade implica o domínio de linguagens e dos modos de cultura, tendo em vista que ainda prevalece no contexto brasileiro e em tantos outros como um elemento que, na maioria dos casos, resiste a políticas de globalização cultural.

1.3 Escolhas Metodológicas

O objetivo desta seção é apresentar o delineamento metodológico da pesquisa, assim como sua caracterização, corpus e as ações traçadas para o desenho deste estudo.

Esta pesquisa possui caráter teórico (ECO, 1993) e também a classificamos como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa (HAGUETTI, 1995; GIL, 2009), pois buscamos entender as relações de ordem teórica e conceituais que norteiam as noções de organização, representação e cultura, sob uma perspectiva

da Semiótica da Cultura e a interface com as perspectivas socioculturais no contexto da Organização do Conhecimento.

Quanto a abordagem bibliográfica, esta nos permite identificar o estágio em que se encontra a temática, o que nos possibilita ampliar as análises. A abordagem bibliográfica (DIETRICH, 1999) nos fornece condições de conhecer a literatura com foco no tema da pesquisa.

Quando afirmamos ser uma pesquisa qualitativa é por entendermos que está baseada na análise subjetiva feita a partir da abordagem do problema e por isso requer interpretações do material revisado na literatura.

O método adotado é interpretativo com base na revisão de literatura. O método interpretativo nos condiciona à análise dos principais conceitos apresentados nas bases semióticas e socioantropológicas descritos na seção 4, respectivamente no tópico 4.1 e 4.2.

O *corpus* teórico foi composto de materiais textuais: teses, dissertações, livros, artigos, anais de eventos, dicionários, de caráter nacional e internacional, com referência ao campo da Organização do Conhecimento. Também utilizamos a identificação de materiais da Semiótica da Cultura pelo fato de este campo de estudo fornecer base teórica para a compreensão de cultura e linguagem, código, tradução entre outros importantes para Organização do Conhecimento.

Contudo, entendemos que para esse conjunto de materiais é necessária sua verticalização para que possamos alcançar um enfoque de discussões com caráter sociocultural.

Algumas etapas foram cumpridas no processo de coleta dos materiais, a saber: a identificação das fontes; localização e obtenção dos materiais; leitura e análise crítica dos materiais sobre a bibliografia consultada, construção do trabalho e redação do texto.

Para o levantamento bibliográfico dos materiais, utilizamos para a identificação de teses e dissertações, o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para os artigos, consultamos o Banco de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Quanto aos livros e dicionários, a princípio,

buscamos localizá-los via o sistema de empréstimo da rede de bibliotecas da UNESP.

Dos artigos consultados, buscamos dar prioridade aos periódicos *Advances in Knowledge Organization* e do *Knowledge Organization (Journal)*, em vista da relevância destes para o campo da Organização do Conhecimento. Em relação aos artigos direcionados à área da Semiótica da Cultura, utilizamos o periódico *Sign Systems Studies*.

Na busca por anais de eventos, a ênfase foi para a área da Ciência da Informação, neste caso, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), mais precisamente, o Grupo de Trabalho Organização e Representação do Conhecimento. No âmbito internacional, consideramos a relevância dos anais de eventos da *International Society Knowledge Organization (ISKO)*.

Na seleção dos demais textos, mantivemos o foco em materiais que de um ponto de vista teórico-conceitual auxiliassem no desenvolvimento da temática da pesquisa. Buscamos estabelecer a categorização dos materiais em virtude de, posteriormente partir para a análise da pesquisa tendo em vista compreender, com base nos fundamentos teórico e conceituais da Semiótica da Cultura, a relação com as perspectivas socioculturais na Organização do Conhecimento.

Para elaboração da análise e dos resultados retornamos aos conceitos das bases mencionadas, aliados à observação de um tipo de instrumento de representação do conhecimento, neste caso o tesouro. O intuito é compreender, mediante a estrutura de um tesouro, a flexibilização de conceitos e termos, tendo em vista a dinâmica dos contextos culturais.

Contudo, à etapa de análise, nos orientamos pelos objetivos específicos da pesquisa, examinar a estrutura de tesouros, a partir do reconhecimento da literatura levantada.

O propósito é entender, a partir dos tesouros selecionados, sua configuração, como por exemplo, a apresentação dos termos, sua definição, funções, para que seja possível realizar uma análise crítica e semiótico-cultural deste modelo de representação do conhecimento.

Nesse sentido, nossas análises foram desenvolvidas tendo em vista

questões como: será que termos podem ser traduzidos com base apenas em dicionários linguísticos? Isso nos levará à confirmação de que, um instrumento baseia-se apenas em dicionários, glossários, terminologias, ou toma por referência a comunidade de especialistas para validação do mesmo e se volta para a comunidade. Além disso, saber que termos, classes e relações conceituais podem ser elaboradas, traduzidas e validadas com o auxílio da cultura local é uma das questões que motivam a análise do instrumento.

De modo inicial, consideramos que estas questões podem favorecer um olhar plural sobre as comunidades representadas a partir de um modelo de representação. Portanto, entendemos que dos questionamentos apontados se encontram relacionados com as bases semióticas e socioantropológicas que norteiam o corpo teórico desta pesquisa.

A análise teve por base as categorias semióticas e socioantropológicas, respectivamente (signo, semiose, representação, antropossemiose) e (cultura, modelização, linguagem, tradução e competência semiótica), destacadas na seção 4, item 4.1 e 4.2.

Do ponto de vista semiótico, essas categorias podem auxiliar na discussão crítica dos tesouros, pois a base conceitual da Semiótica da Cultura se apresenta como uma revisão de conceitos que transitam os campos da Antropologia e da Sociologia. Assim, nos empenhamos a produzir uma análise interpretativa do tesouro, tendo em vista os elementos que congregam à sua estrutura, objetivos, funções e uso.

Entendemos que as categorias semióticas nos permitem traçar comentários, citando exemplos e verificando nesses que é primordial entender que, mais do que a forma, é a concepção do instrumento que possibilita as nossas interpretações.

A intenção é comentar se, no que abrange a configuração desse instrumento é possível contemplar contextos culturais de comunidades locais, em vista do leque de elementos culturais que caracterizam uma comunidade.

Os tesouros selecionados para compor nossa reflexão foram “Tesouro de cultura material dos índios no Brasil”, “Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira”, “Intrelvoc: Tesouro de Relações Internacionais”.

Além desses, também trouxemos o “Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais”, que mesmo não sendo um tesouro e sim uma lista de cabeçalhos de assuntos, julgamos pertinente apresentá-lo na análise para mostrar como tal análise pode se estender em outros modelos de representação.

Vale ressaltar que, os tesouros escolhidos para análise desta pesquisa são instrumentos tradicionais, tendo em vista que há uma variedade de tesouros com abordagens mais dinâmicas e integradoras, relacionados com as artes, a música, a cultura de modo geral. No entanto, optamos por realizar a análise com esses tesouros e em outra oportunidade estender para outros modelos e assim poder também desenvolver uma análise comparativa em estudos posteriores.

1.4 Estrutura da pesquisa

A pesquisa está organizada em cinco seções como consta o sumário. Na primeira, buscamos a contextualização da pesquisa, com exposição do problema, as hipóteses, os objetivos, a justificativa, levantamento bibliográfico e estrutura da pesquisa.

Na segunda seção apresentamos o campo da Organização do Conhecimento e na sequência caracterizamos os estudos que, ao nosso olhar, representam as perspectivas socioculturais. Em seguida, comentamos de maneira pontual sobre os Sistemas de Organização do Conhecimento com ênfase no instrumento tesouro.

Para a terceira seção, introduzimos o campo da Semiótica da Cultura caracterizando seu objeto e linhas de estudos.

A quarta seção buscamos propor uma Semiótica da Cultura ajustada a Organização do Conhecimento. Nesta, são expostas algumas bases semióticas e socioantropológicas, incluindo o delineamento metodológico e a análise de um sistema.

Por fim, traçamos nossas considerações e, posteriormente apresentamos as referências dos trabalhos consultados à elaboração desta pesquisa.

2 O CAMPO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

[...] Existe tão estreita conexão entre as idéias (sic) e as palavras, ... nossas idéias (sic) abstratas e as palavras genéricas guardam tão constante relação mútua, que é quase impossível falar com clareza e distinção acerca de nosso conhecimento, todo ele consistente em proposições, sem considerar, primeiro, a natureza, o uso e o significado da linguagem[...] (LOCKE, 1956, p. 338).

Entendemos que toda pesquisa se debruça em conceitos, teorias amparadas em determinados posicionamentos, os quais norteiam a perspectiva evidenciada em cada escolha. Dessa maneira, compartilhamos que dada uma definição conceitual, esta marca nosso posicionamento científico.

Objetivamos nesta seção apresentar resumidamente algumas perspectivas sobre “conhecimento” e conseqüentemente como este é compreendido por alguns pesquisadores na Organização do Conhecimento.

No entanto, entendemos que é a partir de um posicionamento que podemos tentar elucidar algumas questões que, muitas vezes, ocorrem pelos erros que cometemos ao buscar delimitar conceitos, embora consideramos que este é um exercício corriqueiro e, ao mesmo tempo, é parte da vida dos sujeitos.

No exercício do nosso fazer profissional, também nos deparamos com uma constante tecitura das nossas ideias sobre determinado termo e/ou conceito na intenção de construir discursos que possibilitem a resolução ou não das inúmeras questões identificadas na área do conhecimento que fazemos parte.

Japiassú e Marcondes (2006, p. 50) descrevem que o “conceito” tem origem no latim *conceptum*, ao qual designa pensamento, ideia, podendo ser um objeto único ou uma classe de objetos.

Conhecer, procurar entender do que consiste o conhecimento e como este pode ser representado, são questões complexas, mas que movimentam a ciência e no campo da Organização do Conhecimento não seria diferente.

Nesse escopo, estamos sempre a conhecer e organizar o que para nós faz sentido, o que aparenta ser relevante. Por conseguinte, o **conhecimento** como resultado da cognição (FOGL, 1979) traz dúvidas, inquietações e nos põe, muitas vezes, em condições de curiosidade, nos fazendo buscar esclarecer e/ou solucionar

nossas incertezas.

Ao mesmo tempo que o conhecimento pode representar o vazio, é também representado pelo que, para nós, tornou-se conhecido (preenchimento do vazio). No entanto, o conhecimento, além de ser parte constituinte de nossas vidas e ações, parece ser o elemento que impulsiona os estudos e temas da Organização do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação.

Afirmar o que é conhecimento⁸, é tarefa difícil e certamente nos conduziria para situações conflituosas, ou ainda de confusões tautológicas como ocorre nas tentativas em definir, por exemplo, “informação”.

Para não correr o risco de enfatizar apenas um olhar sobre o termo “conhecimento”, Buscamos aqui nortear nossa compreensão, tendo em vista o campo de estudo em questão, – a Organização do Conhecimento.

Na medida em que entendemos o conhecimento como parte de nossas ações, este é também algo em construção, pois pode ser alterado de acordo com as mudanças de cada sujeito, condicionadas em tempo e espaço diferenciados.

Assim, partimos do pressuposto de que o conhecimento é produzido nas relações sociais, ou seja, nos diálogos estabelecidos em um dado contexto histórico, político e sociocultural. Tal raciocínio destaca a nossa compreensão de que o conhecimento centrado em uma perspectiva individual não corresponde à realidade. Os conflitos e os interesses prevalecem tanto na constituição como na construção de conhecimentos.

Nesta pesquisa reconhecemos que o conhecimento é individual e abstrato, mas que, ao ser manifestado em uma dada localidade pode se tornar coletivo e mutável na medida em que é socializado.

Para Berger e Luckman (1985), o conhecimento nasce na intersubjetividade, ou seja, é construído nas relações entre sujeitos e entre sujeito e objeto.

Tais relações permitem ou não que façamos escolhas sobre que conhecimentos devemos utilizar e quais podemos deixar de lado, com base nos interesses e prioridades da comunidade cultural na qual estamos inseridos, seja a

8 Sobre o tema “conhecimento” vale destacar a tese recente de Pando (2018) que para discutir a questão sobre o que é conhecimento, nos presenteia com um resumo sobre tal conceito tomando por base o pensamento de três nomes da filosofia grega: Sócrates, Platão e Aristóteles.

vizinhança, a família, a escola, igrejas, comunidades científicas etc. Mas que interferem na aceitação ou não do conhecimento e também no seu uso mediante as instituições a que estamos vinculados. Pois, conhecimento na área da Biologia pode não ser conhecimento no âmbito da Filosofia.

Em outras palavras, o conhecimento concebido em uma área pode não adquirir um sentido em outra, tendo em vista que em cada área há particularidades distintas, assim como interesses diversos.

Desse modo, o conhecimento não surge do desinteresse, pelo contrário, a sua expressão está sempre ligada a um grupo específico de pessoas e seus interesses estão direcionados a uma circunstância específica. Sendo aceito e compartilhado num determinado domínio, o conhecimento pode ou não adquirir um caráter legítimo que posteriormente poderá vir a ser comunicado até que alcance uma representação a partir do interesse da comunidade envolvida (MOSCOVICI, 2009).

Diante disso, apresentamos a perspectiva de Pando (2018, p. 96) em seu posicionamento quanto a noção de conhecimento. O autor entende que trata de “[...] uma abstração individualizada em que estão presentes diversos componentes como aspectos cognitivos, culturais e psicológicos [...]”. Dessa maneira, por compor aspectos culturais, o conhecimento, além de representar a complexidade individual, se relaciona com o universo coletivo dos sujeitos e conseqüentemente dialoga com outras manifestações do conhecimento individual (PANDO, 2018).

O conhecimento se constitui em uma operação reflexiva e dialógica. É reflexiva, segundo Fogl (1979), na medida em que este conhecimento é “[...] resultado da cognição (processo de reflexão das leis e das propriedades de objetos e fenômenos da realidade objetiva na consciência humana)”.

Contudo, o conhecimento confere uma operação organizada e dialógica em constante processamento e a sua comunicação estabelecida entre os sujeitos com interesses comuns desenvolve uma rede de significações que caracterizam um sentido comum para determinado grupo social, assim como dos comportamentos e discursos dos atores individuais (MATTELART; MATTELART, 1999).

Visto como uma operação organizada e dialógica, que pode sofrer mudanças,

o conhecimento representa algo construído não somente pelo indivíduo, mas também nas relações com o coletivo. Será a partir do coletivo que poderá haver o confronto, em que surgirão as dúvidas, sobre que conhecimento devo aceitar como mais fidedigno, pondo em questão muitas vezes a legitimação de tal conhecimento.

Sendo assim, consideramos que o caráter dialógico do conhecimento requer a compreensão do contexto no qual foi (re)elaborado, assim como seu objetivo e resultados gerados.

Sobre o contexto, este envolve a compreensão do tempo e espaço em que o conhecimento é construído e assimilado pelos sujeitos envolvidos. Além disso, o caráter dialógico do conhecimento implica não somente o entendimento do contexto no qual foi criado, como também, necessita reconhecer a memória pela qual tal conhecimento foi elaborado.

Apontamos sucintamente a respeito de outras concepções como a memória, enquanto manifestação do conhecimento, para tentar enfatizar que a ideia de conhecimento, esteja esta em sua conjuntura científica ou não depende de outros elementos que protagonizam sua elaboração e, conseqüentemente, sua representação.

A memória é tratada aqui como a soma de experiências individuais e coletivas, que são amparadas e ao mesmo tempo são reflexos de um determinado contexto histórico, político e sociocultural. A memória é a manifestação potencial do conhecimento. Pois na medida em que é repassada para outros, o conhecimento desta memória se transforma, adquire outros olhares.

Quando nos deparamos com a expressão o “conhecimento em ação” como destacado por Dahlberg (1993), nos cabe acrescentar também que a cultura, assim como a linguagem e a memória podem ser compreendidas como elementos em ação e, por conseguinte está imbuída na configuração do/de conhecimento(s) que posteriormente ganharão forma mediante uma possível representação.

Já existem estudos que discorrem sobre o conceito de memória na Ciência da Informação, como por exemplo, a tese de Oliveira (2010) que discute o conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil, traçando uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. Vale mencionar que essa temática, vem

sendo discutida pelo viés da sociocognição como destacado em (CARMO; KARPINSKI e BRÄSCHER, 2018).

Mas como o tema da memória não é o objetivo desta pesquisa, porém nos cabe comentar pontualmente sobre o que se entende quanto a ideia de memória.

Vale destacar brevemente a reflexão sobre a concepção de memória como mecanismo gerador de conhecimentos, isto é, como elemento de organização que pode desencadear em discussões posteriores sobre como a memória de uma comunidade específica pode ser representada em um sistema de organização do conhecimento desde que leve em consideração os processos dialógicos e semióticos da representação e, principalmente, as peculiaridades simbólicas da cultura e da comunidade que gera e possui tal memória.

Nesse sentido, ao comentar sobre “memória” nos limitamos a dizer que, vista por uma dimensão coletiva, ou seja, como resultado das relações sociais, das experiências, esta pode ser interpretada como elemento do conhecimento (FARIAS; BIZELLO, 2016).

Assim, consideramos que o conhecimento pode ser descrito como a soma de experiências, organizadas e comunicadas, e por isso não é algo acabado. É um produto cultural e por isso requer do reconhecimento dos contextos e de memórias, as quais subsidiam questões necessárias para a constituição do conhecimento.

Contudo, devemos atentar para o fator de que em cada contexto, por ocasião das relações estabelecidas entre os sujeitos, com base nas particularidades de cada cultura, o conhecimento possui características distintas e está se renovando.

A memória, enquanto um elemento do conhecimento, é substrato determinante para o mesmo. Podemos acrescentar também que, a memória é o meio pelo qual uma determinada cultura é resguardada e revelada, ou mesmo representada.

Dessa maneira, o que entendemos por conhecimento poderia caracterizar a síntese entre a cultura, o contexto e a memória individual e coletiva. Os conhecimentos de uma cultura encontram-se em constante relação de busca por sentido. Enquanto produto cultural, os conhecimentos são resultantes de inúmeras condições socioculturais que interagem em tempo e espaço da cultura em sua

dimensão híbrida e dialógica.

Nesse sentido, a materialização do conhecimento e/ou sua representação pode ser descrita mediante a caracterização das culturas e seus objetos culturais (as festividades, os mitos, a literatura, a prática da oralidade, a literatura produzida com base nas experiências e fatos históricos etc.). O conhecimento pode ser percebido na interação entre os sujeitos e seus contextos, pois além de representar uma complexidade individual, este também interage com a complexidade coletiva.

Entende-se que “[...] é na interação [...] onde residem o sentido, a cultura, o conhecimento e a memória” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008, p. 42, tradução nossa). Para tanto, o conhecimento prescinde de uma ação individual e coletiva, pois o homem é um ser social e está sempre (re)elaborando conhecimentos em torno de suas ideologias, de seu contexto e do que lhe é desconhecido.

A memória seria a manifestação do conhecimento em sintonia com aspectos culturais e sociais das comunidades que representa um conjunto de saberes e práticas no intuito de comunicar ações, atitudes, sentimentos, os quais podem ser rememorados e/ou ressemantizados muitas vezes por meio de suportes determinados a partir de um contexto escolhido e/ou especificado pelos sujeitos, atores da memória.

Nesta pesquisa, quando nos referimos ao termo manifestação, este é compreendido como algo que se apresenta, se revela, se manifesta.

A memória implica em manifestação de vivências, de hábitos, de costumes, e por isso é elemento representativo de uma sociedade. Ao entendê-la como elemento do conhecimento, a memória cumpre a função de comunicar conhecimentos, compartilhar tradições, hábitos, crenças e, desse modo, manter ativo o conhecimento do grupo ou comunidade. Nesse sentido, a memória poderia ser interpretada como um mecanismo representativo de um povo, uma geração, ou seja, que está em processo de transformação e implicaria assim em diálogos e trocas simbólicas.

Como entendemos ser o conhecimento algo em construção, a memória também não é algo estagnado e finalizado, pelo contrário, é dinâmica e essa característica deve ser reconhecida principalmente quando buscamos representar

algo, pois o exercício de representar não condiz com ditar o que uma coisa é ou deixou de ser, mas permitir reconhecer tal coisa em sua pluralidade de significados, no sentido de não desconsiderar as peculiaridades sógnicas da memória e, conseqüentemente do conhecimento.

Para Morin (1999, p.17), o conhecimento “[...] apesar de tão familiar e íntimo, torna-se estrangeiro e estranho quando desejamos conhecê-lo”, assim também entendemos a memória. Nossas memórias são tão íntimas e ao mesmo tempo tão estranhas, que nos permitem dizer que estas implicam lembranças⁹ e para explorar nossa capacidade de lembrar, a linguagem é fundamental.

A linguagem é para a memória, um elemento indissociável da representação. Santos (2003, p. 46) considera que “[...] a linguagem é uma forma de memória que nos antecede. Ela está lá, seja na nossa mente em forma de pensamento, seja organizada sob a forma de discursos ou textos produzidos numa determinada cultura.”

A linguagem é, dessa maneira, formas dinâmicas de expressão da cultura, e também da memória, visto que abarcam a diversidade cultural existente nos grupos e comunidades. Nesse sentido, consideramos também que as culturas não podem ser entendidas como estáticas, pois “Entre as culturas se produz uma interação simbólica” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2004, p. 113, tradução nossa).

A concepção de memória não pode se reduzir à ideia de lembrança e/ou esquecimento, nem mesmo ser reconhecida a partir de um único modo de representação, pois o objeto da memória se constitui em práticas individuais e coletivas que se transformam no percurso dinâmico em que os grupos buscam representar sua memória cultural condicionada a um dado contexto histórico e sociocultural.

Verifica-se que ao buscar entender “conhecimento” caminhamos para outros termos como da “organização” desse conhecimento e também da sua “representação”.

9 Halbwachs (2004, p. 26-34) defende que: “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos.[...]” A capacidade de lembrar na concepção do autor só é possível se assumimos o ponto de vista de um ou mais grupos e nos situamos em uma ou mais correntes do pensamento coletivo.

Na ocasião da representação da memória, resgatamos brevemente a concepção de exomemória de García Gutiérrez (2002b) em que esta se constitui nas diversas formas de registrar o conhecimento, como: os livros, as fotografias, as gravuras, os quadros, as esculturas, etc. A exomemória destaca a flexibilidade que o conhecimento representa na cultura e por isso este deve contemplar a dinâmica dos contextos.

Sobre tal discussão, vale destacar a concepção do autor sobre conhecimento e memória, em que o mesmo trata tanto o conhecimento quanto a memória como sinônimos. Logo, a memória em sua dimensão individual e coletiva, pode ser configurada como elemento semiótico do conhecimento e, por conseguinte, da representação.

A memória pode vir a ser compreendida como o próprio conhecimento no sentido de compartilhar saberes mediante as práticas culturais de um grupo ou comunidade.

Nesta breve apresentação, a memória se configura como um dispositivo semiótico articulado e transformado pelos indivíduos nas relações com o coletivo e que não está alheia a um passado que em dimensões múltiplas dialoga com um presente para uma possível representação.

A representação seria a forma de comunicação de uma memória transposta em um determinado suporte materializado ou não, mas que tenha por finalidade garantir sua comunicação tendo em vista a potencialidade de seu significado.

Assim como a memória, a todo e qualquer conhecimento devem ser permitidos alternativas de representação, pois não se pode ter, por exemplo, o conhecimento de uma cultura representado em outra totalmente distinta sem que sejam evidenciados suas particularidades semióticas como os códigos, as linguagens e todos os signos.

Para Dias (2011, p. 28), a representação de um dado conhecimento está também conectada ao fazer científico e este é caracterizado como uma “[...] tarefa em que está inserida na complexidade da qual se “extraem as informações”, para fazer surgir daí o conhecimento, sendo dado que os conceitos e suas migrações permeiam essa “extração” da organização da ciência”.

Por outro lado, entendemos que não é possível a representação fiel do conhecimento. Nesse sentido concordamos com Bräscher e Café (2010) ao destacarem que a Organização do Conhecimento visa produzir representações de parte do conhecimento com a finalidade de uso prático mediante as atividades de Organização da Informação.

Nesse contexto, a ideia de conhecimento está ligada

[...] à particularidade do processo que ocorre em uma mente pensante, ou seja, a existência do conhecimento está atrelada ao percurso reflexivo que acontece no nível mental. Entretanto, o conhecimento é de fato estimulado e afetado pela informação, elemento que está fora do âmbito mental e, portanto, constitui-se como veículo de comunicação do conhecimento no âmbito externo ao sujeito. (CAFÉ et al., 2017, p. 82-83)

O conhecimento pode se apresentar em nível explícito, o qual não implica uma reprodução fiel, tal qual se apresenta no nível cognitivo do sujeito, pois ainda não possuímos elementos que nos possibilitem tal ação.

Conseguimos apenas elaborar alguns modelos e formas de expressar conhecimentos tendo a finalidade de que este possa ser materializado, representado e assim alcance uma compreensão.

Isso retoma ao que foi mencionado anteriormente sobre a memória ser um objeto do conhecimento, pois ela traz consigo uma rede de signos que requer, minimamente, o domínio de linguagens, do contexto, no qual o conhecimento foi processado.

Concordamos com Pando (2018) quando diz ser o conhecimento abstrato e individual. Essa perspectiva está sintonizada com a ideia de conhecimento que defendemos neta pesquisa, como uma síntese que une a cultura, o contexto e a memória em seus aspectos individual e coletiva. Pois o conhecimento implica uma relação dialética quando das nossas experiências com o mundo em cada contexto que presenciamos.

Portanto, como se trata de um tema recorrente e complexo, em que não há consenso a nível conceitual nas várias áreas, seguiremos apresentando o conceito de conhecimento que é objeto de muitas discussões na Ciência da Informação.

Para Barité (2001, p. 42, tradução nossa) o conhecimento é um produto social

e uma necessidade social, e “[...], pode ser visto como o saber acumulado da humanidade, mas também fornecedor permanente que atenda às necessidades sociais e identifica “lacunas” onde novos conhecimentos são necessários para se regenerar”. Esta noção de conhecimento também guia nossa compreensão indicada anteriormente.

Reconhecemos que o conhecimento deve ser descrito como a soma de experiências, assimiladas e organizadas e que sofrem influências externas com parte das interações ocorridas no cotidiano dos sujeitos e por não ser algo acabado e, enquanto resultado de uma ação social, o conhecimento pressupõe em seu desenvolvimento a elaboração de produtos e conteúdos os quais serão posteriormente socializados.

Outra perspectiva se refere ao conhecimento registrado e materializado em qualquer que seja o suporte. O conhecimento adquire assim um caráter de conhecimento científico. Para Pombo (2010), o conhecimento científico exige um olhar transversal, isso porque atualmente passa de um esquema hierárquico em forma de árvore, onde as novas disciplinas se ligam à disciplina fundamental por um tronco comum, para um esquema em forma de rede neural, onde as relações são múltiplas e irregulares.

Tal conhecimento é cumulativo e sua comunicação envolve a transmissão do conhecimento registrado, fomentando a troca de informações, tornando-o acessível e permanente (MEADOWS, 1998). Ao contrário do que se denominaria por conhecimento não-científico, o conhecimento registrado, científico, adquire uma legitimação, isto é, passa a ser validado perante a comunidade que o reconhece.

Diante disso, consideramos que deve haver uma consciência semiótica sobre a reprodução de todo e qualquer conhecimento, pois o mesmo é nesta pesquisa entendido como um processo, em que sua elaboração é circunstancial, depende de um conjunto de competências que envolve questões de linguagem e reconhecimento de contextos diversos.

Nesse sentido, o conhecimento é transformado ou até mesmo moldado conforme os interesses e competências dos sujeitos e também do significado atribuído a este conhecimento em uma comunidade específica.

Tal reflexão segue conectada com a perspectiva de Organização do Conhecimento de Mai (1999, 2010) quando enfatiza que a produção do conhecimento é um processo interpretativo que consiste no exercício constante de construção das diversas concepções da realidade.

Como apresentar o termo conhecimento não é nada simples de se fazer, apenas tentamos destacar minimamente como a terminologia é complexa, flexível e facilmente manipulável.

Desse modo, compreender a incidência das múltiplas concepções terminológicas e conceituais destacadas na área pode subsidiar algumas discussões e auxiliar no nosso posicionamento perante as dificuldades que norteiam o campo da Organização do Conhecimento.

Consideramos, que é uma alternativa para tentarmos aprofundar discussões já postas pela comunidade científica da área da Ciência da Informação, tendo em vista que há no campo da Organização do Conhecimento uma dinamicidade e pluralidade no tratamento de questões que versam sobre o tratamento da informação e conseqüentemente com a representação do conhecimento.

Para tanto, destacamos que é necessário conhecer como alguns termos são denominados para compreender sua dimensão frente as ações e práticas destacadas na área.

O conhecimento pode ser apresentado como objeto de reflexão em várias áreas e, no escopo das discussões desenvolvidas na Ciência da Informação, se manifesta com uma incidência de estudos que buscam tratar “conhecimento”, seja em sua forma registrada ou não.

O que entendemos disso é que, as inúmeras considerações sobre o conhecimento na área impulsionam ampliar reflexões que se desdobram sobre diversas questões as quais consideramos imprescindíveis como é o caso da representação da informação e da representação do conhecimento.

No contexto desta discussão, se verifica a incidência, não somente de perspectivas sobre a terminologia “conhecimento”, que abrangem várias áreas e campos distintos da ciência. Também, as ideias de “organização do conhecimento” e “representação” são mencionadas no contexto da Organização do Conhecimento.

Logo, quando buscamos referências sobre o que é conhecimento, também somos levados para outras reflexões que interferem diretamente no campo da Organização do Conhecimento.

A seguir, destacamos algumas concepções, que ora se convergem ora divergem quanto a expressão “organização do conhecimento”, no sentido de comentar algumas ideias que destacam o ponto de vista de alguns pesquisadores tanto no contexto internacional como nacional.

2.1 Da Organização do Conhecimento

O objetivo desta subseção é apresentar concepções sobre a Organização do Conhecimento, na tentativa de tornar evidente nosso entendimento sobre o campo, mas também como forma de resgatar alguns olhares sobre o mesmo.

As iniciais maiúsculas “Organização do Conhecimento” indica o campo de estudos dentro da área da Ciência da Informação. Quando o termo aparece com as iniciais minúsculas “organização do conhecimento”, nos referimos aos processos que implicam na elaboração de instrumentos de representação do conhecimento.

Consideramos que esta seja a forma de nos posicionarmos, e não apenas de esgotar as possibilidades de compreensão sobre tal campo e dos conceitos e termos neste compartilhados, tendo em vista que esta pesquisa possui um enfoque o qual representa um núcleo particular de estudos e reflexões dentro da área da Ciência da Informação que são os estudos que se inclinam para discussões de cunho socioculturais na Organização do Conhecimento.

No entanto, esta pesquisa não se propõe a apresentar exhaustivamente o conceito de “organização do conhecimento”, tendo em vista que este exercício já foi realizado em trabalhos desenvolvidos anteriormente (CAFÉ; LACRUZ; BARROS, 2012; CAFÉ; BARROS; FONSECA, 2014; CAFÉ et al., 2017).

Partimos da ideia de que a Organização do Conhecimento é um campo amplo e interdisciplinar que trata de reflexões diversas quanto as formas, processos e atividades de organizar e representar o conhecimento.

Ainda que para alguns autores a Organização do Conhecimento se propõe a

dar ênfase ao conhecimento registrado, em López-Huertas e Jimenez Contreras (2004, p.137) tem-se que “A Organização do Conhecimento, [...] é um campo cujos limites nem sempre são claramente definidos. Ele se apresenta como um conceito amplo, e nem todos os autores explicitam sua compreensão”.

Diante disso, compreendemos que o papel da Organização do Conhecimento, entendido como campo, está para a produção e comunicação do conhecimento.

A Organização do Conhecimento reúne discussões em que coexistem perspectivas e alternativas para tratar de processos de organização e da representação do conhecimento com base no que se entende por conhecimento nesta área.

López-Huertas (2008, p.114) afirma que “O conceito de OC está em revisão [...]” e por isso requer ser revisitado e, no nosso entendimento, favorece não somente ao Campo da Organização do Conhecimento como também a Ciência da Informação, em considerar os contextos por onde o conceito se encaminha.

A Organização do Conhecimento é compreendida como um campo de discussões plurais, embora muitas vezes conflituosas, que se configuram, ao nosso olhar, como um território em que transitam olhares diversos sobre o **conhecimento** e sua **organização** enquanto resultado da configuração e representação de uma determinada informação apreendida em espaço e tempos específicos.

No entanto, o campo demanda dos profissionais, sujeitos, intérpretes e produtores de conhecimentos, uma certa sensibilidade e competência ao lidar com questões que, em sua maioria, não são palatáveis e conseqüentemente são desconsideradas em suas ações e atividades de organização e que, deixam lacunas e, por conseguinte, estas refletem o modo como são representados os conhecimentos.

Tomamos como conceito norteador a noção de organização do conhecimento defendida por Bräscher e Café (2010) que consideram como processo e dessa maneira implica no desenho de mundos distintos que requer considerar as relações semânticas, pragmáticas e a função que diversos conceitos podem representar em múltiplos grupos. Além disso, consideramos que tal perspectiva está em sintonia com a noções de organização de conhecimento de Mai (1999 e 2010); Sigel (2000);

e García Gutiérrez (2002b).

Isso não busca apagar e/ou desconsiderar os demais posicionamentos conceituais e terminológicos. Portanto, verificamos que tomar como base um conceito norteador para analisar e desenvolver determinadas discussões na ciência, não implica em fragmentar um campo, pelo contrário, enriquece e oferece abertura para múltiplas perspectivas.

Podemos arriscar a dizer que há aberturas para diversas reflexões nesse campo de estudo que se materializam em pesquisas como esta, e se configura como resultado da própria origem interdisciplinar que caracteriza a área da Ciência da Informação, da qual a Organização do Conhecimento é parte constitutiva.

A Organização do Conhecimento é um campo particular que possui relação com a área da Ciência da Informação. Porém, não basta dizer do que trata tal campo. É necessário entender, também como este se apresenta no contexto da Ciência da Informação.

De maneira geral, a Organização do Conhecimento lida com o conhecimento caráter materializado, com fins na organização da informação. No entanto, esta característica vem sendo revista neste campo pois o conhecimento ganha dimensões dinâmicas e não pode ser simplesmente visto como algo fixo. Portanto, é preciso entender como este tipo de discurso é reconhecido, pois assim podemos direcionar nossos pensamentos, no intuito de elucidar nossas questões de pesquisa.

Para Rabello e Guimarães (2006, p. 9), a Organização do Conhecimento “apresenta como principal núcleo epistemológico o conhecimento registrado, ou seja, aquele materializado em documentos”. É o conhecimento que se torna disponível para outros, mas não foge de seu caráter de registro seja “em qualquer meio material através de linguagem – natural ou artificial” (GOMES, 2009, p. 61).

Conforme menciona Barité (2001, p.40, tradução nossa) a expressão em inglês *Knowledge Organization*, originalmente é de uma publicação de Henry Bliss, editada em 1933, *Organization of Knowledge in Libraries*.

Somente com Soergel, em uma conferência em 1971, foi proposta a expressão (KO). A qual em 1993, influenciou na mudança do nome da publicação considerada mais importante da área, que passou de *International Classification*

para *Knowledge Organization*. Em Dahlberg (1995) também encontramos tal afirmação de que o termo “Organização do Conhecimento” foi empregado por Henry Evelyn Bliss.

Dahlberg (1995) ressalta que na Organização do Conhecimento, o conhecimento pode ser compreendido, organizado, descrito e representado, evidenciando o caminho pelo qual tal conhecimento pode ser disponibilizado e acessado.

Quando falamos em Organização do Conhecimento, é importante compreender, ao menos, de que contexto nos referimos. Contudo, podemos descrever que, se tratando especificamente da comunidade científica representada na Ciência da Informação, a Organização do Conhecimento possui relação no contexto científico internacional por meio da *International Society for Knowledge Organization – ISKO*¹⁰. Quanto ao contexto nacional, que nesse caso, nos referimos especificamente ao brasileiro, este será mencionado posteriormente.

Para Guimarães e Dobedei (2012, p. 13-14), a Organização do Conhecimento “encontra-se diretamente ligada a *International Society for Knowledge Organization – ISKO*, criada em 1989, na Alemanha tendo à frente Ingetraut Dahlberg”.

A *International Society for Knowledge Organization (ISKO)* é a principal sociedade científica responsável pela área da Organização do Conhecimento. Seu escopo é de caráter amplo e interdisciplinar. Sua missão é incentivar o desenvolvimento de trabalhos conceituais sobre a organização do conhecimento em diversas formas, para qualquer propósito como, por exemplo, para a elaboração de banco de dados, bibliotecas, dicionários e Internet. O objetivo da ISKO é promover a pesquisa, assim como o desenvolvimento de métodos para o campo da Organização do Conhecimento tendo em vista propor uma interação entre as diversas experiências evidenciadas pelos pesquisadores envolvidos na área¹¹.

A ISKO busca motivar a construção e o aprimoramento de instrumentos que auxiliem na organização do conhecimento.

10 <http://www.isko.org/about.html>

11 http://isko-brasil.org.br/?page_id=5

Em meados da década de 1970, Dahlberg (1927-2017) sistematizou a Teoria do Conceito, com base na Teoria Geral da Terminologia de Eugene Wüster e na Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan. Vale destacar que a Teoria Geral da Terminologia (TGT) é uma teoria prescritiva, pautada em uma linguagem considerada “ideal” e que desse modo, desconsidera a flexibilidade efetiva do processo comunicativo no ambiente especializado (SALES, 2007).

Desse modo, tal teoria visa a normatização, isto é, a padronização e legitimação internacional dos termos especializados adotados. Nesse sentido, Cabré (1999) enfatiza que a caracterização prescritiva e normativa da Teoria Geral da Terminologia (TGT) limita a comunicação profissional devido sua inflexibilidade ao tratar os termos, seus conceitos e características.

Amparada por tal teoria, Dahlberg (1978, p. 102, tradução nossa) define conceito como “a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico”.

Além de Dahlberg, outros autores como Lara (2001), Barité (2001, 2011), Dias e Naves (2007) também compartilham do mesmo entendimento e compreendem o conceito como uma unidade do conhecimento, visto que este é construído a partir das relações de afinidades via atividades de análises conceituais, que auxiliam na sua elaboração, compreensão e em suas relações na construção de sistemas de conceitos.

Dahlberg (2006) considera que o conhecimento possui, em essência, uma natureza subjetiva, individual e que não é transferível, podendo ser somente elaborado por uma reflexão pessoal de alguém ao declarar que conhecimento é a “[...] certeza subjetiva ou objetivamente conclusiva da existência de um fato ou do estado de um caso, não sendo transferível e somente podendo ser adquirido por meio da reflexão.”

Apesar desse argumento sustentado pela autora e por muitos profissionais e autores da Organização do Conhecimento, entende-se que, embora o conhecimento possua sim uma natureza subjetiva e individual, por se encontrar na mente humana, de alguma maneira este será transferível para outras pessoas.

A forma como este conhecimento chegará a outrem não será a mesma, mas

isso não impede que seja compartilhado, mesmo que de modo fracionado e com interpretações distintas.

Para Dahlberg (1993, p. 2011, tradução nossa), a Organização do Conhecimento é entendida como

ciência que estrutura e também organiza de modo sistemático unidades do conhecimento, isto é, conceitos, considerando assim seus elementos de conhecimento, características, as quais são inerentes à aplicação de conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos.

Com base nesta compreensão de conceito, a ideia de conhecimento desenvolvido sob a perspectiva de Dahlberg reflete a influência do positivismo no posicionamento epistemológico sobre o estudo do conceito e seus relacionamentos. A visão da autora busca conceitos com caráter universal que correspondam a uma suposta verdade no intuito de que possam ser uma representação exata sobre a realidade.

Diante desta perspectiva universal do conhecimento, se verifica que o conceito é tratado como o elemento central na Organização do Conhecimento e tal conceito modela um sistema de organização do conhecimento com fins da organização da informação.

Nesse sentido, se evidencia a impossibilidade em trabalhar com o conhecimento na esfera mental, pois é necessário lidar com sua forma externalizada e acessível para sua materialização.

É preciso ressaltar ainda as formas e modelos universais de conhecimento não contemplam todos os contextos culturais, tendo como pré-requisito dar validade às peculiaridades das diversas comunidades e formas de organização culturais.

Portanto, “Compreender como se vinculam os ‘modos de organização do conhecimento aos modos de organização cultural’ pode ser o meio para verificar porque eles são tão diversos e porque sua validade não tem alcance universal.” (LARA; MENDES, 2017, p. 27)

Ainda sobre a concepção de Organização do Conhecimento, Dahlberg (2006) a entende como espaço de reflexão. Nesse sentido, a autora compreende que este se constitui como uma ciência independente, pelo fato de possuir o seu objeto

caracterizado pelo conhecimento e sua atividade que é a organização. Nesta afirmação fica evidente que para a autora a Organização do Conhecimento não está subordinada à Ciência da Informação.

Vale ressaltar que, enquanto campo, a Organização do Conhecimento se relaciona com a Linguística, Psicologia, Filosofia, Inteligência Artificial, Ciência da Informação (BRÄSCHER; CARLAN, 2010) etc. No entanto, lida com reflexões de outros campos, tendo em vista fornecer embasamentos conceituais para o mesmo.

Outra perspectiva recuperada em Smiraglia (2002), entende que a Organização do Conhecimento é uma subdivisão do conhecimento que consiste da construção de instrumentos, ferramentas para o armazenamento e recuperação de entidades documentais. Tal compreensão destaca tanto ações como atividades sistematizadas para o processo de organização e representação do conhecimento.

Para García Marco (1995), a Organização do Conhecimento é entendida como uma disciplina de natureza científica e também de natureza social e, como tal, ocupa-se dos princípios, métodos e dos instrumentos utilizados, tendo em vista a gestão do conhecimento humano, desde a perspectiva da organização, a representação até à atividade de comunicação.

Em Barité (2001) o campo da Organização do Conhecimento procura fornecer elementos teóricos (e retroalimentar-se) com todo o relativo ao *tratamento da informação*, particularmente o *tratamento temático da informação*, e de um modo menos específico – mas não menos importante – *a gestão do uso social da informação*.

Bräscher e Café (2010), consideram que a Organização do Conhecimento lida com conceitos representados no campo das ideias, em nível cognitivo, isto é, se caracteriza pelo mundo dos conceitos.

Desse modo, os processos da Organização do Conhecimento têm como objetivo a representação da forma como os conceitos se relacionam dentro de um domínio de conhecimento, gerando como produto a representação desse conhecimento.

Podemos verificar que a Organização do Conhecimento é apresentada como campo (BRÄSCHER; CAFÉ, 2011) que se fundamentam em análises de cunho

semântica. Dizemos ainda que é um campo de estudo do conhecimento e está relacionado com Ciência da Informação. Porém o termo, muitas vezes adquire uma denominação distinta que é a organização do conhecimento vista como processo, que consiste no

resultado de uma ação social, que implica uma ação mediadora que integra tanto processos de ordem prática, envolvendo técnicas, modelos de organização do conhecimento, elaboração de instrumentos e produtos; quanto de ordem crítica e reflexiva, abrangendo discussões que possam envolver a atuação profissional, a questão ética, os aspectos socioculturais da organização do conhecimento, assim como um posicionamento crítico e também de caráter ético sobre a diversidade cultural, as investigações que envolvem temas como identidade cultural, os contextos e também as linguagens (FARIAS, 2014, p.39-40).

Em reforço da concepção de organização do conhecimento como processo, Bräscher e Café (2008) relatam que há dois tipos de processo de organização. O primeiro está voltado às ocorrências individuais de objetos informacionais, isto é, trata-se do processo caracterizado por **organização da informação**. Neste estão os objetos físicos, tendo como produto a descrição física, os resumos, fichas catalográficas e os índices. O segundo se refere às unidades de pensamento, os conceitos, sendo desse modo denominado de processo de **organização do conhecimento** que implica a análise dos conceitos, tendo como produto os tesouros, ontologias e taxonomias.

As autoras consideram que a organização do conhecimento corresponde à construção de modelos que se constituem em abstrações da realidade. Em virtude disso, Bräscher e Café (2010) especificam claramente que os processos da Organização da Informação envolvem a discussão de conteúdos via atividade de indexação, condensação, classificação e descrição física (catalogação). Enquanto na Organização do Conhecimento são desenvolvidos os instrumentos aplicados nos processos da Organização da Informação, como, por exemplo, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), além de no mesmo campo se realizarem as reflexões teóricas que implicam de algum modo na Organização da Informação.

De modo geral, entendemos que na Organização do Conhecimento são desenvolvidos os instrumentos aplicados nos processos caracterizados pela

Organização da Informação. Enquanto os processos da Organização do Conhecimento evidenciam as reflexões teóricas do campo.

Esta breve apresentação sobre os termos ocorre pelo fato de ainda haver segundo Lara (2011, p. 94), uma “dispersão terminológica” de ordem conceitual e denominativa na qual é possível perceber a dificuldade em estabelecer a comunicação e até mesmo uma compreensão a partir das propostas existentes na área da Ciência da Informação.

A organização do conhecimento é um processo de modelagem e

[...] visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características, para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010, p.95)

Diante disso, Café et al. (2017) nos revelam que Organização do Conhecimento atua no âmbito da linguagem, com intuito de estruturar sua representação, refletindo a dinamicidade que apresenta nos planos funcional e pragmático. Em síntese, a Organização do Conhecimento visa mapear a extensão e intensão dos conceitos com base no corpo discursivo em que são admitidos.

Nesse escopo, entendemos que “Organização do Conhecimento” se refere ao campo, articulado de reflexões. No caso da “organização do conhecimento” esta trata dos processos de modelagem pela qual se apresentam uma dimensão ampliada das formas de conhecimento humano com a finalidade de sua organização, representação e socialização entre as comunidades envolvidas, buscando o alcance nos diversos contextos da realidade.

Considerada como processo, a organização do conhecimento é uma operação sobre o próprio conhecimento, sendo esta uma operação encadeada a partir de um processo reflexivo dos sujeitos.

De modo geral, as denominações sobre a organização são inúmeras, pois “o conceito de organização do conhecimento é antigo com que o homem tem convívio e provém basicamente da Filosofia e da classificação das ciências.” (MONTEIRO; GIRALDES, 2008, p. 13). Nesse sentido, devemos considerar que o “[...] conceito ou entidade é uma modificação de seu ambiente e não pode ser reproduzida fora dele”

(SHERA, 1957, p.2).

Campos, Gomes e Oliveira (2013) defendem que a Organização do Conhecimento deve visar o propósito específico da representação desenvolvida. Enfatizam que o ato de organizar um dado domínio implica em classificar, distinguir as semelhanças e diferenças e estabelecer relações de identidade, similaridade e de associação além de expressar tais relações por meio de classes de conceitos.

Para Mai (2005, p. 605, tradução nossa), “o conceito [de domínio] é usado para se referir a um grupo de pessoas que compartilham objetivos comuns”. Nesse caso, o domínio poderia se caracterizar por uma área de especialização ou grupo de pessoas de uma organização. À noção de “domínio”, Thellefsen (2004) entende que não se restringe a uma comunidade científica e sim a uma prática profissional que não está, necessariamente, ligada a uma área científica, ou um campo científico.

Retomando ao propósito da noção do campo da Organização do Conhecimento, Sigel (2000) afirma que organizar o conhecimento é uma atividade cultural de caráter interdisciplinar. Aqui, fica evidente que o enfoque dado à expressão “organizar o conhecimento” sugere a noção de organização do conhecimento como processo.

Tendo em vista esse caráter cultural resgatamos a noção de organização do conhecimento de García Gutiérrez (2002b) em que além de tratar como uma atividade reflexiva sobre o conhecimento produzido, também considera que este deve se voltar à elaboração de esquemas que implicam a seleção de discursos, análise, decodificação, representação e acesso.

Nesse sentido, García Gutiérrez (2002b) destaca uma perspectiva de organização do conhecimento a partir de uma “democracia do conhecimento”, entendida em âmbito global. A noção de democracia do conhecimento indica ser um modo de conceber o acesso ao conhecimento de forma igualitária.

Porém, é necessário destacar que assim como cada cultura exige tratamento distinto por conta de suas particularidades, também temos que um outro elemento influencia na democratização do conhecimento, isto é, a linguagem como meio de comunicação.

A acepção da linguagem representa muitas vezes limitações principalmente

quando sua utilização, via sistemas de organização e representação do conhecimento limitam e conseqüentemente dificultam o acesso ao conhecimento.

Entretanto, a organização do conhecimento visa, segundo Bräscher e Café (2010) na estruturação de uma visão de mundo, isto é, no mapeamento dos relacionamentos semânticos, pragmáticos e funcionais que os conceitos apresentam para determinado grupo social.

A perspectiva de organização do conhecimento, cujo conhecimento é aceito como algo socializado deixa evidente que este para ser comunicado necessita ser submetido a uma materialização, que prescinde de uma representação e, é por meio dessa representação do conhecimento que este pode, a partir de um modelo (disposto em um sistema, ou caracterizado via um instrumento), ser recuperado e posteriormente socializado.

Desse modo, a Organização do Conhecimento se caracteriza como uma área interdisciplinar que interage no aspecto teórico e metodológico de áreas específicas do conhecimento.

Para Hjørland (2003), a Organização do Conhecimento como ciência envolve dois tipos de organização: uma organização de caráter cognitiva, vista por uma abordagem dos conceitos, os sistemas conceituais e teorias; e outra correspondente à organização do conhecimento social. Nesta segunda perspectiva, o autor destaca a organização mediante uma abordagem em profissões e disciplinas.

Hjørland (2007c) discute que a definição de Dalhberg (1993) remete a um processo, mas defende que o estudo da organização do conhecimento se dá em duas vertentes: tanto via os processos de organização do conhecimento, como também por meio dos sistemas de organização do conhecimento.

Segundo Hjørland (2008, p.86, tradução nossa) no:

[...] sentido restrito, Organização do Conhecimento (OC) refere-se a atividades, tais como descrição de documentos, indexação e classificação, realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de “instituições de memória”, por bibliotecários, arquivistas, especialistas em informação, especialistas em assunto, assim como por algoritmos de computador e leigos. OC como um campo de estudo se preocupa com a natureza e qualidade de tais processos de organização do conhecimento (POC), assim como os sistemas de organização do conhecimento (SOC) utilizados para organizar documentos, representação de

documentos, obras e conceitos. [...] No sentido mais amplo, OC refere-se à divisão social do trabalho mental, ou seja, à organização das universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, à estrutura de disciplinas e profissões, à organização social dos meios de comunicação, à produção e disseminação do “conhecimento”.

Notamos que não somente o termos “conhecimento”, mas também as denominações “organização do conhecimento”, “organização da informação” e “representação” são compreendidos por perspectivas distintas, ora se complementam e em muitas vezes divergem dentro da Ciência da Informação.

De maneira geral, a terminologia organização do conhecimento se encontra caracterizada por distintas denominações que são validadas a partir dos interesse e objetivos das pesquisas em temas distintos dentro Ciência da Informação. Por outro lado, o termo organização do conhecimento é em dado momento representado como sendo o campo de estudos da Organização do Conhecimento e em outro, é descrito como os processos desenvolvidos no mesmo.

A noção de campo da Organização do Conhecimento estaria segundo a perspectiva de Hjørland (2008), voltada à qualidade dos processos de organização e dos sistemas de organização do conhecimento.

Com base na dispersão terminológica e conceitual, evidenciada na área, poderíamos arriscar e dizer que tal confusão implica na ausência de um consenso sobre o emprego do termo “organização do conhecimento” e que certamente não é diferente, por exemplo, quanto a noção de informação.

Talvez seria o caso de atentar para um acordo terminológico, pois como destacam (CAFÉ; LACRUZ; BARROS, 2011), na comunicação científica a precisão terminológica é imprescindível para evitar ruídos na comunicação, o que facilita todo o processo de transmissão da informação. Enfatizam que tal precisão terminológica pode ser alcançada se for dada mais atenção à explicitação dos termos, assim como dos conceitos empregados no sistema referencial de uma área de conhecimento.

Se por um lado a dispersão terminológica pode representar uma fragilidade para determinada área, também entendemos que tal confusão pode indicar não somente a ausência de afirmação de conceitos por parte dos pesquisadores, mas se caracterizar como estratégias para a delimitação de pesquisas cujo objetivos e

conteúdos demandam perspectivas conceituais e terminológicas distintas, mesmo estando numa mesma área do conhecimento.

Como descrito anteriormente, a Organização do Conhecimento em seu contexto internacional está intimamente ligada a *International Society for Knowledge Organization*. No contexto nacional, mais precisamente o brasileiro, este campo segundo Fujita (2008), se encontra representado pela nomenclatura “Organização e Representação do Conhecimento (ORC)” e a comunidade científica está relacionada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)¹².

Ligado a ANCIB, temos um grupo de trabalho cuja denominação é: Organização e Representação do Conhecimento, conhecido como GT2, que adquiriu evidência a partir desta associação, responsável por promover o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)¹³.

Com a caracterização destacada em (FUJITA, 2008), a Organização do Conhecimento representa um campo plural de discussões com características peculiares que ora é enfatizada a partir de um perfil mais tradicional nas pesquisas que congregam desde as reflexões da consolidação do campo até o desenvolvimento de inúmeras questões que perpassam a organização e recuperação da informação, assim como a organização e recuperação do conhecimento.

Por outro lado, o campo também busca rever suas reflexões, no sentido de permitir a pesquisadores, estudantes a se arrisquem em novos estudos que exploram a interdisciplinaridade na área da Ciência da Informação.

Além das concepções de Organização do Conhecimento, verificamos que organizar e representar são termos corriqueiros nos estudos que compõem a área da Ciência da informação e mais particularmente ao campo da Organização do Conhecimento.

12 <https://www.ancib.org.br/>

13 Promovido pela ANCIB o ENANCIB é considerado o principal evento de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. Consiste de um foro privilegiado cujo propósito é a apresentação e discussão da pesquisa científica em Ciência da Informação. Este reúne tanto estudantes, pesquisadores e programas de pós-graduação nacionais da Ciência da Informação (ANCIB, 2017).

No entanto, é necessário dizer que no que corresponde o processo de Organização do Conhecimento¹⁴, este não se configura como algo inédito ou novo, tendo em vista que

O ser humano inicia as tentativas de organizar e representar o conhecimento desde os primórdios da sua própria existência, transformando as formas de sociabilidade e as relações. Portanto, organizar e representar não são uma necessidade atual, mas, sim, uma preocupação que surge com a própria evolução da sociedade, que anseia pelo compartilhamento, decifração e uso do conhecimento registrado (PINHO, 2006, p. 7).

A finalidade central da Organização Conhecimento é, nesse contexto, de estabelecer conceitos adequados às diversas práticas e atividades sociais vinculadas ao conhecimento e, desse modo, operar como instrumento de tratamento e gestão do uso social da informação. A Organização do Conhecimento busca ainda abarcar e integrar os fenômenos e as aplicações ligadas à produção, à estruturação, à disposição, ao acesso e à difusão do conhecimento socializado (BARITÉ, 2001).

Nesse sentido, Barité (2001, p. 41, tradução nossa), enfatiza que o objeto de estudo da Organização do Conhecimento deve ser compreendido como

[...]o conhecimento socializado, e como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outra parte, traz metodologias de uso e recuperação por linguagem natural. É esta visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas à organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação que abre maiores perspectivas para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e Documentação.

Barité (2001) complementa que o conhecimento se realiza a partir da informação, e ao socializar-se, ou seja, ao ser expressado e registrado também se transforma em informação.

Junto as discussões de organização do conhecimento está a representação. Sobre a representação, compartilhamos da afirmação dicionarial dada por Japiassú e Marcondes (2006) que, "A função da representação é exatamente a de tornar

14 Vale mencionar que no Brasil adota-se o termo Organização e Representação do Conhecimento, ao invés de Organização do Conhecimento.

presente à consciência a realidade externa, tornando-a um objeto da consciência, e estabelecendo a relação entre a consciência e o real”.

Mencionamos aqui, especificamente, a ideia de representação do conhecimento. Para Bräscher e Café (2008) a representação do conhecimento trata de temáticas que nos encaminham ao “mundo dos conceitos” e não meramente aos registros de informação. Campos (2004) diz que é um mecanismo de raciocínio sobre o mundo. Guimarães e Milani (2011) destaca que é uma tomada de decisão, esta concepção está direcionada aos problemas éticos.

Entendemos que o processo de representação implica, em primeiro lugar, um exercício reflexivo sobre o conhecimento que poderá subsidiar na sua externalização revelada por meio de uma parcela do conhecimento que a princípio estava no mundo das ideias.

A representação seria então o exercício de tornar explícito um determinado conhecimento. No entanto, a representação, no contexto da Organização do Conhecimento, necessita da sistematização, organização das ideias.

Assim, Café e Sales (2010, p. 117), apontam que “[...], podemos dizer que precisamos organizar para compreender o mundo e nos comunicarmos melhor.” Assim, a representação consiste em um processo de transposição do conhecimento se tornando uma das formas de comunicação que permite ao menos, que um fragmento desse conhecimento seja representado via algum modelo e/ou sistema de representação.

Consideramos que a representação traz consigo o distanciamento daquilo que se apresenta na mente, por isso entendemos que “[...] por um lado a “representação” faz as vezes de realidade representada e, portanto, evoca ausência; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere presença”. (GINZBURG, 2001, p. 85).

No contexto da Organização do Conhecimento, a representação é um elemento determinante para a socialização do conhecimento. Para Campos (2004, p. 24), a representação do conhecimento é em si um mecanismo de raciocínio sobre o mundo. Um modo de reflexão sobre o mundo sem precisar agir diretamente sobre ele.

No âmbito da Ciência da Informação, Pinho (2006) menciona que a representação pretende promover o acesso ao conteúdo dos documentos para posteriormente ser usado e assim gerar novos conhecimentos. Além disso, reforça que o termo representação do conhecimento foi adotado e também reconhecido pela ISKO e, em algumas ocasiões está ligado a uma dimensão temática.

Barité (2013) entende que a representação do conhecimento corresponde a um ramo da Organização do Conhecimento e compete ao conjunto de processos de simbolização notacional ou ao que corresponde à concepção do saber humano no âmbito de qualquer disciplina.

Guimarães e Milani (2011) consideram a representação do conhecimento como sendo uma tomada de decisão. Nesse sentido, reforçam sobre problemas éticos das *biases* no universo da representação do conhecimento.

As *biases* são, isto é, os vieses adotados na compreensão de determinado conteúdo em um dado domínio do conhecimento, ou ainda na tomada de decisão, implicam questões éticas como, por exemplo, nas formas de representação de um conteúdo informacional.

Em outra perspectiva, a representação do conhecimento é descrita como mediação. E segundo Fernández-Molina et al. (2005, p. 215-216), pode ser compreendida

[...] enquanto atividade que visa disponibilizar informação para todo e qualquer tipo de usuário, deve atuar de forma à que todos, sem distinção, se sintam refletidos nessa realidade, pois caso algum desvio seja percebido, esse usuário, ou grupo de usuários, se afastará do sistema de informação como um todo, o qual além de não ter cumprido sua função, terá desrespeitado valores e direitos morais desses usuários.

O reconhecimento da mediação dada pelo autor, como sendo a própria representação do conhecimento pode sim ser validado no instante em que profissionais envolvidos na organização e sistematização dos conteúdos informacionais e da comunicação da informação via sistemas de recuperação da informação, estejam conscientes da utilização de linguagens, tendo em vista tornar possível a representação da diversidade cultural das comunidades de usuários,

assim como valorizar na mediação desse conhecimento, os valores e direitos dos sujeitos se encontrarem representados.

Ainda, em consenso com a perspectiva de representação de Fernández-Molina et al. (2005), em estudo anterior Farias (2014) ressalta que no âmbito da Organização do Conhecimento a mediação é um processo interpretativo, social e cultural. Interpretativo, pois depende da análise sobre o contexto em que a mediação constitui. Quanto os outros dois aspectos da mediação, estes subsidiam a representação, pois toda representação deve está relacionada com seu contexto.

Por isso, consideramos que no campo da Organização do Conhecimento, cujos processos são mediadores, toda forma de organização do conhecimento pode ser compreendida como uma mediação, como por exemplo, a classificação, tesouros, ontologias etc.

Portanto, consideramos a representação um exercício semiocultural, de análise sobre os contextos, que dialoga com a manifestação do conhecimento em diferentes localidades. A representação não se desassocia da realidade.

Em suma, este processo mediador, a representação, necessita da organização dos conceitos, termos, das linguagens para que sejam apresentados de modo coeso, pois como enfatizam (CAFÉ; BARROS e FONSECA, 2014, p.102), a “terminologia de uma língua de especialidade não é somente a expressão do pensamento, mas principalmente uma tomada de posição no processo comunicativo.”

Para tanto, é preciso ter clareza da relevância das linguagens assim como do emprego de conceitos e termos para garantir o acesso da informação. No âmbito da Organização do Conhecimento enquanto campo, a representação do conhecimento, com base em Bräscher e Café (2008) busca refletir uma visão consensual sobre uma determinada realidade a ser representada.

Nessa medida, o campo da Organização do Conhecimento possui, na nossa compreensão, um caráter interdisciplinar e isto equivale a buscar entender que não devemos nos limitar em reproduzir conceitos e teorias e modelos de conhecimentos, mas resgatá-los no intuito de propor revisões e novas interpretações.

Por outro lado, reconhecemos que dentro de uma mesma comunidade

científica há posições distintas, porém que se complementam e, em alguma medida, podem dar abertura a possibilidades de diálogo.

Em linhas gerais consideramos que a Organização do Conhecimento é um espaço particular na Ciência da Informação. No entanto, enquanto campo do conhecimento consolidado na referida área, congrega a mediação de diálogos distintos que caracterizam a transversalidade destacada em perspectivas de concepção do “conhecimento” da “organização”, da “representação” etc.

Por mais que a comunidade de pesquisadores envolvidos na Organização do Conhecimento percorram caminhos distintos e defendam visões diversas sobre o campo, direcionam novas ideias e proporcionam o desafio para posteriores pesquisas.

Assim como o contexto internacional que abraça os estudos da Organização do Conhecimento e subsidia, em certa medida os aportes teóricos e conceituais no caso do brasileiro. No contexto brasileiro, precisamos reconhecer que o campo da Organização do Conhecimento deve priorizar não somente o resgate das abordagens teóricas e conceituais oriundas do contexto internacional.

Também, necessitamos trabalhar em prol de revisar tais conceitos para que, na medida do possível as ideias desenvolvidas a priori sobre o campo possam ser revisadas no intuito de equilibrar as discussões sobre a Organização do Conhecimento, tendo em vista as realidades culturais diversas em que estão sendo tratados os processos que envolvem a “organização” e a “representação” do conhecimento.

Com isso, reconhecemos a necessidade do norteamento teórico e conceitual, pois este, além de destacar a diversidade de perspectivas dentro de uma mesma área, ainda pode complementar a prática reflexiva do campo em questão e, mediante o exercício profissional, podem fornecer produtos e serviços que permitam validar os processos de organização, representação e recuperação do conhecimento das comunidades usuárias.

A seguir, buscaremos resumir as concepções que caracterizam o que nesta pesquisa entendemos por perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento.

2.2 Das perspectivas socioculturais em Organização do Conhecimento

Nesta subseção objetivamos resumir algumas das perspectivas socioculturais identificadas no âmbito da Organização do Conhecimento.

A Organização do Conhecimento, enquanto campo que congrega distintas perspectivas sobre conhecimento e, por conseguinte, sobre sua organização almeja “[...]consolidar-se de modo consistente via construção e revisão da sua base teórico-epistemológica”(ARBOIT, 2014, p.13).

Desse modo, entendemos que as perspectivas socioculturais sugerem em alguma medida, rever posicionamentos arbitrários no que concerne às ações de organização do conhecimento. Para Lara e Mendes (2017, p.27)

Compreender como se vinculam os ‘modos de organização do conhecimento aos modos de organização cultural’ pode ser o meio para verificar porque eles são tão diversos e porque sua validade não tem alcance universal.

Tal vinculação não se trata de algo inovador. As formas de organização da cultura são parte dos indivíduos, enquanto atores culturais e sociais. Convivemos com uma pluralidade de culturas que, por meio de memórias, linguagens, códigos, produzem seus conhecimentos.

Nesse sentido, compreender os modos de organização do conhecimento em relação aos modos de organização cultural é papel, por exemplo, do classificador, indexador. No entanto, não basta apenas entender, mas a partir de nossas reflexões e práticas, fazer valer tal compreensão.

Não se trata de apenas particularizar o que poderia ser universalizado. É preciso reconhecer na organização do conhecimento que cada modo de cultura precisa ser evidenciado em sua diversidade.

Vale destacar que, em estudo anterior (FARIAS, 2014)¹⁵ mencionamos que as perspectivas socioculturais tratam de investigações que “[...] ressaltam a necessidade de atenção para a cultura e o contexto das comunidades, tendo em vista a socialização do conhecimento” (FARIAS, 2014, p.61). No referido trabalho,

¹⁵ Em linhas gerais, o estudo tratou de uma análise sobre relações teórico-conceituais entre a Semiótica da Cultura e a Organização do Conhecimento, mais precisamente às abordagens socioculturais com destaque aos autores: Begthol, García Gutiérrez e Hudon.

tentamos identificar no primeiro momento as temáticas que entendemos representar as perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento.

A partir disso, destacamos alguns autores e suas respectivas concepções, no intuito de traçar, via termos e conceitos adotados, as possíveis aproximações com algumas das ideias revisadas em uma das linhas investigativas da Semiótica, a – Semiótica da Cultura¹⁶.

Para tanto entendemos que as perspectivas socioculturais consistem em estudos cujas temáticas tratam de questões de cunho social e cultural como, por exemplo, quando discutimos a representação e ligamos tal discussão às noções da garantia cultural, das barreiras linguísticas que impactam na representação de culturas.

É no escopo do campo da Organização do Conhecimento, onde consideramos que tais perspectivas buscam rever, a partir das análises de processos de organização e de representação do conhecimento, a necessidade em compreender os contextos representados, tendo por finalidade subsidiar interpretações que possam se aproximar da(s) realidade(s) que configura(m) as múltiplas comunidades de usuários.

Sendo assim, consideramos, com base no caráter interdisciplinar da área da Ciência da Informação, que as perspectivas socioculturais destacam inquietações por parte de pesquisadores no desenvolvimento de discussões que possam dar evidência à utilização de termos e até mesmo de conceitos derivados de outras áreas e que são migrados para o campo da Organização do Conhecimento –, no intuito de estabelecer referências para outras áreas e/ou buscar consistência sobre o que está sendo apresentando.

As “perspectivas socioculturais” podem ser identificadas em diversos campos do conhecimento com objetivos distintos. No entanto, não pretendemos especificar uma lista e ordem de prioridade sobre outras áreas e autores em particular, pois a priori, nos basta saber que cada estudo irá possuir objetos de análise diferentes que devem ser considerados com base nos propósitos de cada comunidade científica.

16 A Semiótica da Cultura será discutida com maior precisão na seção seguinte, mas podemos adiantar que se trata de uma teoria que busca a análise das linguagens existentes entre a natureza e cultura (MACHADO, 2003).

É necessário dizer que as perspectivas socioculturais buscam refletir sobre algumas problemáticas como, por exemplo: preconceito, racismo, questões de gênero, multilinguismo (que demandam diversas áreas como da Sociologia, da Antropologia, etc.) e que fazem uso de pesquisas no âmbito das representações sociais, da descrição e representação da diversidade cultural.

Nesse sentido, constatamos alguns autores¹⁷ que contribuem em análises socioculturais da Organização do Conhecimento.

Dentre estes vale lembrar de Barité (2000, 2001), Fernandez-Molina (2005), López-Huertas (2006, 2008, 2010), Olson (2002a, 2002b), Beghtol (2002), Hudon (1997; 1999), García Gutiérrez (1998, 2002a, 2002b, 2002c, 2004, 2008), Smiraglia (2005, 2012); Lara (2015), Lara e Mendes (2017), Dal' Evedove (2014), Hjørland (2002a, 2002b, 2007, 2013), Campbell (2000, 2010), Lee (2015), Mai (2004), Milani (2010), Moura (2010), Pinho (2006, 2010), Aquino e Santana (2013), Arboit (2014, 2015, 2017), Bräscher (2010), Dias (2015), Sá (2013), Sousa e Tolentino (2017).

Do conjunto de autores destacados, representados por suas problemáticas de pesquisa, podemos inferir que há, de maneira geral, na Ciência da Informação, uma linha consistente para as questões socioculturais que até então parecia ser de interesse apenas da Sociologia e a Antropologia, mas vem adquirindo seu lugar de fala no âmbito das discussões da Organização do Conhecimento.

Nesse escopo, reconhecemos que há uma movimentação que pode se intensificar entre pesquisadores do campo da Organização do Conhecimento, e que, para esta pesquisa, destaca-se não só pelo caráter sociocultural do campo, mas também pressupõe reflexões com um viés “pós-moderno”.

Segundo Santos (1986, p.7-8), a pós-modernidade “[...] é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes, e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950)”.

Para Gonçalves (2008), se caracteriza por um movimento cujo seu elemento central é a crítica consistente sobre os padrões éticos e estéticos que se

17 Os autores aqui supracitados representam parte dos pesquisadores que contribuem com discussões que abarcam questões socioculturais no campo da Organização do Conhecimento. Estes são alguns dos que nesta pesquisa consideramos relevante, não que outros mais não possam vir a somar para as perspectivas socioculturais.

consolidaram no século passado, sendo considerada uma situação típica de sociedades pós-industriais focadas na tecnologia e informação.

Vale acrescentar que por meio do viés crítico pós-moderno descrito por Santos (2000), o conhecimento, enquanto emancipação afasta a concepção do outro como objeto, ressaltando-o à condição de sujeito, sendo este capaz de revelar o que quer ou deseja.

Nesse sentido, a teoria crítica pós-moderna “[...] parte do pressuposto de que o conhecimento é sempre contextualizado pelas condições que o tornam possível e que ele só progride na medida em que transforma em sentido progressista essas condições” (SANTOS, 2000, p. 32).

Com este raciocínio, o autor também menciona outra questão que é a recusa dos privilégios explicativos da ciência moderna, vista, muitas vezes, como o único modo de conhecimento válido.

Ao expor minimamente sobre tal expressão, vale esclarecer que as reflexões da pós-modernidade são compreendidas, mediante o enfoque da Organização do Conhecimento, como bem destaca Dousa (2007, p. 6), quando menciona que “ao longo da última década, a literatura teórica sobre a Organização do Conhecimento tomou uma ‘mudança pós-modernista’ que marca uma transformação profunda nas atitudes em relação aos fundamentos epistemológicos da Organização do Conhecimento”.

Nesse sentido, a reflexão da pós-modernidade é, como menciona Pando (2018, p.139) “[...] muito mais inclusiva dos problemas socioculturais[...].” Para tanto, a Organização do Conhecimento deve se valer de tais reflexões, pois ao propor alternativas para organizar e representar o conhecimento deve, ao menos, reconhecer que este é parte constitutiva de uma sociedade e, mesmo de uma cultura, isto é, não está dissociado das questões socioculturais.

Tais problemas evidenciam a necessidade de rever os posicionamentos do campo, desde as atitudes éticas dos profissionais como das tomadas de decisões, por exemplo, no momento de classificar, de indexar determinados conteúdos.

No entanto, sabemos que nas atividades de classificar, indexar, trabalhamos a partir de rótulos. Para Arboit (2014) “O conceito e seu rótulo, portanto, são

resultantes de um consenso provisório entre membros de uma comunidade específica”.

Em Olson (2002a), tal preocupação é posta quando discorre sobre os rótulos, mais precisamente, nas atividades de indexação. Com isso, a autora apresenta a questão do poder de nomear¹⁸ que resulta das competências que são atribuídas ao indexador pela sociedade.

Dito isso, mencionaremos algumas das temáticas que demonstraram na pesquisa anterior (FARIAS, 2014) uma parcela de reflexões que caracterizam as perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento.

Autores como Clare Beghtol, Michèle Hudon e García Gutiérrez foram analisados a partir da compreensão dos respectivos termos: garantia cultural, hospitalidade cultural, aspectos multilíngues, tesouro multilíngue, cultura, diversidade cultural, ética transcultural da mediação e linguagens epistemográficas. Estes estudos pertencem à perspectiva sociocultural da Organização do Conhecimento.

Contudo, em paralelo às ideias destes autores tentaremos dialogar com outras reflexões que, para nós, somam-se às análises socioculturais na Organização do Conhecimento.

Sobre a diversidade cultural, García Gutiérrez (2004, p. 113, tradução nossa) entende que:

Para defender a diversidade cultural, também temos que defender a liberdade de uma cultura, ou seja, o direito fundamental das culturas evoluírem e não serem aniquiladas ou substituídas por propósitos externos da mesma cultura, mas o direito individual da escolha de um mapa identitário-cultural mediante a interação e adoção ou rejeição de culturemas próprios ou alheios.

A reflexão do autor vai ao encontro da concepção de cultura, pois para entender a diversidade cultural que caracteriza as comunidades é preciso compreendê-las em sua cultura.

Para García Gutiérrez (2004, p. 93), a cultura é um processo e por isso “[...] nunca é a mesma, como também é inseparável das personalidades e experiências cotidianas em transformação produzidas pelo indivíduo e difundida em relações com

18 OLSON, H. A. **The power to name**. Dordrecht: Kluwer, 2002a.

a comunidade.” A ideia de cultura é reconhecida como algo aberto suscetível a mudanças e que deve ser percebida como um complexo de signos. Também reafirmamos que a cultura é “[...] dinâmica e sua dinamicidade é determinada pelos sujeitos que são parte da mesma” (FARIAS, 2014, p. 49).

No entanto, a noção de cultura enquanto híbrida, nos direciona ao reconhecimento da diversidade cultural e, por conseguinte, das formas e modelos de conhecimento que podem ser elaborados.

A cultura nos permite refletir, não somente sobre suas complexidades, mas também sobre a revisão de suas representações¹⁹ para que estas não se desassociem da realidade dos contextos culturais das comunidades. A partir de tal compreensão, destacamos que em García Gutiérrez (2004, p. 109-110, tradução nossa) a cultura:

[...] se estabelece mediante a adaptação de estruturas de transformação. Não podemos enxergar a cultura fora do social, nem tão pouco compreender a cultura fora do indivíduo. Ela está situada justamente na fronteira, na complexa mediatrix da demarcação entre o público e o privado. Seu destino é reforçar personalidades construídas como singularidades culturais em interação como condição da singularidade.

Nesse escopo, cultura é entendida como um sistema aberto e possui a característica dialógica. Para García Gutiérrez (2002a), a cultura deve apresentar-se sem a presença de favoritismos. Diante desta reflexão o autor propõe para a análise da cultura, a noção de transculturalismo em oposição ao multiculturalismo²⁰.

O transculturalismo possibilita um olhar transversal sobre a cultura devendo ser posto numa essência complexa e contraditória da demarcação metacognitiva, que pode ser observada, por exemplo, em processos de classificação.

A noção de transculturalismo é, segundo García Gutiérrez (2000a, 2004), uma

19 Para San Segundo (2004), a “representação” é um termo que, reportado a concepção de conhecimento, trata de uma representação mental da complexidade, mas que é capaz de ser transferido por meio da realidade para outra mente. Segundo a autora, tal realidade é personificada pela linguagem, mesmo que seja “natural” ou simbólica. A intenção é que o conhecimento possa assumir uma forma representante que o permita ser transmitido de uma mente para outra. Nesse aspecto, o conhecimento condiz em um “pedaço representativo da realidade”

20 Compreende-se o multiculturalismo pelas “[...] estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas e multiplicidade gerados pelas sociedades múltiplas” (HALL, 2009, p. 50). A questão da diferença é um dos pontos que norteiam tal conceito (SEMPRINI, 1999).

alternativa para análise da cultura, e por isso, propõe um olhar crítico e transversal, na medida em que considera a dinâmica na construção de conhecimentos via os contextos culturais. Dessa maneira, o autor só admite a teoria multiculturalista se esta considerar:

[...],a cultura como sistemas abertos e dialógicos que se nutrem e enriquecem de uma interação no presente e não exclusivamente de tradições e nostalgias, habitualmente reinterpretada e forçadas nos contextos evoluídos das sociedades (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2004, p. 111, tradução nossa).

Em linhas gerais, o transculturalismo, como entendido por García Gutiérrez (2004), demonstra sua posição sobre a concepção de cultura que envolve uma diversidade de elementos como, por exemplo, raça e etnia. Por outro lado, o multiculturalismo demonstra sua “herança semântica” perigosa na qual se mantém, por exemplo, o conceito de raça como forma de respeito ao que é denominado multirracial.

O transculturalismo busca valorizar não apenas a diversidade cultural, mas a hibridiz cultural. Portanto, o autor defende que a perspectiva transcultural pode possibilitar um acesso aberto à cultura e sem restrições.

As perspectivas multi e transculturais são opostas e contraditórias, pois o autor visualiza uma necessidade em reconhecer os fenômenos culturais em sua dinâmica. Ao contrário disso, o multiculturalismo, assim como entendido nas reflexões do autor, visa uma medida de demarcação de território a partir de categorizações étnicas, raciais e culturais e com interesses políticos (FARIAS, 2014).

No entanto, verificamos que as questões da diversidade cultural, da cultura e seus modos de representação devem despertar interesse para as análises multiculturais e transculturais no campo da Organização do Conhecimento tendo em vista uma revisão sobre as formas de organização e representação do conhecimento.

Sendo assim, a cultura, enquanto um complexo híbrido de signos, pode e deve ser encarada como elemento norteador na análise do conhecimento, assim como, na elaboração de modelos de representação os quais devem atentar para

uma ampla rede de sistemas de signos como os códigos, as linguagens, a língua etc.

As linguagens, como formas dinâmicas de expressão da cultura implicam relações dialógicas, visto que representam a diversidade cultural existente em distintas localidades.

Para as questões de organização, representação e recuperação do conhecimento, devemos dar atenção para a linguagem, não apenas como um elemento comunicativo, mais que isso, é um artifício do próprio conhecimento. A linguagem é processual e está conectada nos diálogos desenvolvidos pelos atores sociais.

Contudo, chamamos atenção para Arboit (2014, p. 81) quando parte da observação de Dahlberg sobre a linguagem:

[...] serve exclusivamente para trazer o conceito do mundo das ideias para o mundo concreto. Ela (a linguagem) não é considerada essencial para formação do conceito, somente para a transmissão dele, já que aqui o conceito é considerado uma entidade totalmente abstrata no sentido de que praticamente não se vincula à realidade social.

Embora a linguagem seja de algum modo determinada, como instrumento restrito à comunicação, por se tratar também de um mecanismo ideológico das sociedades, precisamos entendê-la como um elemento sociocultural e dialógica que caracteriza as relações entre os sujeitos. A linguagem dar movimento ao conhecimento, na medida que dar abertura para várias formas de expressão.

Na concepção de Arboit (2014), as linguagens tratam de um processo de construção social e por isso são reflexo da tendência permanente de revisão social do conhecimento. Assim, entendemos que não é possível ter acesso à informação ou ao conhecimento, sem o intermédio da linguagem (BUFREM et al., 2011).

A linguagem é, parte de nós, uma forma de agir perante as relações e, por isso, nos auxilia na (r)elaboração de nosso conhecimento.

Vale destacar que a apreciação e definição de “linguagem” é traçada na tese desenvolvida por Arboit (2014)²¹ onde sua análise sobre a constituição da linguagem

21 ARBOIT, A.E. **O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade

assim como do conhecimento é guiada por uma perspectiva Bakhtiniana.

Diante do exposto, podemos dizer que não somente o conhecimento, mas também as linguagens deve ser objeto da Organização do Conhecimento.

Nesse escopo, Gracioso e Saldanha (2010) apresentam uma análise da linguagem tendo por base o arcabouço conceitual derivado das reflexões de Wittgenstein. Para os autores, a linguagem é compreendida como um produto contextual inacabado, fruto de “uma necessidade pragmática, hábitos, costumes e instituições, todos negociados socialmente e variáveis conforme o contexto, ainda que os critérios lógicos sejam respeitados.”

Em outras palavras, a ideia de linguagem se constitui de um jogo que resulta em “uma formulação consensual de práticas discursivas que conferem outros significados a velhas palavras, outras palavras a velhos significados” (GRACIOSO; SALDANHA, 2010, p. 59).

Em linhas gerais, a noção de linguagem destacada pelos autores busca refletir sobre todo o processo de construção de linguagens documentais na área da Ciência da Informação.

A partir disso, mencionam que o processo de elaboração das linguagens documentais toma por base a racionalidade. Portanto, tal racionalidade está “voltada para diversidade de apropriação da informação na realidade, realizada pelos grupos de intérpretes e produtores do conhecimento” (GRACIOSO; SALDANHA, 2010, p. 60).

De modo geral, as linguagens são definidas a partir dos processos de organização e representação do conhecimento. Contudo, são destacadas em seu aspecto “dialógico” (ARBOIT, 2014), como elemento indissociável do conhecimento para alcançar o “acesso à informação” (BUFREM et al., 2011), compreendidas a partir das “linguagens documentais” (CHAUMIER, 1971); como linguagens documentais cujo propósito é possibilitar os meios de comunicação em sistemas de informação (HUTCHINS, 1975), enquanto linguagem documental para indexar univocamente os documentos e as demandas estabelecidas pelos usuários com o fim de produzir mínimos índices de ruído e silêncio documentário (GARCÍA

GUTIÉRREZ; LUCAS; FERNÁNDEZ, 1987), compreendida como um sistema de significação construído a partir de uma hipótese de significação, o que quer dizer que ela é, também, um signo particular (LARA, 2002a, 2002b), linguagens documentais para garantir o compartilhamento social entre estoques de conhecimento e usuários de informação (CINTRA et al., 2002) etc.

Desse modo, temos que a noção de linguagem, no contexto da Ciência da Informação, particularmente na Organização do Conhecimento, tem destacado o interesse de diversos autores. Em geral, as linguagens são objetos de estudos, analisadas a partir das linguagens de representação, isto é, das linguagens documentais.

No bojo das discussões que envolvem a linguagem documental, García Gutiérrez (1998), enfatiza ser a linguagem um sistema sógnico sujeito a convenções estruturais, funcionais e pragmáticas e desse modo, tem um significado especial no âmbito da Documentação e da disciplina que se ocupa dos mesmos, a Linguística Documental. (Linguística Documentária no Brasil).

A Lingüística Documental é descrita como a área responsável pelo desenvolvimento de parâmetros para a elaboração das Linguagens Documentais, apoiando-se para isso, na Linguística Estrutural, na Semiótica, na Terminologia e na Lógica Formal.

Assim, esse sub-campo compreende o estudo dos meios de representação da informação, com foco nas linguagens de processamento e produção para fins de circulação do conteúdo informacional.

Contudo, as Linguagens Documentais integravam em um primeiro momento, o processo de Análise Documental. A partir desse termo criado por Gardin (1973), a análise documental se caracterizava pelo desenvolvimento de metalinguagens.

Portanto, foi com Gardin, que as Linguagens Documentais foram incluídas no campo da Análise Documental, mas é a partir de García Gutiérrez que se faz presente a proposta de um sub-campo particular denominado Lingüística Documental. Vale destacar que a Linguística Documental é fruto de uma proposta feita por García Gutiérrez (1990) entendendo esta como um sub-campo da Documentação.

Verificamos que, no contexto da Organização do Conhecimento, a linguagem é um elemento presente, principalmente no que corresponde à construção de linguagens documentais. Linguagem documental ou também denominada de Langage Documentaire “[...] é uma linguagem artificial uma metalinguagem, constituída de conceitos em relação entre estes conceitos” (CACALY, 1997, p. 370).

Para García Gutiérrez (1990) as linguagens documentais consistem em um sistema híbrido e suas estruturas e funções se aproximam dos sistemas naturais.

Para Lara (2002), a linguagem documental é uma maneira de organizar a informação, com fins no mapeamento de uma área para que posteriormente possa ser transferida a outros grupos. Afirma que a linguagem documental é um instrumento facilitador da comunicação em contextos documentários específicos.

Vale trazer a concepção de Kobashi (2007), que por um viés sociocultural, enfatiza que é preciso, na construção de linguagens documentais, reconhecer a natureza dialógica e mutável da linguagem.

Kobashi (2007) destaca que por mais que as linguagens documentais sejam operadas “em horizontes sociais determinados”, estas não se resumem a meras nomenclaturas, pois são instrumentos desenvolvidos com o fim de possibilitar o diálogo entre os usuários, assim como, com os sistemas de informação e os documentos.

Cintra et al. (2002) também destacam um olhar sociocultural quando entendem que cada linguagem, fornece “os dados da experiência segundo padrões que dependem da tradição cultural e do momento social do povo que a fala” (CINTRA et al., 2002, p. 14).

As linguagens documentais são ainda apresentadas como “dispositivo léxico” construído artificialmente, tendo em vista a análise e a recuperação de um sistema de informação (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998). O autor acrescenta que, em geral, as linguagens documentais ignoram o comportamento enunciativo (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998).

Portanto, García Gutiérrez sugere reconhecer a linguagem documental como uma linguagem associativa, baseada em estruturas de organização horizontal, elaboradas a partir de cenários que reproduzem os discursos de uma área. É com

esta perspectiva que o autor passa a denominar as linguagens documentais como linguagens epistemográficas.

As linguagens epistemográficas são reconhecidas como:

[...]linguagens documentais de estrutura associativa e cumprem duas funções básicas e dialógicas: a) normalizam o vocabulário, b) sugerem alternativas. Portanto, mantêm o papel instrumental e mediador de linguagens associativas, mas também c) servem de base de dados de resposta factual, ou seja, adicionam a função do produto final mediante suas construções epistemográficas e a informação obtida a partir do usuário. As Linguagens Epistemográficas simulam enunciados do discurso mediante a macroestrutura de ordem lógico-semântica (nível teórico virtual) e a microestrutura, de ordem discursiva e pragmática (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 14).

Para García Gutiérrez (1998, p. 16) a linguagem epistemográfica, “representa mais uma tipologia dentro da classificação das linguagens documentais que um produto concreto (classificação enciclopédica, tesouro, glossário, etc.)”. O autor se refere às linguagens epistemográficas como linguagens documentais avançadas (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 17).

A partir da perspectiva das linguagens epistemográficas, chamamos a atenção a outra discussão que se refere a “Epistemografia transcultural e interativa”. García Gutiérrez inicia tal discussão, recuperada em seu artigo “Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p.106)²²”.

Neste trabalho, o autor diz que na epistemografia interativa “[...] destaca-se, em primeiro lugar, a necessidade de incorporar ao conhecimento e à sua organização as questões éticas, culturais e políticas.”(GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p.1.)

A ideia de epistemografia está alicerçada na perspectiva da “Ética transcultural da mediação”, a qual García Gutiérrez (2002a) desenvolve em torno dessa discussão o seu olhar crítico sobre os fenômenos culturais e enfatiza a necessidade de uma ética que se apresente sobre uma visão transcultural.

Para García Gutiérrez (2002a), a ética transcultural da mediação, se refere ao

22 É importante ressaltar que nesse contexto, a epistemografia “[...] tem suas raízes em disciplinas positivistas como a Biblioteconomia ou a Museologia, das quais luta por se libertar” García Gutiérrez (2006, p.105).

estabelecimento de uma conduta profissional que priorize a diversidade cultural. Tal ideia está direcionada ao diálogo entre as culturas, de modo que, uma não venha a se sobrepor a outra, o que resultaria no desmerecimento sobre os aspectos culturais que estão imbuídos em cada uma das culturas.

A perspectiva da ética transcultural não está deslocada das questões do campo da Organização do Conhecimento, pois se encontra inserida em Sistemas de Organização do Conhecimento.

Com base na ética transcultural da mediação é possível refletir sobre o posicionamentos ético, crítico e reflexivo que abrange o papel do profissional enquanto um mediador. Dessa maneira, a ética transcultural da mediação possui também relação com a noção crítica de uma “epistemografia interativa”. Nessa perspectiva, o autor aponta a ideia de uma epistemologia tradicional ancorada no conhecimento em um plano ordenado e elitista, diferente da epistemografia interativa.

García Gutiérrez (2006) entende a epistemografia interativa como um novo paradigma cujo propósito é introduzir reflexões que abarquem uma dimensão ética, política e sociocultural à organização e representação de um conhecimento. Assim, as reflexões que congregam a noção de uma epistemografia interativa retoma também às linguagens epistemográficas evidenciadas por García Gutiérrez (1998) e tratadas em Vogel (2007, p.111) onde a autora discorre sobre as linguagens documentais.

Em outros trabalhos verificamos a denominação da epistemografia interativa, como:

[...] uma nova corrente transdisciplinar que abriga os conhecimentos excluídos, representando-os numa multiplicidade de culturas e discursos como em uma organização horizontal. Também pode definir-se como um fluxo transdisciplinar, pois, traz uma nova prática representativa de mútuas interações entre os conceitos, onde os mesmos estão sempre em movimento, possibilitando a construção de um novo paradigma unificador (FRANCELIN; MARTINS; SOARES, 2013, p. 63).

A epistemografia interativa pressupõe uma visão de valor e ética com a capacidade de acolher os conhecimentos que se encontram excluídos, tendo em

vista possibilitar a sua participação nos ambientes digitais em que transitam os conhecimentos dominantes, devolvendo-lhes a legitimidade “perdida” mediante os processos tradicionais e dominantes de concepção e de organização do conhecimento (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006).

Não obstante, a epistemografia interativa está associada à concepção de linguagem apontada por García Gutiérrez (2004). No entanto, se a epistemografia prevê uma interação entre os ambientes que representam e veiculam conhecimento, então a cultura, assim como sua diversidade e seus aspectos transculturais, devem ser reconhecidas na organização do conhecimento. Ainda, a(s) linguagen(s) passam ser protagonistas, pois são elas parte de um processo dinâmico que movimenta a interface entre a sociedade e suas formas de conhecimento.

Contudo, a compreensão de linguagem deve estar em sintonia com a ideia de cultura e diversidade cultural, por entender que tais concepções coexistem e portanto precisam ser tratadas como parte do conhecimento produzido nas sociedades e são elementos constituintes do conhecimento.

Entretanto, a partir do viés crítico proposto na epistemografia interativa as construções de linguagens documentais, por exemplo, como linguagens de representação e ainda segundo Arboit (2014), como um tipo de linguagem derivada de um domínio específico, como os sistemas de classificação, precisam acompanhar a dinâmica dos contextos para não falhar na representação de documentos produzidos em um domínio específico.

Por conseguinte, a compreensão dos contextos pode viabilizar o entendimento amplo da linguagem como um produto social e cultural na constituição do conhecimento

À vista disso, quando nos reportamos às linguagens documentais, por exemplo, devemos ter consciência de que estas não são meras representações, consequência de uma atitude, “[...] neutra e objetiva de um universo já existente de conhecimento[...].” (MAI, 1999, p. 552). Pois estamos inseridos em uma condição cultural e social dinâmica que cobra reflexões sobre o nosso fazer profissional e por isso, requer do profissional classificador e indexador, o reconhecimento dos contextos.

Como destaca Mai (2004, p. 39) “Enquanto a classificação moderna visa representar o universo do conhecimento, a classificação pós-moderna visa fornecer uma ferramenta pragmática para domínios específicos”.

Diante do exposto, é possível reconhecer o quanto é favorável se reportar à noção de cultura, da diversidade cultural, da concepção de linguagem para buscar além de um entendimento pessoal, poder destacar que, dentro de um campo com propósitos comuns, que se configuram no tratamento de conhecimento, de sua organização e representação, não podemos desconsiderar a(s) cultura(s) e nem tão pouco seus contextos.

O olhar sobre a cultura e da sua diversidade, além da crítica posta por García Gutiérrez, está em alguma medida, conectada com a perspectiva multilíngue de Michèle Hudon (1999). Nesta perspectiva multilíngue trazida pela autora a mesma toma como direcionamento sua reflexão sobre os tesouros multilíngues.

Hudon (1999) analisa o aspecto do multilinguismo²³, mais precisamente no campo dos tesouros multilíngues e das barreiras linguísticas e enfatiza que tais barreiras desencadeiam um processo de dominação que nós consideramos ser influenciável na compreensão da própria noção de cultura, como um sistema aberto, destacada anteriormente.

Para Hudon (1997), os tesouros multilíngues são compreendidos como instrumentos de representação, cuja finalidade é auxiliar no processo de indexação, permitindo que os documentos sejam indexados em várias línguas além daquela representada no documento original.

A autora defende que tal instrumento propiciará a relação entre culturas, possibilitando a comunicação interlinguística.

No entanto, a autora enfatiza que para a elaboração de um tesouro multilíngue, é necessário recorrer a um tratamento igualitário das línguas, tendo em vista que tal instrumento busca refletir o universo de conceitos como também de termos utilizados em cada cultura e língua representadas (HUDON, 1997).

A língua passa a ser um dos objetos de análise da autora, e por isso, o reconhecimento das diversas línguas é determinante para a materialização dos

²³ “Diz-se que um indivíduo é multilíngue (bi, trilingüe...) se domina várias línguas [...]”(DUCROT; TODOROV, 1988, p. 67).

tesauros multilíngues.

A autora considera que a língua é um dos fatores influentes que implicam no ponto de vista das propostas científicas como também das culturas e de negócio (HUDON, 1999). Nesse sentido, a língua que predomina é a da própria nação dominante. Entretanto, a autora considera que “as línguas são acima de tudo estruturas léxicas e conceituais organizadas, as quais refletem a forma como seus falantes veem e interagem com a realidade do mundo” (HUDON 1999, p. 158 tradução nossa).

Entendemos que como se trata de um instrumento de representação, idealizado para a representação de contextos distintos, tendo em vista a valorização igualitária das línguas, sabemos que não é fácil isentarmos de nossos olhares assim como dos valores que nos cercam enquanto atores sociais imersos em uma determinada cultura.

Portanto, segundo Fernández-Molina et al. (2005, p. 204): “O processo de representação do conhecimento, assim como os instrumentos que o permeiam e os produtos que dele decorrem não são neutros, estando imbuídos de valores morais.”

Hudon (1999) nos traz uma problemática sobre a valorização das diversidades de línguas, pelo fato de que devemos valorizar a pluralidade de línguas existentes, para que possamos dispor das garantias de acesso sobre determinado conhecimento.

Sobre isso, gostaríamos de destacar que no Brasil, por exemplo, temos historicamente uma diversidade de línguas que foram dizimadas ao longo da história e que hoje são desconhecidas e/ou desconsideradas tendo em vista a determinação e o predomínio de outras que se fazem presente no cotidiano e, principalmente na educação formal. O Brasil possui 274 línguas indígenas faladas, sendo que apenas 249 representam as áreas urbanas e rurais (IBGE, 2012).

É evidente que esse é um exemplo singular, mas bastante significativo e que pode ser considerado pelo campo da Organização do Conhecimento, no objetivo de refletir sobre a possibilidade de trazer à sociedade este conhecimento, o qual poderia ser apresentado por meio de algum sistema de representação.

Nas circunstâncias do reconhecimento de uma determinada língua se

sobrepondo a outras, é necessário saber que, o universo cultural não pode ser reduzido a um paradigma positivista a ponto de não notar a realidade, deixando prevalecer a visão de posições dominantes (GUIMARÃES; PINHO, 2008).

Também, é relevante destacar que o profissional precisa estar atento para as limitações de ordem linguística na busca de evitar o “imperialismo linguístico”, assim como destacado por Hudon (1997).

Diante disso, além de uma questão cultural de valorização de uma língua e não de outra, há também uma questão social, política e cultural que, conseqüentemente influencia na construção de tesouros multilíngues, principalmente ao lidar com línguas que não se apresentam contextualmente com o mesmo privilégio que outras defendidas como “superiores” e/ou universais.

Em consonância com o mencionado anteriormente, de reconhecer e garantir representação à diversidade de línguas, tendo em vista representar de modo coerente os distintos contextos e culturas, introduzimos brevemente as perspectivas da garantia cultural e da hospitalidade cultural sustentadas por Clare Beghtol.

As discussões que envolvem a perspectiva da garantia cultural partem da derivação do termo “garantia literária²⁴” previsto em Hulme (1990).

Para Beghtol, a garantia cultural enfatiza que cada sistema de classificação como, por exemplo, a Classificação Decimal Universal (CDU), possa representar um determinada cultura, independente que esta seja a cultura de um país, ou alguma unidade social menor como, por exemplo, uma etnia, um grupo, um domínio de artes, um partido político, uma religião e/ou língua (BEGHTOL, 1986, 2001).

Nesse sentido, também refere-se ao caráter ético do profissional sobre as questões que concernem os sistemas de classificação e representação do conhecimento.

No entanto, a garantia cultural busca prever que comunidades distintas possam ser, e ao mesmo tempo, se sintam representadas, tendo em vista que cada uma desenvolve seus conhecimentos de maneiras distintas, o que implica dizer que, a cada forma de organização e representação cultural será destacado um caráter

24 Segundo Barité (2011) a “garantia literária” toma como base, que os esquemas e a terminologia de um sistema devem estar baseados antes nos tópicos presentes na documentação que nos modelos das classificações científicas ou filosóficas.

particular baseado no repertório de linguagens de cada comunidade.

Mais uma vez, somos levados a resgatar a noção de diversidade cultural, e assim entender que, mediante a construção de instrumentos de representação é necessário a valorização de distintas formas de cultura, como também de seu conhecimento.

Na mesma linha de reflexão, Hjørland (2003), Mai (2004) e Olson (2002) defendem a não neutralidade, por parte dos profissionais que criam e alimentam os sistemas de organização e representação do conhecimento. Desse modo reforçamos que também não há neutralidade sobre as questões multilíngues, e muito menos na garantia cultural.

Assim, defendemos que não há neutralidade por parte dos instrumentos, e dos profissionais que os idealizam, pois estes profissionais são indivíduos que compartilham cultura e se utilizam de linguagens.

Portanto, entendemos que na elaboração de instrumentos de representação como, por exemplo, tesouros e sistemas de classificação facetada, estão determinados, mesmo que de modo tímido pelos valores e muitas vezes os posicionamento dos profissionais envolvidos.

De todo modo, representar e organizar não são processos simples, como diz Beghtol (2002). Mesmo assim, através da garantia cultural podemos trazer para o campo da Organização do Conhecimento reflexões com enfoque socioculturais, isto é, que forneçam à representação, olhares ampliados sobre a cultura, a linguagem e os contextos das comunidades.

A garantia cultural visa propor formas de representação das comunidades, via sistemas de organização e representação do conhecimento, por isso, se concentra na questão do acesso dos conteúdos culturais. Assim, a garantia cultural dialoga com a perspectiva da hospitalidade cultural.

Devemos admitir que o conceito de hospitalidade cultural surge em apoio à garantia cultural e, desse modo, Beghtol (2002) entende que a hospitalidade cultural visa permitir a escolha pessoal e comunitária.

A hospitalidade cultural está voltada para as questões de recepção dos conteúdos informacionais e ao mesmo tempo prevê a partir de questões éticas, o

cuidado com a diversidade cultural e linguística cujo objetivo é viabilizar a recepção de informações sobre contextos culturais.

Sendo assim, verificamos que uma perspectiva complementa a outra. Enquanto uma se concentra na questão da garantia dos conteúdos culturais de uma comunidade, isto é, o acesso de informações – a garantia cultural –, a outra visa garantir a recepção de informações sobre diversos contextos culturais das comunidades.

Em geral, poderíamos dizer que a garantia cultural se localiza no início das reflexões sobre a elaboração dos sistemas de organização e representação do conhecimento e também na criação de instrumentos de representação, tendo em vista garantir o reconhecimento das diversas culturas por meio das representações.

A hospitalidade cultural está concentrada no fim do processo, na tentativa de verificar como se dá a recepção das informações por parte dos usuários.

Assim, tanto a noção de garantia cultural como de hospitalidade cultural desenvolvidos por Beghtol (2002) se estabelecem sob a compreensão de sistemas de organização e representação do conhecimento os quais propõem preservar a garantia de diferentes culturas, e refletir sobre a diversidade cultural de grupos e comunidades.

As perspectivas aqui mencionadas demonstram que do ponto de vista conceitual e terminológico, a Organização do Conhecimento carrega forte influência das áreas como a Antropologia e a Sociologia, que historicamente possui interesses particulares sobre as concepções de cultura, diversidade cultural etc.

Entretanto, ao mencionar conceitos e/ou termos de outras áreas como, por exemplo, da Sociologia, Antropologia, Filosofia, Linguística etc. podemos nos submeter ao exercício de interpretá-los e, em alguma medida, elaborar revisões de modo que possam ser analisados e utilizados com a finalidade de verificar a pertinência desses termos e conceitos na literatura produzida no campo da Organização do Conhecimento e, por conseguinte na Ciência da Informação.

Para tanto, sabemos que em cada campo os atores sociais determinam suas regras, seus princípios e hierarquias decorrente das tensões para sua própria delimitação (CHARTIER, 2002) Portanto, segundo Bourdieu (2004, p. 22-23) “todo

campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”.

Assim, podemos entender que na Organização do Conhecimento há uma preocupação em rever as questões que norteiam seus processos de organizar o conhecimento, tendo em vista revisar os posicionamentos dos pesquisadores envolvidos. Tal movimentação pressupõe ao campo reflexões, históricas, filosóficas, sociais, e culturais quanto a conceptualização do conhecimento, e isso implica na própria configuração desse campo.

Entendemos que seja necessário, não só rever a apropriação de conceitos e termos, porém é preciso compreender como se dá a sua recepção para o campo e também para a área da Ciência da Informação.

A Organização do Conhecimento, assim como a Ciência da Informação está em constante revisão, no que concerne os conceitos, termos e ainda as teorias com as quais ambas dialogam.

Sob uma perspectiva social, tendo como base a “epistemologia social” empregada por Shera (1972), reconhecemos que não é possível conhecer processos intelectuais da sociedade apenas por meio do estudo do indivíduo, é necessário considerar a cultura e a sociedade em que este faz parte. Nesse caso, o autor do impacto social que as práticas biblioteconômicas possuem (SHERA, 1977). Para tanto, delimitar reflexões sobre cultura, linguagem e conhecimento devem ser compreendidos em relação ao contexto social, histórico e cultural das comunidades.

A partir das perspectivas socioculturais desenvolvidas no referido campo, podemos diagnosticar o quanto somos movidos por fenômenos culturais que potencializam as linguagens.

Embora tenham sido comentados de modo resumido, os autores destacam que, questões de ordem multilíngue, ética e cultural tornam-se relevantes para o campo da Organização do Conhecimento e podem auxiliar em análises que envolvem os processos de organização e do conhecimento sob uma viés sociocultural sobre o conhecimento.

A próxima subseção apresenta de forma breve sobre Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) com ênfase a um esquema de organização e

representação do conhecimento que, neste caso, é o tesouro.

2.3 Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC)

O termo *Knowledge Organization Systems (KOS)* foi inicialmente utilizado por Hodge (2000) para se referir aos tipos de esquemas de organização da informação e gerenciamento do conhecimento, que compreendem desde sistemas de classificação, categorização, cabeçalhos de assunto, listas de autoridades, tesouros²⁵, dicionários, glossários²⁶, redes semânticas²⁷ e ontologias²⁸ (HODGE, 2000).

Segundo Mazzocchi (2018), a nomenclatura sistemas de organização do conhecimento é utilizada para designar cabeçalhos de assuntos, tesouros, ontologias e sistemas de classificação. No entanto, todos possuem características distintas, mas o objetivo comum que é subsidiar a organização da informação do conhecimento tendo em vista da recuperação.

Os sistemas de organização do conhecimento são ferramentas que apresentam a interpretação organizada de estruturas do conhecimento, as ferramentas semânticas. São estruturas sistemáticas à construção de modelos abstratos do mundo que representam os conceitos de um domínio (HJØRLAND, 2007b).

Recuperamos em Carlan (2010) que o termo Sistema de Organização do

25 “Tipo de linguagem documental que é integrada com termos analisados e normalizados que mantêm relações semânticas e funcionais entre si. O tesouro é organizado sob forte controle terminológico, a fim de fornecer um instrumento ideal para o armazenamento e recuperação de informações em áreas especializadas. Pode ser monolíngue, monolíngue com equivalências ou multilíngües, de acordo com a cobertura linguística que propõe”(BARITÉ, 2013, p.131 tradução nossa).

26 “Relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR 14724**: trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011).

27 É um conceito discutido na área da Ciência da Computação e está ligado com a Inteligência artificial. Se trata de uma notação gráfica composta por nós interconectados com o objetivo de representar conhecimento. SOWA, J. F. **Semantic networks**. 2002. Disponível em: <http://www.jfsowa.com/pubs/semnet.htm>.

28 “Representação de um domínio ou sistema com o objetivo de operar de modo eficaz para usuários. Nesse sentido, a estrutura proporciona conceitos, relações, funções, ferramentas, operações e restrições que permitem ações de desenvolvimento contínuo” (BARITÉ, 2013, p. 113 tradução nossa).

Conhecimento (SOC) é uma tradução para o português do original inglês “*Knowledge Organization System*”(KOS). O termo foi proposto pelo *Networked Knowledge Organization Systems Working Group* na primeira Conferência da *ACM Digital Libraries* em 1998, *Pittsburgh, Pennsylvania*. No mais, optamos por adotar nesta pesquisa a sigla em português.

Bräscher e Carlan (2010) destacam que os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) são frutos dos processos de organização do conhecimento e são utilizados como instrumentos nas atividades da classificação e indexação. Sua caracterização parte das relações semânticas entre conceitos.

Os SOC são ferramentas semânticas com vocabulários estruturados e formalizados, usados para o tratamento da informação, tanto no ambiente web como no tradicional, inclusive no desenvolvimento da web semântica (CARLAN; BRÄSCHER, 2011, p. 56).

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) são caracterizados como instrumentos que executam a tradução dos documentos originais e completos, para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo. Possuem a finalidade de organizar a informação e o conhecimento em prol de favorecer a recuperação das informações existentes nos documentos (CARLAN, BRÄSCHER, 2011).

Desse modo, os Sistemas de Organização do Conhecimento são denominados como produtos da representação e abrangem todos os tipos de esquemas **gerais** (enciclopédias, bibliografias, bases de dados, sistemas, disciplinas etc) e **específicos** (classificação, taxonomias, tesouros e ontologias). Para Café et al. (2017, p. 84), os Sistemas de Organização do Conhecimento

[...] são utilizados na representação da informação, visivelmente nos processos de classificação e indexação. Cada SOC se estrutura em torno de tipos particulares de relações conceituais a fim de atender uma demanda específica. Nesse contexto, os SOC terão impacto direto não só na representação, mas também na recuperação da informação,[...].

Entendemos que Sistemas de Organização do Conhecimento são produtos da representação necessários à recuperação da informação, mas que sua representatividade depende do acordo e reconhecimento das distintas comunidades nas quais foram elaborados e aplicados, em vista dos objetivos da área a qual irão

servir e das comunidades e contextos que irão representar.

Brascher e Café (2008, p. 8) entendem os SOC como “sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles”. Para Bräscher e Carlan, (2010), a função dos Sistemas de Organização do Conhecimento é de organizar e representar a informação.

Lafuente (1993) e Esteban Navarro (1997) compreendem que os Sistemas de Organização do Conhecimento são ferramentas cuja finalidade é a representação temática do conteúdo dos documentos, assim como qualquer outro recurso de informação, em qualquer suporte ou estrutura, por meio de símbolos codificados ou mesmo expressões linguísticas.

A função dos SOC é de facilitar a circulação de informações e a utilização social do conhecimento registrado (GIL URDICIAIN, 1996; TÁLAMO, 1997; NAUMIS PENNA; IGLESIAS, 1999). Nesse aspecto, os autores enfatizam que os SOC estão para a representação do conhecimento registrado.

Compreendido como sistemas semanticamente estruturados que consideram as propriedades dos conceitos, termos, definições e relacionamentos, os SOC abarcam tipos de esquemas como as taxonomias²⁹, classificações³⁰, tesouros e ontologias, cuja finalidade é organizar e representar o conhecimento (CARLAN, 2010; CARLAN; BRÄSCHER, 2011).

Carlan (2010) ao comentar sobre a infraestrutura necessária para a constituição de um SOC, o qual requer de uma análise das necessidades dos usuários dos sistemas, do tipo de SOC adequado e do desenvolvimento do *hardware* e *software* apropriado para sua permanência e manutenção, menciona que, a expressão sistema de organização do conhecimento “é uma denominação nova para

29 “Ramo da Classificação da ciência que lida com o estabelecimento de princípios e desenvolvimento de classificações em diferentes disciplinas relacionadas com as ciências naturais, como a biologia, botânica e zoologia. / / 2. Classificação hierárquica comumente usada para acesso à internet para sistematizar conteúdos ou websites. Por extensão, qualquer esquema ou representação que só estabelece relações hierárquicas entre conceitos” (BARITÉ, 2013, p. 154 tradução nossa).

30 “Sistema de organização do conhecimento, que apresenta uma estrutura organizada de termos correspondentes a uma ou todas as áreas do conhecimento, representadas por notações, que visa atribuir símbolos aos documentos, de acordo com seus temas, para agrupar, separar, organizar ou referenciá-los em uma seqüência lógica e inter-relacionada. Nesse sentido, é sinônimo de “sistema de classificação” (BARITÉ, 2013, p. 34 tradução nossa).

as linguagens documentais que agregam elementos incorporados nas inovações tecnológicas da era digital” (CARLAN, 2010, p. 28).

As linguagens documentais são linguagens construídas com fins na indexação, armazenamento e recuperação da informação. Correspondem a sistemas de símbolos cuja finalidade é traduzir os conteúdos dos documentos e de facilitar a comunicação. Tal comunicação se limita aos contextos documentais, isto é, da possível comunicação entre usuário e sistema de informação.

Kobashi (2007) entende que as linguagens documentais servem como instrumentos instauradores e desse modo buscam propor uma interação entre os sistemas de informação e o usuário. Para Lara (1999), as linguagens documentais são a expressão de uma determinada informação e visa tornar possível a mediação entre o documento e os indivíduos.

Compreendemos que tais linguagens são ainda mecanismos potencializadores do conhecimento na relação que se estabelece entre a informação transmitida e o reflexo desta no contexto dos usuários, pois a finalidade das linguagens documentais é a representação e recuperação.

Para Gardin et al. (1968), as linguagens documentais são um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos técnico-científicos com a finalidade de classificar e buscar retrospectiva de informação.

Sales (2008) destaca que as linguagens documentais são modelos de representação do conhecimento e também linguagens artificiais construídas cujo propósito é a descrição dos conteúdos documentais. Estas são utilizadas em sistemas documentários para indexação, armazenamento e recuperação da informação.

Em linhas gerais, as linguagens documentais:

são instrumentos de controle terminológico utilizados no processo de indexação e recuperação da informação. O tesouro é uma linguagem documentária caracterizada pela especificidade e pela complexidade existente no relacionamento entre os termos que comunicam o conhecimento especializado (SALES, 2008, p.16).

Para tanto, podemos dizer que as linguagens documentais, enquanto formas

de expressão da informação, podem ser entendidas como elementos de representação na medida que é possível compreender a dinâmica do conhecimento que implica na representação construída a partir deste instrumento. Nesse aspecto, os tesouros, assim como os sistemas de classificação podem ser considerados modelos de linguagens documentais.

Segundo Campos e Medeiros (2012), o tesouro tem significado originário do latim e grego, significando tesouro. Relatam que em 1852, Peter Mark Roget publica *Thesaurus of English Word and Phrases* e em 1950, Hans Peter Luhn utiliza da denominação *thesaurus* para nomear um sistema de palavras autorizadas utilizado na IBM Research Center.

Lancaster (1986) relata que o primeiro tesouro se desenvolveu em 1960 pelo *U.S. Department of Defense*. Posteriormente o *American Institute of Chemical Engineers (AIChE)* publica em 1961 o *Chemical Engineers Thesaurus*. Após esse o *Engineers Joint Council (EJC)* lança em 1964 o *Engineering Terms*.

Cavalcanti (1978), descreve que a origem do tesouro data de 1565 por Cooper no *Thesaurus linguae romanae et britanica*. Tal termo se mantém até metade do século XX. Em 1958, passa a ser usado a partir da tradução automática. Na área da Ciência da Informação, a expressão tesouro passa a ser reconhecida e utilizada para indicar listas de descritores ou termos de indexação.

Dentre os diversos modelos de representação que o SOC abarca, nesta pesquisa, escolhemos comentar sobre o tesouro por este ser consolidado por normas internacionais como (ISO, ANSI/NISO) e são presentes em diversos estudos na área da Ciência da Informação e também em áreas como a Ciência da Computação.

Consideramos o tesouro como um tipo de SOC, caracterizado como instrumento que está presente nos processos de organização do conhecimento, é uma ferramenta de recuperação da informação.

No contexto da organização do conhecimento, o tesouro é um tipo de sistema de organização do conhecimento. Para tanto, as normas para tesouros servem de diretrizes para otimizar o seu planejamento e gerenciamento.

Segundo Martins (2014, p. 70) a primeira norma publicada sobre tesouros foi a ANSI Z39.19-1974 "Thesaurus Structure, Construction and Use", publicada pelo

American National Standards Institut. Gil Leiva (2008, p.152) apresenta que, sobre a construção de tesouros, a primeira norma foi publicada em 1973, pela ISO 1951-1973, cujo título foi “Symboles lexicographiques particulièrement pour l’ emploi dans les vocabularies systématiques á définitions”.

Destacamos que ANSI/NISO Z39.19-2005(R2010) foi a primeira norma elaborada para construção de tesouros e contempla diretrizes sobre gerenciamento, manutenção e construção de vocabulários controlados monolíngues. Quanto a ISO 25964 (versão atualizada da ISO 1951-1973) em sua primeira parte trata do desenvolvimento e da manutenção de tesouros monolíngues. A segunda parte destaca a interoperabilidade entre distintos tesouros e demais tipos de vocabulários controlados.

Vale destacar que a ISO 1951-1973 é uma norma relativa à harmonização da tipologia e apresentação de vocabulários e trata de símbolos lexicográficos direcionado para uso em vocabulários sistemáticos definitivos.

No âmbito da Ciência da Informação, o termo tesouro foi utilizado a partir da década de 1940, em vista de sua função no processo de recuperação da informação. Assim, o tesouro adquire o papel de instrumento com a capacidade de conduzir conceitos e suas relações, em uma língua regular, com controle de sinônimos e estruturas sintáticas simplificadas (DODEBEI, 2002).

O tesouro é um vocabulário de termos relacionados genérica e semanticamente sobre determinada área do conhecimento (MOTTA, 1987). Para Cavalcanti (1978, p. 27) é “uma lista estruturada de termos associados empregada por analistas de sistemas de informação e indexadores”. Cervantes (2009, p. 38) destaca que “O tesouro constitui-se no exemplo mais característico de linguagem documentária alfabética, limita-se, em princípio, ao vocabulário de especialidade.

o tesouro é um importante instrumento e dos mais adequados para representar e recuperar a informação em áreas especializadas. Sua importância apoia-se no controle de terminologias que compõem os documentos de um sistema de informação especializada e no emprego dos mesmos termos utilizados para representar os documentos que incluem os mesmos conceitos, quando realizada a busca de um assunto (CERVANTES, 2009, p. 67).

Nesse sentido, Cintra et al. (2002), reforça que o tesouro é uma linguagem

documental mais desenvolvida e sua atualização considera termos³¹ e palavras que não mais utilizadas, podendo haver reagrupamento de descritores e assim pode ocorrer a inserção de outros novos termos.

Moreira e Moura (2006) diz ser o tesouro a linguagem de documentação com a característica específica e que possui relações entre os termos que o compõem. É importante ressaltar que os tesouros são construídos para uma determinada área do conhecimento, e que não existe tesouros gerais, embora alguns consigam cobrir vários assuntos (MOREIRA; MOURA, 2006).

Nesse escopo, Moreira e Moura (2005) relatam que o estudo dos tesouros envolve vários campos do conhecimento, por se tratar de um tema multidisciplinar. O tema dos tesouros:

Diz respeito à Ciência da Informação por sua origem e utilização imediata nos processos de indexação e recuperação de informação. Mas também está vinculado às contribuições da terminologia, da lingüística,(sic) da filosofia, da lógica, da tradução, da análise sistêmica, da normalização, dos sistemas de classificação entre tantos outros. Todos eles, cada qual em seu nicho particular, apresentam-nos pontos de contribuição. (MOREIRA; MOURA, 2005, p. 4).

Diante disso, entendemos que o tesouro se apresenta como um aliado entre o sistema de informação e os usuários para recuperação de conteúdos documentais.

Na perspectiva de Moreira e Moura (2005) a elaboração de um tesouro é uma atividade intelectual, requer atividades específicas como conhecer os documentos produzidos na área, o entendimento dos termos utilizados, e por fim a construção de conceitos para que os termos sejam explicados. Além disso, à elaboração de um tesouro é necessária uma atitude flexível que permita incorporar as mudanças que a linguagem utilizada sofre ao longo de seu desenvolvimento, sem dispensar os conceitos, mas refletindo sobre seu desenvolvimento.

Após as definições dadas sobre tal modelo de representação, pontuamos como se dá a configuração dos tesouros, isto é, seus relacionamentos implicam ligações entre os conceitos e os termos adotados. No entanto, Svenonius (2000) destaca que em um tesouro, não há termos que não estejam relacionados com outros, pois a relação entre os termos é determinada por seu significado.

31 "palavra ou expressão selecionada para representar um dado significado"(GOMES, 1990, p. 20).

Sobre os tipos de relacionamentos, Gomes (1990) destaca:

- a) Relacionamentos lógicos - da comparação de conceitos. Podem ser divididos em: genérico-específico (permite formar as classes dos conceitos assim como a estrutura hierárquica dos tesouros e o analítico (gera as relações com base nas relações associativas entre termos; e o relacionamento de oposição (indica termos opostos);
- b) Relacionamentos ontológicos - agrupam as relações partitivas, relacionamentos de sucessão ou contiguidade entre termos, além dos relacionamentos material-produto³²;
- c) Relacionamentos de efeito – são caracterizados por causalidade, instrumentalidade e descendência (relações genealógicas estabelecida entre os termos).

Outro aspecto que implica na estrutura de tesouros são enfatizados em Currás (1995) que aponta as relações de equivalência, hierárquicas e associativas entre os termos. A primeira representa os sinônimos de um termo; a segunda busca especificar termos genéricos e específicos para estabelecer demais relações com base nos objetivos dos tesouros; a última estabelece diversos pontos de associação, mas depende da política de implantação do tesouro, tendo em vista seus objetivos e o domínio deste instrumento.

Diante de um estrutura necessária para tesouros, destacamos dois propósitos, a partir da ANSI/NISO Z39.19 (2005) a saber:

- facilitar a recuperação dos documentos e
- alcançar a consistência na indexação dos documentos escritos ou registrados de outra forma e outros tipos, principalmente para sistemas de armazenamento e de recuperação de informação pós-coordenados.

Como sistemas estruturados, que se integram com termos que possuem relações semânticas e funcionais, os tesouros possuem o objetivo de proporcionar um instrumento ideal que armazene e recupere informações em áreas especializadas. Dois elementos essenciais dos tesouros são constituídos pela normalização dos termos de indexação que recolhe, que são os descritores e não-descritores e o

³² No relacionamento material- produto, podemos citar, por exemplo, a “cadeira”. Esta possui como parte a matéria-prima, a madeira, está relacionada com o produto, que neste caso, é a cadeira.

controle de vocaúário que é estabelecido entre esses termos (CURRÁS, 1995; GIL URDICIÂN, 1996; GIL LEIVA, 1999; NAUMIS PENNA, 2007).

Entendemos que a função do tesouro é poder representar os assuntos. No entanto, sua solicitação de busca é feita pelos usuários do sistema. Gomes (1999, p.16) destaca que:

A representação da solicitação de busca é feita no momento em que o usuário busca uma informação no sistema: seu pedido é analisado, seu conteúdo identificado e devidamente traduzido nos termos do tesouro.

Na perspectiva de Cavalcanti (1978) o intuito dos tesouros é de descrever especificamente um documento para que seja possível a recuperação da informação. Desse modo:

O uso do tesouro como instrumento de recuperação da informação é sem dúvida uma estratégia eficaz para a busca de informações em bases de dados. Geralmente, é comum o tesouro ser utilizado somente pelos indexadores como uma ferramenta de trabalho, ficando sua aplicação restrita à indexação, deixando de lado a importância desse instrumento no momento da recuperação. A simples adoção de um tesouro como uma linguagem artificial, controlada, já contribui em muito para a diminuição da inconsistência na recuperação da informação em uma base de dados (SOUTO, 2003, p. 78).

Dada a definição e estrutura para a elaboração de tesouros, é necessário destacar o que tal modelo de representação deve contemplar. Para Currás (1995) o tesouro deve:

- 1) ser uma linguagem especializada;
- 2) permitir a introdução ou supressão de termos para garantir sua atualidade;
- 3) servir de conversor da linguagem natural para uma linguagem controlada e normalizada; e
- 4) servir de comunicação entre os documentos e os usuários.

Tendo em vista representar conteúdos documentais e favorecer a comunicação entre usuário e sistema na busca de informações, os tesouros precisam em sua constituição priorizar elementos que possam auxiliar não apenas na sua estruturação como nas buscas feitas pelos usuários, isto é as comunidades devem ser reconhecidas. Por isso, consideramos como imprescindível a validação

dos contextos das comunidades, pois assim podemos priorizar uma comunicação entre sistemas a realidade representada (o contexto) e os usuários. Nesse sentido, estaremos diante de um modelo de representação social e cultural que destaque não apenas a garantia do sistema, mas, principalmente do usuário.

Por isso, a seleção de vocabulários é um exercício que requer o conhecimento da área de domínio do tesouro. Segundo Svenonius (2000) deve haver uma limitação do vocabulário em vista de possuir apenas termos necessários e correspondentes aos objetivos do tesouro.

Para Svenonius (2000), os domínios de um tesouro, para a seleção de um vocabulário deve tomar como base critérios para a seleção de termos. Esses critérios seriam a garantia literária, a garantia do usuário e a garantia estrutural.

A ISO 25964-1 (2011) enfatiza que o objetivo do tesouro é direcionar tanto o indexador como o pesquisador na escolha do mesmo termo e mesmo conceito. Para isso, o tesouro precisa listar todos os conceitos que possam ser utilizados no processo de recuperação da informação de um domínio específico.

Consideramos que os tesouros devem refletir a garantia literária, a garantia de usuário e a garantia estrutural, pois estas somam, principalmente, os interesses dos usuários, da área que o tesouro contempla e de toda sua estrutura, para fins de sua manutenção e atualização conforme a demanda da comunidade que se propõe em servir.

A garantia literária é destacada por Hulme (1911) o qual defende que determinação das classes utilizadas nas linguagens de indexação devem tomar como base as classes existentes na literatura. Assim, a garantia literária se fundamenta na ideia de que tanto os esquemas como a terminologia de um sistema devem ser baseados previamente nos tópicos presentes na documentação, do que nos modelos das classificações científicas ou filosóficas (BARITÉ, 2011).

Segundo Gomes (1990, p. 16), a garantia literária é nada mais que o contexto específico que entende que o “significado de sua palavra é aquele utilizado pelos autores na literatura da área. Quando se refere ao falante denomina-se “Garantia do usuário”(GOMES, 1990, p. 19).

Cabe enfatizar que o contexto do elemento a ser representado deve ser

considerado. Nesse sentido,

O contexto especifica o significado do termo, determinando desta forma a ambiguidade inerente às palavras da linguagem natural. Há que se considerar o contexto geral da área no qual o termo está inserido e o contexto específico no qual o termo aparece (GOMES, 1990, p. 19).

No entanto, a garantia literária é necessária, mas não suficiente para a legitimação e admissão de termos no vocabulário, isso se justifica pelo fato de nem sempre termos utilizados por autores correspondem aos termos que são utilizados por sujeitos que pesquisam e buscam recuperar a informação (MOREIRA; MOURA, 2006). É nesse contexto que entra em cena a garantia do usuário.

O manual de diretrizes para a construção, formato e gerenciamento de vocabulários monolíngües controlados descreve a garantia do usuário como a

[...] justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por causa de pedidos frequentes de informação sobre o conceito ou buscas livres sobre o termo feitas pelo usuário de um sistema de armazenamento e recuperação da informação (ANSI/NISO, 2005, p.10)

Segundo Barité (2007), a garantia do usuário se sustenta tanto na ideia de que o processo de seleção de termos deve estar relacionado às formulações de busca que os usuários executam através de um sistema de informação, como também na forma em que elas se manifestam.

Para Moreira e Moura (2006) a garantia do usuário se relaciona com o princípio de que os termos selecionados para compor um tesauro devem estar em combinação com os utilizados pelos usuários na recuperação da informação.

Nesse aspecto, entendemos que a garantia do usuário busca prever como os termos se comportam, ou ainda como são elaborados no contexto das comunidades e não somente dos usuários que irão acessar o sistema em busca de informações.

No contexto da indexação, a garantia do usuário possibilita visualizar um panorama das necessidades de informação postas pelos usuários e ainda auxilia o indexador na identificação de que termos estes usuários possivelmente buscariam, tendo em vista situações em que os dados do registro de que dispõem não suprem suas demandas (LANCASTER, 2004).

Além da garantia do usuário, a garantia de uso também é analisada no contexto de consolidação da história do tesouro (MOREIRA; MOURA, 2006). Para Gilchrist (1971) apud Moreira e Moura (2006) a garantia de uso está de acordo com o contexto de sua época, e também com uma força paralela de pensamento na qual o leitor, como usuário que cria a literatura, deveria ser reconhecido como uma fonte, em virtude de conhecer a linguagem mais acertada para a indexação.

Assim, podemos entender que os modelos que consideram o usuário estão relacionados com o potencial da necessidade de informação do usuário além de admitir a linguagem por este usuário, isto é, a linguagem utilizada no momento da busca por informação.

Quanto a garantia estrutural Moreira e Moura (2006), comentam que há termos que não se baseiam, nem na garantia do usuário e na garantia literária, mas são aceitos em um vocabulário normalizado, pois propiciam uma função estrutural útil. Os autores seguem discutindo que:

Quando se constrói um vocabulário hierárquico, o mais provável é admitir termos que estão somente garantidos por suas propriedades estruturais. Vocabulários altamente estruturados, como os empregados por linguagens classificatórias, incluem muitos assuntos designados por expressões que dificilmente alguém pensaria em usar por escrito em documentos ou em arquivos de tecnologia, isto é, bancos de dados de aplicações automatizadas (MOREIRA; MOURA, 2006, p. 7).

De modo geral, a garantia estrutural, implica termos que são justificados na estrutura do tesouro. Nesse caso, a garantia estrutural, desconsidera a garantia literária e a garantia de uso e passa a estabelecer uma seleção de vocabulários de forma *top-down* ao invés de *bottom-up* (SVENONIUS, 2000).

Diante desse panorama, verificamos que o propósito norteador dos Sistemas de Organização do Conhecimento é dispor de esquemas de representação, como no caso do tesouro, para que seja possível a recuperação da informação dentro de uma área do conhecimento. Por isso, o instrumento apresenta sua estrutura, funções e objetivos para que possa atender a comunidade a qual foi planejado.

Ao considerar o tesouro como uma “linguagem documentária caracterizada pela especificidade e pela complexidade existente no relacionamento entre os

termos que comunicam o conhecimento especializado” (SALES, 2008, p.16), destacamos um questionamento: Será possível apenas o conhecimento especializado poder ser representado a partir de esquemas como o tesouro?

O que podemos dizer é que, nos espaços da cultura, isto é, onde os sujeitos produzem e organizam seu conhecimento, este não é compreendido por sua especialidade, e sim, por sua dinâmica.

No entanto, quando tratamos do contexto da Organização do Conhecimento, em que a representação deve fazer valer os contextos culturais de comunidades locais, estamos nos referindo à validação desses contextos, desde o modo que o conhecimento é organizado até a sua representação. Portanto, entendemos que o tesouro, assim como qualquer outro instrumento, deve favorecer à representação com base na realidade para que a recuperação e, posteriormente, seu uso possa estabelecer relação com as necessidades reais dos sujeitos.

Neste caso é necessário atentar para a garantia de uso deste modelo de representação, pois como menciona Moreira e Moura (2006), tal garantia se refere aos princípios fundamentais para a constituição referencial de tesouros, aliado a garantia literária e garantia estrutural. É claro que todas devem ser analisadas em conjunto, mas consideramos que o olhar do profissional no momento da seleção dos termos, deve contemplar a dinâmica dos contextos. Isso demanda competências interpretativas e do reconhecimento sobre a pluralidade das comunidades.

O tesouro é apenas um entre tantos modelos de representação. Por isso, sabemos que, na intenção de fornecer uma representação que subsidie o reconhecimento dos contextos e, por conseguinte, a validação das realidades, tal como se apresentam, temos o dever de revisar e analisar o modo como esses sistemas se aproximam das comunidades.

A próxima seção apresenta a Semiótica da Cultura, uma linha investigativa da semiótica que se responsabiliza pelo estudo da linguagem na cultura, que tem suas origens nos estudos russos e nos possibilita uma síntese mais desenvolvida sobre alguns conceitos antes entendidos como particulares dos estudos sociológicos e antropológicos.

3 A SEMIÓTICA DA CULTURA

A semiótica da cultura não consiste apenas no facto de que a cultura funciona como um sistema de signos. É necessário sublinhar que já a relação com o signo e com a signicidade representa umas das características fundamentais da cultura (LOTMAN; USPENSKI, 1981, p. 45)

A Semiótica da Cultura ou Semiótica Soviética caracteriza-se por um campo de estudos que tradicionalmente possui um foco nas análises das linguagens, dos códigos culturais, dos textos, dos processos de modelização, dos sistemas da cultura em geral, isto é, onde quer que haja um problema semiótico e social.

No arcabouço teórico e conceitual da Semiótica da Cultura a linguagem é um sistema organizado que implica na geração, organização e interpretação da informação (MACHADO, 2003). A Concepção semiótica de código é de responsabilidade de Jakobson (1971). O código é um signo convencional de carácter genérico e a partir deste é possível a constituição dos sistemas e, conseqüentemente, da linguagem (MACHADO, 2003).

O texto revela é um mecanismo gerador de sentidos. Não é um receptor passivo de conteúdos depositados nele, pelo contrário, o texto é um gerador de sentidos em processos interativos (MACHADO, 2003). A modelização é um dos conceitos chave da Semiótica da Cultura para situar o conhecimento cultural do mundo como ato de comunicação e, como modelo (LOTMAN, 1978).

O objetivo desta seção é resgatar uma breve configuração da Semiótica da Cultura como campo de investigações dos sistemas semióticos da cultura.

Machado (2003) entende que o propósito da Semiótica da Cultura está baseado na análise das linguagens existentes, na relação entre natureza e cultura. Contudo, compreender a interação entre esses dois sistemas implica no grande problema para a perspectiva semiótica russa.

A necessidade de compreender problemas de linguagem não faz da Semiótica da Cultura uma teoria geral dos signos e das significações. Seu carácter é aplicado e se inclina para estudos das mediações existentes entre uma diversidade de fenômenos (MACHADO, 2003).

A origem da Semiótica da Cultura, está no estudo do aspecto sígnico da linguagem (LOTMAN, 1979). Esta ideia de Lotman evidencia o seu tratamento sobre o fenômeno da linguagem como um sistema semiótico que propicia a organização da informação.

A linguagem é de fato um sistema semiótico que codifica a mensagem, antes mesmo que esta seja interpretada. O mecanismo básico da cultura é criar linguagem no contexto onde não exista língua codificada.

Em outras palavras, as linguagens desenvolvidas na esfera da cultura visam a comunicação dos textos produzidos na cultura representados em outros sistemas de signos como a arte, a música etc. No entanto, para alcançar a configuração de novos textos é necessário uma “competência semiótica” (MACHADO, 2003, p.147).

A competência semiótica implica na capacidade interpretativa para compreender os sistemas semióticos. “É uma capacidade dialógica de criação da linguagem” (MACHADO, 2003). Tal competência nos permite compreender a dinâmica da linguagem e a partir dela reconhecer os contextos das comunidades. Este é um exercício semiótico desenvolvido por aqueles que vivenciam a cultura, e também, pelos que a observa e produzem comentários sobre a mesma.

O campo da Semiótica da Cultura possui larga tradição na análise dos sistemas de signos que transitam e, ao mesmo tempo, coexistem na cultura. Um exemplo disso são as linguagens, que a cada contexto da cultura se apresenta com novas possibilidades de representação. As linguagens na cultura revelam a potencialidade representativa deste sistema.

Para tanto, vale ressaltar que os termos cultura e linguagem não são elementos articulares dos estudos da Semiótica da Cultura, pois já são analisados e conceituados, do ponto de vista de outras áreas como, por exemplo, a Sociologia, Antropologia e mesmo a Linguística.

Embora as concepções de linguagem e de cultura já possuam bases conceituais em outras áreas, a questão da linguagem na cultura tornou-se um dos problemas para as análises semióticas russa, pois a Semiótica da Cultura não buscou apenas traçar uma síntese desses termos, mas se propôs analisar por um ponto de vista semiótico para entender o percurso dinâmico de todo o sistema da

cultura.

O desafio, nesse caso, é de rever os conceitos de linguagem e cultura e apresentá-los a partir de uma nova configuração epistemológica.

3.1 Objeto, campo e linhas de estudo

Onde quer que haja língua, linguagem, comunicação, haverá signos reivindicando entendimento. Isso quer dizer que haverá problemas semióticos à espera de análise. Por ser o maior manancial de linguagens, a própria vida se oferece como um grande problema semiótico (MACHADO, 2003, p. 24).

Os estudos desenvolvidos na Semiótica da Cultura estão orientados para temáticas que visam a análise dos sistemas de signos (linguagem, cultura, códigos culturais, texto cultural). O campo da Semiótica da Cultura busca contemplar os signos na relação da linguagem e cultura.

No âmbito da Semiótica da Cultura, os sistemas semióticos da cultura não se limitam a penas numa esfera cosmo, ou social, ou cultural, ou biológica.

Aqui, temos o objetivo de destacar sobre o objeto de estudo da Semiótica da Cultura.

Compreendemos que o objeto da Semiótica da Cultura não é a cultura em si, pois esse campo não se debruça em apenas traçar as características de uma determinada cultura, os seus tipos e instrumentos utilizados como ocorre nos estudos e práticas antropológicas. Aqui, cultura é interpretada como um espaço semiótico e plural, não meramente dicotômico.

Assim, o objeto desse campo se caracteriza pelos sistemas semióticos da cultura, produzidos e desenvolvidos nesse mesmo espaço, a cultura. A linguagem, os códigos e todos os textos desenvolvidos na cultura são o objeto de investigação da Semiótica da Cultura.

Por mais que aparente ser o conceito de cultura o objeto do campo da Semiótica da Cultura, a cultura é vista como um sistema semiótico no qual o campo se debruça para investigar todos os demais sistemas semióticos que na cultura coexistem.

Como um espaço semiótico, é na cultura que os problemas semióticos são evidenciados. A cultura é o espaço dos signos desde sua origem onde os signos geram signos. É um lugar que não se define pela condição existencial de algo que existe apenas uma única vez, pois trata-se de um manancial em movimento (MACHADO et al., 2016).

Cultura consiste em um conjunto de informações, as quais são armazenadas e transmitidas por grupos em domínios distintos (MACHADO, 2003), por isso que as questões semióticas estão no espaço da cultura, isto é, nas semiosferas.

Os problemas semióticos surgem na semiosfera³³ da cultura. A cultura é tida como um espaço dinâmico e propício a transformações. A semiosfera, ao contrário da interpretação de (PONZIO et al., 2007), não se limita à cultura humana, pois o sentido da semiosfera é de caracterizar o espaço cultural que não se restringe ao homem, mas à natureza de modo geral. Ela é, todo o espaço dinâmico de atuação dos signos dados a partir da cultura, é onde se produzem novas informações, por onde ocorre o desenvolvimento das semioses.

Desse modo, as análises da Semiótica da Cultura visam acompanhar a manifestação e o desenvolvimento dos diversos sistemas da cultura, como é o caso dos códigos culturais, do texto, da língua, da linguagem etc. No entanto, ao longo dos anos esse campo foi se desenvolvendo na tentativa de aprimorar suas análises.

A escola de Tártu-Moscou foi o espaço em que a Semiótica da Cultura se desenvolveu. O Departamento de Semiótica da Cultura da Universidade de Tártu, Estônia, foi e continua sendo o núcleo de produção científica desse campo, além da colaboração de pesquisadores da Universidade de Moscou.

Como se trata de um campo particular que propõe analisar os sistemas semióticos inseridos no interior da cultura enquanto espaço dinâmico, objetivamos aqui mencionar as linhas de estudos que compartilham com as ideias da Semiótica da Cultura.

Vale destacar que, a Semiótica da Cultura desde sua constituição no Departamento de Semiótica da Universidade de Tártu, em meados dos anos de 1960, buscou uma relação interdisciplinar com outros campos de pesquisa e dessa

³³ Conceito formulado por Lotman (1922-1993) em 1984 para se referir ao *habitat* e a vida dos signos no universo cultural (MACHADO, 2007).

maneira suas concepções teóricas procedem tanto da Linguística como da Teoria da Informação e da Comunicação, da Antropologia, da Cibernética, da Semiótica entre outras.

Os semioticistas ligados com este campo de investigação, embora tivessem forte influência da tradição linguística russa, não se preocupavam em ser fiéis a Saussure (1857-1913) ou Peirce (1839-1914), mas buscavam o diálogo com outros campos de pesquisa (LOTMAN, 1979), o que reforça o seu carácter interdisciplinar.

A Escola de Tártu-Moscou teve sua expansão por seu objetivo inicial que foi desenvolver estudos de natureza semiótica com direcionamento para teoria da literatura, do mito, do folclore, do texto, dos sistemas culturais de um modo geral.

Além da característica interdisciplinar do campo da Semiótica da Cultura e de sua proximidade com outras áreas do conhecimento, vale o destaque de alguns campos da semiótica aplicada que compartilham e dialogam com os estudos desenvolvidos na Escola de Tártu-Moscou.

Machado (2003, p. 61) apresenta um panorama de campos da semiótica aplicada, dentre esses estão a Sociossemiótica, Semiótica Discursiva, Biossemiótica, Ecossemiótica, Semiótica das Mídias, Semiótica Cultural e Cibersemiótica, os quais serão discutidos aqui.

A característica do campo de estudo da **sociossemiótica** está na relação entre sociologia e linguística, cujo objetivo está para a ideia de linguagem e ideologia, sociedade e significação.

A ênfase dada é nos processos de produção de sentido, em função dos usos sociais dos sistemas semióticos. Teve como precursores o círculo de Bakhtin (1895-1975), Greimas (1917-1992)³⁴, além de expandir para Halliday (1925-) que em seus estudos sobre a função da linguagem, destaca o conceito de linguagem como semiótica social. Para este autor, a função é sinônimo de uso e nesta perspectiva sistêmico-funcional a linguagem é utilizada para representar o mundo, como um instrumento de interação e para organizar a informação.

A **semiótica discursiva** busca, de acordo com Greimas, compreende a dimensão da significação ou da semiose em ato. Também se confunde com a

³⁴ A Semiótica discursiva de A. J. Greimas significou a passagem da Linguística da frase para a Linguística do texto, ao estudar neste último a sua discursivização (COAN, 2011, p. 313).

semiótica da cultura ou sociossemiótica, pois valoriza as práticas sociais como significativas por constituírem os valores.

Na **biossemiótica**, inserida no campo da biologia, concebe o organismo como um receptor de sentidos composto por órgãos perceptuais e operacionais e coexistem no ambiente onde os objetos são definidos como correntes de significação.

A **ecossemiótica** caracteriza-se pela inter-relação entre organismos e seus respectivos ambientes. Aqui a semiótica não se restringe a processos em organismos complexos, ou a convenções culturais e sociais.

A **semiótica das mídias** resulta do momento em que os produtos de meios de comunicação de massa passam a ser considerados como objetos dos estudos semióticos. Barthes (1915-1980) e Eco (1932-2016) são os teóricos principais nos anos de 1960.

Um dos destaques dessa linha investigativa trata das questões que envolvem a compreensão dos textos da cultura. Aqui existem dois pólos de análise da cultura, um que é evidenciado pelos estudos de Lotman (1922-1993) e Bakhtin (1895-1975) com o problema da dialogia cultural e outro desenvolvido no âmbito antropológico que destaca Geertz (1926-2006), numa linha da antropologia interpretativa, e não simplesmente descritiva. Contudo, tanto a linha interpretativa de Geertz como a da semiótica da cultura de Lotman e Bakhtin se complementam.

Para fechar a caracterização dessas linhas de estudo, temos a **cibersemiótica**, um campo ainda não formalizado que desenvolve temas como o processamento dos códigos pela digitalização, a contaminação entre diferentes sistemas de linguagens etc. (MACHADO, 2003).

Os estudos da Semiótica da Cultura na Escola de Tártu-Moscou passaram por transformações e podem ser apresentados a partir da configuração de um quadro histórico que sintetiza o período e caracteriza as perspectivas de estudos desenvolvidas:

Quadro 1 - Apresentação do trajeto da Semiótica da Cultura na Escola de Tártu-Moscou³⁵:

35 Os períodos apresentados são destacados por Machado (2003, p. 48) na intenção de explicitar o seu entendimento sobre a compreensão da escola de Tártu-Moscou no que concerne ao avanço

PERÍODO	ENFOQUE NO DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS
1958 -1964	Modelos matemáticos, cibernéticos e linguísticos agregados aos estudos sobre cultura em um nível programático.
1964 -1970	Desenvolvimento de modelos semióticos voltados para sistemas culturais particulares.
1970 -1973	Formulação de modelos globais e universais de cultura.
1973 - 1974	Refinamento sobre teorias culturais e aplicações à história e tipologia da literatura e cultura russas.

Fonte: Adaptado de Machado (2003).

O quadro acima resume alguns pontos de direcionamento dos estudos na Escola de Tártu-Moscou e evidencia o quão esse campo se desenvolveu ao longo desse período. Demarca não somente as linhas de estudo como também caracteriza as temáticas e conceitos refletidos nas pesquisas semióticas desse campo.

Assim, alguns conceitos demandam atenção da Semiótica da Cultura, como é o caso do conceito de cultura, entendido como um grande texto; a modelização que implica no resultado do relacionamento entre língua e outros sistemas da cultura, além de outros que surgirão no decorrer dessa discussão.

A seguir trataremos sobre dois conceitos desenvolvidos na Semiótica da Cultura e que protagonizam o campo de discussão em questão. Vale dizer que outros conceitos são importantes ao campo e, conseqüentemente, serão explicados na medida em forem sendo destacados.

Consideramos que as concepções de linguagem e cultura apresentadas com o viés da Semiótica da Cultura, estão conectadas com as reflexões trazidas no item 2.2 da seção 2 desta pesquisa que descreve as perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento.

3.2 Linguagem e Cultura

[...], comprender la vida significa 'estudiar su oscura lengua', la actividad cultural cotidiana no consiste en otra cosa que em 'traducir un cierto sector de la oralidad em una de las lenguas de las

dos estudos. A partir disso, destacados nessa pesquisa com o propósito de auxiliar didaticamente na visualização desses quatro períodos.

culturas', ver una película equivale a aprender una lengua, etc. (LOTMAN, 1979, p. 25).

Consideramos que, tanto linguagem quanto cultura necessitam ser analisadas em conjunto, pois são complexos semióticos que não se eliminam. Não há linguagem sem cultura, assim como não pode existir cultura sem que haja um sistema de signos a ser compartilhado.

Não temos a pretensão em delimitar a discussão em torno de um conceito de cultura e conseqüentemente de linguagem. Linguagem e cultura são, à luz desta perspectiva, sistemas semióticos. Também, não nos limitamos à concepções de cultura meramente antropológica e/ou sociológica, pois não corresponde ao interesse desta proposta de pesquisa.

Objetivamos discorrer sobre a concepção de linguagem e cultura tomando como orientação teórica o campo da Semiótica da Cultura.

Para tanto, nos propomos a uma análise de caráter transcultural da cultura e linguagem enquanto elementos de representação do conhecimento. Vale dizer que além das concepções mencionadas, outras estão conectadas como, por exemplo, texto, modelização, tradução etc., que caracterizam os sistemas semióticos da cultura.

A linguagem é um instrumento cultural cuja característica consiste em potencializar o conhecimento produzido pelos indivíduos e por isso também interfere na visão de mundo dos sujeitos (SEMPRINI, 1999). Esta noção de linguagem nos leva a entender que a linguagem está presente em todas as nossas práticas humanas e, mais que uma expressão da comunicação humana, é um elemento cultural estratégico para interpretar o mundo e gerar novos conhecimentos sobre ele.

Berger e Luckmann (1985) nos auxiliam na reflexão de que a interação com os outros é afetada pela participação comum no acervo social disponível do conhecimento e, por isso, em algum momento o conhecimento pode se fundir, integrar-se a outro, desde que linguagens sejam compreendidas e compartilhadas.

As linguagens são mediadoras dos textos e ao mesmo tempo geram novos textos na dinâmica dos contextos culturais das comunidades.

Lotman (2003) expõe que o texto é uma manifestação simultânea de várias

linguagens. As relações complexas, dialógicas e probabilísticas que formam o texto o tornam um mecanismo gerador de significado. Machado (2003) afirma que no campo dos estudos da Semiótica da Cultura, toda investigação que seja orientada para compreensão de linguagem, é semiótica.

Lotman (1978) afirma que a linguagem, além de sistema de comunicação, é um sistema modelizante. A denominação “sistemas modelizantes corresponde ao ato de modelizar que implica no “esforço de compreensão da signicidade dos objetos culturais. Modelizar é semiotizar” (MACHADO, 2003, p.163), é produzir interpretações sobre os fenômenos culturais, pois é preciso entender a linguagem em suas diversas faces, para compreender seu uso nas realidades.

A linguagem em seu sentido dinâmico apresenta-se híbrida, principalmente se observada por uma perspectiva ideológica e social.

Bakhtin (2006), em sua obra “Marxismo e filosofia da linguagem” apresenta a linguagem como uma entidade, um signo ideológico-social, a qual compartilha um processo de interação social e, neste sentido, acaba por condicionar uma reflexão e refração de determinadas realidades.

As linguagens consistem em produções coletivas que representam e também criam textos na cultura. Segundo Lotman (1999, p. 101, tradução nossa) as linguagens podem ser compreendidas como “[...] texto dentro do texto [...]”. Esta noção é justificada pela compreensão de texto dada pelos estudos de Lotman, em que o “texto” revela as diversas manifestações da cultura, e não se restringe, por exemplo, distinção entre texto linguístico e texto literário.

Compartilhamos da concepção de que a linguagem também se expressa por signos não linguísticos, como por meio da arte, da técnica de representação, de expressão gráfica, da imagem, ou seja, em várias formas e objetivos, sejam lúdicos, artísticos, científicos, tecnológicos, pedagógicos (MACHADO, 2003, p. 163).

A linguagem como sistema simbólico exerce função comunicativa, onde os sujeitos buscam comunicar-se. Tal comunicação pode partir da palavra expressa na língua utilizada em cada realidade³⁶, isto é, em um determinado contexto

36 Sobre a compreensão de língua enquanto uma forma de expressão da linguagem explícita por meio da palavra, idioma recomenda-se a leitura de FLUSSER, V. **Língua e realidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

trabalhando a língua materna, o idioma reconhecido pelos sujeitos e também por gestos ou sons.

Todo e qualquer elemento simbólico utilizado pelo homem é decorrente de uma necessidade de interação, comunicação, isto é, de relacionamento com os outros. Por isso, ressaltamos a função da linguagem, sua “[...] faculdade inata de comunicação (NEVEU, 2008. p.191).

No sentido da comunicação, a linguagem acontece a partir da interação, do diálogo entre os grupos e comunidades discursivas, como também nas trocas simbólicas no intuito de se firmar um transculturalismo entre culturas distintas.

Para Carrascoso (1999), a linguagem permite que ocorra a mediação entre subjetividade e mundo, entre a consciência e os objetos. Tal papel mediador exercido pela linguagem se completa, enriquece e aparece como veículo informativo e também corporativo que intervem na configuração do que o mundo é e significa para nós.

Maturana (2001) afirma que as linguagens são interações recorrentes entre duas pessoas mediante um processo de coordenações que se cruzam e são recursivas, consensuais. Acrescenta, este autor, que todas nossas ações, como seres humanos, acontecem de formas diversas, ou seja, os seres humanos existem como linguagens e tudo que se faz são decorrentes do funcionamento na linguagem.

Podemos dizer que a linguagem é um elemento de comunicação que se manifesta de maneira distinta em cada grupo e comunidade. As formas de manifestação são resultantes das relações estabelecidas entre os sujeitos, pois a compreensão das linguagens comunicadas entre estes necessitam do compartilhamento de interesses comuns. Assim, acrescentamos que:

[...], a linguagem é um instrumento sutil que se modula em cada homem, adquirindo diversas tonalidades em cada caso e que vão se configurando cada vez com maior riqueza em cada ato linguístico, em cada frase que proferimos. É uma instância que tem a virtualidade de dizer o mundo e de dizer sobre nós mesmos (CARRASCOSO, 1999, p. 169).

É por meio da linguagem que construímos e/ou modelizamos os contextos assim como os nossos conhecimentos. Através dela identificamos nosso repertório sógnico. Desse modo, a linguagem é o processo pelo qual nós, enquanto atores

sociais e culturais, elaboramos conhecimento a partir do contexto em que estamos inseridos.

Assim como a linguagem nos possibilita construir conhecimento, também podemos atuar como transformadores destas linguagens, tendo em vista que a cultura da qual surgem as linguagens é dinâmica e, por isso, não se encontra acabada. Da mesma forma, os grupos e comunidades constituem seres dinâmicos. A linguagem é um processo dialógico, inserido e transformado nas relações sociais e culturais.

As linguagens e conseqüentemente o conhecimento construído e socializado, também possuem o caráter inacabado, pois sustentamos que a linguagem apresenta a capacidade de tornar-se repertório acumulado de significados e experiências, os quais podem preservar-se no tempo, sendo transmitidos para gerações posteriores (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Assim, as linguagens caracterizam os contextos dos sujeitos e conseqüentemente o modo como estes se utilizam delas e, isto implica dizer que, através da linguagem podemos identificar o tipo de conhecimento como também as formas de organização e representação das culturas.

O conhecimento se dá a partir do uso de diversas linguagens como, visual, verbal e sonora. As formas de linguagens estão imbricadas nos contextos das comunidades. São elas que podem estabelecer as redes sociais de contato dentro de uma comunidade e/ou grupo.

Diante disso, reconhecemos a necessidade de atentar para a composição e configuração do acervo social do conhecimento, pois como enfatizam Berger e Luckman (1985), a participação no acervo social do conhecimento permite assim a localização dos indivíduos na sociedade e o 'manejo' deles de maneira apropriada.

A partir destas redes de contato social podem ser construídas redes de conhecimento em que cada pessoa, grupo e comunidade pode compartilhar de suas práticas e vivências na perspectiva da construção de conhecimentos e também na produção de sentidos.

Sustentamos que as linguagens são sistemas semióticos que movem e transformam a todo instante o cotidiano dos sujeitos e desse modo potencializam a

reconfiguração de seus conhecimentos. As linguagens são entendidas nesta pesquisa como a expressão de signos não linguísticos expressos através da arte, da representação gráfica, da imagem (de um tema real ou imaginário). Por qualquer expressão que não se resuma ao signo linguístico.

A linguagem é responsável por dar significado ao mundo. Graças a linguagem é que o mundo possui conteúdos simbólicos que por si só nunca poderia ter (CARRASCOSO, 1999). É um modo de expressão podendo ser manifestada por diversos signos que não somente o signo linguístico (MACHADO, 2003).

Neste sentido, a linguagem, como mecanismo de interação e mediação do conhecimento, possui papel fundamental na construção e representação do conhecimento, por sua capacidade de potencializar a comunicação entre as comunidades e os grupos culturais em contextos distintos, construindo uma rede compartilhada de conhecimentos.

A linguagem também revela o contexto híbrido das culturas e comunidades. Assim, compreendemos que “[...] todas as práticas humanas são tipos de linguagens, já aquelas têm a função de demarcar, significar e comunicar” (CINTRA, et al., 2002, p. 26). Para tanto, é necessário enfatizar que a concepção de linguagem nem sempre se apresenta compreensível.

O termo 'linguagem' apresenta uma notável flutuação de sentido, prestando-se aos usos mais diversos. Ele é comumente empregado para designar, indiferentemente, fenômenos tão afastados quanto à linguagem dos animais, a linguagem falada, a linguagem escrita, a linguagem das artes, a linguagem dos gestos (LOPES, 1995, p. 35).

Como um mecanismo mediador entre homem e mundo, a linguagem possui funções e dentre tais podemos citar a função comunicativa, a expressiva e outra que corresponde a função socializadora.

No que concerne a função comunicativa da linguagem temos que nesta “[...] nos entendemos com os outros a cerca de algo. Neste conjunto de relações intersubjetivas que implica a atividade da linguagem se configura o campo das significações objetivas” (CARRASCOSO, 1999, p. 172 tradução nossa).

Na sua função expressiva, a linguagem é exteriorizada a partir do instante em que o sujeito expressa algo mesmo que seja apenas por meio da palavra.

É necessário acrescentar que esta função expressiva da linguagem pode ser percebida por uma multiplicidade de linguagens que transcendem a palavra, ocorrendo deste modo por meio de imagens e sons, que no instante em que são expressas produzem significados e, com isso, podem gerar e representar conhecimento na dinâmica das culturas desde que, para isso, os contextos das comunidades possam ser representados.

Vale destacar também a ideia da função cognitiva da linguagem e que, segundo Jakobson (1995), a linguagem depende muito pouco da gramática. Assim este nível cognitivo da linguagem admite a interpretação por outros sistemas como, por exemplo, os códigos, a recodificação, ou seja, a tradução. Nesse aspecto, entendemos que a função cognitiva da linguagem exposta pelo autor, está mais relacionada com a classificação da tradução como intralinguística, que consiste na interpretação dos signos verbais de outras línguas como os códigos.

As funções da linguagem apresentadas, são complementares da função socializadora. Esta ocorre na interação entre os sujeitos e o mundo que estão descobrindo. Por exemplo, quando uma criança, em seu meio sociocultural busca interagir com seus pais através de instruções verbalizadas e também de histórias que repertoriam valores culturais. Na medida em que a criança se desenvolve, ela adquire uma ampliação das linguagens e, isso se dá pelo contato com outras crianças e demais realidades.

A cultura é um elemento mediador entre o homem e o mundo. Entendemos que tal mediação ocorre por meio das linguagens que são desenvolvidas e também construídas pelo homem na interação que este estabelece entre seu contexto e outros distintos de suas práticas culturais.

A cultura é um sistema de signos que envolve diversas linguagens o que nos permite considerar o caráter dinâmico e simbólico da mesma.

Compreendida enquanto elemento de mediação do conhecimento produzido no âmbito da coletividade, a cultura apresenta-se complexa, principalmente quando não dominamos linguagens produzidas em outros contextos. A cultura perpassa pelo nível coletivo da complexidade dos indivíduos, desmembrando-se em uma complexidade individual.

García Gutiérrez (2004) enfatiza que cultura não se trata de um conjunto de dogmas, percepções ou até mesmo de proibições. Tampouco se resume a um sistema de regras sintáticas e semânticas como, por exemplo, as línguas. A cultura sofre interferência, interpretações e combinações em todos esses universos. Essa noção de cultura dada pelo autor está relacionada com a perspectiva de transculturalismo como um modelo de análise das culturas tendo em vista situá-las com outras fronteiras culturais.

Portanto, cultura implica o conhecimento das fronteiras, não apenas linguísticas, mas culturais. Tais fronteiras são tratadas no escopo da Semiótica da Cultura como espaços que se interseccionam e determinam o limite de uma cultura e outra. Porém, a noção de fronteira não implica em confronto, mas em relações, na comunicação que as culturas podem estabelecer entre si e com outras.

Não há cultura sem sujeitos assim como não há relação humana sem cultura. Em meio a isso, como podemos pensar, por exemplo, o fenômeno da informação e do conhecimento desassociado da cultura e conseqüentemente de linguagens?

Não podemos entender, por exemplo, o fenômeno “informação” como ponto de partida para a (re) construção do conhecimento, mas como possibilidade de construir nossos conhecimentos. Dessa forma, verificamos que não há condições de deslocar a “informação” da cultura, da história social dos sujeitos, isto é, do seu cotidiano, constituído de linguagens, tempo e espaço.

A noção de informação para os estudos da semiótica russa está relacionado à ideia de cultura. Nesse caso, a cultura, como informação se refere aos códigos culturais como princípio de regulação e comportamentos. Machado (2003) destaca que os códigos culturais funcionariam como programas de controle, como previsto pela cibernética. Nesse aspecto, a cultura funciona como um programa, isto é, como informação.

A concepção de informação no viés dos estudos da Semiótica da Cultura, parece estar em um primeiro momento, mais relacionado com a teoria matemática da informação na qual, a informação possui um caráter técnico. No entanto, a noção de informação é posteriormente compreendida como parte da cultura, enquanto um sistema semiótico, de produção de textos, um conjunto de informação.

Esta perspectiva se deve à definição funcional da cultura, como um “o conjunto de informações não-hereditárias, que as diversas coletividades da sociedade humana acumulam, conservam e transmitem” (LOTMAN, 1979, p. 31).

No entanto, com o desenvolvimento dos estudos interpretativos podemos inferir que há uma tendência a considerar que a informação implica significados, isto é, que esteja relacionada com a “cognição humana” (LE COADIC, 1996) e não reduzida à transmissão de sinais.

Entendemos que informação está imbricada no conjunto cultural dos sujeitos, e sua explicitação decorre de necessidades individuais, as quais surgem muitas vezes das relações no coletivo. Assim, compreendemos a informação como o resultado do coletivo, embora essa mesma informação passe por estágios individuais e subjetivos, ela se transforma a partir do coletivo.

A cultura é um aglomerado, híbrido de significados que caracterizam as sociedades humanas. Ela é também o texto como produto das relações e hibridações culturais revelados em processos de globalização³⁷. Além disso

[...] a cultura como um texto é uma rede de signos cujo entrelaçamento de articulações é escolhido em nódulos críticos [...]. Esses nódulos críticos são escolhidos diferentemente em graus diferentes em casos individuais, mas eles são também escolhidos, separados das escolhas iniciais e naturalizados através dos hábitos-padrões de uma comunidade com “convenções” no sentido forte de “o modo como fazemos as coisas (de preferência sem pensar) por aqui (DEELY, 1990, p. 85).

Tomada como informação, a cultura é geradora de linguagens que são mediadas e assimiladas ao longo das relações dialógicas entre as comunidades seu contexto cultural e linguístico.

É necessário lembrar que a cultura é mediada por linguagens, e são as linguagens utilizadas que propiciam a comunicação entre os sujeitos com o seu meio.

No entanto, a cultura é estabelecida mediante a adaptação de estruturas de transformação. Assim, não podemos enxergar a cultura fora do social, nem

37 Sobre a perspectiva de globalização, Milton Santos em sua obra “Por uma outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal” (2000) apresenta suas críticas sobre tal fenômeno e mostra que este desdobra-se em constantes de desintegrações sociais, provocadas por interesses de grupos que lideram capitais globais nas sociedades e culturas.

tampouco fora do indivíduo.

Para García Gutiérrez (2004), cultura está situada na fronteira, na complexa mediatrix da demarcação entre o público e o privado. E, seu destino é de reforçar as personalidades construídas como singularidades culturais em interação como condição da singularidade.

A complexidade da cultura causa desconhecimento entre grupos e comunidades distintas, na medida em que se relacionam e fazem releituras de seus contextos. Desse modo, o fenômeno da cultura impacta em todas as instâncias da sociedade e provoca inquietações pelo simples fato de sugerir outros olhares, novas percepções e interpretações dos contextos.

Diante disso, podemos traçar uma analogia entre o que entendemos como cultura e o fenômeno da informação. Ambos representam o desconhecido, aquilo que em certa medida causa estranheza e incomoda. É provocativo, no sentido de que os valores e as concepções de mundo em cada cultura são diversos, a cultura, não se trata de algo fechado, ou, pelo menos, entendemos que não deve ser compreendida como tal.

O mesmo se refere à informação, enquanto um fenômeno novo e muitas vezes indeterminado. O que chega ao meu domínio como informação, pode não significar nada para outra pessoa, mesmo que estejamos inseridos no mesmo complexo semiótico que é a cultura.

A cultura proporciona integração de conhecimentos em determinados contextos, mas, ao mesmo tempo, causa inquietações e conflitos nos processos de construção do próprio conhecimento.

Zilles (2004) compreende que o conhecimento é uma atividade humana, pois todos nós lidamos com a realidade de maneira consciente. É, neste sentido, que o conhecimento se diferencia, por exemplo, de sonhos e fantasias. Ele é uma atividade “humana-fim”. A dimensão que se pode dar ao conhecimento em contextos distintos das culturas é que, em cada contexto cultural, desenvolvemos vários elementos para a construção e enriquecimento de conhecimentos.

A cultura possui a característica de ser aberta e dinâmica. Nesse caso estaria no nível de “estratégias de sobrevivência” que podem ser transnacionais e

tradutórias. Sendo transnacional possui memória e experiências diversas; tradutória porque implica a ressemantização de símbolos culturais tradicionais (SOUZA, 2006. p.192).

O fenômeno da cultura se apresenta aberto, pois consideramos que não há razão para denominar um conceito central de cultura, pois esta é dinâmica assim como a linguagem enquanto um sistema sígnico produzido na semiosfera da cultura.

É por meio da cultura, como um espaço aberto e dinâmico e propício a semioses que consideramos ser possível organizar e representar conhecimentos com base na produção de linguagens e demais sistemas de signos desenvolvidos socialmente.

Na próxima seção trataremos de apresentar algumas bases semióticas, destacando alguns conceitos da Semiótica e da Semiótica da Cultura. Também apresentamos uma síntese das bases teóricas para uma semiótica da cultura para a organização do conhecimento.

4 UMA SEMIÓTICA DA CULTURA PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Partimos da ideia que o conceito é um elemento norteador para tecer nossos discursos em qualquer que seja o campo. Para Cabré (2000, p.124. grifo da autora) “Un concepto puede participar en más de una estructura con el mismo o diferente valor. Los términos *no pertenecen a un ámbito sino que son usados en un ámbito con un valor singularmente específico.*”

Em outras palavras a autora entende que o conceito não é algo fixo e por isso possui caráter dinâmico na medida em que é desenvolvido e utilizado em determinado campo. Para Hjørland (2008) o conceito consiste na descrição das propriedades de um objeto ou para construir um enunciado lógico e verdadeiro sobre uma “coisa do mundo”.

Várias áreas como, por exemplo, a Lógica, a Linguística, a Filosofia, a Semiótica as Ciências Cognitivas, a Terminologia, até mesmo a Ciência da Informação etc. trabalham com conceito, ou ainda com a denominação de conceitos, tendo em vista dar base para as reflexões.

Ao longo da história da ciência, as noções de conceito, assim como seus diversos usos e funções alcançaram níveis de compreensão distintos pelo fato de estarem em constante processo de elaboração e migração. Para Morin (2005) os conceitos precisam “viajar”, isto é, migrar, pois: “[...] é melhor que viajem sabendo que viajam. É melhor que não viajem clandestinamente.[...]” (MORIN, 2005, p.117).

O objetivo desta seção é apresentar os fundamentos semióticos da Semiótica da Cultura importantes à Ciência da Informação. Assim, destacamos dois tópicos (bases semióticas e bases socioantropológicas) para repertoriar tais fundamentos que permeiam a Semiótica, a Antropologia à a Organização do Conhecimento.

4.1 Bases semióticas

Objetivamos resumir aqui conceitos básicos, da Semiótica e da Semiótica da Cultura, importantes a nossa estruturação teórica. Desse modo, iniciaremos pelos conceitos de signo, semiose, representação e antroposseiose. Posteriormente, serão comentados os conceitos de cultura, modelização, linguagem, tradução e

competência semiótica, esses últimos apresentados a partir da Semiótica da Cultura.

Ao tratar os termos signo, semiose e representação seguimos a teoria semiótica de Charles Sanders Peirce (1839-1914), que se dedicou aos estudos da semiótica em geral. Assim, entendemos que a semiótica peirceana toma como base a filosofia em busca de verificar, o(s), significado(s) de algo, desde a apresentação do signo na mente humana até o seu desenvolvimento/transformação, partindo, é claro de uma relação triádica envolvendo signo, objeto e interpretante.

Os estudos da semiótica se desenvolvem a partir de contextos diferentes como, por exemplo, na Rússia, na Europa Ocidental e na América, apresentando conseqüentemente fundamentos e abordagens distintas dos seus objetos. Diante disso, podemos citar alguns nomes que representam este campo como Peirce, Saussure, Hjelmslev, Greimas, Jakobson, Morris, Eco, Ogden & Richards, Port Royal, Leibniz, Santaella (NÖTH, 2003) entre outros.

Como são várias as linhas interpretativas da semiótica destacamos que dentre as mais conhecidas e/ou mais comentadas está a Semiótica e/ou Semiologia como denominada por Saussure (1857-1913) que destaca “O estudo da produção de significado com base em sistemas de signos. [...], mais particularmente a ideia de signo linguístico” (TRASK, 2004, p. 263).

Ao contrário da Semiologia que se fundamenta nos estudos dos signos linguísticos, dispensando elementos extralinguísticos, a vertente semiótica peirceana é a ciência que se volta aos estudos de signos humanos e não humanos.

A Semiótica pode ser compreendida como a ciência que se volta a investigações de todas as linguagens possíveis e considera qualquer fenômeno como um sistema sógnico de produção de sentido. Tal característica se diferencia da Linguística, que se dedica ao estudo do sistema sógnico da linguagem verbal (SANTAELLA, 1983).

Desse modo, podemos apreender que a Semiótica como “[...], uma ciência formal que tem por objetivo estabelecer como devem ser todos os signos para uma inteligência capaz de aprender através da experiência” (SILVEIRA, 2007, p. 38), nos possibilita refletir sobre diversas questões.

De modo geral, a Semiótica não se limita a signos que estabeleçam uma

comunicação verbal, isto é, um único sistema. As possibilidades sígnicas são diversas, por isso, a Semiótica peirceana não reduz a uma única linguagem para compreender os(s) processos(s) interpretativos dados a partir do signo.

O signo é entendido como tudo que sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém, ou ainda, dirige-se a alguém, podendo criar na mente de uma pessoa um signo equivalente ou até mesmo um mais desenvolvido (PEIRCE, 2012) e é definido como:

[...] um cognoscível que, por um lado, é determinado (i.e., especializado, *bestimmt*) por algo **que não é ele mesmo**, denominado de seu Objeto, enquanto, por outro lado, determina alguma Mente concreta ou potencial, determinação esta que denomino de Interpretante criado pelo Signo, de tal forma que essa Mente Interpretante é assim determinada mediatamente pelo Objeto (PEIRCE, 2012, p.160 grifo do autor).

Nesse sentido, verifica-se que o signo está na relação com o objeto e o interpretante, logo, o signo pode ser caracterizado como aquilo que é determinado por um objeto que, por conseguinte, determina um interpretante³⁸ e disso tem-se a ação do signo denominada de semiose.

A semiose enquanto ação dos signos, é “o processo pelo qual algo funciona como signo podendo ser chamado de semiose” (MORRIS, 1976, p. 13). A semiose é, segundo Peirce apud Nöth (1995, p. 66), “o processo no qual o signo tem um efeito cognitivo sobre o intérprete”. É uma ação que envolve a cooperação de três elementos: o *signo*, seu *objeto* e seu *interpretante*.

O signo se refere a seu objeto para uma interpretação, ou seja, o signo significa seu objeto por meio da interpretação. Sobre a interpretação esta é um processo semiótico. Nesse processo semiótico interpretativo da ação do signo, a semiose é a “[...] produção de sentido. Processo infinito pelo qual, através de sua relação com o objeto, o signo produz um interpretante que, por sua vez, é um signo que produz um interpretante e assim por diante” (PINTO, 1995, p. 49).

A semiose representa o desdobramento, o crescimento do signo em busca de produzir um novo interpretante.

[...] por 'semiose' quero dizer [...] uma ação, ou influência, que é, ou

38 Para Santaella (1995, p. 89) “todo interpretante é um signo, assim como todo signo é um interpretante.”

envolve, uma cooperação de três sujeitos, tais como um signo, seu objeto, e seu interpretante, essa tríplice relativa influência não sendo de modo algum resolúvel em ações entre pares (CP³⁹ 5.484, apud SILVEIRA, 2007 p. 34).

Para Santaella (1992) a semiose é a ação do(s) signo(s), mas não uma simples ação, pelo contrário, é qualquer tipo de ação provocada pelo signo. Assim pode-se dizer que é a ação do signo, ação esta que determina um interpretante. Santaella (1995, p. 85) destaca que:

O signo é capaz de determinar o interpretante porque dispõe do poder de gerá-lo, ou seja o interpretante é uma propriedade objetiva que o signo possui em si mesmo, haja um ato interpretativo particular que o atualize ou não. O interpretante é uma criatura do signo que não depende estritamente do modo como uma mente subjetiva, singular, possa vir a compreendê-lo.

Quando o signo é interpretado, este interpretante é capaz de gerar outro signo e contribuir para o crescimento da semiose que faz parte de um “*continuum*” de acontecimentos os quais podem ser antecipados pela capacidade interpretativa.

Para a Semiótica da Cultura, a semiose representa os processos de veiculação dos signos e ainda, podemos dizer, que é a própria evolução dos signos.

O mecanismo elementar de produção da semiose é a transformação da informação percebida em informação codificada, isto é, em texto. A cultura não apenas é um centro produtor de textos como, ela própria, se manifesta como texto para o observador (MACHADO, 2013, p. 64).

No âmbito dos sistemas da cultura, a semiose representa e implica processos complexos, pois na medida em que se processam os significados estes podem ser alterados em decorrência da dinâmica da cultura e das relações estabelecidas pelos sujeitos em determinados contextos culturais.

Sendo o signo composto por três elementos, tais elementos apresentam a seguinte configuração sobre ele: signo ou representamen, objeto e interpretante. Na primeira relação, o representamen não possuirá subdivisões, mas o objeto, como um segundo, será subdividido em Objeto Imediato – aquele contido no signo – e Objeto Dinâmico – o objeto ele mesmo, ou objeto real. Vale destacar que:

Um signo, portanto, mantém uma relação triádica com seu Objeto e

39 As iniciais PC correspondem a seguinte obra: PEIRCE, C. S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul; BURKS ARTHUR W. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958.

seu Interpretante. Mas é necessário distinguir o *Objeto Imediato*, ou Objeto como o signo o representa, do *Objeto Dinâmico*, ou Objeto realmente eficiente, mas não imediatamente presente. Do mesmo modo exige-se distinguir o *Interpretante Imediato*, isto é, o Interpretante representado ou significado no Signo, do *Interpretante Dinâmico*, ou efeito atualmente produzido na mente pelo signo; distinguindo ambos do *Interpretante Normal*, ou efeito que seria produzido na mente pelo Signo a partir do desenvolvimento suficiente do pensamento (CP 8.343, tradução nossa).

Para destacar a distinção estabelecida sobre os tipos de interpretante temos que: “O interpretante Imediato consiste na Qualidade da Impressão que um Signo está apto a produzir, não diz respeito a qualquer reação de fato” (CP 8.315 apud Santaella, 1995 p. 96). Já o Interpretante Dinâmico é o “efeito realmente produzido na mente pelo Signo” (CP 8.343 apud SANTAELLA, 1995 p. 98).

Assim, “Finalmente, há o que provisoriamente eu chamo de Interpretante Final, que se refere à maneira pela qual o Signo tende a se representar como estando relacionado ao seu Objeto” (CP 4.536 apud SANTAELLA, 1995, p. 99).

De modo geral, podemos entender que o signo como um elemento potencial da relação com o objeto e o interpretante, traz em si o objeto imediato e uma referência ao objeto dinâmico, sendo o primeiro uma apresentação do objeto dada pelo signo e o segundo uma possibilidade, uma possível caracterização do objeto que será interpretado via um interpretante imediato, um interpretante dinâmico e um interpretante final.

Com base nas relações do signo, Peirce (2012, p. 51) apresenta três tricotomias:

[...] a primeira, conforme o signo em si mesmo, for uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral; a segunda, conforme a relação do signo para com seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter alguma relação existencial com esse objeto ou em sua relação com um interpretante; a terceira, conforme seu Interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão.

Vale ressaltar que não entraremos especificamente no detalhamento das tricotomias, mas basta dizer como estas se apresentam. Nesse caso, temos que na primeira tricotomia: nas relações do signo com ele mesmo, estão o *quali-signo* (signo

de qualidade), o *sin-signo* (signo de existência) e *legi-signo* (signo de lei).

Quanto a segunda tricotomia: na relação do signo para com seu objeto, estão: o *Ícone*, o *Índice* e o *Símbolo*. O *Ícone* é um tipo de signo que assegura certa semelhança com o objeto que está representando. O *Índice* é um signo que possui uma relação de causalidade sensorial indicando seu significado. Sobre o *Símbolo* este implica numa relação convencional entre o signo e seu significado. A terceira tricotomia, se refere à relação do signo para com seu interpretante final, e destaca como signos o *Rema*; o *Signo Dicente* e o *Argumento*.

Para Peirce (2012, p. 52) “Um *Ícone* é um signo que se refere ao Objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal objeto exista ou não.” O *índice* é “[...] um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse Objeto.” Por último, o *símbolo* é “[...] um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o *Símbolo* seja interpretado como se referindo àquele Objeto” (PEIRCE, 2012, p. 52).

A ideia de *símbolo* pode ser apresentada a partir de vários referentes. Contudo, alguns *símbolos* se apresentam como não verbais, como, por exemplo a cruz para simbolizar uma sepultura, a religião cristã; a bandeira para representar uma nacionalidade etc. Também, no que corresponde às línguas, quase todas as palavras são dadas como *símbolos* por representar alguma coisa, seja em sentido nominal como um substantivo ou adjetivo ou ainda como uma ação.

Segundo Peirce (2012, p. 53) “Um *Rema* é um Signo que, para seu Interpretante, é um Signo de Possibilidade qualitativa, ou seja, é entendido como representando esta e aquela espécie de Objeto possível”. A proposição, isto é, “Um *Signo Dicente* é um Signo que, para seu Interpretante, é um Signo de existência real. Portanto, não pode ser um *Ícone* o qual não dá base para interpretá-lo como sendo algo que se refere a uma existência real.” O *argumento* é um signo que “para seu interpretante, é Signo de lei”.

As reflexões trazidas pela semiótica, mas precisamente a peirceana, são resgatadas em diversas pesquisas na Ciência da Informação a exemplo de: Lara (1993), Moura (2006), Barbalho (2006) e mais recentes: Barros (2017), Café e Barros

(2014), entre outras que representam interesse pelo tema da semiótica e ainda, entendemos nestas, possibilidades de análises sobre a informação e o conhecimento.

Contudo reconhecemos que as reflexões semióticas trazidas pelas pesquisas acima e por outras que certamente surgirão, nos presenteiam com análises distintas sobre as questões da representação da informação e da representação do conhecimento.

Nesse sentido, compreendemos que o tema da semiótica, em alguma medida está concatenado com várias temáticas como, por exemplo, a da representação, mais precisamente no campo da Organização do Conhecimento.

A representação é analisada em diversas perspectivas de estudos, como por exemplo, a das representações sociais, onde a representação é entendida por Lefebvre (1983, p. 99) como “uma presença na ausência”. Signos, crenças, visões de mundo, que se representam é, na maioria das vezes, algo ausente, presentificado, pois “As pessoas se representam a si mesmas através daquilo que lhes falta ou acreditem faltar ” (LEFEBVRE, 1991, p. 20).

A noção de representação é, segundo Santaella (2001, p.186), desde o século XIX, um conceito importante na semiótica e a partir de meados do século XX passou a ocupar o terreno da ciência cognitiva. Para Santaella (2001) a representação é apenas uma face da mediação, cuja outra face está na determinação. Assim, a função do signo é de atuar como uma mediação.

A mediação genuína é o caráter de um Signo. Um Signo é tudo aquilo que está relacionado com uma Segunda coisa, seu Objeto, com respeito a uma Qualidade, de tal modo a trazer uma Terceira coisa, seu Interpretante, para uma relação com o mesmo Objeto, e de modo tal a trazer uma Quarta para uma relação com aquele Objeto da mesma forma, ad infinitum (CP 2.92).

Vale destacar que, embora a representação não seja um termo utilizado por Peirce, podemos entendê-la na configuração da terceira tricotomia dada pela relação do signo objeto como o signo interpretante, no discurso dissertativo argumentativo.

Assim, consideramos a representação um produto da mediação resultante da referida relação motivada pelo signo. Também, entendemos que a noção de representação implica o reconhecimento do contexto, isto é, o espaço e o tempo que se deseja representar.

Dessa maneira, entendemos que a representação enquanto uma ação de representar está presente nas práticas e processos de organização e representação do conhecimento.

Nesse escopo, resgatamos o termo representação no âmbito da Organização do Conhecimento onde a ação de representar é proporcionada por um instrumento, seja este um tesouro, uma ontologia, ou ainda de linguagens documentais etc.

O termo representação de conhecimentos ou de informação:

resulta em produtos que se relacionam com objetos, no sentido peirceano. Ou seja, representar significa reapresentar algo, apresentar a coisa por meio de alguma entidade de representação, essa abordagem se aproxima do conceito de signo” (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2006).

Entretanto, é preciso saber que para a representação, é necessário atentar para a análise do contexto, pois o contexto não corresponde a entidades que podem ser identificadas e também representadas. O contexto consiste no conjunto de noções intangíveis que potencialmente criam significados e, conseqüentemente, a compreensão (MAI, 2005).

A partir desse posicionamento resgatamos a ideia de domínio como enfatizada nos estudos de Hjørland (1997, 2000 e 2002), que reconhece o significado da língua como algo construído e usado para ser entendido por um grupo de pessoas e, por essa razão, é coerente estudar os domínios que envolvem as comunidades discursivas.

Entendemos que as “comunidades discursivas” na Organização do Conhecimento, possuem relação íntima com os enfoques culturais desenvolvidos nas pesquisas desse campo. No entanto, é necessário pontuar que tal termo, quando referenciado em um determinado tema de pesquisa nesse campo está ou ligado para questões que envolvem a linguagem ou aos contexto culturais de uso como destacado em Arboit (2014).

Ressaltamos que, nos fundamentos de uma perspectiva sociológica do conhecimento, onde se encontra a análise de domínio proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995), estes autores não trazem uma explicação detalhada do que seja as comunidades discursivas. Ao que parece a noção de comunidades discursivas

está relacionada com a ideia de domínio, enquanto um campo, ou uma área.

Para Smiraglia (2012, p. 114), o domínio é entendido como “[...] um grupo com uma base ontológica que revela uma teleologia subjacente, um conjunto de hipóteses em comum, consensos epistemológicos sobre abordagens metodológicas e uma semântica social”. No entanto, compreendemos que o domínio na Organização do Conhecimento, corresponde as comunidades discursivas, as quais são constituídas por concepções comuns, relacionadas em um esfera social e cultural e, por isso, não são estritamente ligadas ao espaço acadêmico ou mesmo de uma área de pesquisa.

É preciso ressaltar que, na análise dos contextos, tal domínio não deve se restringir a um campo científico. Por isso, entendemos que a noção de domínio e também de comunidades discursivas não devem ser restritas. Entretanto, quando nos referimos à representação a partir de uma linguagem e não meramente de um código reduzido que implica numa tradução de uma língua para outra, estamos bloqueando a potencialidade dos signos, principalmente quando tratamos de signos nos contextos culturais.

Para tanto, a representação é a forma que buscamos para interpretar os contextos em que estamos inseridos. E, embora saibamos que “Nossas idéias (sic), nossas representações são sempre filtradas através do discurso de outros, das experiências que vivemos, das coletividades as quais pertencemos” (MOSCOVICI, 2005, p. 221) não podemos reduzir nossas interpretações sobre um determinado contexto. Precisamos consultá-lo, recuperar elementos suficientes para que a representação faça jus à realidade.

Por isso, precisamos reconhecer que as representações não são neutras e por isso não podem ser limitadas à uma única realidade, com base em um único signo, tendo em vista que o signo é uma entidade em potencial desenvolvimento e, por conseguinte, a representação é um processo mutável.

Contudo, temos que toda representação carrega em si, os valores, as intenções e ideologias, portanto, ela não é neutra e muito menos fixa. Um objeto representado em uma determinada cultura pode não ter o mesmo significado em outra, pois são os contextos em relação com as linguagens e os sujeitos envolvidos

que atribuem interpretações à aquilo que lhe é particular.

Com isso também, reforçamos que a representação não se limita à um único código como, por exemplo, a língua. As linguagens como, por exemplo, a visual, sonora, arquitetônica etc. também possuem capacidade de representar um conhecimento, uma cultura e um contexto. É claro que tal representação deve ser feita a partir da análise das comunidades discursivas, cuja constituição está intimamente ligada aos contextos históricos, sociais e culturais das sociedades.

Como na Organização do Conhecimento, a representação é viabilizada por um instrumento, sendo este construído, analisado e validado por uma comunidade de profissionais, é claro que esta representação não se dará por completo tampouco implicará em neutralidades, pelo contrário, será uma processo de apresentação de um elemento da realidade que está sendo mediado por um signo e por isso, não pode ser a representação fiel da realidade em sua totalidade. Porém, a representação deve conter o olhar dos sujeitos e não apenas as conclusões dos profissionais que subsidiam os processos de representação.

A representação do conhecimento, consiste apenas de um mecanismo de raciocínio sobre o mundo sem precisar agir diretamente sobre o mesmo.

No entanto, é necessário conhecer os contexto pelos quais a representação será feita. Sabemos que representar um determinado contexto que abrange linguagens, valores, hábitos, isto é, todo um sistema de signos de uma cultura não é tarefa simples. Em se tratando de representar conhecimentos via uma linguagem documental ou um sistema de representação do conhecimento, no intuito de mediar e assim poder projetar um acesso a conteúdos, requer do profissional classificador e indexador um exercício de reflexão sobre os contextos.

Este raciocínio está relacionado com a ideia de que a organização do conhecimento nos direciona ao “mundo dos conceitos” como diz Bräscher e Café (2008), pois a representação pressupõe um processo refletido sobre o conhecimento e conseqüentemente tal reflexão deve estar conectada com o contexto de produção desse mesmo conhecimento.

Compreendemos que tal processo reflexivo é ainda um processo semiótico interpretativo aberto para novas interpretações.

Contudo, entendemos que, não é possível dispor a partir da representação, a realidade “nua e crua”, mas podemos ao menos ampliar as representações, não se restringindo apenas a “signos simbólicos” (SANTAELLA, 1992, p. 23). Perceber a diversidade de linguagens sob uma perspectiva semiótica talvez possa ser uma forma de repensar o sentido da representação para além dos signos linguísticos.

Seria refletir sobre a possibilidade de uma representação que considere, por exemplo, a tradução de conhecimentos produzidos social e culturalmente e mediados por um repertório de linguagens como a linguagem musical e/ou sonora, visual. Sobre isso retomamos ao posicionamento de Barros e Café (2012, p. 31) que visualizam a semiótica como uma teoria dos signos, cujo seus fundamentos são amplos

[...] podendo, assim, sofrer diferentes contextualizações e aplicações em maior ou menor profundidade e especificidade. Por outro lado, a Semiótica aborda com propriedade os processos de significação, em que, na CI, são mais proeminentes nas atividades relacionadas à organização e representação do conhecimento e da informação, especialmente no que se refere à informação a que a Linguística, com seu enfoque no signo verbal, não explora em sua totalidade, ou seja, a informação visual e sonora e, também, os próprios conceitos de conhecimento e informação.

Portanto, consideramos que a semiótica é uma ciência que está aberta ao universo interpretativo dos signos e que viabiliza o desenvolvimento de semioses, como ação dos signos. Tal ação do signo possui em outros estudos um desdobramento da concepção semiótica como vista na teoria peirceana.

Salientamos que, das concepções de signo e semiose trazidas pela teoria semiótica de Peirce, assim como a noção de representação, enquanto uma mediação, uma possibilidade de ampliação das linguagens compreendida em Santaella, somada à perspectiva de representação de Moscovici, como uma síntese de nossa relação com o outro e os contextos que fazemos parte, nos presenteia com um olhar amplo do signo como uma possibilidade de representação de algo para uma determinada pessoa e que é potencializado na semiose, como um processo de transformação do signo.

Dito isso, apresentaremos a seguir a antropossemiose como um desdobramento da semiose que se revela como um dos níveis de semiose.

A antropossemiose se caracteriza por processos sígnicos que envolvem o ser

humano e o ambiente em que está imerso (DEELY, 1990). No escopo de tal discussão, entendemos que o ser humano é produtor de signos, pois sua própria natureza é s gnica, desde sua constitui o genética até sua forma o sociocultural, isto  , o ser humano   em si um signo ao passo que também   um objeto – em caráter dinâmico – e ao mesmo tempo, interpretante dos demais objetos com que se confronta.

Sendo objeto e signo de si mesmo, encontra-se num processo de produ o de interpretantes, na medida em que se depara com a necessidade de lidar tanto com objetos imediatos e dinâmicos, como com as potencialidades de objetos envolvidos no universo no qual está inserido.

No contato com a natureza e os sistemas culturais, o ser humano se depara com as linguagens. Não apenas a linguagem em seu aspecto verbal, com fim de comunicar-se, mas um sistema de linguagens que   composto de códigos, de elementos simbólicos apresentados na cultura, na rela o que o mesmo possui com a natureza.

Entendemos que linguagens são mecanismos necessários para a constitui o do diálogo e da comunica o entre seres humanos e o universo do qual fazem parte. A consideramos como signos de media es, tanto para as rela es estabelecidas entre seres humanos-natureza – e seu contexto sociocultural –, como para elabora o, organiza o e compartilhamento de conhecimentos, embora entendamos que, no aspecto da comunica o humana, a língua também   necessária.

A antropossemiose   apresentada na tentativa de refletir, em meio a esse nível de semiose, sobre o aspecto das linguagens como sistema de signos que permitem ampliar o desenvolvimento das semioses humanas, não se restringindo ao âmbito das semioses linguísticas. Nesse sentido, a antropossemiose poderia ser analisada como uma possibilidade de entender como seres humanos, em suas rela es com o meio social e cultural podem elaborar significados e traçar interpreta es a partir dos signos produzidos na esfera bio-sócio-cultural.

Em outras palavras, a antropossemiose atuaria como um método para analisar os seres humanos em sua rela o com as diversas esferas da natureza, com o desenvolvimento das semioses, atendendo para as suas competências,

enquanto ser que interpreta e representa sua realidade.

Vale destacar que a antropossemiose apresenta-se como um nível mais alto de semiose (DEELY, 1990). São vários os desdobramentos da ação do signo, isto é, da semiose, pois ao lado de uma antropossemiose, estão também outros tipos de semiose como, por exemplo, zoossemiose⁴⁰, a fisiossemiose⁴¹ e a fitossemiose⁴².

Em Deely (1990), há uma divisão semiótica que se apresenta em quatro níveis de semiose: a que caracteriza a semiose cognitiva, isto é, a antropossemiose e zoossemiose, e os níveis “inferiores” de semiose, aqueles não dependentes da cognição como é o caso da fitossemiose e fisiossemiose.

Entretanto, Deely (1990) busca compreender o objeto da semiótica por uma forma mais segmentada. Assim, considera as particularidades e potencialidades de cada um e, ao mesmo tempo, enfatiza os níveis de aproximação entre eles, destacando as variadas possibilidades de investigação do objeto da semiótica, a semiose.

Para tanto, a antropossemiose compõe-se dos processos sígnicos nos quais os seres humanos se relacionam.

Há outra perspectiva da antropossemiose que é delineada pela língua como elemento primário (DEELY, 1990, p. 47). Entendemos que a segunda perspectiva reduz-se à questão da língua, enquanto elemento único de comunicação, o que inviabiliza a análise de outros sistemas sígnicos que interagem na natureza e cultura da qual os seres humanos fazem parte.

No entanto, a antropossemiose inclui todos os processos sígnicos, e por isso, não caberia considerar apenas a língua como elemento determinante para leitura e interpretação dos signos constituídos em toda esfera da semiose cultural humana.

40 Se refere “as linguagens animais (cerca de 600), caracterizadas – em suas formas primitivas – por uma comunicação à base de sinais, mas capazes de atingir certo grau de complexidade, tanto na sua articulação sintagmática (entre os pássaros, por exemplo) quanto paradigmática (entre as abelhas), constituem o campo das investigações da zoossemiótica” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 538).

41 Se refere a atividade virtual em comparação com a biossemiose – mundo orgânico – . A fisiossemiose “[...] é um processo através do qual primeiro as estrelas e depois os sistemas planetários a partir de uma 'poeira' atômica e molecular mais primitiva.” A fisiossemiose “[...] cria condições que tornam possíveis estruturas atômicas cada vez mais complexas (tais como uma atmosfera oxigenada, por exemplo)” (DEELY, 1990, p. 50).

42 A fitossemiose, ou ainda rede semiótica das plantas é a ação semiótica que ocorre através do desenvolvimento na interação entre vegetais, plantas e o ambiente físico (DEELY, 1990).

Embora a língua seja dada como um sistema primário, do ponto de vista de uma semiose linguística, na visão de Deely (1990), é caracterizada como um sistema modelador secundário e não um sistema primário. A língua estaria mais para um sistema com potencial de descrição “[...] muito embora, relativamente ao desenvolvimento da civilização e das tradições culturais distintamente humanas, a língua seja o medium capacitador próximo e a rede sustentadora da semiose” (DEELY, 1990, p. 47).

A antropossemiose, embora implique a subjetividade do indivíduo para a produção de signos, não acontece individualmente, pois entendemos que é pela relação interativa, entre a natureza e cultura que a antropossemiose se realiza, isto é, pela conexão entre os seres humanos e todos os sistemas sócio-culturais, sociais que envolvem o bio, o sócio e o cultural.

Assim, a subjetividade se constitui por meio de processos antropossemióticos em que os indivíduos podem se reconhecer como sujeitos e como parte daqueles espaços. O ser humano é dialético e onde houver signos haverá representação e interpretação, isto é, a produção e desenvolvimento da semiose.

A ação dos signos na antropossemiose caracteriza-se também pela identificação dos seres humanos no ambiente em que faz parte. À noção de identificação, consideramos o ato semiótico de identificar suas necessidades de sobrevivência, de compreender do que podemos se alimentar, da caracterização de seus predadores, identificação entre grupos, espécies comuns etc. da configuração de uma identidade cultural.

Esse exercício de identificação, das necessidades de convívio, sobrevivência, de se reconhecer de fato, implica na formulação de informações.

Na antropossemiose, os seres humanos enfrentam etapas de adaptações, processos modelizantes promovido pelos signos culturais. Contudo, pressupomos a necessidade da elaboração de linguagens que, além de representar um dado contexto, um conhecimento, também resulte no entendimento e modos de comportamento, como a maneira de comer, de se portar diante de uma situação, no uso de determinadas vestimentas etc.

Em outras palavras, na antropossemiose verifica-se a necessidade de

processos civilizadores. Tudo isso representa atividades semióticas de organização de conhecimento, de práticas culturais. A antropossemiose nos possibilita lidar com o contexto que estamos inseridos, nos adaptando em um primeiro momento, para traçar análises e reflexões de nós para com o mundo e, em seguida, poder transformar nossos conhecimentos, alcançando interpretações amplas sobre a realidade que compartilhamos. Este exercício nos prepara para conhecer e aceitar outras culturas, tendo em vista interagir e trocar experiências, isto é, renovar nosso repertório de conhecimento.

No escopo da discussão que envolve a antropossemiose, é viável compreender não somente as dimensões que envolvem as necessidades orgânicas dos sujeitos, mas também as dimensões culturais que auxiliam na organização de informações via linguagens e de suas representações.

Na antropossemiose, vê-se que a semiose não se reduz a um processo fisiológico, mas acontece no próprio ser humano, condicionado, em um determinado tempo e espaço histórico, social e cultural.

Assim, a semiose humana nos deixa uma questão que é entender como um sujeito, enquanto signo do meio em que vive, compreende, decodifica e representa os processos sógnicos e em que nível tais signos são alterados para que façam sentido no espaço e tempo em questão.

Para tanto, com a necessidade de tratar com mais afinco as questões de linguagem, cultura e demais sistemas semióticos da cultura, a noção da antropossemiose, no cerne do desenvolvimento do objeto da semiótica, nos faz refletir sobre as possibilidades de investigação dos signos processados por e para seres humanos, ou seja, os signos desenvolvidos e organizados a partir de uma lógica sociocultural, o que requer um exercício ilimitado de interpretação e, por conseguinte, de competência semiótica⁴³.

A antropossemiose nos propõe traçar análises de autoavaliação, considerando que esta implica na identificação, organização e representação do conhecimento

43 À noção de “competência semiótica” iremos tratar mais adiante, quando destacamos alguns dos conceitos da Semiótica da Cultura. Podemos adiantar que se refere ao processo interpretativo sobre os sistemas de signos da cultura que prescinde de um conhecimento sobre o contexto de elaboração dos sistemas de signos no espaço da cultura, enquanto um sistema semiótico complexo.

humano em três esferas sógnicas, o bio, o sócio e o cultural.

Consideramos que toda atividade e prática semiótica implica processos autoorganizáveis, e isso não é diferente à antropossemiose, enquanto um nível mais alto da semiose.

A antropossemiose poderia ser compreendida com este fim, tendo em vista, auxiliar, por um viés reflexivo, aos profissionais envolvidos com a organização, tratamento e representação do conhecimento, no sentido de estes reconhecerem, a partir dos seus valores e visões de mundo que, são muitas vezes, parte do contexto a ser representado.

Neste caso, o domínio científico e de pesquisa no qual estão inseridos não deve estar fechado, e por isso, as questões éticas envolvidas na atuação do profissional seja este classificador, indexador, com base numa perspectiva sociocognitiva, (HJØRLAND, 2002b), não estão deslocadas do domínio em que as representações foram criadas e validadas.

Tratar as antropossemioses no contexto plural da cultura e das manifestações do conhecimento é um exercício de interpretação que nos faz reavaliar o modo como pensamos, (r)elaboramos e tratamos linguagens que possam vir garantir uma e/ou várias representações de conhecimentos, produzidos, e ressemantizados em distintos contextos culturais.

Assim, conhecer e compreender o mundo em sua dinâmica significa processar o mundo numa lógica do contínuo.

A questão da interpretação é de fato uma necessidade, não somente no contexto da antropossemiose, como também em outros níveis e/ou categorias de semioses. A interpretação deve ser entendida como um exercício semiótico de reconhecimento dos discursos desenvolvidos no contexto das comunidades, por isso, a interpretação não pode se distanciar dos contextos analisados, pois ela acontece antes no contexto e depois adquire uma nova perspectiva daqueles que observam a cultura.

Para tanto, sabemos que, os seres humanos na sua relação com a natureza, traçam análises interpretativas e tais análises caracterizam-se, nesta pesquisa como um problema semiótico, que, embora não pareça para muitos, é uma questão

semiótica e não está condicionada apenas à Antropologia ou Sociologia. No mais, trataremos com maior precisão a noção de interpretação adiante, com base na perspectiva da antropologia interpretativa de Geertz (1926-2006) destacada como uma das bases socioantropológicas.

Ainda na fase de apresentação das bases semióticas seguiremos com os conceitos da Semiótica da Cultura, cujo objetivo é sinalizar a compreensão desse conceito para o campo da Semiótica da Cultura.

A cultura aparece em muitos estudos como um conceito desprendido da condição interpretativa dos sujeitos. Muitas vezes mal compreendido por ser entendida apenas por uma configuração simbólica como, por exemplo, quando reduzimos a cultura aos atos de se vestir, comer, falar etc.

Nesse sentido, o conceito de cultura estaria para um nível de diferenciar uma determinada cultura de outra. É claro que, à tudo isso a cultura é determinante, pois diante das simbologias existentes das linguagens e mesmo dos códigos, por exemplo, os códigos genéticos, como sendo parte do sistema sógnico da cultura, algumas determinações sobre nossa aparência, nossas características físicas são decorrentes de códigos genéticos enquanto signo cultural.

O conceito de cultura é apresentado inicialmente na Antropologia por Edwar Burnett Tylor (1832-1917) que a define como um complexo de conhecimentos, de crenças, da arte, da moral, das leis, dos costumes, ou ainda se refere a capacidade sobre os hábitos adquiridos pelo homem enquanto parte de uma sociedade (LARAIA, 2009, p. 25). Para Lévi-Strauss (1976) a cultura é parte de um sistema simbólico. Ou ainda, compreendida como um processo acumulativo (KROEBER, 1949).

Nesta pesquisa o conceito de cultura é apresentado sob um viés semiótico, mas reconhecemos que tal conceito também perpassa as investigações da Sociologia e da Antropologia interpretativa.

Lotman (1990) apresenta não apenas a perspectiva semiótica dos estudos russos, como uma semiótica da cultura, mas também enfatiza sobre a ideia de cultura para entender o sistema dos signos – como no caso da linguagem –, no ambiente cultural. Em seu livro “*Universe da mente*” discorre sobre a cultura como

um espaço aberto e esta possui relação com a sua ideia sobre a semiosfera (LOTMAN, 1990). Nesse sentido, a cultura como um espaço amplo composta por uma diversidade de sistemas de signos é, em si, a própria semiosfera, isto é, o espaço cultural.

A concepção de sistema é citada na Semiótica da Cultura como “Unidade aberta traduzida em termos de um conjunto de variantes que se constituem graças às relações complementares com as invariações e, por conseguinte, aberta às mudanças” (MACHADO, 2003, p. 165).

Segundo Schnaiderman (2010), o conceito de semiosfera surge nos trabalhos de Lotman com base na noção de biosfera de Vladimir Vernádski. Tal afirmação é também reforçada por Machado (2003), quando: “A semiosfera diz respeito à diversidade, condição para o desenvolvimento da cultura[...]”. O conceito de semiosfera gravita entre dois campos teóricos precisos: a teoria do dialogismo de Mikhail Bakhtin, que pensou o diálogo da mente com o mundo e a estrutura semiótica da consciência responsiva; e a teoria da biosfera ecológica do biólogo e filósofo da ciência V.I. Vernádski (1863-1945), que estudou o relacionamento de estruturas binárias, assimétricas, mas ao mesmo tempo unitárias.”

Entretanto, assim como a biosfera designa a esfera da vida do planeta como em Vernádski, a semiosfera designa o espaço cultural dos signos (MACHADO, 2007, p.16).

Nas palavras de Lotman (1990, p. 213, tradução nossa), “nós somos tanto um planeta na galáxia intelectual quanto a imagem de sua universalidade”. A partir disso, Nöth (2007, p. 81) entende que os paradoxos enigmáticos apresentados nas metáforas descritas na teoria semiótica de Lotman, refletem a ideia de cultura como um sistema auto-referencial, onde os “[...] espaços semióticos encontram-se enraizados em mais espaços isomórficos envolventes da semiose cultural”.

Desse modo, a cultura é destacada como um sistema semiótico caracterizado por sua capacidade dinâmica e transformadora sobre os textos criados e desenvolvidos por uma memória coletiva (MACHADO, 2003). Tal reflexão nos leva a entender que a cultura ganha uma dimensão maior, ela é um campo dinâmico e plural para o desenvolvimento dos signos.

No âmbito da concepção de semiosfera, a cultura é considerada como um processo e não como um produto. Segundo Machado (2007, p.19), “[...] a capacidade de estabelecer diálogo entre diversidades (códigos, linguagens, cultura) tornou os sistemas semióticos os objetos privilegiados dos estudos sobre a semiosfera”, isto é, sobre o espaço semiótico da cultura.

Portanto, a semiosfera funciona como um mecanismo único, como um organismo:

todo espaço semiótico pode ser considerado como um mecanismo único (se não como um organismo). Então é primordial não um ou outro tijolo, mas o "grande sistema", chamado semiosfera. A semiosfera é o espaço semiótico fora do qual a própria existência da semiose é impossível (LOTMAN 1996, p. 24, tradução nossa).

Nesse contexto, entendemos que a cultura é o ambiente no qual os signos interagem, por isso, enquanto espaço dinâmico, dialógico e infinito, é denominada como sendo a própria semiosfera.

Assim, a semiosfera é: “[...] o que está sendo estudado na e como cultura e é também o método de estudo da cultura” (MACHADO, 2007, p. 50). Nessa perspectiva, a semiosfera atua tanto como objeto quanto método, para o desenvolvimento dos estudos dos sistemas de signo no campo da Semiótica da Cultura.

Segundo Nöth e Santaella (2017, p. 229), “A descrição da semiosfera realizada por Lotman é uma descrição de um sistema autorreferencial. É uma descrição coerente da cultura no estágio em que a cultura cria e é criada pela cultura”. No texto sobre: “*Relações entre sistemas no interior da semiosfera*”, Fiorin (2007, p. 175) admite que a semiosfera “[...] é o domínio que permite a uma cultura definir-se e situar-se para poder dialogar com outras culturas.”

Cultura é um sistema de dois espaços e está relacionado a dois níveis de semiose. O primeiro é o espaço textual determinado nas artes, nos mitos, nos códigos sociais ou ideologias; outro é o espaço metatextual decorrente de autodescrições culturais (NÖTH; SANTAELLA, 2017).

A cultura é compreendida como um grande texto, principalmente pelo seu caráter dinâmico e dialógico. A cultura é natureza, isto é, encontra-se na essência da

natureza humana (MACHADO, 2010, p. 158; KULL, 1998).

Enquanto natureza, a cultura é o espaço semiótico pelo qual é possível entender os diversos sistemas sógnicos humanos e não humanos. Para tanto, nesse espaço é que a cultura possui a capacidade de ser interpretada como um sistema complexo de signos, no qual se (re)produzem outros signos. Nesse sentido, tal definição não se restringe à cultura de uma única espécie.

A cultura é o espaço dos signos, nela os signos são desenvolvidos e com isso a cultura, enquanto um organismo vivo adquire suas interpretações. Portanto, podemos dizer que a cultura, assim como suas produções sógnicas, são extensões da vida.

Assim, temos que investigar o espaço cultural dos signos desde sua elaboração até seu desenvolvimento, onde as semioses culturais acontecem. Isto é um ato de pensar semioticamente condicionado à capacidade de formular inferências, isto é, de transformar conhecimentos anteriores e acompanhar sua semiose.

Por uma perspectiva antropológica da cultura, podemos entender que:

[...] se identifica a cultura com a própria vida que se pode dizer perfeitamente não ser ela tanto sobreposta à vida quanto uma extensão da mesma vida. Assim como o instrumento amplia e estende as capacidades da mão, assim a cultura acentua e estende as capacidades da vida (MONTAGU, 1969, p. 131).

Tal ideia de cultura, como uma extensão da vida, se aproxima da concepção de cultura destacada pela antropologia interpretativa de Geertz que revela a cultura a partir de uma perspectiva semiótica quando considera que, o “homem é um animal amarrado por uma teia de significados” tecida por ele mesmo. Contudo, a cultura aparece como uma ciência interpretativa, à procura de significado” (GEERTZ, 2008, p.4).

Não obstante, o termo cultura está relacionado com informação, sendo a cultura um conjunto de informações não-hereditárias, isto é, de conteúdos armazenados e comunicados por grupos distintos. Cultura é um sistema semiótico, que implica a produção de textos culturais, e, enquanto tal, é um sistema perceptivo, de processos que permitem a comunicação de informações (MACHADO, 2003).

Como os processos perceptivos são inseparáveis da memória, na estrutura de todo texto este se manifesta na orientação para um certo tipo de memória, não aquela individual, mas a memória coletiva. Cultura é assim memória coletiva não-hereditária (MACHADO, 2003).

Vale salientar que para a Semiótica da Cultura, o texto é entendido como um mecanismo elementar e este “[...] se aplica não apenas as mensagens da linguagem natural mas todos os portadores de sentido: cerimônia, obras de arte, peça musical.” (MACHADO, 2003, p. 168).

Em seu caráter amplo a cultura, como um universo composto por signos, pressupõe a produção de textos “[...] o texto é a manifestação simultânea de várias linguagens. Assim, as relações complexas, dialógicas e probabilísticas, que constituem o texto poliglota e o torna mecanismo gerador de significado” (LOTMAN, 2003, p. 3, tradução nossa).

Sobre a noção da cultura como um grande sistema de textos, Lotman, (1996, p. 86, tradução nossa) descreve que:

Não só os elementos advindos de diferentes tradições culturais históricas e étnicas como também os constantes diálogos intratextuais entre gêneros e ordenamentos estruturais de diversa orientação formam esse jogo interno de recursos semióticos que, manifestando-se com a maior clareza nos textos artísticos, resulta, na realidade, uma propriedade de todo texto complexo. Precisamente essa propriedade realiza ao texto um gerador de sentido e não apenas um recipiente passivo de sentidos nele colocados de fora. [...] Texto como dispositivo poliestrutural da cultura como consciência coletiva.

Para Lotman (1999, p. 109 tradução nossa), “a cultura em seu conjunto pode ser considerada como texto”. Em torno desse texto é que direcionamos nossas ideias sobre as linguagens e seus mecanismos de expressão como um texto representativo da cultura, criados no campo da semiosfera.

Vale destacar que quando nos referimos a textos queremos dizer sobre os textos culturais, além das manifestações da escrita, isto é, todas as manifestações artísticas, as pinturas, as imagens, as músicas, os vídeos, etc.

Sobre a noção de texto na Semiótica da Cultura, Machado (2003, p.168) enfatiza que:

O trabalho de Lotman considerou a dinâmica, a inserção e disseminação que a noção de texto introduz na cultura, sobretudo porque texto mantém uma relação direta com linguagem precedente ao texto gerado por linguagem. Com isso, os sistemas de signos podem ser considerados sistemas codificados que se manifestam como linguagem.

Com base nisso, afirmamos que a cultura possui a capacidade de gerar novos textos, por esta se tratar de um texto aberto, em que vários sistemas de signos interagem e desenvolvem outros mais. No entanto, vale acrescentar que “O texto não é a realidade, mas o material para a sua reconstrução” (LOTMAN; USPENSKY; MIHAYCHUK, 1978, p. 216, tradução nossa).

Os textos produzidos e reelaborados nos complexos semióticos da cultura, destacam o caráter semiótico e, por conseguinte nos permite compreender as diversidades simbólicas da cultura, no instante em são representadas a partir de um dado contexto sociocultural.

A cultura possui a capacidade de transformação, e por isso pode transformar entropia em informação. Portanto, a cultura faz com que se criem dentro de si novos textos (MACHADO, 2003).

Assim, se observarmos a cultura, vista por uma caracterização de nação, onde numa mesma sociedade (como por exemplo) a brasileira, na qual tivemos ao longo da história uma diversidade de comunidades culturais como as indígenas, negras, japonesas etc., todas compartilharam cada uma de um tipo de língua específica em um mesmo território. Portanto, tivemos com isso, uma pluralidades de textos produzidos a partir de formações históricas, sociais e culturais distintas, as quais, desenvolveram em um mesmo espaço social, uma infinidade de textos. O que identifica a capacidade modelizadora da cultura.

Contudo, nesse universo plural de textos culturais inseridos numa mesma nação, a brasileira, os textos produzidos por uma determinada cultura são muitas vezes repassados para seus “iguais”, não necessariamente como ele se apresentou em momento anterior da sua formação histórica e sociocultural, mas são processados e difundidos com uma nova roupagem, sem que percam seu sentido, seus valores e sua potencialidade de transformação, pois “O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto (ainda

que potencial)” (BAKHTIN, 2003, p. 312).

Para tanto, podemos dizer que ao tempo que a cultura representa um espaço semiótico, ela é também um espaço em potencial desenvolvimento em que podemos verificar que as narrativas elaboradas são constituídas de linguagens que se expressam mutuamente. Segundo essa linha de raciocínio, Machado (2010, p. 160) entende que “signo gera signo, do mesmo modo que texto gera texto. O texto da cultura pressupõe, portanto, a semiotização do entorno”.

Na análise da cultura podemos investigar as narrativas das comunidades e buscar entender como ocorrem os processos interpretativos da cultura, isto é, a recepção e mediação de elementos signos.

Tendo em vista que o universo semiótico da cultura em potencial desenvolvimento gera uma diversidade de textos, temos que, a essa atividade de geração de novos textos, a semiótica da cultura denomina de processo de **modelização**⁴⁴. Se trata da “[...] chave para compreender a produção de mensagens resultantes das relações entre as mais variadas linguagens ou os mais variados sistemas semióticos da comunicação social” (MACHADO, 2003, p. 150).

Consideramos tais processos como ações interpretativas da cultura, pois entendemos como relacionado à noção de semiose definida a partir da semiótica peirceana.

Entender a cultura na sua diversidade e sua extensão entre espaço e tempo é exercer também uma gestão semiótica a qual implica no modo para compreender como os diversos complexos sógnicos se relacionam mediante os espaços culturais e ainda como exercem significados a partir de um contexto de leitura, isto é, de análise dos signos da cultura (MACHADO, 2008, p. 66).

A gestão semiótica atua como um dispositivo tradutório, pelo qual é possível analisar a mobilidade dos signos. No entanto, é preciso destacar que não se trata de perceber o transporte dos signos de um ponto a outro. A gestão semiótica é parte do processo de modelização.

A modelização é em si um processo de interpretação. Vale dizer que tal conceito é desenvolvido na Semiótica da Cultura tendo em vista compreender como

44 Segundo Machado (2007, p. 29), a modelização é “[...] entendida como um 'programa para análise e constituição de arranjos' e não simples 'reprodução de um modelo'.”

se dá a semiose, ou seja, “para que um modelo represente uma coisa diferente para alguém, quanto a determinados aspectos ou capacidades, deve haver uma continuidade nos vínculos entre *modelans e modelandum*” (MERRELL; ANDERSON, 1990, p. 31).

Para tanto, a modelização é o meio pelo qual é possível alcançar um conhecimento sobre o mundo (MACHADO, 2003). O termo modelizar é compreendido como um processo reflexivo e interpretativo que a partir do uso de linguagens possibilita a comunicação da cultura. É “[...], um esforço de compreensão da signicidade dos objetos culturais, Modelizar é semiotizar” (MACHADO, 2003, p. 163).

Do ponto de vista do desenvolvimento do signo na semiosfera, a modelização é relacionada com a ideia de semiose como dito anteriormente. Assim, a modelização, enquanto um processo semiótico da cultura, é muito enfatizado nos estudos da Semiótica da Cultura como um mecanismo para compreender a semiose dos sistemas culturais.

No contexto dos sistemas culturais, a capacidade modelizadora reveste-se do caráter sistêmico e evolutivo que se manifesta no mundo vivo como capacidade para a interação, para a luta, para a preservação da vida. Este raciocínio é outra forma de dizer que contexto e cultura implicam-se mutuamente no mundo das espécies vivas (MACHADO; ROMANINI, 2010, p. 94).

No entanto, vale ressaltar que a modelização não desconsidera elementos anteriormente admitidos na elaboração do conhecimento, pelo contrário, todo o conjunto de saberes envolvidos na constituição de um conhecimento torna-se elemento representativo para construção de outro conhecimento.

Os códigos culturais passam por processos de transcodificação e não é uma mera decodificação (MACHADO, 2003). A cultura é composta de códigos, por exemplo, a língua se utiliza do código verbal, a música possui o código musical etc. O código visto pelo viés da Semiótica da Cultura não se limita a um signo, uma estrutura, pelo contrário compartilha da estruturalidade⁴⁵ destacada pelas linguagens.

45 “Dinamismo modelizante que garante a organização de um sistema semiótico como a linguagem, ainda que não possua uma língua, ou seja, uma estrutura regulada por um código definido”(MACHADO, 2003, p.158).

O termo transcodificação é “Derivado de *codificação*, por meio do prefixo *trans* - (“para além”, em latim). Em semiologia, o termo *transcodificação* designa a tradução de uma informação de um código para o outro. Em tradutologia, o termo qualifica as equivalências semânticas estabelecidas fora de todo o contexto, por distinção com o termo *tradução*, reservado á equivalências contextuais” (NEVEU, 2008, p. 293).

A decodificação é um termo relacionado com a codificação. Por conseguinte a codificação implica: “No domínio da comunicação e da informação, [...] operação que consiste em transformar a forma de uma mensagem em uma outra forma para realizar a transmissão. [...]. Em Linguística [...] a codificação é a operação que consiste em selecionar e explorar uma linguagem de descrição do formato e das unidades textuais reunidas em corpus [...]” (NEVEU, 2008, p. 70).

Em consonância com a noção de códigos como “Signo convencional ou uma organização de carácter genérico a partir da qual é possível a constituição dos sistemas e, conseqüentemente da linguagem” (MACHADO, 2003, p. 155), os códigos culturais são “criadores de linguagem e, conseqüentemente, de textos culturais se dão a entender como som, imagem, movimento, textura, cheiro, paladar” (MACHADO, 2003, p. 156).

Em Nöth e Santaella (2017, p. 152) quando apresenta a linha da semiótica dos códigos com base em Umberto Eco, menciona que o código “[...] é um livro secreto só conhecido ao emissor e ao receptor. Ele estabelece, portanto regras de correspondência entre o texto claro e o texto cifrado.”

Em suma, por meio de processos modelizantes podemos criar novos códigos culturais.

A modelização, tomada nesse sentido, acarreta um movimento sógnico contínuo ao longo dos trilhos do significado em direção a um fim qualquer, indefinido e indefinível. Nada permanece imóvel, nada é absolutamente determinado (MERRELL ; ANDERSON, 1990, p. 35).

No contexto da cultura, a modelização possibilita a tradução da tradição, isto é, o mecanismo para compreender a intervenção semiótica na cultura. É partir da utilização de uma análise semiótica em torno dos complexos de signos produzidos na cultura. Consiste em “[...] um encontro entre diferentes culturas a partir do qual

nascerem códigos culturais que funcionam como programas para ulteriores desenvolvimentos” (MACHADO, 2003, p. 30).

Para entender a tradução da tradição podemos recuperar a perspectiva de Hall (2009) de que a cultura pressupõe tradição e esta interfere na reconstrução de nossa identidade. Portanto não pode se dissociar desta herança em processo de construção.

A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (HALL, 2009, p. 43).

Portanto, consideramos que a tradução da tradição “[...] decorre da análise da compreensão do encontro entre culturas como uma experiência dialógica e, portanto, semiótica” (MACHADO, 2003, p. 28).

O propósito da modelização é considerar tanto as manifestações da cultura como os produtos e atividades culturais e ainda entender que estes são organizações designadas por qualquer tipo de linguagem.

A modelização indica, a partir de um jogo de linguagens ocorridos no espaço semiótico da cultura, a possibilidade de interpretar os conteúdos culturais, pois segundo Verón (1996, p. 18, tradução nossa), “Há sempre várias leituras possíveis de conjuntos textuais que circulam dentro de uma sociedade, a partir do ponto de vista da produção. O mesmo texto pode ser sujeito a várias interpretações.”

Com base nisso, a noção de modelização no campo de investigações semióticas, se apresenta como possibilidades de leituras interpretativas sobre os textos produzidos na cultura com o apoio dos sistemas modelizantes. Os sistemas modelizantes são “[...] manifestações, práticas ou processos culturais cuja organização depende da transferência de modelos estruturais, tais como aqueles sob os quais se constrói a linguagem natural” (MACHADO, 2003, p. 49).

Sobre os sistemas modelizantes, Lotman (1978) na obra “*A estrutura do texto*

artístico” destaca que a linguagem além de um sistema de comunicação, é também um sistema modelizante. No entanto, é necessário entender pontualmente que os sistemas modelizantes se dividem em dois aspectos: os sistemas modelizantes primários e sistemas modelizantes secundários.

O sistema modelizante primário é representado pela língua porque a partir desta é possível o desenvolvimento de diversos outros sistemas como literatura, mitos os quais são construídos em analogia dos sistemas primários, a língua (MACHADO, 2003, p. 167-168). Enquanto que sistemas modelizantes secundários são a literatura, mito, religião, arte.

Tais sistemas modelizantes secundários, possuem na linguagem verbal uma estrutura referencial, com base na qual se reconhece, num dado sistema, sua estruturalidade (MACHADO, 2007, p. 29). Porém, os sistemas modelizantes secundários, ao contrário do primário, que leva em conta a língua como código principal, isto é, como estrutura, mas os sistemas de caráter secundário possuem uma dinâmica que interfere na sua expressão por meio da linguagem. Isto ocorre pelo de existir uma diversidade de linguagens que desenvolvem estruturalidade com base nas suas particularidades, como numa pintura, na música etc.

No sentido de definir o sistema de nível primário, a semiótica da cultura aponta como sendo a linguagem verbal, por esta ser dotada de estrutura (MACHADO, 2007) reconhecida a partir da língua. A estrutura é um sistema que se define pela organização inerente a toda língua (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 27). Quanto os sistemas modelizantes secundários estão as linguagens como; os mitos, as artes etc., que não prescindem de uma “estrutura” como a da língua.

Para Torop (1999), os sistemas modelizantes de segundo nível relacionam-se com todas as linguagens em seu sentido mais amplo da cultura como, por exemplo, mitologia, religião, normas de comportamento, etc.

Por exemplo, quando da análise de uma pintura, como um elemento da linguagem artística, esteja esta dentro de um contexto realista, futurista, expressionista, nós entendemos que, do ponto de vista do sistema modelizante secundário, a linguagem utilizada para sua expressão possui uma estruturalidade a qual pode ser representada nos contornos das formas e texturas adotadas, na

relação entre as cores, na imagem projetada nesta pintura etc.

Porém, a linguagem elaborada a partir da arte pode também se utilizar da língua (sistema primário) para somar elementos sociais e culturais expressados por meio do discurso do artista, com base numa linguagem verbal.

Nesse sentido, a linguagem como um sistema social e dialógico, criado e elaborado na esfera cultural não se limita em uma estrutura como a linguagem verbal, mas destaca em si sua estruturalidade. Entretanto, é necessário entender que as linguagens assim como a língua, enquanto sistemas modelizantes, são construídas a partir de uma intervenção cultural (MACHADO, 2003). Ou seja, o sujeito fará uso de uma língua e de linguagens a partir do momento que interage numa determinada cultura, e com isso, pode aprimorar os códigos e reeditá-los na medida do possível.

Dessa maneira, o conceito de modelização está à noção de que nenhum sistema semiótico é dado ao pesquisador, pelo contrário é sempre construído (ZALIZNIÁK; IVANOV; TOPOROV, 1979), por isso, é que a linguagem é entendida como elemento central na configuração do sistema semiótico da cultura. Em outras palavras, nós possuímos a capacidade de gerar novos textos na cultura, de traduzir os contextos e reimprimir nossas memórias e identidades.

Com base na noção de modelização e sistemas modelizantes, tem-se que, no escopo das perspectivas conceituais da Semiótica da Cultura, que a(s) linguagem(ns) consistem em produções coletivas que representam e também criam textos na/para a cultura.

Lotman (1999, p. 101, tradução nossa), entende que as linguagens podem ser compreendidas como “[...] texto dentro do texto [...]”. Nesse aspecto, “o texto não é a realidade, mas o material para a reconstituir” (LOTMAN, 1981, p. 43, tradução nossa). Em outras palavras, quando o autor se refere ao texto dentro do texto, é para explicar que os textos que produzimos na cultura resgata a memória, enquanto uma manifestação do conhecimento e esta pode gerar novos sentidos e interpretações em um mesmo contexto cultural.

As linguagens, em seu sentido mais amplo, são potenciais representativos da cultura, de uma realidade que é representada a partir das relações socioculturais,

cujo propósito, não se resume apenas em comunicar algo, mas de entender o mundo em sua totalidade.

Sobre “entender o mundo em sua totalidade” ou ainda de representá-lo, implica refletir sobre a concepção de linguagem evidenciada nos estudos semióticos de Lotman, pois a linguagem, mais precisamente àquela concebida como um sistema de modelização secundário é uma linguagem imbuída de ideologias e ao visar a comunicação ou mesmo a representação da cultura ela não abrange uma representação direta e total da realidade.

Assim, também procede a língua enquanto um símbolo arbitrário constituído socialmente.

Destacamos, a partir de Santaella (1983), a perspectiva semiótica da linguagem que reconhece todas as linguagens possíveis, possibilitando a análise da constituição de diversos fenômenos de produção de significados e de sentido. Diante disso, a linguagem visa potencializar uma variedade de sentidos no espaço da cultura, assim como das expressões culturais.

As linguagens são mecanismos geradores de textos. Os textos produzidos podem alcançar grandes extensões, tendo em vista que a linguagem possui caráter dinâmico e, pode agregar significados distintos aos textos ultrapassando fronteiras culturais.

Destacamos que a ideia de fronteira não condiz em separação dos elementos semióticos de uma cultura. A fronteira funciona como “filtro tradutório” (MACHADO, 2002). Tal filtro caracteriza, por exemplo, as relações no universo *web*, onde as pessoas interagem por meio de uma diversidade de linguagens.

Bakhtin (2006) entende a linguagem como uma entidade, um signo ideológico-social, o qual compartilha um processo de interação social e acaba por refratar determinadas realidades. A linguagem é um instrumento cultural com a característica de potencializar o conhecimento produzido pelos indivíduos e interfere na visão de mundo dos sujeitos (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 62).

As linguagens (no plural) são instrumentos culturais e mais ainda processos semióticos que coexistem na/para cultura e a partir da dinâmica sígnica existente na semiosfera da cultura é possível, significar e ressignificar os textos culturais

sugeridos pelas linguagens.

A linguagem é um processo social e dialógico. Nesse sentido, Fiorin (2006) enfatiza que é uma instituição social, pelo fato de esta, ser o veículo das ideologias e ao mesmo tempo poder contribuir como instrumento dialógico entre os homens e a natureza e dos homens entre si.

Portanto, a linguagem será sempre objeto de reflexão no âmbito das questões semióticas que envolvem a cultura como um sistema semiótico maior e os demais sistemas como, por exemplo, os códigos, os textos culturais, a língua, os mecanismos de tradução.

Reconhecemos que, tanto as influências linguísticas como antropológicas são significativas para a constituição de outras áreas que se dispuseram em compreender a linguagem assim como a noção de cultura.

Em cada área e campo de investigação haverá um posicionamento, uma perspectiva distinta sobre linguagem, que ora dialogam com algumas correntes da linguística, ora se opõem na tentativa de resolver problemas de linguagem e conseqüentemente problemas semióticos.

Também sinalizamos que o estudo da linguagem na área da Ciência da Informação, mais precisamente no campo da Organização do Conhecimento, “corresponde à égide do estatuto epistemológico que subjaz tal campo de estudo” (GUEDES; MOURA, 2016). Linguagem, no contexto da Organização do Conhecimento, implica em um instrumento de representação do conhecimento, consistindo no elemento que viabiliza e torna possível a organização de conhecimentos.

Partimos do pressuposto de que a linguagem possui a capacidade de representar um determinado conhecimento, como também, possibilita a reconfiguração de tal conhecimento, pois entendemos o conhecimento como algo dinâmico, em construção, por isso, não se encontra acabado.

A linguagem é resultante de processos históricos, sociais e culturais elaboradas e reelaboradas nas relações entre os sujeitos e o espaço semiótico no qual está imerso, porém a linguagem não é algo fixo, embora seja determinada por ideologias.

Nesse contexto, o conhecimento é o resultado de um processo que se caracteriza pelo ato de “aprender-conhecer” (MERRELL, 2008), pois o conhecimento não é algo fixo, ao contrário, é fruto de um estado de incompletude do ser e neste está também a linguagem.

A linguagem, dado seu caráter semiótico, é um mecanismo interpretativo, por isso, é necessária para o tratamento e representação do conhecimento em suas diversas manifestações.

A linguagem implica em processos sociais e culturais designados pelos sujeitos em interação com o meio social e cultural em que interagem. A linguagem é sem dúvida uma questão semiótica de cunho interpretativa e que se dirige para uma outra que é a tradução.

Por outro lado, a tradução é muito mais que uma passagem de um código para outro. Para Semiótica da Cultura é uma atividade interpretativa que prevê a dinâmica dos sistemas da cultura, assim como nos códigos, nas linguagens, na forma com os textos se apresentam na cultura, tendo em vista favorecer uma interpretação digna aos contextos culturais, assim como aos textos da cultura (TOROP, 2002).

Para a Semiótica da Cultura, a ideia de tradução é representada a partir da concepção de “tradução da tradição” (MACHADO, 2003, p. 30). que se caracteriza em exercícios interpretativos com intuito de compreender a significação dos fenômenos culturais, como quando analisamos, por exemplo, um texto literário, uma música, uma obra de arte (FARIAS, 2014).

A tradução é um processo semiótico complexo, pois ao mesmo tempo em que busca a representação de um determinado texto cultural, está condicionada às linguagens construídas socialmente e isto implica não somente em “pontos de vistas” sobre a atividade de tradução, mas também na validação desta tradução, via os sistemas de signos, como a língua, as linguagens.

Ainda no escopo conceitual da Semiótica da Cultura, a tradução implica tanto uma atividade como também o resultado desta atividade para a compreensão da cultura (TOROP 2002 p. 593). Lotman entende que um "elementar ato de pensar é a tradução", e diante de uma perspectiva lógica considera que "o mecanismo

elementar de traduzir é o diálogo" (LOTMAN, 1990, p. 143, tradução nossa).

O diálogo evidencia-se na própria relação entre os indivíduos em uma determinada cultura. No diálogo a linguagem assume a função de potencializar a representação dos textos da cultura. Neste sentido, a ideia de representação está relacionada com a própria tradução. Representar é um ato de traduzir a partir do que a cultura nos apresenta, isto é, dos seus contextos.

No âmbito da atividade de tradução, entendemos que a linguagem é um signo de comunicação e organização do conhecimento humano. Esta pode favorecer, não somente a interpretação de sistemas culturais como prevê as relações humanas entre culturas distintas, respeitando as peculiaridades existentes em cada fronteira cultural. Com as linguagens o exercício da traduzir amplia as formas de representação, buscando se ajustar com a realidade.

No entanto, as relações são estabelecidas por uma organização social, com base nas necessidades humanas da relação uns com os outros e, nesse contexto, a linguagem acaba por anteceder a ação comunicativa (CALEFATO, 2009, p. 71-72).

A partir da perspectiva da tradução mencionada no campo da Semiótica da Cultura, recuperamos também a descrição dos três modelos de tradução de Jakobson (1995, p. 64-65): 1-traduições de signos em outros signos de uma mesma língua, a qual se refere como "tradução intralinguística ou paráfrase"; 2-traduições entre línguas diferentes, que ele chamou de "tradução interlinguística ou tradução no sentido estrito da palavra"; e 3-consiste na interpretação de signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais, que é o mesmo que a "tradução intersemiótica ou transmutação".

A diversidade de modelos de tradução neste autor já nos indica que podemos nos valer de várias faces da tradução para a representação. Porém, os estudos da Semiótica da Cultura nos aproxima mais da perspectiva da tradução intersemiótica, pois nos favorece ampliar análises sobre os sistemas de signos que não se limite a um código verbal.

No que corresponde a tradução intersemiótica, esta ultrapassa a ideia de uma tradução limitada à questão simbólica, pois a cultura em sua pluralidade, implica outras interpretações e, conseqüentemente traduções via outros sistemas de signos

que não apenas o simbólico, pois a cultura não pode ser representada meramente por categorias simbólicas.

Para Rónai (1976, p. 2) a tradução intersemiótica é:

aquela a que nos entregamos ao procurarmos interpretar o significado de uma expressão fisionômica, um gesto, um ato simbólico mesmo desacompanhado de palavras. É em virtude dessa tradução que uma pessoa se ofende quando outra não lhe aperta a mão estendida ou se sente à vontade quando lhe indicam uma cadeira ou lhe oferecem um cafezinho.

A tradução intersemiótica consiste na tradução estabelecida entre um sistema verbal e um não verbal, como acontece, por exemplo, com a passagem da ficção ao cinema, vídeo e história em quadrinhos; com a ilustração de livros; com a passagem de texto a publicidade (PLAZA, 2003). Seguindo este argumento, todo sistema de organização do conhecimento quando traduz uma cultura (não-verbal) em termos (verbal), produz uma tradução intersemiótica.

Sob o olhar da Semiótica da Cultura quanto a noção de tradução e considerando que a tradução semiótica é dada partir da semiosfera cultural, trazemos o posicionamento de Lotman (1990, p. 138, tradução nossa) no qual entende que:

[...] o espaço todo da semiosfera é interseccionado por fronteiras de diferentes níveis, ou mesmo de textos, e o espaço interno de cada uma dessas subsemiosferas tem seu próprio 'eu' semiótico que é percebido como a relação de uma linguagem, grupo de textos, texto separado, até o espaço metaestrutural que os descreve, porém sempre tendo em mente que linguagens e textos estão dispostos hierarquicamente, em níveis diferentes. Essas fronteiras seccionais que cruzam a semiosfera criam um sistema de vários níveis.

A tradução, no sentido de uma atividade semiótica, implica o reconhecimento das fronteiras, pois é ela quem designa as traduções da linguagem de uma cultura em seu contexto semiótico e permite assim estabelecer os filtros sobre a linguagem cultural alheia.

[...] A fronteira é bilíngue e poliglota. A fronteira é um mecanismo para a tradução de textos de uma semiótica alheia para a 'nossa' linguagem, é o lugar no qual o que é 'externo' é transformado no que é 'interno', é uma membrana filtrante que, dessa forma, transforma textos estrangeiros em textos da semiótica interna da semiosfera enquanto ainda retém suas características próprias (LOTMAN, 1990, p. 136-137, tradução nossa).

A fronteira implica as aproximações e não o confronto. Também podemos imaginar a ideia de fronteira representada pelos espaços virtuais, das relações, ou ainda utilizando-se de um termo comum do ambiente virtual, “da conexão”, entre sujeitos, máquinas e a linguagem do sistema.

Esse raciocínio sobre a fronteira resgata à noção da “era transcultural digital” destacada por García Gutiérrez (2018, p. 56), quando afirma que: “Na era transcultural digital, a verdade se reduzirá, de fato, à interação de valores, a uma verdade como processo, como trânsito, como precariedade, como impostura, como pós-verdade”. Nesse sentido, o autor questiona sobre a existência de uma verdade única. Os ambientes digitais virtuais são espaços híbridos constituídos de culturas e valores de uma sociedade.

Portanto, entendemos que, em respeito de uma tradução semiótica, ou como denomina Jakobson (1995), “intersemiótica”, temos que a complexidade da atividade e dos produtos resultantes da tradução caminha para uma tentativa de revisão e/ou superação, que implica na mudança de enfoque, isto é, ao invés de se limitar ao campo da linguística, buscar novos enfoques interpretativos que poderiam talvez contribuir para a análise dos contextos virtuais de produção do conhecimento.

Ao compreender que toda atividade de tradução é complexa, necessitamos considerar que uma “competência semiótica” é relevante para podermos lidar com os signos culturais e reconhecê-los em sua diversidade independente da suas fronteiras semióticas.

Na Semiótica da Cultura a expressão “competência semiótica” corresponde a: “[...] capacidade de compreender os sistemas semióticos como produtos da culturalização, isto é, como resultado da transformação da informação em linguagem e, conseqüentemente, em sistema da cultura” (MACHADO, 2003, p. 142). A competência semiótica perpassa por todo o fazer humano, é o exercício semiótico que implica a compreensão dos códigos, dos textos (de sua produção e representação), do tratamento e interpretação da informação que será compartilhada em um dado sistema da cultura seja este físico, digital ou virtual.

Um outro destaque sobre o conceito de competência semiótica, é a aptidão

para a gestão eficiente dos textos culturais, pois trata-se de uma competência cognitiva adquirida, que explica a relação do sujeito com o contexto e os discursos produzidos nas relações culturais, de tal maneira que é uma competência para o conhecimento da realidade, do contexto e por isso implica numa capacidade interpretativa.

Entendemos que a competência semiótica é uma alternativa para a interpretação da cultura e, por conseguinte, do conhecimento elaborado em conjunto com as linguagens (re) criadas socialmente.

Tentamos destacar ao longo das discussões que envolvem conceitos semióticos (signo, semiose, representação, antropossemiose, cultura, modelização, linguagem, tradução e competência semiótica) os quais desencadeiam as reflexões sinalizadas à atenção dos contextos dinâmicos da cultura, assim como, dos sistemas de signos, dos processos semióticos de tradução que, a questão da interpretação é algo inevitável no tratamento semiótico da cultura e consequentemente do conhecimento, tendo em vista sua gestão, organização e representação.

A seguir damos sequência com as bases socioantropológicas na intenção de sinalizar algumas perspectivas de cunho socioculturais e que não fogem de análises interpretativas, muito menos semiótica.

4.2 Bases socioantropológicas

A partir de uma revisão da literatura sobre estudos socioculturais da Organização do Conhecimento, buscamos identificar algumas bases socioantropológicas, pois presume-se que seja relevante uma análise sobre o tratamento de tais bases, principalmente quando se arrisca modelos de representação cujo objetivo seja representar um contexto cultural para entender como tal concepção configura-se nas perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento.

Tratamos como bases socioantropológicas, conceitos que, no escopo da Organização do Conhecimento, nos permitem identificar discussões que abrangem

desde análises sociais até culturais.

Nesta seção trataremos do transculturalismo, multiculturalismo como uma das bases socioantropológicas consideradas nesta pesquisa. Além destes, apresentaremos outras bases como as noções de interpretação das culturas e de desclassificação que deveriam estar circunscritas em estudos da Organização do Conhecimento, mas são oriundas de outras áreas como a Linguística, Antropologia, Sociologia, Semiótica etc.

O objetivo é compreender a configuração dessas concepções no âmbito desse campo para então tentar verificar o impacto dos discursos socioantropológicos em processos de representação e organização do conhecimento, via as perspectivas socioculturais, pois acreditamos que algumas concepções desde seu viés teórico até conceitual transitam em distintos campos e áreas do conhecimento, mas com aspectos diversos, consequentes das interpretações feitas e também dos interesses acadêmicos e da ciência de modo geral.

Partiremos das concepções de transculturalismo e posteriormente de multiculturalismo, na medida em que pretendemos não apenas a identificação dos temas/estudos que tratam de perspectivas multi e transcultural na/para a Organização do Conhecimento, mas também refletir sobre como tais concepções são introjetadas e interpretadas a partir nas perspectivas socioculturais.

Sobre a concepção do transculturalismo temos que este pode permitir que as culturas estejam abertas para aquilo que as transversaliza e as transpõe, eliminando sua redução a teorias simplistas, acolhendo a complexidade e atualizando potencialidades do ser em tempos e lugares distintos (NICOLESCU, 2005).

O transculturalismo é caracterizado como uma necessidade de fusão cultural, ou seja, da mescla entre culturas distintas em respeito à dinâmica contemporânea da sociedade. Nesse sentido, o transculturalismo se distingue do multiculturalismo por este último estar relacionado estritamente a evidenciar questões de diferenças culturais na medida em que caracteriza a cultura A, B, etc.

No mais, o transculturalismo implica uma proposta de fusão cultural, isto é, considera a confluência de diversas culturas e sua dinâmica na contemporaneidade. A fusão prevê o diálogo entre culturas distintas no intuito de agregar conhecimentos

entre elas.

Para García Gutiérrez (2002a, 2004), o transculturalismo propõe um olhar crítico e transversal sobre os fenômenos culturais, considerando a dinâmica na construção de conhecimento a partir dos diversos contextos culturais. Tal concepção nos permite refletir também sobre os contextos sociais, políticos e culturais que são determinantes nas atividades de representação (HJØRLAND, 2002a).

A perspectiva de um transculturalismo é também verificada na abordagem da ética transcultural proposta por García Gutiérrez, cujo objetivo é fornecer uma análise da transculturalidade entre diversas culturas, isto é, permite entender a cultura como um sistema aberto, dialógico e dinâmico.

Com base nessa ideia, entendemos que as linguagens atuam junto à cultura para a compreensão dos diversos contextos culturais dos grupos e comunidades.

Nesse sentido, é preciso se voltar a questões éticas de caráter transcultural, pois devemos entender até que medida as linguagens, no sentido de códigos verbais, podem auxiliar na compreensão de contextos híbridos das culturas. Com isso, retomamos a questão da ética transcultural que surge no contexto da Organização do Conhecimento para a compreensão da cultura e seu caráter dinâmico e plural.

Guimarães et al. (2005) entendem que a proposta de ética transcultural apresenta-se como um fundamento e, desse modo, pressupõe possibilidades de surgimento de um novo paradigma que se mostra capaz de garantir o suporte necessário para a emergência de novas construções no campo da Organização do Conhecimento.

A “ética transcultural da mediação” como tratada por García Gutiérrez (2002a), visa o estabelecimento de condutas profissionais que priorizem a diversidade cultural. Tal perspectiva possui relação com a noção de “epistemografia interativa⁴⁶”, a qual visa a integração de elementos éticos, culturais e políticos no conhecimento para sua posterior organização e representação (FARIAS, 2014).

Assim, a ideia da ética transcultural no contexto da Organização do Conhecimento, compreende a cultura como um fenômeno dinâmico com

46 “[...] destaca-se, em primeiro lugar, a necessidade de incorporar ao conhecimento e à sua organização as questões éticas, culturais e políticas” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p.1).

predisposição de ser submetido a processos interpretativos.

No escopo das discussões transculturais, a noção de transculturalismo aparece como a descrição de um ambiente de diálogo cultural, desvinculada de uma base territorial que busca transcender às mais diversas culturas, as quais se encontram em processos de incompletudes culturais⁴⁷. Utilizam dos atuais artefatos tecnológicos de uma maneira agregada e adaptada para a produção, a difusão, o compartilhamento e a preservação das diversas culturas.

O transculturalismo considera o encontro de diversas culturas e sua dinâmica na contemporaneidade, em evidência da transcultura.

García Gutiérrez (2004, p. 97, tradução nossa) entende que a transcultura se concebe como o conjunto de interações desordenadas, “caóticas” e irracionais dos indivíduos e sociedade. É regida, algumas vezes, por caos deterministas e, outras, por atratores estranhos. Na mestiçagem e na fusão encontra-se o processo de construção de novas singularidades.

Contudo, a noção de transcultural torna-se a condição de ser das culturas contemporâneas possibilitando seu movimento e impedindo sua desintegração. É provocador de tensões e inquietações sobre como somos povoados pelos outros, sobre como podemos ser na mestiçagem e ainda como assimilamos saberes híbridos.

A hibridização consiste de processos socioculturais em que as estruturas ou as práticas discretas que existiam separadamente passam a se combinar, tendo em vista gerar novas estruturas.

Contudo, concebe o cenário cultural contemporâneo não de maneira estanque, dicotomizando culturas, mas sim, como cenário de hibridização, isto é, a recombinação, a resignificação de modos culturais desvinculados de suas matrizes, constituindo-se em novas práticas culturais (CANCLINI, 2008).

Entendemos que o transculturalismo no campo da Organização do Conhecimento considera a cultura como um elemento que transcende universos e espaços culturais, em virtude da diversidade que deve ser contemplada na organização e representação. O modelo do transculturalismo pode permitir o diálogo

⁴⁷ Nos referimos às incompletudes culturais para afirmar que as culturas são processos abertos e não possui um fim, por isso também consideramos o caráter híbrido e dinâmico das culturas.

entre as mais diferentes culturas e impede a sua homogeneização.

Vale dizer que a perspectiva do transculturalismo não busca reduzir uma cultura assim como sua identidade, pelo contrário, implica numa relação de conhecimentos e trocas culturais.

O transculturalismo está baseado na reunião entrelaçada dos diferentes povos e culturas. Em outras palavras, a identidade de alguém não é singular, mas múltipla. Ao contrário do multiculturalismo, que a maioria das experiências tem evidenciado limites com base em patrimônios culturais do passado, enquanto transculturalismo baseia-se na quebra de limites.

Embora o multiculturalismo remete às diferenças culturais com base em questões étnicas, raciais, de religião etc. Entendemos que “O multiculturalismo não é apenas uma perspectiva teórica, exotérica, alijada da prática, mas é a própria realidade social, a condição de nossas sociedades” (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015, p. 635). Numa breve análise, é possível entender que

Se atravessarmos o Brasil, encontramos culturas milenares coexistindo com simulacros europeus de sociedade, no que tange às condições materiais de vida. Essas culturas, que representam a maior parte das mais de 200 línguas faladas no Brasil não são representadas adequadamente por sistemas de organização do conhecimento. Do mesmo modo, se passamos a países europeus, notamos a complexidade que é o planejamento das políticas linguísticas, pois ademais das 24 línguas oficiais da União Europeia, existem muitos outros grupos linguísticos não incluídos. Consequentemente, o multiculturalismo não pode ser usado apenas como discurso pela organização do conhecimento, pois, por detrás dele, há uma realidade cultural híbrida a qual devemos empreender ações de mediação (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015, p. 635).

Vale dizer que embora o multiculturalismo corresponda para as diferenças, estas devem ser percebidas por uma perspectiva do transculturalismo, como um elemento potencial para se pensar as relações transculturais. Isto é, entre culturas distintas, pois a ideia de multicultural implica um olhar necessário sobre a cultura em sua diversidade e isso nos motiva a rever não apenas as diferenças, mas de reconhecê-las mediante um sistema multicultural que destaque tais diferenças e compreenda que nelas está outra questão: a identidade.

Na perspectiva dos estudos culturais, Hall (1996) entende que as identidades

culturais têm raízes, assim como histórias, mas passam por constantes transformações. São ainda pontos de identificação. A ideia de transculturalismo implica ver-se no outro, por isso, propõe uma perspectiva interativa e de reconhecimento das peculiaridades culturais.

Por outro lado, analisar o multiculturalismo a partir das identidades traçadas pelas diversas culturas nos remete a pensar o multiculturalismo a partir de um ponto de vista semiótico

[...] ou seja, sua semiodiversidade cronotópica, é preciso, antes de mais nada, adotar um posicionamento policêntrico e admitir que cultura é manifestação de liminaridade⁴⁸ onde tudo vive sobre fronteiras e que tempo-e-espaço se implicam mutuamente. Antes, contudo, é preciso rever o conceito de fronteira. A partir daí é que será possível considerar a hifenação de culturas, o policentrismo e a liminaridade como manifestações dialógicas. Esses são os apontamentos para a construção de um olhar transversal sobre a diversidade nas relações multiculturais [...]. (MACHADO, 2002, p. 3).

Outra perspectiva dos estudos culturais reforçada por Canclini (1995) que se refere às identidades entende estas como narrativas as quais são construídas e reconstruídas em respeito aos aspectos híbridos, dúcteis e multiculturais e que estes incluem a presença de conflitos de nacionalidades, gêneros, etnias, constituindo-se em representação e ação.

O multiculturalismo brasileiro é um exemplo de um processo que está inserido na dinâmica da própria cultura e por isso se distancia de um quadro definido (MACHADO, 2002, p. 6) em relação à sua diversidade.

O ponto de partida aqui é a idéia (sic) de que o multiculturalismo brasileiro é manifestação de liminaridade em que, em vez de choque, temos uma miscigenação cultural que, bem entendido, não elimina conflitos nem atenua confrontos, mas mostra uma outra forma de convivência com o radicalmente outro, seja ele o indígena, o africano, o europeu ou asiático. Os produtos culturais, aqui, já nascem sob o signo do hibridismo e do policentrismo (MACHADO, 2002, p. 13).

Pensar as identidades, a diversidade cultural, étnica e racial no multiculturalismo é refletir sobre as fronteiras existentes em um mesmo tempo e

48 “[...]liminaridade é uma forma de “multiculturalizar os estudos sobre o multiculturalismo” sobretudo por questionar o conceito de fronteira que cria dicotomias e favorece a propagação de hegemonias (MACHADO, 2002, p.13).

espaço cultural. Vale destacar que, do ponto de vista da Semiótica da Cultura, a ideia de fronteira, como visto em outro momento, não quer dizer divisão.

Fronteira é um espaço de convergência, de solidariedade entre sistemas, de exercício dialógico. Não que diz respeito nem a similaridades nem a dicotomias, mas a complementaridade (MACHADO 2001, p. 29). Tal fronteira se caracteriza pelas particularidades dos sistemas de signos de uma cultura e, dessa forma, só pode haver conexão e comunicação entre distintas fronteiras se o que está fora de uma das culturas, isto é, da semiosfera for traduzida. É “um mecanismo de semiotização, capaz de traduzir mensagens externas em linguagem interna” (MACHADO, 2003).

As fronteiras realçam as identidades que se formam a partir das diferenças que constituem a diversidade cultural e, por isso, são delimitadas nas fronteiras.

O contexto global do regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização parece oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam. A leveza da zona fronteiriça torna-a muito sensível aos ventos. É uma porta de vai-e-vem, e como tal nem nunca está escancarada, nem nunca está fechada (SANTOS, 1997, p. 153).

Uma análise multicultural que descreve culturas sem relacioná-las com outras, ou até mesmo compara culturas na tentativa de traduzi-las como determina uma análise intercultural, ainda se distancia de uma proposta ampla de análise transcultural que visa transpor olhares para o que é comum, mas que permite considerar as singularidades de cada cultura.

Se conectarmos tais análises com uma questão ética da informação é possível obter uma visão crítica geral das diferentes dimensões de multi, inter e transcultural, pois o que se deve questionar nesse contexto é se as diferenças culturais são importantes ou não, quando se busca um tratamento ético para contextos culturais múltiplos.

Logo, só é possível considerar a teoria do multiculturalismo se esta permitir enxergar a cultura como sistemas abertos e dialógicos que se nutrem e enriquecem, isto é, se mesclam e não somente consideram as suas diferenças, mas que permitem o diálogo entre ambas (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2004, p. 111, tradução

nossa).

A perspectiva de transculturalismo permite um olhar crítico sobre a ideia de multiculturalismo, pois se posiciona contra uma perspectiva fragmentada e demarcacionista como no caso do multiculturalismo, visto como uma medida de demarcação de território a partir de categorizações étnicas, raciais e culturais e com interesses políticos.

Nesse caso, faz-se necessária uma análise exegética⁴⁹ do que meramente exploratória sobre tal concepção para que não fiquemos numa discussão dos opostos do que se apresenta como bom ou ruim.

Em síntese, o conceito de transculturalismo tem sua reflexão guiada sobre uma crítica ao multiculturalismo, portanto discute que a representação das culturas deve ocorrer considerando suas diferenças e reconhecendo que suas características ultrapassem o local, onde alcancem uma representação global.

Como afirma McLaren (2000, p. 80), precisamos buscar um olhar sobre multiculturalismo que objetive um avanço para além da lógica da escolha entre assimilação e resistência. Em outras palavras, reivindicar por um multiculturalismo não condiz em

sugerir a justaposição de várias culturas cujas fronteiras permanecem intactas, nem é aliar-se a uma atitude insípida do tipo *melting pot*, que nivelaria todas as diferenças. (A luta por uma sociedade multicultural) reside, ao invés disso, na aceitação intercultural do risco, dos desvios inesperados e das complexidades entre ruptura e fechamento (MINH-HA, 1991, p. 232 apud MCLAREN, 2000, p. 81).

Esse argumento, nos sugere afirmar que os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), devem perseguir o intercultural e pensar transculturalmente, o que é mais difícil, pois o multicultural simplifica.

Em linhas gerais, a ideia do transculturalismo visa respeitar as peculiaridades culturais das mais diversas culturas. Tal respeito implica no conhecimento mínimo das questões sociais, econômicas, éticas e linguísticas que formam uma cultura.

O transculturalismo prevê também as garantias sociais, a garantia cultural das comunidades, tendo em vista que a ênfase dada nessa perspectiva

49 Que priorize a explicação e interpretação de um ponto de vista crítica.

socioantropológica é entender que em meio aos conflitos socioculturais e políticos que separam as culturas, devemos atentar para os pontos em comum entre elas que podem potencializar diálogos menos conflituosos, mediante assim como evidenciados na concepção de multiculturalismo.

As discussões relativas às perspectivas transculturais e multiculturais, por mais que defendam análises distintas sobre os contextos culturais, trazem como referência as noções de cultura e, por conseguinte, de interpretação das culturas.

Entendemos que este último tema implica além de uma análise socioantropológica também uma análise semiótica da cultura.

Partimos da ideia de que a cultura como um universo sógnico condiciona a visão de mundo dos sujeitos numa sociedade, ao mesmo tempo em que também é condicionada pelas relações históricas, sociais, biológicas.

Ainda, a cultura reconhecida como um sistema em que interage uma diversidade de signos, é algo em contante mudança e desse modo as lentes são reprojctadas na dinâmica do sistema cultural.

Contudo, recuperamos a noção de “interpretação das culturas” em Geertz (2008), que com sua teoria interpretativa, ou hermenêutica, dá ênfase não só ao ato interpretativo, mas à reflexão que desencadeia as possibilidades de interpretações entre culturas distintas.

No escopo dessa perspectiva interpretativa entendemos que as culturas são resultados de processos semióticos, de elaboração e ressemantização de sentido que implicam relações individuais e coletivas.

Nesse aspecto, o “sentido” é para Geertz (2001) um movimento espiralado do pensamento, que não é relativista, nem absolutista, pois o primeiro inviabilizaria o julgamento, o segundo retiraria o poder da história.

Para Geertz (2008), a concepção interpretativa da cultura destaca a necessidade de verificação do sentido da cultura projetada nas práticas sociais, pois a cultura não é apenas uma questão de indumentária ou aparência, como afirma o autor.

Além de a cultura ser preconizada pelo desenvolvimento humano, ela também possui características variadas entre o próprio homem, o que leva Geertz (2008, p.

27) a argumentar: “a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão” e “um ser humano pode ser um enigma completo para outro” (GEERTZ, 2008, p. 10).

O autor segue sua reflexão em busca de elucidar sua noção de cultura e por isso relata que:

Na tentativa de alcançar uma imagem mais exata do homem, quero propor duas ideias. A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos –, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam "programas" – para governar o comportamento (GEERTZ, 2008, p. 32).

O conceito de cultura na teoria interpretativa de Geertz parte da sua intenção em destacar a integração entre o homem e cultura. Para tanto, é preciso entender que a cultura é mais do que padrões complexos de comportamento, isto é, a cultura é algo inerente ao homem, está em sua natureza. Partindo disso, o autor menciona que não haveria cultura sem homens, mas sem cultura não haveria homens (GEERTZ, 2008).

No nosso entendimento, as reflexões trazidas no mecanismo semiótico de interpretação das culturas a partir de Geertz, demonstra que “o estudo da maquinaria que os indivíduos ou grupos de indivíduos empregam para orientar a si mesmo num mundo que de outra forma seria obscuro” (GEERTZ, 2008, p. 150).

Dessa forma, esse tipo de reflexão implica um exercício semiótico que deve considerar na análise dos fenômenos culturais e da sua relação com as fronteiras sociais, tendo em vista que estas se emaranham e ao mesmo tempo se aproximam.

Sobre as fronteiras, Geertz (2001) destaca no seu texto sobre “Os usos da diversidade” que no âmbito das culturas e com base na tentativa de interpretá-la em referência com a cultura alheia é necessário reconhecer não apenas o que está próximo de um “nós”, é também importante entender os “outros”.

Em outras palavras, interpretar uma cultura é um exercício semiótico e torna-se complexo porque precisamos nos entender em relação com o outro.

Essa perspectiva demarca a crítica ao etnocentrismo marcado nos trabalhos

sobre antropologia de Malinowski e Lévi-Strauss, nos quais apresentam uma distância (tanto espacial, quanto existencial) destacada na relação entre o “nós” e os “outros”. Dessa forma, Geertz (2001, p. 81) reflete:

[...] que esses mundos e essas mentalidades alheios, em sua maioria, não estão realmente noutra lugar, mas são alternativas para nós, situadas bem perto, ‘lacunas instantâneas entre mim e os que pensam diferente de mim’, parece haver necessidade de certo reajuste de nossos hábitos retóricos e nosso sentimento de missão (GEERTZ, 2001, p. 81).

Em outro estudo denominado de “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”, Geertz (1998) destaca a importância de uma antropologia direcionada pela “hermenêutica” ou “interpretativa” na qual indica que o conhecimento assim como sua compreensão se referem aos significados localizados, próprios dos contextos culturais em que são produzidos.

Assim, Geertz (2001), critica a perspectiva de que possamos lidar com as culturas como “sistemas fechados” que nos permitiriam raciocinar que cada uma das culturas existentes no mundo possa ser pensada como passível de isolar-se de todas as outras. Nesse sentido, o autor enfatiza que:

Uma antropologia muito temerosa de destruir a integridade e a criatividades culturais, nossas e de todos os outros, por se aproximar de outras pessoas, conversar com elas e procurar apreendê-las em seu cotidiano e sua diferença, está fadada a morrer de uma inanição que não pode ser compensada por qualquer manipulação de conjuntos de dados objetivos (GEERTZ, 2001, p. 73).

Para tanto, o autor sugere que o essencial é anotar e interpretar o discurso social e não apenas dicotomizar a cultura, torná-la pedaços desprovidos de sentido.

Outra definição que segue correlacionada com a perspectiva interpretativa é a que verifica a cultura a partir de um olhar sobre a totalidade do real (COLL, 2000). Em outras palavras, para entender a cultura, em sua totalidade, identificamos o quão esta é plural e requer atenção para suas peculiaridades que dialogam com o externo, isto é, aquilo que está fora da sua semiosfera.

Com isso, Coll (2000) entende que as culturas passam a estar em toda e qualquer parte, sendo este é um fenômeno caracterizado como transculturalidade, o qual já mencionamos anteriormente.

Nesse sentido, consideramos que cada cultura explica, justifica e consolida um tipo de racionalidade que interfere diretamente no pensar, no agir, no sentir, nas memórias escolhidas e nas ideologias.

Para García Gutiérrez (2002a, p. 520), a cultura é um sistema aberto e com característica dialógica e por isso deve apresentar-se sem a presença de favoritismos.

Nesse contexto, o autor sugere em vez de multiculturalismo, o conceito de transculturalismo, pois implica um olhar transversal devendo ser posto numa essência complexa e contraditória da demarcação metacognitiva, que há, por exemplo, na classificação da memória como um elemento de representação do conhecimento humano.

O interesse pela noção de cultura se apresenta em diversos campos de estudo.

Na Organização do Conhecimento, por exemplo, temos pesquisas desenvolvidas por Smiraglia e Lee (2012), Tennis (2013), Lee (2015), que retomam a concepção de cultura, objetivando refletir sobre questões associadas à linguagem e diversidade cultural, mais precisamente para as perspectivas de garantia cultural, literária etc.

No campo da Organização do Conhecimento, recuperamos um trabalho de Lee (2015), que a partir da base teórica da Antropologia para análise do conceito de cultura e das de pesquisas adicionais como, por exemplo, sobre cultura e ética na organização do conhecimento, buscou elucidar sobre a função do conceito de cultura para a organização do conhecimento.

A ideia de Lee (2015) parte das questões da classificação e, por conseguinte das questões éticas que não estão deslocadas do fazer profissional quando da adaptação de esquemas padronizados de classificação que valorizem os contextos locais.

Em meio aos quadros de concepções apresentados por Lee (2015), a autora afirma que cultura é uma estrutura cognitiva estruturada por comunidades. Por isso a cultura é aprendida, possui o caráter dinâmico e coexistente.

Entendemos que a intenção da autora em apresentar o conceito de cultura

para o campo da Organização do Conhecimento, é por compreender que há influências mútuas entre a noção de cultura e esquemas de classificação.

Conceptualizar cultura é tarefa complexa e parece que tal dificuldade se encontra nas tentativas definitórias das noções de conhecimento e informação. A cada leitura que fazemos podemos localizar uma ideia geral ou particular sobre “cultura”.

Não obstante, consideramos, assim como assegura Nicolescu (2005, p. 117), que “cada cultura é a atualização de uma potencialidade do ser humano” em lugar e tempo determinados da terra e da história. A cultura é por nós atualizada quando nos dispomos a interpretar o mundo. É claro que, nossas interpretações são condicionadas por nossas visões sobre os outros e os contextos que não compartilhamos. Por isso, cada interpretação ocorre em lugares e tempos distintos da cultura.

Esses lugares e tempos, além de revelarem as potencialidades dos seres humanos trazem consigo a questão da identidade que é revelada a partir da cultura.

A concepção de identidade é tensa e por vezes mal compreendida. A identidade é um constructo que ora depende do que está no interior dos contextos e, determina a posição dos sujeitos e os orienta para suas escolhas e representações (CUCHE, 2002), como também é definida em relação ao que há externo nas culturas e sociedades, pois constituem uma diferença (ORTIZ, 1986).

O olhar sobre a cultura desenvolvido até aqui, está conectado com a perspectiva semiótica de Lotman (1922-1993) quando entende cultura como uma semiosfera aberta e em potencial e na matriz dialógica da linguagem de Bakhtin (1895-1975), quando defende a linguagem como um signo ideológico-social. Além da proposta da teoria interpretativa da cultura de Geertz (1926-2006), que nos presenteia com uma abordagem semiótica sobre a interpretação, sendo esta um exercício para compreender o que somos a partir do que os outros são. As possibilidades interpretativas surgem na medida em que observamos as outras culturas.

Outra discussão que consideramos enquanto base socioantropológica, – no contexto das perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento –, é a

concepção de desclassificação de García Gutiérrez.

Embora pareça confuso pensar numa desclassificação no fazer da classificação, o prefixo “des” não pressupõe desfazer ou até mesmo ignorar a classificação, mas rever as estratégias autoritárias que desprivilegiam determinados conhecimentos, por exemplo, quando definimos categorias que não estão ajustadas à realidade, aos contextos das comunidades discursivas e dessa forma não consideramos questões éticas e culturais na organização, assim como para a representação do conhecimento.

Nesse escopo, é crucial entender o que é a classificação e mais ainda o ato de classificar, que corresponde a uma tarefa árdua que requer dispor em classes tanto objetos como ideias que possuam características comuns.

Partindo do pressuposto de que as palavras possuem um poder coercitivo sobre as coisas e sobre o leitor, é coerente a busca pelas justificativas ao uso de determinadas palavras e/ou termos.

Isto posto, entendemos que a noção de desclassificação introduzida por García Gutiérrez como uma proposta de contraponto à ideia de classificação visa ser empregada amplamente na Organização do Conhecimento para que ao menos seja refletida as condições e modelos de classificação.

Para Piedade (1983) classificar é um processo mental realizado pelo homem no interesse de compreender e conhecer as coisas e ideias. Tal prática marca presença em várias áreas do conhecimento, assim como no cotidiano das pessoas, que busca a partir de suas particularidades e objetivos, um tipo de classificação que melhor se adapte a seus interesses.

Em suma, classificar, é um processo que oculta e separa conhecimentos, na medida em que privilegia determinada cultura em detrimento de outras expressões ou ideologias. Nesta mesma linha, Phillips (1955) entende que a classificação implica processos de agrupar ou separar objetos ou ideias individuais, em grupos. Para Souza (1943, p. 21), a classificação “é o arranjo dos livros em classes de assuntos, ao mesmo tempo em que se lhes destinam lugares nas estantes, de acordo com esses assuntos.”

Para Mai (2013, p. 242), as classificações refletem a realidade, que é

tendenciosa, injusta e cheia de contradições. Para o autor, é tarefa do profissional da informação buscar minimizar o dano causado por essa característica das classificações que são relativas, atreladas a contextos específicos e também culturalmente motivadas.

Olson (2002a, p. 382) entende que “A classificação é um sistema e sistemas têm limites que excluem, pois eles são como territórios finitos.” A autora se posiciona e explora o problema de classificar pelas essências, tal como muitas propostas de Organização do Conhecimento.

Reportando-se às origens da classificação, a autora ainda observa que a base da maioria dos Sistemas de Organização do Conhecimento predomina o silogismo aristotélico, aparentemente universal. Nesse sentido Olson (2001) nos remete a entender que, instituições as quais organizam o conhecimento “[...] refletem as marginalizações e exclusões da sociedade a que servem” (OLSON, 2001, p. 639). Para a autora, a estrutura imposta pela categorização dos sistemas de organização potencializa os conhecimentos que neles se encaixam, e elevam tais conhecimentos à condição de verdades, ao mesmo tempo que estes desqualificam ou anulam aqueles que não se enquadram nos modelos e categorias sustentados pelos grupos de determinam a classificação.

Em coerência com essa discussão, Gnoli (2008, p. 141) destaca como a garantia de “ponto de vista” pode ser respeitada. O autor considera que a organização da informação se dá de várias formas para comunidades distintas. Contudo, a divisão em classes principais, comum aos sistemas de classificação mais utilizados, pode ser útil para os que procuram informação dentro de tal contexto. Porém, tais sistemas não serão úteis para todos os usuários que buscam informação em contextos interdisciplinares, isto é, aqueles que não adotam a perspectiva de classificação da comunidade dominante.

Consideramos que a proposta da desclassificação, segundo os trabalhos de García Gutiérrez (2002a, 2002b, 2007, 2011a, 2011b e 2012), representa seu posicionamento que se contrapõe a posicionamentos autoritários, burocráticos e conservadores absorvidos e executados por profissionais da informação no ato de classificar e organizar o conhecimento.

Para García Gutiérrez (2011a), o processo de classificação é comumente visto como um elemento neutro e não ideológico, apesar de produzir ideologia e cultura. Assim, a classificação entendida e utilizada até agora teria em seu caráter redutor metonímico um elemento poderoso de conversão das culturas do mundo em visões parciais e tendenciosas. Portanto, a classificação implica em operações essencialistas de organização do mundo a partir de uma lógica reducionista.

A desclassificação está voltada para uma reflexão que antecede o fazer da classificação e não se caracteriza como um elemento de caráter substitutivo.

Nesse escopo, entendemos que a ideia de desclassificação traz para o campo da Organização do Conhecimento a noção de desconstrução que implica em alternativas de cunho pós-epistemológico, tendo em vista ampliar as reflexões sobre as questões que envolvem a organização e representação do conhecimento.

Tal posicionamento indica por parte de García Gutiérrez, uma perspectiva pluralista. Como bem enfatiza García Gutiérrez (2011a, p. 98, tradução nossa):

Minha reivindicação irreduzível é a [...] substituição do espírito, linguagem e procedimentos da Epistemologia da Documentação por uma Hermenêutica da Organização do Conhecimento [...] uma hermenêutica crítica e envolvida com uma produção e trocas igualitárias que redignifiquem conhecimento e memórias não percebidos.

Temos em García Gutiérrez a iniciativa de promover uma perspectiva dialógica que priorize a memória, identidade, linguagem, cultura, tecnologia e conhecimento.

A desclassificação envolve a suposição metacognitiva de uma lógica diferente, plural e não-essencialista. Ela introduz o pluralismo lógico, mundos possíveis, dúvida e contradição nas proposições, provocando um pensamento anti-dogmático (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011a). Ao contrário disso, a classificação, como tradicionalmente compreendida implica no ato de classificar, isto é, escolher uma entre outras classificações logicamente possíveis, procurando encontrar, para a escolha feita, um conjunto de razões suficientes (POMBO, 2003).

A introdução do pluralismo na classificação através do processo de desclassificação, implica uma operação que necessita a consciência da incompletude do viés e da subjetividade. A desclassificação propõe o princípio da

contradição na classificação, admitindo que “[...] uma coisa também é sempre outra coisa [...]” e que “[...] uma coisa pode sempre ser outra coisa” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011a, p. 11).

A contradição pode nos permitir a ver a lógica como uma estrutura culturalmente determinada e não universal. García Gutiérrez (2011a) defende que todas as culturas e matrizes cognitivas buscam evitar a contradição em seu interior. Também a utilizam para apontar a falha no pensamento do outro. No território da contradição que García Gutiérrez (2006) introduz a desclassificação. Para o autor:

[...] desclassificar, isto é, desmontar uma estrutura de ordenação dominante –geralmente hierárquica – implica reclassificar com parâmetros diferentes aos dessa estrutura. Como consequência, desclassificar suportaria, no limite, classificar (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 110).

Orientado por uma pragmática contextual, García Gutiérrez apresenta algumas propostas que implicam em: adotar uma teoria de conceitos abertos⁵⁰ e inacabados, que visem uma prática da desclassificação e sua aplicação nos processos de organização da memória registrada.

A ideia de uma desclassificação não foge desse interesse e pode abranger varias áreas do conhecimento, não somente a Ciência da Informação e o campo da Organização do Conhecimento.

Notamos um interesse e/ou curiosidade quanto a temática da desclassificação na Organização do Conhecimento, tendo em vista que a desclassificação vem sendo ampliada e discutida no campo em distintos trabalhos (SOARES; MARTINS e FRANCELIN, 2013; PADILHA; MONTEIRO, 2015; FARIAS; ALMEIDA, 2016 e AMORIM; BRÄSCHER, 2017).

Dessa maneira, a desclassificação também propõe alertar sobre a necessidade de reflexão crítica e ética, o que potencializa os pequenos relatos de produção sobre o tema.

Arelada à noção de desclassificação está a concepção hermenêutica que García Gutiérrez (2011a) entende como sendo uma democracia do pensamento.

50 À ideia de conceitos abertos entendemos que García Gutiérrez toma como base sobre os diversos sentidos que um conceito pode adquirir. Assim, reconhecemos que este olhar sobre a multialidade dos conceitos se refere a dinâmica dos contextos históricos, sociais e culturais e também locais, os quais influenciam na elaboração e alteração dos conceitos.

A desclassificação está relacionada com algumas concepções resgatadas da Filosofia, como a ideia de razão dialética, razão ética e política, razão imperfeita, razão contrafática, razão quântica, razão falibilista e razão paraconsistente.

O autor sugere a adoção da paraontologia tendo em vista que organizar o conhecimento a partir da ideia de que uma instância conceitual não é somente algo, mas pode também ser outra coisa. Desse modo, García Gutiérrez entende que tudo pode ser sempre outra coisa (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011a), isso dependerá o alcance do olhar.

Ao que corresponde a aplicação da desclassificação no campo da Organização do Conhecimento, mais precisamente quando se refere ao conhecimento registrado, García Gutiérrez propõe o estabelecimento de dois operadores: o operador complexo⁵¹, que trabalha para garantir de modo igualitário a expressão de todas as posições e cosmovisões a respeito de um tema; e o operador transcultural que, por sua vez, decide e executa democraticamente a partir de um consenso amplo, com revisão periódica numa síntese transcultural, baseada no levantamento feito pelo operador complexo.

Nesse sentido, a desclassificação para a Organização do Conhecimento implicaria numa prática interpretativa de revisão que envolve tanto processos complexos de tradução, como a suspensão de suposições ou transformação formal de modos que se adaptam à liberalização de uma matriz cognitiva de caráter ampla e inclusiva.

Desclassificar é propor um sistema aberto, tendo em vista a reabilitação de recursos do conhecimento por meio de uma leitura de caráter pós-epistemológico. A desclassificação supõe a introdução do pluralismo como núcleo lógico do processo de classificação. É uma operação metacognitiva e não simplesmente automática que em cada momento requer uma consciência de incompletude, assim como de vieses e subjetividade.

Nos meandros da proposta de uma desclassificação está subjacente a

51 O operador complexo representa o equilíbrio democrático e hermenêutico, pelo qual o operador transcultural busca respaldo. Quanto o operador transcultural, este é, conforme o autor, o antídoto para o relativismo do qual o operador complexo poderia ser acusado (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011a).

perspectiva do transculturalismo como superação do multiculturalismo.

O transculturalismo propõe um olhar crítico e transversal sobre os fenômenos culturais, considerando a dinâmica de construção de conhecimento a partir dos contextos culturais (GUTIÉRREZ, 2002a, 2004).

Por outro lado, o multiculturalismo se caracteriza pelas “[...] estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas e multiplicidades gerados pelas sociedades múltiplas” (HALL, 2009, p. 50). A questão da diferença é um dos pontos que norteiam tal conceito (SEMPRINI, 1999).

García Gutiérrez (2002a) defende um novo paradigma, combinando Teoria Crítica e Hermenêutica, cujo ponto de partida é a teoria e a prática da classificação na organização do conhecimento. Mais uma vez esbarramos no transculturalismo, pois este enxerga nas práticas multiculturais uma certa fragilidade no que concerne a compreensão de cultura.

Assim, é preciso que antes de propor categorizações sobre elementos culturais, deve-se entender a cultura como um sistema aberto com capacidade de interação e que não se trata de algo limitado derivado de uma análise reducionista.

Nesse sentido, a cultura se apresenta como dinâmica, tanto no aspecto da sua memória como na sua capacidade de gerar conhecimentos.

O conhecimento também entra nessa condição de ser ilimitado tal como a cultura, isto é, sofre alterações. Tal conhecimento se compõe de conceitos, mas estes não constituem células isoladas ou estáticas, por mais que se esforcem em parecer através de cálculos, formalismos, definições e reduções (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2012).

A concepção de sistema fechado através de uma lógica constitutiva e “demarcacionista” de paradigmas é desconsiderada por García Gutiérrez, e o termo “demarcação, como prática humana no campo do conhecimento, é uma aproximação utópica e desnecessária da realidade quando ela pretende sistematicamente a purificação ontológica” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002a, p. 517, tradução nossa).

Uma das características na tentativa de desclassificação, como prevê García Gutiérrez, é de alcançar uma representação digna da realidade, isto é, modelos de

representações que de fato se aproximem dos contextos.

A questão da representação é, sem dúvida, na nossa interpretação, um dos problemas que a proposta de carácter desclassificacionista busca resolver, pois é necessário abrir mão das restrições, principalmente do princípio da univocidade⁵². Estamos de acordo que os “[...] conceitos que têm que expressar com mais fidelidade o mundo são instâncias versáteis, elásticas e indomáveis”, como enfatiza García Gutiérrez (2012, p. 33, tradução nossa).

A desclassificação nos condiciona a compreender que em vez de realidades culturais simplificadas necessitamos trabalhar para construir uma ética transcultural que forneça apoio à construção social da exomemória⁵³ que utiliza categorias transculturalmente aceitáveis e um conjunto de regras que ajude a detectar preconceitos raciais, étnicos ou quaisquer outros (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002a).

Na medida em que a cultura for simplificada, reforçaremos a concepção do multiculturalismo, ou seja, se aceitarmos todas essas coisas como entidades constantes, permitindo a sua fragmentação em subconjuntos independentes e paralelos, conceberemos armações culturais limitadas e isoladas que não corresponderão à realidade (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002a).

Nas classificações, não se pode ignorar as contradições nem mesmo as polissemias existentes nos conceitos e nas linguagens, assim como em todo o processo de elaboração do conhecimento.

No cerne da proposta desclassificacionista, García Gutiérrez (2002a) enfatiza a necessidade de adoção de uma nova estrutura epistemológica social, ética e de princípios técnicos na organização do conhecimento, tendo em vista que nenhum discurso, processo cognitivo ou cultura prevaleça sobre outros e que nenhum usuário seja privilegiado em relação aos demais, além de não permitir que nenhum sistema ignore as forças antigravitacional e de escoamento, respeitando a devida coesão.

52 Que prevê apenas palavras unívocas, isto é, que se restringem a um único significado ou interpretação.

53 Por exomemória entendemos que são as múltiplas formas de registrar o conhecimento como, por exemplo, livros, fotografias, gravuras, quadros, esculturas etc. A noção de exomemória destaca-se também outras concepções atribuídas por García Gutiérrez (2002a) como conhecimento, memória compreendido como sinônimos.

García Gutiérrez (2011a) considera a desclassificação como a hermenêutica da Organização do Conhecimento, pois esta é um modo dinâmico de organização que, *a priori*, deveria satisfazer uma razão de mudança que corresponde aquela dos próprios objetos organizáveis simbólicos uma vez que, conforme o autor, a redução da paralisia cognitiva tradicional, isto é, do tipo de classificação que normalmente praticamos já foi superada.

No processo de classificar, alguns elementos caracterizam a prática da classificação. Tais elementos são apontados por García Gutiérrez (2011a, p. 8 tradução nossa) como constituintes dessa prática, são eles: a *redução metonímica*, a *redução dicotômica* e a *redução analógica*.

A *redução metonímica* é entendida como uma ferramenta epistemológica que prevê a identificação da parte com o todo. Trata-se da redução das reduções cujo objetivo é encurtar, simplificar e fragmentar. É um dos elementos que mais se destacam, pois consiste na fragmentação dos objetos classificados.

Assim, as culturas são construídas e permanecem na base de categorias imutáveis sobre a incidência de preconceitos e suposições, em que o elemento metonímico favorece a constituição e transmissão do mundo repercutindo em visões parciais e vieses mutiladores.

Na *redução dicotômica*, García Gutiérrez (2011a) destaca duas propriedades: o **deslizamento** e a **dicotomização**. A primeira envolve um movimento incontrolável que permite passar injustificadamente de uma instância a outra pelo fato de possuir representações homônimas, homográficas e homofônicas. Na dicotomização, todas as instâncias são construídas por modo de pares opostos como, por exemplo, homem/mulher, norte/sul etc.

Para *redução analógica*, García Gutiérrez compartilha de um exemplo clássico do ornitorrinco, o qual apresenta em sua taxonomia uma variedade de características que poderiam resultar numa classificação mais plural.

Neste caso, como em tantos outros, o que prevalece é a categoria mamífero, pois representa uma posição privilegiada no contexto animal, e ocasiona na desvalorização de demais classes e/ou características que pudessem explicar e desenvolver variáveis para a classificação.

A proposta da desclassificação, apesar de provocar interesse no campo da Organização do Conhecimento, ainda representa desconforto tendo em vista que a classificação tradicional estabelece uma zona de conforto entre muitos pesquisadores e profissionais do campo.

De qualquer forma, o tema de pesquisa iniciado por García Gutiérrez nos impulsiona a rever a posição epistemológica dominante na Organização do Conhecimento, e sugerir uma perspectiva alternativa e que não substitui necessariamente a noção de classificação, pois como o autor defende, o ato de desclassificar é também uma maneira de classificar (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006 e 2007).

Em suma, a perspectiva desclassificacionista nos recomenda revisar tanto as práticas interpretativas como processos complexos de tradução. Ela alerta para um compromisso de carácter metacognitivo e pluralista que auxilie ultrapassar os automatismos e preferências hierárquicas que tradicionalmente a classificação nos condiciona.

Ao desclassificar representamos o conhecimento e o tornamos acessível e compreensível. Para isso, é necessário nos permitir a autocrítica com a finalidade de alcançar um pluralismo lógico que respeite a interpretação de todo e qualquer conhecimento, construído e desenvolvido no âmbito da cultura, da memória, da linguagem e da identidade dos sujeitos envolvidos.

As discussões apresentadas pelas bases teóricas da semiótica da Cultura para Organização do Conhecimento, buscaram de algum modo sumarizar algumas reflexões semióticas e socioantropológicas, no intuito de alertar, em um primeiro momento que, o campo da Organização do Conhecimento, assim como a área da Ciência da Informação, não está dissociado das questões culturais e deve rever alguns conceitos e, interpretá-los, com um viés semiótico. Talvez seja uma das alternativas para aos poucos contribuirmos para o delineamento epistemológico do campo.

Por outro lado, esta seção nos permitiu identificar nas discussões socioculturais apresentadas, algumas questões postas como, por exemplo, a necessidade de uma representação que reveja os contextos culturais, e isso implica em reavaliar alguns

posicionamentos autoritários sobre a noção de representação para que o reconhecimento dos contextos culturais seja permitido; além da análise interpretativa da cultura e a investigação aprofundada das comunidades que serão objeto das representações.

Contudo, a questão da tradução é um outro elemento que se deve atenção pois para alcançar uma representação que pressupõe uma interpretação semiótica dos contextos das comunidades, precisamos considerar o caráter semiótico da tradução e refletir sobre tal atividade nos ambientes físico e não físicos, no sentido de ampliar as análises sobre as pluralidades das culturas e sua conexão com outras fronteiras culturais.

Entendemos que a partir disso podemos reeditar não apenas nossos posicionamentos teóricos, mas principalmente a nossa postura ética ante os processos de organização, tratamento e representação do conhecimento.

Em seguida, apresentamos uma breve análise dos tesouros.

4.3 Reflexões semioculturais dos tesouros

A seleção dos tesouros foi feita no acervo da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Marília, considerando a temática da pesquisa. No caso específico do Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira, consultamos *online*⁵⁴.

O **“tesouro de Cultura material dos índios no Brasil”**, está relacionado com o Museu Nacional do Índio, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O objetivo é unificar a linguagem para facilitar a comunicação entre os diversos acervos do Museu Nacional do Índio, propiciar a indexação e recuperação de documentos do referido museu, além de auxiliar no diálogo entre instituições que possuem acervos etnográficos.

Caracteriza-se como um tesouro monolíngue, isto é, e a maior parte dos termos estão em língua portuguesa. O foco deste tesouro é para a produção técnica de informações para profissionais, com destaque ao processamento de fundos

54 <http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/apresentacao.html>

etnográficos.

Outro aspecto é que busca tornar acessível aos grupos indígenas, informações sobre seu patrimônio cultural material. Vale dizer que identificamos este tesouro apenas na versão impressa.

A seleção dos termos está baseada em fontes bibliográficas como o “Dicionário do Artesanato Indígena⁵⁵” e a “Suma Etnológica Brasileira⁵⁶”. Os termos são apresentados em duas divisões, a sistemática e a alfabética. Na primeira estão os termos autorizados no sistema além de outros que mantêm relações como (gênero/espécie e todo/parte). Na segunda, apresenta os termos autorizados e não autorizados (não-descritores), seguindo uma ordem alfabética e os inter-relacionamentos.

Quanto à atualização deste tesouro, em sua apresentação é sugerida que seja feita a cada dois ou três anos conforme normas do Museu Nacional do Índio.

Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira se apresenta apenas na versão *online*⁵⁷. Este tesouro, possui enfoque na cultura popular brasileira e está ligado ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MinC.

O domínio é folclore e cultura popular brasileira. Nesse caso, os termos descritos nesse instrumento são guiados por um levantamento da referida temática com base nos acervos da Biblioteca Amadeu Amaral e do Museu de Folclore Edison Carneiro.

Sua estrutura se dá pela relação entre termos (relação de equivalência, hierárquica, partitiva e associativa). Também apresenta notas explicativas (notas de aplicação e notas de indexação). As relações entre termos se divide em duas (sistemática e alfabética).

Por último, o **Intrelvoc: Tesouro de Relações Internacionais** é um tesouro direcionado para o campo das Relações Internacionais. É bilíngue e possui versão

55 HARTMANN, T. Apresentação. In: RIBEIRO, B. **Dicionário de artesanato indígena**. Rio de Janeiro: Ganabara Koogan, 1995.

56 MÉTRAUX, A. Armas. In: RIBEIRO, D.; RIBEIRO, B.; MOREIRA NETO, C. de A. (Coord.). **Suma etnológica brasileira: tecnologia indígena**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FINEP, 1986.

57 <http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/apresentacao.html>

impressa e eletrônica⁵⁸. Para esta análise consultamos a versão impressa. O objetivo deste tesouro é o controle da linguagem para a indexação de documentos específicos que compõem a área das Relações Internacionais.

Apresenta relações entre conceitos cujo domínio é das Relações Internacionais. Os termos seguem uma relação semântica e cobre temáticas consideradas periféricas, que são: comunicação/cultura/sociedade; direito; energia/meio ambiente; geografia; história das relações internacionais; organizações internacionais; e teorias das relações internacionais.

Também trazemos O “**Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais**”⁵⁹, apresenta uma lista alfabética de gêneros e meios de expressão com fins na indexação de obras ficcionais. Além disso, junto aos termos este instrumento traz ícones ilustrativos os quais buscam reproduzir o contexto ao qual o termo é referido.

O objetivo é fornecer, a partir da literatura infantil, e fazendo uso de gêneros e meios de expressão, alcançar uma familiaridade entre o vocabulário do autor para com o do sistema.

A seleção dos termos toma por base três obras: *Guidelines on subject access to individual works of fiction, drama*⁶⁰, etc., além do Tesouro sobre literatura⁶¹ e cabeçalhos de assuntos⁶² do Bibliodata.

Diante da breve caracterização apresentada sobre os tesouros, seguiremos aos tópicos que correspondem aos comentários que serão desenvolvidos na análise. Esta sucinta apresentação é importante pois nos mostra, principalmente, o enfoque e objetivo desses tesouros.

É importante dizer que os comentários que serão traçados a seguir não buscam generalizar conclusões sobre o planejamento e construção do tesouro, ou

58 <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Thesaurus/sobre.html>

59 Embora não se trate de um tesouro, e sim de uma lista de cabeçalhos de assuntos, julgamos necessário trazer tal modelo de representação para destacar que a análise semiocultural traçada nesta tese pode se estender a variados formatos, podendo verificar as lacunas existentes desde a construção até a utilização dos mesmos.

60 AIKAWA, H. et al. (Org.). **Guidelines on subject access to individual works of fiction**. Chicago: ALA, 2000). Tesouro sobre literatura.

61 GOMES, H. E. et al. (Org.). **Tesouro sobre literatura**. Brasília: IBCTI, 1985.

62 REDE BIBLIODATA. **Catálogo coletivo da rede Bibliodata**. Disponível em: <www2.fgv.br/bibliodata>

de qualquer outro instrumento. Apenas buscamos, através desses exemplos destacar que precisamos rever nossas perspectivas de representação no sentido de visualizar essa ação semiótica a partir do contexto em que os sujeitos elaboram e organizam seus conhecimentos.

Porém, como esta pesquisa segue um viés semiótico-interpretativo, nos cabe ao menos delinear interpretações que estão conectadas com a subjetividade da sujeita pesquisadora para que, dessa maneira, possamos contribuir para a posteriori realizar estudos cujos enfoques considerem a necessidade de dar voz às comunidades em vista da pluralidade dos contextos culturais existentes.

Posto isto, seguimos para os comentários que objetivam desenvolver conexões com categorias semióticas e socioantropológicas, pois entendemos estas como conceitos norteadores para uma análise semiótica que contemple os contextos e as formas que o conhecimento é apresentado nas comunidades.

Para isso, destacamos dois tópicos pelos quais iremos desencadear nossas reflexões sobre os termos selecionados nos tesouros. Assim, iniciaremos com a “concepção de cultura” e posteriormente com a “linguagem e tradução”.

4.3.1 Concepção de cultura

A cultura é por nós entendida como um amplo sistema de signos criados e transformados e conseqüentemente representados em tempo e espaço, na relação entre os sujeitos e a realidade que vivenciam.

Delinear interpretações sobre determinados contextos culturais é um exercício semiótico para entender a dimensão simbólica e das linguagens imbuídas em uma comunidade e/ou grupo cultural, e a partir disso desenvolver representações sobre tais contextos, considerando-os como algo particular para cada cultura.

Quando afirmamos que os contextos são particulares reforçamos a perspectiva de identidade que valoriza os grupos sociais e por isso devem ser consultados no sentido de poder avaliar com mais afinco cada fenômeno cultural. Esta avaliação não é algo simples tampouco pode ser limitada ao olhar de quem a observa, assim como daqueles que organizam o conhecimento em um determinado

sistema.

Dar voz a uma determinada cultura é deixar que esta se expresse e assim designe representações por si mesma. A representação envolve um olhar para o outro, mas sem deixar escapar sua própria identidade, suas características, as peculiaridades que formam e se transformam ao longo da história das sociedades.

A análise dos termos que serão apresentados adiante não significa a generalização de todos os tesouros existentes como já foi dito, mas nos permite dizer que ainda há muito o que fazer quando propomos representar as realidades dos sujeitos na medida em que utilizamos de qualquer que seja o instrumento e da determinação dos termos. Por esta razão, a noção de cultura é para nós um base semiótica imprescindível para a análise dos tesouros.

Selecionamos um exemplo a partir das categorias semióticas e socioantropológicas, tendo em vista que nossas interpretações seguem em sintonia com as bases referidas no início deste tópico. Este procedimento será válido para todos os tesouros comentados abaixo.

No **Tesouro de cultura material dos índios no Brasil**, o exemplo que destacamos é do termo “**Cesto**”. Este apresenta uma definição com base na literatura, isto é, na bibliografia selecionada de especialistas sobre a cultura material indígena.

O primeiro ponto que entendemos como um preconceito, corresponde à base conceitual do termo. O tesouro busca representar a cultura material dos índios do território brasileiro, mas toma como fontes apenas a bibliografia formada por especialistas. Este fato revela um dos limites do instrumento, o próprio uso de literatura especializada, pois como representar uma determinada cultura sem ao menos consultá-la? O ideal seria deixá-la participar do processo.

É notório que uma das razões é o fato do tesouro estar ligado ao Museu Nacional do Índio e, por isso, considera prioritária a literatura que cobre os estudos sobre o índio no Brasil produzida por especialistas, etnógrafos etc. Mas, de que índios nos referimos quando da delimitação das fontes?

Sabemos que no nosso país há uma diversidade de etnias cada uma com características distintas, hábitos e costumes particulares. No entanto, um tesouro

que busca contemplar a cultura material dos índios de um determinado país, precisa esclarecer a que grupo étnico se refere e mesmo que queira ampliar aos vários tipos de comunidades indígenas é preciso entender que o “sujeito índio” não é o mesmo em todo lugar.

Isso nos leva a retomar, por exemplo, a concepção de multiculturalismo, não apenas destacando seu caráter restrito às questões étnicas, de raça, religião etc, mas para enfatizar a necessidade em compreender as diferenças culturais como uma alternativa de análise semiótica das culturas. Identificando as diferenças, reconhecendo-as, é possível transpor as particularidades das diversas culturas no sentido de propor diálogos transculturais, o que nem sempre é feito em organização do conhecimento.

Se, assim como discutido no tópico 4.2, o transculturalismo implica na necessidade de fusão cultural, é necessário entender que para que tal fusão, ou melhor, para que o diálogo aconteça, antes precisamos saber reconhecer as diferenças, pois são elas que nos constituem enquanto seres multiculturais e sociais. A organização do conhecimento padroniza muito os grupos e as culturas, isto é muito limitado.

O que queremos dizer com isso é que, em meio a diversidade de culturas indígenas, em particular no Brasil, o que as identifica não é o fato de “ser índio”, mas particularidades, hábitos, costumes, formas de comunicação, usos da linguagem e manifestação material, que por sinal é algo específico, não somente para culturas indígenas, como para todas residentes no Brasil. Os sistemas de signos que envolvem as culturas indígenas são os elementos que as definem como tal e devem constar nos instrumentos de organização do conhecimento.

Na descrição do termo citado também temos a sinalização de que este diz respeito à matéria-prima, destacando sua função para a comunidade indígena. No entanto, não apresenta termos relacionados, tendo em vista que outros existem e devem ser expressos para que a representação alcance as diversas concepções sobre o objeto descrito, o que permitiria compreender a diversidade que o artefato possui em distintos grupos indígenas.

Ainda, quando no tesauro o termo aparece denominado como “Cesto

Alguidariforme” se trata de um termo específico, porém para a nota de indexação é utilizado o termo “cesta”.

Ao nosso entender, ambos os termos (Cesto e Cesta) deveriam ser descritos compondo ao menos os termos relacionados, pois tratam do mesmo objeto, mesmo que este apresente características de fabricação diversas. Isso daria abertura para o reconhecimento da pluralidade existente na produção do artefato e no uso deste por distintas culturas indígenas.

Essa ampliação do termo, a partir de outros relacionados pode subsidiar várias interpretações respeitando a dinâmica de cada comunidade. As associações entre termos destacam o quão a cultura está condicionada por processos semióticos, ela é em si um espaço semiótico em transformação.

Com isso, as relações individuais e coletivas promovidas nos contextos culturais, assim como os conceitos produzidos e organizados em uma determinada cultura são por ela reeditados. Isso destaca que a cultura é um espaço semiótico e, por isso, não pode ser reduzida apenas como um produto da realidade.

Diante do termo recuperado, verificamos o quanto que um artefato produzido a partir do conhecimento de uma cultura tem em sua representação várias possibilidades, em se tratando de formato, função, uso e designação por parte das comunidades indígenas. A questão não é apenas a utilidade dos objetos, enquanto produto da cultura indígena, mas o conjunto de significados reunidos em tal cultura e que fazem deste um elemento de identificação.

No entanto, um detalhe que devemos nos atentar é para a questão do uso. De fato, algumas comunidades indígenas fazem uso do cesto com diversas finalidades: para pesca, para caça, no transporte de crianças etc., mas em outras um objeto como cesto/cesta vai além de seu uso, pois em inúmeras culturas indígenas o artesanato é uma forma de identificação dos grupos. Ou seja, a arte é também o meio que se utiliza para demarcar uma identidade cultural em relação a outra e este fato não tem sido considerado para se chegar a uma organização do conhecimento multicultural.

Tal fato está relacionado também com a questão regional, o ambiente onde cada comunidade indígena reside. Em outras palavras, o contexto regional, ou ainda

a semiosfera cultural, é um fator determinante no reconhecimento das culturas indígenas.

O reconhecimento do contexto pode ser revelado se assumirmos uma competência semiótica, pois a partir desse exercício semiótico, poderíamos obter o conhecimento das realidades, do olhar para o externo, isto é, de desenvolver interpretações menos limitadas sobre os contextos culturais. Mas, não tomando como princípio norteador a realidade de quem interpreta, mas de se colocar no lugar do outro para visualizar a cultura em sua pluralidade para que seja possível produzir significados sobre os fenômenos culturais úteis a organização do conhecimento.

Consideramos que, a matéria-prima, o processo de fabricação, a função e o uso determinado de um objeto é particular de cada comunidade, tendo em vista que estamos tratando a cultura indígena brasileira como múltipla embora preserve características comuns de convívio e organização das relações social, alguns hábitos específicos e exigem uma representação adequada.

Isso implica reconhecer a multiculturalidade na descrição dos termos no instrumento, pois estes devem ser ajustados com a realidade dos sujeitos, nesse caso das comunidades indígenas, pois cada grupo atribui um significado para os materiais que elaboram, por isso, precisam ser reconhecidos, como no caso do termo “cesta”.

Neste sentido, o aspecto cultural de delimitação sobre termos que fazem parte da realidade de comunidades como no caso das indígenas, não pode ser reduzido por um termo que faz sentido para um conjunto de pessoas que gerenciam o instrumento de representação, ou mesmo daqueles que selecionam e elaboram a literatura consultada.

Ao nosso entender, devemos nos valer, mais uma vez, da competência semiótica no intuito de conhecer os contextos culturais e tornar possível interpretações sobre os sistemas de signos de uma determinada cultura para, posteriormente, ter elementos suficientes que subsidiem a representação. Um caminho para isso é, antes mesmo de traçar proposições sobre as formas de organização de uma cultura, entender como cada cultura organiza seus conhecimentos destacando que ela se expresse por si mesma.

A ideia de competência semiótica revela também um diálogo com a perspectiva de antropossemiose, pois a consideramos um processo reflexivo que busca alargar as possibilidades interpretativas dos sujeitos diante de fenômenos culturais distintos, além de propor análises de si próprio.

Em outras palavras, a antropossemiose está direcionada para a competência de todo e qualquer sujeito para traçar suas interpretações e, conseqüentemente, elaborar representações de seus contextos sociais, culturais e materiais.

Essa perspectiva vale não só para uma parcela da sociedade responsável por sistematizar e organizar o conhecimento, mas para todos os atores sociais que são participantes ativos da semiosfera.

Isso nos faz retomar a questão da garantia literária e garantia do usuário comentada na seção 2, pois é importante reconhecer que as comunidades indígenas existentes no Brasil são inúmeras e cada qual carrega em sua bagagem elementos que as diferenciam, mesmo diante em um mesmo território. Na configuração do instrumento, a literatura especializada é importante, mas não deve ser determinante no momento da representação.

Por isso, reforçamos o quão é significativo levar em conta não apenas o entendimento da literatura, isto é, das fontes consultadas, mas também é preciso rever possibilidades de inserir o olhar dos sujeitos integrantes das comunidades a que o instrumento se propôs representar, eliminar os preconceitos, reduzir as barreiras linguísticas e ampliar as linguagens conforme as necessidades das comunidades, de modo que os sujeitos possam se sentir representados.

É claro que essa tarefa não é fácil, mas deve ser entendida como uma alternativa para o avanço do instrumento mediante as necessidades das comunidades. Pois consideramos o tesouro, como um meio de aproximar culturas e a partir delas gerar arranjos sobre a realidade analisada e não meramente a reprodução de modelos reducionistas que separam abstratamente conceitos.

Quando falamos em cultura, devemos compreender a multiculturalidade que se faz presente e por isso nos força a refletir sobre as diferenças que caracterizam as fronteiras entre culturas. Mais que isso, entender a cultura e seus aspectos multiculturais, como no caso da indígena, permite interpretações que exigem a

competência semiótica daqueles para qual as tarefas de organização e representação são incumbidas. Tal competência nos permite olhar a cultura e entender como ela organiza e reproduz seus conhecimentos.

Não queremos dizer com isso que os profissionais classificadores devem se tornar peritos em determinadas culturas, mas precisamos entender que qualquer que seja a cultura, esta é formada por uma realidade que se conecta ao contexto histórico, social e cultural dos sujeitos.

Portanto a cultura deve ser vista em sua dimensão maior e não reduzida. Com isso, nos voltamos à questão da interpretação das culturas. Cada cultura possui seu entendimento sobre si mesma, por isso a interpretação que se faz de outras culturas toma por base sua realidade, isto é, seu contexto.

Outra questão que nos orienta é para os meios de expressão que a cultura se utiliza. Isso é importante destacar, pois na dinâmica das sociedades, extrapolando os limites físicos de manifestação cultural, há tempos nos deparamos com a diversidade de tecnologias que impulsionam não somente as formas de representação e organização do conhecimento, mas também o modo como as culturas se identificam em relação a outras.

Portanto, apesar da delimitação cultural destacada na apresentação do termo trazido como exemplo, mencionamos outro aspecto que deve ser notado que é a diversidade de usos do termo cesto, não no sentido definatório, mas no cotidiano das culturas indígenas, que são múltiplas em diversas regiões do país.

Por esta razão entendemos que a validação de um termo necessita ser feita a partir do reconhecimento da comunidade como parte de um grupo social maior, mas que se diferencia por suas peculiaridades simbólicas, materiais e ideológicas. Os princípios de organização e representação devem contemplar as culturas como sistemas abertos que se completam numa rede semiosférica em evolução.

Para o caso do **Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira** recuperamos como exemplo o termo “**Medicina popular**”, que tem em sua apresentação uma definição ampla e considerada pertinente por este estudo. O termo genérico é “atividade ritual”, os termos associados são “farmacopéia popular”, “medicamento”, “parteira” e “planta medicinal”.

Em primeiro lugar, destacamos que o tesouro em sua apresentação, menciona que para sua elaboração contou com uma equipe multidisciplinar. Tal equipe abrange profissionais bibliotecários, cientistas sociais, antropólogos entre outros. Nota-se que desse conjunto de especialistas não há a descrição de pessoas que de fato vivem e fazem acontecer a cultura popular, ou seja, os sujeitos ativos e presentes da/na cultura popular.

A questão é: será que essa limitação implicaria na representação dos termos evidenciados na e pela cultura popular? Evidentemente, se um instrumento visa o alcance de um domínio que é tão amplo como a cultura popular, precisa aceitar que esta necessita ser representada com base no olhar dos sujeitos que dela fazem parte, isto é, dando atenção para suas formas de apresentação e organização do conhecimento. Os sujeitos devem ser convocados para validar a representação nos sistemas de organização do conhecimento, e isto não é uma prática corrente.

Nesse caso, nossa atuação enquanto mediadores é de traduzir a cultura a partir de seus fenômenos culturais, tendo em vista que a representação é nesta pesquisa entendida como uma atividade de tradução. Assim, o exercício de traduzir está relacionado com o diálogo que se deve fazer entre os profissionais, o sistema e a cultura. É preciso se distanciar da nossa zona de conforto e sair para investigar como a cultura se manifesta e como podemos auxiliar sua representação sem desmerecer suas peculiaridades.

Diante da questão exposta, podemos destacar o descaso com aqueles que de fato praticam a cultura popular. A busca da especialização como fonte imprescindível para a validação de um instrumento tem mais influência. Por esta razão, observamos incongruências quando dada a finalidade e objetivos desse instrumento.

No entanto, não desconsideramos a atuação de tais profissionais e de suas competências, mas a questão maior é entender que esses estão na posição de mediadores do conhecimento, por isso, a peça chave para a representação, como um processo semiótico, são as comunidades, os sujeitos, a cultura.

É claro que, em alguns casos, muitos profissionais e especialistas em determinados temas, são parte dessa cultura e por isso exercem um determinado conhecimento sobre as formas de apresentar uma determinada realidade.

Por outro lado, enquanto sujeitos especialistas, não podemos deixar que uma parcela de nosso conhecimento e aprendizado interfira na exposição da realidade a ser representada tendo em vista que a cultura é um campo aberto em transformação. É certo que, não somos sujeitos neutros, mas precisamos desenvolver competências com um viés semiótico para que as representações superem as barreiras imposta pelos sistemas sígnicos que utilizamos.

Consideramos que neste tesouro o termo selecionado apresenta coerência sobre os demais termos associados. Porém, um aspecto nos chama atenção, quando se fala em medicina popular, o sincretismo religioso o qual está estreitamente conectado com esta prática popular por isso, abrange uma diversidade de religiões e culturas que são parte da cultura popular e por isso protagonizam, não apenas o imaginário da sociedade, mas é presença nas práticas diárias das comunidades.

O sincretismo religioso revela em si a abertura que a cultura de caráter popular predispõe para o entendimento dos problemas apresentados no cotidiano das pessoas. Tal fato nos permite dizer que a cultura popular desenvolve em seus contextos formas de organizar os conhecimentos adquiridos nas relações multiculturais, pois há uma complementariedade entre o conhecimento de diversas culturas para o desenvolvimento de práticas curativas, tendo em vista resolver questões de ordem da saúde de uma comunidade.

Vale destacar aqui a competência semiótica dos sujeitos envolvidos com as práticas da medicina popular, pois seus conhecimentos não requerem educação formal, mas das experiências que são repassadas por gerações. As formas de lidar com as enfermidades é tratada na medicina popular como rituais que ressaltam a identidade de um povo.

Logo, o conhecimento advindo dessa realidade possui um caráter dinâmico e conseqüentemente, sua representação acarretará transformações sociais e culturais das comunidades envolvidas.

Com o sincretismo da cultura popular, também se observa a mistura de diversos elementos religiosos que coexistem resultando em um hibridismo cultural e religioso. Além da forte presença da pluralidade de religiões nas práticas da

medicina popular, esta favorece a cura ou mesmo o tratamento de determinadas enfermidades, portanto representa a busca por uma identidade cultural.

Ao nosso entender, a prática da medicina popular no Brasil se caracteriza pela dialética existente nas relações entre as religiões como, por exemplo, a cristã ocidental, a religião africana (que já é no contexto brasileiro modelizada) e os costumes e hábitos de culturas indígenas. Diante disso, compreender o termo em questão, é também perceber este em sua diversidade multicultural, o que não tem sido observado pelos sistemas de organização do conhecimento.

Vale dizer que a medicina popular, como descrita neste tesouro é uma prática ainda marginalizada dentro do país e isso reflete preconceitos fomentados por generalizações de termos e no desprezo de outros.

Isso tudo é para mencionar sobre um termo que está ausente, dentro das relações associativas que é, por exemplo, “curandeira(o)”, pois entendemos que no contexto da cultura denominada “popular brasileira” a figura da(o) curandeira(o) é uma peça fundamental no tratamento de doenças e até mesmo de males espirituais acreditados em diversas comunidades culturais, cada qual com suas formas expressivas de lidar com a cura a partir de palavras, rezas, ervas e cerimônias religiosas.

A ausência do termo caracteriza a desvalorização da figura da(o) curandeira(o) e isso fragiliza a própria concepção multicultural de cultura que visa o reconhecimento das distintas culturas em uma mesma semiosfera cultural.

Nesse aspecto entendemos que há uma necessidade em investigar de modo mais profundo o contexto das comunidades. Um método para isso é ouvir os atores sociais, é executar de fato, uma análise semiocultural.

Além disso, quando reconhecemos a cultura popular a partir de seus sistemas de signos, de sua configuração semiótica, devemos concebê-la como múltipla. Por isso poderíamos afirmar que no Brasil temos uma diversidade de “culturas populares” que precisam ser compreendidas, para que figuras como da(o) curandeira(o) não venham ser ocultadas.

Para tanto, o estudo e o levantamento de termos, sejam eles quais forem, assim como os que contemplam temas culturais, religiosos e sociais, precisam ser

revistos. Este é um exercício de modelização da cultura, pois permite a interpretação a partir de um nível semiótico que deve considerar o desenvolvimento dos signos na/da cultura.

Para o último instrumento, o **Intrelvoc: Tesouro de Relações Internacionais**, recuperamos o termo “**Cultura**”, localizado na parte correspondente ao microtesouro que engloba “Comunicação/Cultura/Sociedade”.

Observamos que o termo se apresenta sem uma definição ou nota explicativa, o que dificulta entender qual a compreensão de cultura perspectivada por este instrumento. Neste, a descrição ocorre de forma direta, isto é, não dá detalhes sobre o significado dos termos apresentados nem mesmo a que contexto está relacionado. No entanto, trás vários termos específicos e dentro destes outros são designados específicos do primeiro. Por exemplo:

NT – identidade cultural

NT1 – choque cultural

São poucas as relações associativas para o termo “Cultura” e isso ocorre com todos os demais termos descritos no tesouro. Na estrutura deste tesouro as relações associativas que se apresentam em alguns termos específicos se desdobram em vários outros. Por exemplo:

Cultura

NT – ciência

NT1 – cooperação científicas

RT – relações culturais

Vale mencionar que para a elaboração deste tesouro participaram especialistas de várias áreas como da Ciência da Informação, da Informática e das Relações Internacionais, o que caracteriza uma equipe multidisciplinar.

Como se trata de um tesouro voltado à área das Relações Internacionais esperávamos ao menos, e seria o ideal, que os termos fossem minimamente definidos para ampliar seu entendimento por parte dos sujeitos que o utiliza, tendo em vista que o grupo de pessoas que consultam o tesouro, para fins de pesquisas, compreende também de estudantes que estão se familiarizando com as temáticas da área. Evidentemente, o instrumento está limitado a especialistas e profissionais

da área e também estudantes em processo de formação.

No entanto, consideramos que a apresentação do termo junto a sua definição propiciaria o reconhecimento do(s) contexto(s) analisado(s), pois o tema da cultura é amplo e pode ter diversas interpretações. E isso pode ocorrer com diversos outros termos descritos no tesouro.

Na observação deste instrumento entendemos que uma das questões que o torna limitado do ponto de vista da sua finalidade e objetivo, é a ausência de definição dos termos.

Para tanto, não se exige aqui uma definição que abarque todos os contextos em que o termo cultura aparece, mas apenas trazer a perspectiva da ideia de cultura mencionada no instrumento. Isso serviria para os demais termos. Portanto, consideramos que tanto para a representação como para recuperação, os termos precisariam ser explicados, mesmo que de forma breve.

A explicação não estaria nesse sentido para generalizar ou reduzir a noção de cultura, mas para entender como tal termo poderá ser tratado na área evidenciando sua importância e finalidade para as Relações Internacionais.

Sobre o termo “Cultura”, percebemos que está inserido em um modelo de representação e recuperação da informação que se amplia para uma diversidade de realidades culturais e de países com costumes, ideias, hábitos e olhares distintos, tendo em vista que o campo das Relações Internacionais busca o estabelecimento de relações entre diversos povos e culturas com base na análise mundial de aspectos como: da economia, da política, de conflitos culturais etc.

Tal análise implica minimamente a atenção para questões que envolvem o multiculturalismo e também o transculturalismo. No âmbito desta área, as relações entre os termos evidenciam a necessidade de uma compreensão multicultural e mesmo transcultural frente os contextos de análises e dos estudos desenvolvidos entre países e até mesmo continentes.

Destacamos que o multiculturalismo é uma concepção presente nessa área, ou pelo menos dever ser, pois tem conexão com a ideia de fusão entre as culturas (transculturalismo), tendo em vista a soma de conhecimentos em meio as diversas realidades para entender, por exemplo, os conflitos existentes e ainda de como

planejar e propor acordos culturais.

A concepção de cultura é múltipla, assim como seu uso em diversas áreas e campos do conhecimento. Portanto, exige daqueles que a utilizam uma competência para lidar com realidades distintas. Tal competência equivale também a exercer uma gestão semiótica sobre os domínios em que os termos e conceitos são designados, para assim compreender como estes são reconhecidos e em que medida são validados em uma cultura.

Quando nos referimos à competência, estamos direcionando este exercício semiótico para o desenvolvimento de conhecimentos que devemos ter sobre a realidade, isto é, sobre o contexto no qual desencadeamos nossas análises e interpretações. Tal competência deve existir em todo o fazer humano, pois somos seres em transformação devido as relações estabelecidas em nossa cultura e também na aproximação com outras.

A ideia de uma semiose humana (antroposseiose), também se respalda nessa perspectiva semiótica, pois considera os sujeitos como um conjunto de signos que se modelam e se alteram na medida em que nos conectamos com o mundo e interagimos na cultura. A semiose humana estaria mais para um método de análise que nos permite olhar para nós e refletir sobre as interpretações que fazemos da nossa cultura e do outro.

Nesse contexto, que engloba uma diversidade de culturas, assim como de problemas sociais, políticos, econômicos etc., entendemos que os instrumentos de representação precisam atentar para infinidade de termos validados nas culturas e, por isso, não devem se limitar apenas a representação de uma realidade.

Além disso, o uso desse termo se volta para especialistas e pesquisadores da área das Relações Internacionais, cuja bagagem cultural é diversa e por isso requer o conhecimento dos contextos, não de maneira segmentada, mas de modo que se possa reconhecer a configuração da cultura em sua totalidade.

No entanto, neste instrumento verificamos que o termo cultura se apresenta apenas com a finalidade de apontar outros termos específicos cujo objetivo é traçar uma linha de raciocínio sobre os temas que são discutidos no campo das Relações Internacionais.

Se falamos em “cultura regional”, presente no tesouro, por exemplo, não podemos limitar nossa interpretação para aspectos somente do sul, ou do norte de um país. Pois o termo possui uma dimensão multi e transcultural que ultrapassa fronteiras geográficas e por isso sua compreensão implica a perspectiva dada de maneira objetiva, respeitando as particularidades e concepções de cada contexto cultural regional.

Por isso, consideramos que a ideia de cultura e suas demais relações impactam na interpretação dos contextos expressos em cada área da ciência e na sociedade em geral. A cultura como um processo, aberto e motivada pelos sujeitos e suas experiências, é um emaranhado de signos que alarga nossas capacidades interpretativas e subsidiam o fazer semiótico da Organização do Conhecimento.

No caso deste tesouro, entendemos que talvez fosse conveniente sinalizar algumas perspectivas sobre os termos apresentados dando margem para um melhor entendimento dos mesmos, ampliando as perspectivas e possibilitando as possíveis interpretações ofertadas pelos sujeitos usuários desta área.

No caso do **Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais** trazemos o exemplo do termo “**Histórias Religiosas Africanistas**”. A definição do termo não é apresentada, apenas é feita uma menção na nota explicativa, sobre religiões brasileiras de origem africana. Ainda, o termo geral é apresentado como “histórias religiosas”.

Embora a nota explicativa especifique que é para ser tomado este termo quando tratar de religiões brasileiras de origem africana, a ausência de definição é caracterizada aqui como uma barreira que pode causar confusões, pois são diversas as vertentes religiosas em matrizes africanas.

A própria denominação “africanistas” já abre discussão para a necessidade de redefinição do termo em questão. Quando nos referimos a histórias religiosas “brasilianistas” estaríamos considerando, por exemplo, as religiões brasileiras, mas que são incrementadas por tantas outras que englobam as religiões de origem cristã.

No caso das religiões “africanistas”, entendemos que representam uma hibridez, pois dialogam com religiões africanas, e com outras identificadas no

contexto de formação cultural brasileira. Nesse caso, o sufixo “ista”, designa religiões que não são essencialmente africanas, mas que foram agregadas ao contexto brasileiro considerando algumas características peculiares das religiões de matriz africana.

Tal movimento de somar culturas em um mesmo espaço é para nós uma atuação semiótica das culturas, onde temos elementos culturais distintos definidos territorialmente, mas que compartilham fenômenos culturais que caracterizam sua formação histórica e social. A ênfase semiótica que se dá para culturas é por sua capacidade de gerar significações em variados contextos, se adaptando às mudanças ocorridas na sociedade.

Isso se deve a potencialidade que as culturas possuem em ver em outras o que as definem e em que medida podem relacionar conhecimentos e trocas culturais, tendo em vista a perspectiva da transcultura que valida a noção do transculturalismo.

O delineamento que é feito a partir do referido termo, abre margem para pensar a questão multi e transcultural. Na primeira temos as noções de identidade e distinção entre culturas, uma segmentação demarcada por interesses políticos, sociais e ideológicos, que caracterizam a relação do multiculturalismo. A segunda destaca o diálogo resultante de relações de conflitos que desencadeiam na ressemantização da cultura, tanto a brasileira como a africana, isto é, a ênfase no transculturalismo.

A interpretação dada no contexto brasileiro das religiões “africanistas” nos direciona também para a noção de modelização, quando do desenvolvimento de novos textos para compreender outra realidade, trazendo elementos identificadores, mas os adaptando para outro contexto que, por sinal, já é bastante híbrido.

Na modelização não se descarta ações interpretativas sobre a cultura, pois considera na própria cultura a potencialidade de produzir mais textos com a finalidade de entender a dinâmica dos fenômenos culturais. É assim como consideramos a relação multicultural e transcultural que caracteriza o desenho das culturas africanas no contexto brasileiro.

Nessas, há identidades designadas por um conjunto de fatores, mas que

conseguem se abrir ao diálogo e, em alguma medida se fundem e sedimentam uma outra semiosfera cultural, em que novos textos da cultura vão sendo construídos.

No exemplo destacado, notamos que não há termos específicos que validem a expressividade das histórias religiosas africanas, ou mesmo africanistas. Por exemplo, o termo “Candomblé” e outro que poderia ser apresentado, a “Umbanda”, ambos devem ser compreendidos como vertentes religiosas que congregam as religiões africanas etc.

Porém, tais termos não aparecem nem ao menos com uma relação associativa. Evidentemente há nesse contexto de seleção do termo uma barreira cultural sinalizada por um preconceito que acarreta a inviabilidade de apresentação de demais termos que traduzam a realidade.

Desse modo, o instrumento acaba por desconsiderar termos que deveriam estar prioritariamente expressos, pois são caracterizações necessárias das religiões africanas brasileiras como reconhecidas no Brasil.

Notamos que no caso específico deste instrumento, e tendo em vista o propósito de atuar também como um material didático para crianças, jovens e adultos que buscam conhecer as religiões africanas em meio a sua constituição histórica, social e cultural, seria necessário ser mais exaustivo quando da expressão dos termos. Ampliar as possibilidades interpretativas é uma alternativa dada do ponto de vista semiótico.

O que verificamos é que, há na literatura utilizada para o tratamento do termo, uma incapacidade de interpretar a cultura de maneira equitativa ou eticamente sintonizada com a realidade. Não se pode forjar uma terminologia e desconectá-la de seu contexto de formação e transformação. Isso é o mesmo que desconsiderar a cultura, de mantê-la reduzida a ponto de não ser compreendida em sua totalidade.

Com essa reflexão nos voltamos à perspectiva de desclassificação que implica no alcance de interpretações que se aproximem da realidade para validação dos contextos culturais. O que destacamos da desclassificação é sua proposta de rever as nossas práticas interpretativas sobre as culturas, tal concepção está em harmonia com a ideia de tradução, pois esta última, enquanto atividade semiótica, também ressalta do exercício interpretativo sobre a realidade analisada.

No entanto, para o exemplo trazido, parece ser mais confortável tratar determinadas culturas com generalizações, deixando de reconhecer a diversidade sógnica que as configuram, por exemplo, as culturas africanas representadas no Brasil. O mais difícil e trabalhoso é buscar tratar com mais afinco as pluralidades das comunidades que compõem tal realidade, mas é uma necessidade ética.

A desconsideração de termos e conceitos voltados a uma cultura implica em reduzir a ideia de comunidades africanas a um único espaço geográfico, como por exemplo, no estado da Bahia. Contudo, temos variados grupos que se identificam e comungam da religião africana em diversas regiões desse mesmo complexo espaço semiosférico.

Ademais, é importante entender que quando nos referimos a cultura, esta é uma das bases para compreender a pluralidade de contextos que descrevem as realidades dos sujeitos. No entanto, tais realidades são resultado das relações dialéticas que implicam confrontos e acordos entre distintas culturas.

Vale ressaltar que no Brasil, devido um processo dialético e de concepção cultural, a questão africana implica, em um primeiro momento, uma interpretação multicultural que respeite as diferenças e entenda que a partir destas é possível gerar novas interpretações e até mesmo projeções sobre uma determinada cultura.

Sabemos que é um trabalho árduo analisar a cultura em suas dimensões simbólicas, da linguagem e de todos os demais sistemas de signos. Mas devemos reconhecer que só desse modo podemos enxergá-la em sua transculturalidade.

O multiculturalismo e o transculturalismo não devem ser apresentados como a propostas de um eliminar o outro. Tanto a análise multicultural como a transcultural são necessárias para o exercício da semiótica em sua dimensão cultural.

Ao longo da história brasileira as comunidades africanas se transformaram, mantendo em sua base cultural elementos que caracterizam sua cultura, mas que se mesclam com a brasileira. Toda cultura passa e passará por processos de modelização, pois isso é condição das culturas em consideração ao seu espaço, da sua semiosfera cultural.

Por essa razão, os termos nos tesouros, ou em qualquer outro recurso de representação e recuperação da informação, e sua concepção necessitam ser

revistos, reconhecidos e validados para que a representação dada a partir de um determinado instrumento esteja em sintonia com a realidade, o cotidiano dos sujeitos que se identificam com a cultura africana constituída e modelizada no contexto brasileiro.

Um das alternativas para isso é entender que, ao tratar da representação de comunidades plurais precisamos reconhecer como essas desenvolvem suas representações, é ver-se no outro para não determinar realidades fragmentadas.

A questão de identificação cultural, assim como a própria ideia de cultura deve ser revista em consideração da dinâmica das sociedades e ainda sabendo que princípios morais e éticos não podem ser descartados no instante da representação. Ainda, para a recuperação o usuário precisa e busca se identificar com os elementos expressos no sistema, de outro modo a representação não faz sentido.

A concepção de cultura trazida nesta discussão, amplia as perspectivas de representação, pois nos indica a diversidade de experiências multiculturais e transculturais dos sujeitos, e isso interfere o modo como organizam seus conhecimentos nos múltiplos espaços da cultura.

A seguir continuamos nossos comentários sobre os tesouros, tomando por base a perspectiva de linguagem e tradução.

4.3.2 Linguagem e tradução

Os contextos culturais trazem em sua bagagem o aspecto da linguagem em diversos formatos, a linguagem verbal, visual, gestual, sonora arquitetônica etc. A linguagem é um sistema semiótico da cultura, é produção coletiva e por isso subsidia a comunicação entre sujeitos em vista de representar distintas realidades culturais. Vale acrescentar que a linguagem não só representa como é representada pelos contextos das culturas.

Ligada a linguagem está a tradução como uma atividade interpretativa e não meramente como uma transposição de um código para outro. Nesse sentido, traduzir é uma ação semiótica que implica também no reconhecimento dos contextos e nas possibilidades de representação que a linguagem dispõe.

Objetivamos neste espaço, retornar aos tesouros citados anteriormente. Portanto, concentramos nossos comentários nas noções de linguagem e tradução, pois reconhecemos que essas bases semióticas são também referências para compreender o planejamento e desenvolvimento da representação e, principalmente, entender como a cultura organiza e valida seus conhecimentos.

Seguindo a ordem dos comentários, iniciamos pelo **Tesouro de cultura material dos índios no Brasil**.

Sobre a questão da linguagem, na nossa observação, este instrumento possui a problemática da representação sobre a perspectiva da linguagem exposta. É um tesouro que se propõe à representação da cultura material dos índios no contexto brasileiro, mas se apresenta como monolíngue.

Os termos são descritos apenas na língua portuguesa e, desse modo, o aspecto monolíngue neste tesouro limita a representação, pois desconsidera o multilinguismo existente entre as diversas comunidades indígenas. Destacamos também que a linguagem adotada está sedimentada com base na sua expressão verbal validada a partir de uma língua, a portuguesa.

Sobre não considerar o caráter multilíngue, enfatizamos que a nossa compreensão sobre o aspecto do multilinguismo não se reduz ao fato de um sujeito conhecer mais de uma língua, e sim de reconhecer outros sistemas que coexistem na cultura de uma comunidade, como os dialetos, as expressões da fala etc. O reconhecimento e ainda a viabilização de tais sistemas dependem de uma competência semiótica, pois é preciso identificar o contexto e reconhecer o conhecimento dado pela cultura.

O fato desse instrumento possuir o caráter monolíngue, já evidencia o preconceito para com as diversas línguas e das linguagens existentes nas mais variadas etnias indígenas dispersas no país. Nesse aspecto o instrumento põe um limite, uma barreira linguística que consideramos um problema de ordem cultural, e por conseguinte, semiótico.

Portanto, reconhecemos que a linguagem além de ser um instrumento que possibilita compreender o mundo em sua totalidade sem desmerecer as particularidades de cada contexto cultural, é também um sistema social predisposta

ao diálogo entre culturas. Por isso, não compreendemos um modelo de representação que se distancie da realidade das comunidades, isso invalida o conhecimento produzido e sistematizado pela cultura, nesse caso, as culturas indígenas.

A questão nos inquieta e nos conduz a tal comentário, tendo em vista que este instrumento visa a representação de um domínio, mas nem ao menos utiliza a linguagem das comunidades indígenas. Sendo que tais comunidades são o objeto do tesouro, assim como sua cultura material. Isso nos leva a crer que este tesouro está mais para os interesses daqueles que o planejou e produz a literatura específica, do que para a comunidade em geral e principalmente a indígena.

Dessa maneira, podemos afirmar que o tesouro deixa de lado as linguagens mais próximas da comunidade em questão, que não é apenas uma, são várias cada uma expressa por etnias distintas, mas que contemplam a totalidade do grupo e sua representatividade enquanto sujeitos sociais.

O desmerecimento de qualquer que seja o sistema de signos apresentado em uma cultura, incentiva no distanciamento, limita as relações entre outras culturas. Sobre isso, a noção de transculturalismo nos alerta à necessidade da aproximação, visando agregar conhecimentos e transpor esse em demais realidades. Ainda assim, é preciso ter consciência sobre os fenômenos que identificam uma cultura.

Esse contexto de exposição da linguagem evidenciado neste tesouro, pode ser deflagrado também pela inconsistência em compreender, por exemplo, a multiculturalidade presente nas inúmeras linguagens indígenas assim como na sua própria língua, como no caso da Anambé, a Javaé, a Tuparí etc. Cada uma dessas possuem um tronco linguístico distinto como: o Tupí e o Macro-Jê.

A partir disso, sustentamos nossa compreensão sobre as culturas indígenas no Brasil, que são inúmeras. Portanto, podemos tratar de linguagem e não apenas língua, por considerar a primeira muito mais ampla e por entendermos que há ainda muitas comunidades indígenas ágrafas e isoladas em se tratando da aproximação com a língua portuguesa. Este é um processo ainda em construção, pois a cultura se modeliza, cria e reedita novos textos, mas tal processo requer um tempo, diferente para cada realidade.

Por essa razão é que as representações não devem reduzir o signo a ponto de favorecer a literatura científica consultada para seleção dos termos. Pelo contrário, é necessário analisar como termos e conceitos são tratados pelas comunidades.

Apesar desta falha, se é que podemos assim considerar, o tesauro abre um espaço para a exposição de fotografias cujo propósito é complementar a explicação de alguns termos nele descritos. Na medida em que isso ocorre é possível discutir sobre a questão da tradução a qual está intimamente relacionadas às linguagens utilizadas. Nesse caso específico, a noção de tradução atuaria no sentido de dar forma para outras expressões da linguagem, propor uma rede de interpretações e significações que ampliem a análise dos conceitos para diversos formatos.

Nesse instrumento é possível notar que a apresentação do termo é tão limitada, embora por vezes generalizada, pois está tratando de conteúdos materiais de diversas etnias indígenas. A tradução como um processo semiótico permite avançar, do signo linguístico ao uso do signo icônico para expor de forma mais objetiva a que se refere os termos. É o caso das imagens trazidas no instrumento que buscam complementar o sentido dos termos apresentados. Porém, a apresentação das imagens (fotografias) não se estende para todos os termos.

Ao fazer isso, notamos que o instrumento se atém à necessidade de diminuir a complexidade existente no signo, com o objetivo de que este possa ser compreendido, tendo em vista ainda as múltiplas formas que o termo “cesto/cesta”, em específico, podem ser apresentados em diversas etnias.

No caso do **Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira**, consideramos que tratar a linguagem no domínio do folclore, ou melhor, da cultura popular brasileira, é um exercício semiótico que pressupõe saber que as expressões populares, desde as danças, as músicas, a culinária, as práticas religiosas etc., revelam o multiculturalismo que nos define, que identifica uma, duas e tantas comunidades dentro do mesmo espaço e tempo.

A cultura popular brasileira, da qual podemos aqui comentar, é tão sintonizada com a realidade dos sujeitos que nela podemos identificar uma infinidade de linguagens que são ao longo do tempo ressemantizadas. O próprio folclore nos

revela isso, sendo este a manifestação dos sistemas de signos da cultura. Nesse entrelaçamento entre a cultura popular e os instrumentos que as representam, não se pode descartar, as expressões assim como o conhecimento que emergem dos contextos das comunidades.

A discussão que trazemos a partir desse tesouro está intimamente ligada à perspectiva de cultura que consideramos nesta pesquisa, como um espaço aberto e dinâmico, sendo esta do ponto de vista semiótico, um processo no qual estamos inseridos como seres em transformação. Desse modo, não há como pensar o domínio da cultura popular e todos os sistemas de signos sem antes entender a dimensão destes e da diversidade de preconceitos que rodeiam a arte do popular.

Um ponto que nos chama atenção, e é para nós um problema para este instrumento, é o fato de este se limitar à literatura especializada para compor os termos e conceitos descritos no tesouro. Isso não quer dizer que seja desnecessário recorrer a especialistas, mas torna-se insuficiente a representação quando não ampliamos a delimitação dos termos e sua atualização para a competência dos sujeitos envolvidos com a cultura popular.

Assim, destacamos que há nessa discussão sobre os fenômenos culturais, duas faces da competência semiótica. A primeira se volta para os profissionais, toda equipe responsável por desenvolver o instrumento. A outra está para os sujeitos das comunidades a serem analisadas e interpretadas. É para esta que devemos atenção, pois uma cultura só poderá ser minimamente representada se as comunidades puderem atuar enquanto atores do conhecimento produzido na semiosfera cultural.

Quando visualizamos este exercício semiótico, retomamos a perspectiva da antropossemiose que, em linhas gerais, nos mostra que somos seres potenciais e devemos sempre nos predispor a avaliações sobre nossas atitudes e isso se relaciona com nossas competências interpretativas e de representação.

Se consideramos que um dos fundamentos dos instrumentos de representação é fornecer um modelo que se adéque às realidades e propicie uma aproximação dos conteúdos representados para com as comunidades, devemos então passar a considerar o olhar daqueles que se manifestam na cultura. Isso

equivale a reconhecer os personagens da cultura popular para entender a diversidade de linguagens que utilizam.

Esse reconhecimento está para a noção de tradução como uma atividade interpretativa na qual podemos exercer nossas competências mediante o instrumento desenvolvido e buscar com isso orientação para sua efetivação a partir das realidades e da competência dos sujeitos da própria cultura. Notamos a partir desse raciocínio que as bases semióticas: linguagem e a tradução se complementam e sugerem ao mesmo tempo dialogar com outras. Isso destaca o caráter semiocultural desta pesquisa.

A linguagem possui a função de apresentar o contexto da cultura. Esta mesma linguagem deve respeitar a identidade ou ainda a identificação (maneira de se reconhecer em um espaço, grupo ou comunidade) de cada grupo e isso requer da tradução uma sintonia com a diversidade de signos construídos no âmbito da cultura popular.

Devemos salientar que este instrumento apresenta avanços no âmbito da apresentação dos termos, e estes ao longo dos anos passaram por mudanças significativas, no que diz respeito às novas categorias incluídas. Além disso, para alguns termos o tesouro dispõe de *links* promovendo o acesso a arquivos de áudio e de vídeo referentes aos termos.

Embora tenha dado um passo necessário, notamos que a expressividade dos termos deve destacar a diversidade de contextos existentes, pois o folclore e a cultura popular brasileira não se restringem a uma única realidade. Em todo caso é necessário entender que a cultura popular não está fechada para um único contexto. Em cada canto do país é possível notar manifestações culturais, cada qual com suas peculiaridades sígnicas.

Afirmamos isso para destacar que quando se fala em expressão popular, cultura popular, folclore, algumas pessoas direcionam essas categorias apenas para regiões como o Nordeste e Norte do país. Claro que não, porém entendemos que por inúmeras razões essas regiões dão mais ênfase ao exercício cultural que é duramente trabalhado todos os dias.

Com isso, retomamos a perspectiva de multiculturalismo discutida nesta

pesquisa para ressaltar que se não resolvermos e não aceitarmos as diferenças, não conseguiremos idealizar qualquer que seja a forma de um transculturalismo, mesmo o considerando necessário.

Portanto, consideramos o Brasil um país continental, e de uma diversidade cultural que pode ser identificada em cada espaço. Por outro lado, muitas vezes as diferenças não são reconhecidas, assim expressões, termos entre tantos outros elementos culturais, são deslocados da realidade.

Para concluir este tópico voltamos ao **Intrelvoc: Tesouro de Relações Internacionais**.

Como dito em sua apresentação, este instrumento é caracterizado como bilíngue, isto é, os termos estão em dois idiomas: o português e inglês. No entanto, essa caracterização, retrata na apresentação dos termos apenas uma tradução, entre línguas distintas.

Salientamos que o fato de ser monolíngue, bilíngue, ou mesmo multilíngue não desmerece a qualidade do instrumento, mas quando tratamos de questões que se ampliam para uma diversidade de contextos e realidades distintas é necessário que o instrumento reconheça sua representação em variados espaços independente da língua expressa.

As barreiras linguísticas devem ser enfrentadas para alcançar um avanço na representação do conhecimento. Também salientamos que além desta, as barreiras culturais precisam ser desafiadas, pois sabemos que esta interfere significativamente na comunicação entre culturas, com línguas, hábitos, linguagens distintas e formas de interpretar o mundo. Para estas, devemos se utilizar de abordagens semióticas que visem a investigação dos contextos e das fronteiras culturais das quais os fenômenos de uma determinada cultura estão condicionados.

Para a questão multilíngue, queremos enfatizar que não se trata apenas da identificação de línguas distintas entre países diferentes. O multilinguismo está presente em uma mesma semiosfera cultural. Por exemplo, o Brasil em sua formação social e cultural possui realidades multilíngues que coexistem em um mesmo território e que sofrem com o descaso e preconceito da sociedade. É o caso das línguas e códigos indígenas.

Portanto, considerar o multilinguismo ou qualquer outra forma de apresentação das línguas não é a solução para resolver problemas de representação, pois antes mesmo de ampliar tal representação a partir de diversas línguas (idiomas), é necessário compreender que na formação destas existem inúmeras outras que são deslocadas da realidade e configuram a totalidade da cultura de um país.

O reconhecimento da língua (idioma) é importante e não deve ser desconsiderada, mas o contexto pode nos mostrar muito mais sobre as problemáticas da representação que resultam em barreiras culturais.

Entendemos que para o caso deste tesouro, a questão maior está para o reconhecimento da concepção de cultura, assim como de seus sistemas de signos, como os códigos, os textos, as linguagens etc.

Pode parecer repetitivo, mas é importante salientar que em qualquer que seja o contexto de representação sempre devemos nos voltar para a cultura, seja para identificar suas linguagens, hábitos, crenças, ou mesmo para entender os sistemas políticos e econômicos de uma determinada realidade. O objetivo é que esta observação sirva como parâmetro para analisar o conjunto de conhecimento que deve ser ressaltado no fazer da representação do conhecimento.

Identificamos neste tesouro um tema central que é “relações internacionais”, e este destaca temas periféricos cujo propósito é corresponder as especialidades e disciplinas que cobrem os estudos das Relações Internacionais. Um aspecto que destacamos anteriormente, particular deste instrumento, foi a falta de definição na apresentação dos termos, como no caso de “cultura”.

No nosso entendimento, isso refrata a compreensão das linguagens adotadas, tendo em vista a dimensão e alcance dos estudos das Relações Internacionais, por exemplo, nos países do Mercosul, que é nesse caso referência para a análise das questões políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais feita a partir desta área de estudos.

A consideração das linguagens e da tradução neste tesouro implica conhecer a diversidade representada pelos países que compõem, por exemplo, o Mercosul, tendo em vista que a linguagem favorece a comunicação e diálogo, tal como referido

na perspectiva do transculturalismo.

Em consequência disso, a tradução exerce o papel de interpretar as culturas tal como são apresentadas na realidade. O aspecto da tradução implica em desconsiderar os filtros linguísticos e buscar entender a partir das fronteiras culturais os contextos de produção do conhecimento.

No entanto, a definição dos termos com base nessas realidades poderia auxiliar a interpretação dos contextos e subsidiar traduções das tradições, isto é, na formação de perspectivas interpretativas que validem a análise da cultura, considerando-a dinâmica. Isso equivale também para a análise de fenômenos políticos, econômicos, sociais, ideológicos observados pela área das Relações Internacionais.

Sobre o **Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais**, já podemos destacar um dos limites percebidos para esta lista de cabeçalho de assuntos, pois na linguagem adotada para exposição do próprio termo “histórias das religiões africanistas” não contempla, por exemplo, a questão dos dialetos que também caracterizam a cultura de matriz africana e mesmo a cultura brasileira, tão híbrida e complexa em suas dimensões regionais e periféricas.

Quando nos referimos aos dialetos entendemos estes como variações da linguagem apresentada em diversos contextos da cultura, por isso, são múltiplos em um mesmo espaço histórico e social, mas dispõe de uma flexibilidade da linguagem que traz elementos distintos e coexistem com a língua tradicional e usual de um país. Os dialetos retratam um processo de modelização da/na cultura que é ressignificada constantemente com base na diversidade cultural humana.

Com isso, podemos inferir que o modo como os termos são apresentados dada sua limitação traz uma complexidade que pode dificultar a recuperação da informação. Nesse sentido, o cuidado com a expressão definida no sistema, deve estar mais para o alcance da informação que será buscada pelo usuário e não apenas para a linguagem utilizada na indexação.

Esta é uma questão semiótica em que a noção de tradução pode auxiliar na medida em que se propõe a interpretação da cultura, isto é, do domínio que se deseja representar, levando em conta a forma como o termo ou conceito é antes

apresentado pela comunidade.

A questão dos dialetos e de várias outras expressões da cultura pode ser percebida a partir da concepção do multiculturalismo, pois é nele que podemos conhecer as identidades, as formas de identificação, enfim, as particularidades da cultura, tal como são vivenciadas. Logo, no caso específico do termo “histórias religiosas africanistas”, nos deparamos também com a perspectiva de transculturalismo que prevê o diálogo entre culturas distintas, no caso da brasileira para com a africana.

Desse diálogo a mensagem que mais expressa a noção transcultural é que, uma cultura não anule a outra e sim que somem experiências e conseqüentemente conhecimentos. Tal noção está relacionada com a desclassificação, enquanto um método de revisão das práticas interpretativas promovidas pela atividade de tradução.

Em síntese, o transculturalismo está para a análise da transculturalidade entre culturas distintas, isto é, em identificar que há diferenças e estas ultrapassam um espaço histórico e social, mas que pode haver também a fusão, na intenção de transformar as diferenças. Já o multiculturalismo evidencia as diferenças culturais numa dimensão territorial e global. Assim, temos que a mistura evidenciada entre a cultura brasileira e a africana é conseqüência da ressignificação feita por uma das partes no propósito de resgatar elementos simbólicos da cultura alheia.

Para o caso da expressão africanistas, já comentamos no tópico anterior, que tal denominação é por nós entendida como um hibridismo entre a cultura brasileira e a de matriz africana. Tal confluência, busca resgatar em cada uma das realidades culturais elementos que possam representar ambas as culturas. Se trata de um diálogo que muitas vezes pode se dar inconscientemente pelo fato de haver similaridades entre os contextos brasileiro e africano.

Desse diálogo outras tantas linguagens podem surgir, tendo em vista que o processo de formação cultural além da constituição de identidades, implica em reeditar o conhecimento assim como a linguagem de um grupo cultural. Esta é uma questão evidenciada na ideia de modelização, a qual nos indica conhecer, interpretar, criar novas configurações da cultura e reeditar conhecimentos, isto é,

gerar novos textos.

Se tratando da língua adotada neste instrumento, no caso o português, embora trate de obras ficcionais de modo geral, não amplia para outras línguas e mesmo linguagens o que caracteriza-o como monolíngue.

Não queremos dizer, com isso, que todo instrumento deva ser multilíngue ou mesmo bilíngue, mas que esteja em harmonia com o domínio que se propõe representar, pois se tratamos de uma comunidade específica, é preciso estudar tal comunidade para reconhecer e validar a sua língua e suas linguagens. Antes disso, é perceber como os sujeitos processam e organizam seus sistemas de signos em vista da elaboração de conhecimentos. Este é um princípio da ideia de tradução do ponto de vista semiótico. Vale acrescentar que a linguagem não é um signo linguístico e sim uma construção social e dialógica reelaborada no contexto dinâmico da cultura.

O que podemos dizer desta lista de cabeçalhos de assuntos, no aspecto da linguagem e tradução é que a linguagem em seu sentido plural poderia ser mais explorada, como por exemplo, com a inserção de imagens que referenciassem as histórias das religiões africanistas e isso serviria para os demais termos como “histórias indígenas” entre outros. A tradução permite que as representações alcancem outros formatos, ampliando a interpretação para além do ambiente físico.

Por esta razão enfatizamos que a representação é uma atividade interpretativa e assim como a tradução, não está dissociada da realidade que a constrói.

Portanto, a dimensão da linguagem adotada e o uso dela para se referir a outros termos associados pode ampliar as possibilidades de tradução e por conseguinte da interpretação, não apenas dos profissionais que gerenciam o instrumento como também dos usuários que acessam para diversas finalidades.

Sabemos que os comentários que buscamos traçar ao longo deste texto não se findam e nos permitem em outra oportunidade analisar demais instrumentos no intuito de apresentar interpretações que contribuam na constituição de um instrumento de representação e recuperação, como o tesouro.

Em linhas gerais, o que podemos dizer é que por mais que cada um desses

tesauros, da lista de cabeçalhos de assuntos selecionados objetivem a representação de um domínio específico, é necessária atenção para os contextos em que tais domínios se encontram assim como das linguagens que os identificam e propiciam a interpretação da(s) realidade(s).

Como já mencionamos ao longo deste texto, entendemos que uma análise semiótica da cultura busca dar atenção para os contextos das comunidade, assim como para suas maneiras de organizar o conhecimento. Por isso visa não apenas a língua, mas a linguagem.

Se tratando dos instrumentos de representação, é preciso aceitar que o conhecimento organizado pode ser transposto para contextos dinâmicos que se transformam, se modelizam em ambientes múltiplos caracterizado por várias interfaces, cujo propósito também é a representação e recuperação de informações a partir de variadas linguagens.

A dinâmica das linguagens desenvolvidas na sociedade nos remete para vários ambientes onde a representação pode se fazer presente. Com as tecnologias, surgem vários espaços de representação sejam eles virtual, digital etc, por onde os sujeitos buscam compartilhar suas experiências, em vista de disseminar conhecimento.

Nos ambientes digitais, por exemplo, podemos ter informações apresentadas de diversas formas: em fotos, filmes, sites, livros, documentos, peças de museu, em redes sociais. São linguagens de representação que alcançam significativamente um público de usuários que se identificam e buscam um mesmo conteúdo, porém em formatos múltiplos.

No entanto, tais ambientes, embora forneçam uma interatividade entre os conteúdos disponibilizados, não possuem a mesma lógica de organização de sistemas de organização do conhecimento. Assim, evidenciamos um limite dado pelas tecnologias que muitos sistemas de representação precisam superar para alcançar representações em espaços dinâmicos de comunicação.

Para o ambiente *web*, por exemplo, os tesauros não podem apenas exercer sua função, assim como em espaços físicos, dispostos pelos sistemas de recuperação da informação, com a finalidade de fornecer o controle terminológico.

A *web* se caracteriza como um espaço de comunicação aberto, por esta razão não pode se limitar ao controle de vocabulário. Embora este espaço se disponha a facilitar a configuração e apresentação do tesouro, ainda continua sendo um canal de desenvolvimento, uma vez que a *web* é dinâmica e necessita continuamente de atualizações.

Além dos comentários desenvolvidos até aqui, salientamos que as questões tecnológicas, interativas e meios de comunicação estão cada vez mais desenvolvidas. As linguagens ganham espaço em diversos formatos, como por exemplo no ambiente *web*, por meio do ciberespaço.

Porém, o que notamos é que os meios foram desenvolvidos e estão cada vez mais sendo aprimorados, mas os métodos de organização do conhecimento empregados ainda permanecem numa perspectiva analógica.

Por isso, reconhecemos a necessidade de analisar como podemos acompanhar a dinâmica contemporânea evidenciada pelas tecnologias e tentar inserir as formas de organização do conhecimento de modo que possamos oferecer e ampliar as perspectivas de representação elaborada nas comunidades.

Portanto, os aspectos da linguagem, da tradução e a concepção de cultura entendidos por um viés semiótico, nos direcionam para refletir sobre a configuração dos instrumentos de representação e recuperação da informação em vários formatos e ambientes, considerando a variedade de linguagens que podem ser empregadas para viabilizar o conhecimento das comunidades.

Contudo, é preciso considerar que a cultura em sua totalidade (todo seu sistema de signos) é dinâmica e, por conseguinte, as semioses que a partir dela forem desenvolvidas, dependem da dinâmica dos contextos culturais. Nesses estão imbuídas o hibridismo multicultural que contempla a identificação das comunidades, assim como a sua potencialidade de adaptação perante os espaços de representação.

Dito isso, seguimos para algumas considerações sobre as competências, interpretação e gestão semiótica que devem ser destacadas para o entendimento de uma análise semiocultural para Organização do Conhecimento.

4.3.3 Competências, interpretação e gestão semiótica

O objetivo deste tópico é traçar algumas sugestões, a partir de um olhar semiótico para o campo da Organização do Conhecimento, no que corresponde às questões de representação, com o propósito de fornecer reflexões em torno de uma concepção semiocultural do conhecimento com destaque a contextos culturais.

A finalidade de uma análise designada de semiocultural é elucidar não apenas a função do conceito de cultura para as práticas de organização e representação, mas propor uma revisão das formas de acessar tais comunidades, tendo por finalidade subsidiar representações dos contextos locais.

Entendemos que os processos de organizar e representar informações e conhecimentos implicam na revisão e aplicação de normas, na configuração de estruturas e sistemas para se chegar em um instrumento ideal que contemple os objetivos dos sistemas, mas que também visem as necessidades e objetivos dos usuários. Desse modo, devemos nos valer de competências para fazer acontecer a representação e posteriormente uma recuperação.

Tal competência não está limitada em apenas organizar, indexar documentos ou no trabalho mecânico desenvolvido por profissionais da informação ou mesmo no mapeamento da literatura etc., que por sinal são importantes. Mais que isso, a competência visa um processo interpretativo que nos permite deslocar nossos olhares para a diversidade de signos da cultura e por este motivo implica conhecer e reconhecer os contextos de elaboração dos sistemas culturais, e não se resume apenas no domínio de uma prática.

Por essa razão é que defendemos que a cultura não está dissociada do conhecimento que produzimos e mesmo daqueles que nos sujeitamos a organizar e representar. Por isso, deve ser analisada a partir de uma leitura mais ampla, tal como proposta na perspectiva semiótica que este estudo apresenta.

Portanto, devemos adotar uma postura semiótica na observância dos fenômenos da cultura, dos códigos, das linguagens, das traduções etc. Ao apostar em um delineamento semiótico com o apoio da Semiótica da Cultura, poderemos

avançar na análise das traduções para aproximar culturas e não segmentá-las multiculturalmente e tratar apenas do âmbito lingüístico.

A tradução, tal como entendemos neste estudo, é uma ação semiótica que viabiliza tanto a interpretação quanto a compreensão da cultura e todo seu sistema de signos. Ainda, possibilitada por outra perspectiva, que é a modelização, entendermos que a tradução é fundamental ao trabalho da Ciência da Informação.

A partir da tradução, orientada por um viés semiótico, passamos a interpretar os contextos culturais de modo que estes possam ser introduzidos nos sistemas de representação. Através da tradução também é possível enxergar a variedade de fenômenos culturais que são passíveis de análises críticas e interpretativas.

O caráter semiótico da tradução fornece ao campo da Organização do Conhecimento e a Ciência da Informação um novo olhar sobre os processos de representação do conhecimento, pois reconhece a necessidade de uma garantia cultural e pode desenvolver interpretações que favoreçam os aspectos que caracterizam a cultura, na intenção de dar evidência as particularidades culturais de distintas comunidades.

Nesse contexto, a representação, enquanto tema necessário que dá mobilidade para este estudo com sua discussão viabilizada pela Organização do Conhecimento, também se trata de um processo interpretativo, de reconhecimento dos contextos. A representação é parte das questões semióticas que buscam refletir a cultura, a linguagem e as formas de tradução.

E, sendo um exercício interpretativo, toda e qualquer representação está sujeita à subjetividade dos profissionais que a executam, pois não há neutralidade nesse processo. Somos seres políticos, sociais e trazemos em nossa bagagem cultural elementos que são agregados no nosso fazer e agir perante os outros. Por esta razão, é que não podemos nos limitar a modelos de representação a uma única realidade. Assim estaríamos desconsiderando o seu caráter semiótico e potencial.

Como entendido neste estudo, a Semiótica da Cultura representa uma das principais bases teóricas para compreender a dimensão cultural que determina o conhecimento que manifestamos de outras culturas, bem como a sua representação com o propósito de organizar o conhecimento.

No entanto, a recorrência a conceitos de diversas áreas e o não compromisso com uma única linha epistemológica, faz da Semiótica da Cultura um campo sintonizado com diversas compreensões do fenômeno cultural. Além de fornecer base teórica e conceitual, a Semiótica da Cultura subsidia o diálogo com vários outros campos do conhecimento.

Com base no exposto, pontuamos algumas sugestões que abarcam o aspecto semiótico da competência que por sinal está conectada com o exercício interpretativo e da gestão semiótica. Esta última corresponde a um dispositivo tradutório e de reconhecimento das necessidades dos sujeitos para a representação. Está relacionada com o processo de modelização, isto é, na criação de novos textos na cultura, cujo propósito é conhecer os contextos.

Em primeiro lugar, precisamos entender que a atividade de organização e representação do conhecimento deve levar em conta aspectos contextuais das comunidades e isso requer tanto dos profissionais da informação como de toda equipe envolvida no planejamento e estruturação do instrumento, uma competência semiótica.

Também, consideramos que a competência semiótica nos dá condições de elaborar interpretações sobre os contextos culturais e, a partir disso, reeditar nossas observações sobre os fenômenos culturais, tendo por base a realidade apresentada. O olhar sobre os contextos nos permite rever como que os textos são desenvolvidos na cultura, isto é, como podem ser ressemantizados e isso cabe à semiose.

Além disso, visualizamos na tradução a possibilidade de gerar novas observações da realidade, como trata a Semiótica da Cultura, quando destaca a questão da tradução da tradição. Assim, traduzir seria se comprometer eticamente em validar as realidades das comunidades no intuito de considerá-las partes significativas para o processo de representação.

Por fim, gerar o conhecimento via sistemas de organização do conhecimento é semiotizar tal conhecimento, cujo propósito é o alcance da cultura, dos seus sistemas de signos, o que caracteriza uma análise semiocultural. A ideia de semiotizar está sintonizada com a reflexão da desclassificação, pois não se trata de substituir algo, mas sim antecipar questões que subsidiam o fazer da

classificação e por conseguinte da representação.

Em linhas gerais, a perspectiva de uma desclassificação nos permite a autocrítica e esta só poderá ocorrer se nos dispusermos em respeitar a base de qualquer que seja o conhecimento, isto é, os contextos de produção deste em vista de sua representação, sabendo que o conhecimento é desenvolvido numa esfera ampla da cultura que desenvolve as linguagens, a memória em vista do reconhecimento das localidades.

Portanto, consideramos que para a elaboração do tesouro, como qualquer outro instrumento é necessário:

a) Consultar as comunidades e resgatar nessas os modos de organização de validação de seus conhecimentos;

b) Não considerar apenas o signo linguístico, pois as linguagens repertoriam de diversas formas o conhecimento para sua representação;

c) Atentar para as diferenças, dando ênfase aos aspectos multiculturais e transculturais das comunidades;

d) Compreender a importância dos contextos para o reconhecimento das culturas;

e) Fazer uso da competência semiótica para ajustar os instrumentos às realidades representadas.

Essas são algumas recomendações principais para uma análise semiocultural do conhecimento. Com isso, defendemos que organizar o conhecimento é interpretar culturas e propiciar de maneira ética o diálogo entre os sujeitos.

Descritas essas recomendações, apresentamos a seguir um quadro que resume a análise semiocultural dos tesouros.

Quadro- Síntese da análise semiocultural.

Bases Semióticas/ Bases Socioantropológicas	Análise Semiocultural
<p style="text-align: center;">Cultura, Multiculturalismo, Signo, Linguagem, Transculturalismo, Tradução, Semiose, Desclassificação, Representação, Modelização, Interpretação das culturas, Antropossemiose, Competência semiótica.</p>	<p>1- Preconceito com os termos e ênfase para a literatura especializada; Barreira cultural sinalizada pelo preconceito no uso de alguns termos; Caráter monolíngue- destaca o preconceito e limitações causadas pelas barreiras linguísticas.</p>
	<p>2- Necessidade de compreender as diferenças culturais, seus aspectos multiculturais e transculturais; Reconhecer a multiculturalidade na descrição dos termos expressos no instrumento para que sejam ajustados a realidade dos sujeitos; Interpretar os sistemas de signos de uma determinada cultura para ter elementos suficientes que subsidiem a representação.</p>
	<p>3- Compreender que as linguagens são um elemento de identificação cultural que deve ser considerada para organizar e representar o conhecimento; A competência semiótica subsidia o conhecimento das realidades e a perspectiva da desclassificação nos mobiliza rever nossas práticas interpretativas e implica na tradução da realidade.</p>

Fonte: Farias (2019)

A seguir apresentamos as considerações finais desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que a cultura, enquanto um emaranhado de signos está conectada com o nosso fazer e o nosso agir socialmente. A cultura está em “nós” e nos “outros”, (GEERTZ, 2001). Portanto, cultura e conhecimento são elementos que se cruzam frente às reflexões sobre a organização e representação do conhecimento.

Desse modo, entendemos que a cultura, assim como seus sistemas de signos, estão interligados com o conhecimento. Consideramos este último, um constructo social em que a cultura representa e é representada por seu contexto e as linguagens se encarregam de expressar as realidades. Essa forma de perceber os fenômenos culturais e do reconhecimento sobre o conhecimento em sua dinâmica parte de uma reflexão semiótica.

Salientamos que a cultura está imbricada na nossa natureza humana seja em seu aspecto físico, biológico, cosmológico, representado pelo universo semiosférico da mesma. Portanto, para toda cultura devemos permitir interpretações com base em suas pluralidades. Tais análises devem ser evidenciadas por uma perspectiva semiótica que observe a cultura em sua totalidade, mas sem perder de vista suas particularidades.

Tal perspectiva nos permite elucidar não apenas a função do conceito de cultura para as práticas de organização e representação, mas propor uma revisão destas por meio das análises de comunidades culturais, tendo por finalidade elaborar representações que estejam em sintonia com as localidades e que as valorizem.

Entendemos que o conhecimento que produzimos se difere do outro, pois esta produção ocorre em um tempo e espaço histórico e sociocultural distinto. Nossas experiências e todo o conjunto de signos que fazemos uso em sociedade são protagonistas da cultura e, por conseguinte, de nossa realidade.

Portanto, considerar a dinâmica das culturas nos incentiva a rever nossos olhares sobre o nosso contexto e o do outro. Isso poderá nos aproximar de outras culturas impedindo desenvolver conclusões fragilizadas, o que levaria a dicotomizá-

las.

Com esta pesquisa, é possível identificar que o campo da Organização do Conhecimento se mostra empenhado em discutir sobre questões linguísticas, que envolvem aspectos sociais e culturais do conhecimento.

Porém, entendemos que há uma lacuna quando se trata da valorização e reconhecimento dos contextos culturais e da linguagem. E, mesmo que não consigamos resolvê-la de imediato, que não é o caso desta pesquisa, necessitamos alargar esta problemática para que aos poucos possamos trazer contribuições do ponto de vista aplicado para a área da Ciência da Informação. Com isso, estaríamos aproximando o fazer científico com as comunidades e exercendo nossa competência social, enquanto profissionais da informação.

Por outro lado, nos confortamos com as perspectivas socioculturais que vem sendo desenvolvidas na Organização do Conhecimento, além dos estudos com implicações semióticas, que vem apontar para o que ainda há por fazer e que questões culturais que envolvem as linguagens em sentido amplo, a tradução e a representação precisam coexistir com o que já vem sendo discutido nesse campo.

A Semiótica da Cultura vem nos direcionar, tomando por base a Semiótica geral, que os fenômenos culturais devem ser levados com seriedade, principalmente quando cogitamos alternativas de representação. As reflexões e a síntese conceitual ofertada por essa linha de estudo nos mostram o quão é significativa as análises da cultura para perceber a complexidade de uma representação em um sistema de organização do conhecimento.

Por isso, consideramos que uma análise semiocultural pode favorecer no avanço para os aspectos da interpretação, da tradução e representação. Sabemos que, para isso, precisamos tomar consciência de uma competência semiótica.

Vale destacar que o campo de estudo da Semiótica da Cultura, por vezes se demonstra complexo em suas reflexões sobre os fenômenos culturais. Por isso, reconhecemos que em alguns momentos os conceitos se confundem e produzem em muitos casos relações tautológicas.

Talvez isso se deva pela trajetória interdisciplinar desse campo com outros como a Linguística, Antropologia, Sociologia, Sociolinguística etc. Não que seja algo

negativo, pelo contrário, é interessante que haja essa conexão para reconhecer que a configuração de um campo e de seus conceitos são resultado de uma relação dialética em construção. É assim como vemos a Semiótica da Cultura para o campo da Organização do Conhecimento.

Esta pesquisa foi orientada pela questão, de como a Semiótica da Cultura pode colaborar com os processos de organização e representação do conhecimento. Ao longo desta pesquisa buscamos subsídios teóricos e conceituais a partir da literatura recuperada na área para que pudéssemos chegar à resposta. Entendemos que sim, a Semiótica, a partir de suas bases, dá condições para rever as práticas de representação, no sentido de estabelecer a comunicação entre as comunidades e os conteúdos expressos nos sistemas. Mas, é necessário que os profissionais estejam dispostos a reconhecer a riqueza de conhecimentos e sua organização feita nos contextos das comunidades.

No entanto, precisou-se traçar objetivos para esta tarefa. O objetivo central desta pesquisa foi “sistematizar as bases teóricas da Semiótica da Cultura na perspectiva da Organização do Conhecimento”. Nesse sentido, para condução desse objetivo foi preciso definir quatro objetivos específicos:

“Revisar os conceitos centrais da semiótica da cultura”, (foi alcançado na seção 3 que discorreu sobre a Semiótica da Cultura, apresentando seu objeto e campo de estudo); “Relacionar fenômenos semióticos na organização e representação do conhecimento” (alcançado na seção 2, que apresenta o campo da Organização do Conhecimento); “Identificar os fundamentos teóricos das perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento” (segue em conexão com a seção 2, mais precisamente, no tópico 2.2 desta pesquisa que identificou as perspectivas socioculturais neste campo);

Por fim, “Analisar sistemas de organização do conhecimento segundo diretrizes da Semiótica da Cultura” (foi alcançado na seção 4, que ao selecionar um instrumento, o tesouro, comentamos sobre alguns termos identificados nesse modelo de representação). Orientamos nossos comentários a partir das bases semióticas e socioantropológicas, destacas na seção 4.

Não esteve entre os objetivos desta pesquisa propor uma aplicação para pôr

em prática a representação, com o intuito de que esta forneça um apoio para as comunidades e seus contextos. Tendo em vista que, um objetivo desta natureza demandaria recursos humanos e suportes tecnológicos e isso poderia comprometer a viabilidade de execução desta pesquisa em consideração ao cronograma e prazos determinados.

Apenas buscamos esclarecer que é possível chegar numa proposta como essa, por isso, que delineamos como alternativa teórica e conceitual a Semiótica da Cultura.

No entanto, o alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos, ao longo desta pesquisa, conduziu a comprovação da tese de que a Semiótica da Cultura e seu arcabouço conceitual, aliada com as perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento, possibilitam o reconhecimento de contextos culturais representados via Sistemas de Organização do Conhecimento, no intuito de favorecer não somente uma representação da realidade, mas de possibilitar a identificação das diversas culturas.

Portanto, entendemos que a Semiótica da Cultura pode sim trazer colaboração para compreensão dos contextos e da sua presença no exercício interpretativo da representação para o campo da Organização do Conhecimento.

Consideramos que a partir das reflexões e comentários desenvolvidos, a mesma contribui para a Ciência da Informação e, em particular, para o campo da Organização do Conhecimento, pois há na Semiótica da Cultura conceitos que podem ser incorporados à organização e representação do conhecimento, para uma análise semiocultural dos fenômenos culturais e dos contextos das comunidades, viabilizando uma representação ética do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMERICAN NATIONAL STANDARD/NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **ANSI/NISO Z39.19- 2005(R2010) Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies**. Bethesda: NISO Press, 2005.

AMORIM, I. S.; CAFÉ, L. M. Agenciamento e análise de domínio: um encontro possível. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 75-88, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR 14724**: trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AMORIM, I.S; BRÄSCHER, B. M. O fora da Organização do Conhecimento: considerações para a arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista ACB**, Florianópolis, v.22, n.2, abr./jul., 2017.

AQUINO, M.A; SANTANA, V. A. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **RICI:Revista Ibérico-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v.6, n.2, ago./dez., 2013.

ALMEIDA, C. C. Sobre o pensamento de Peirce e a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XI, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PPGCI/UNIRIO, 2010. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/405/265>>.

_____. **Elementos de linguística e semiologia na organização da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. 416f.

_____. A semiótica na ciência da informação brasileira: ideias e tendências. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, p. 1-27, 2016.

ARBOIT, A.E.. **O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

_____. É possível uma organização e representação do conhecimento sem partidos?. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, set./mar., 2017. Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZMxw7rbyEtsJ:revista.ibict.br/p2p/article/view/2339+&cd=3&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>>

_____.; GUIMARÃES, J. A. C. The ethics of knowledge organization and representation from a bakhtinian perspective. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 5, p. 324-331, 2015.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12.ed. :HUCITEC, 2006.

_____. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BARÁT, A. H. Knowledge Organization in the Cross-cultural and Multicultural Society. En: ARSENAUT, C. ; TENNIS, J. T. (Ed.). Cultural and identity in knowledge organization. **Advances in Knowledge Organization**. Canada: ERGON-Verlag, v. 11. 2008. p.84-90.

BARBALHO, C, R. S. Fazer semiótico: subsídios para exame do espaço concreto. **Encontros Bibli**, Florianópolis, 2º número esp., 2o sem. 2006.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual em Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001. p. 35-60.

_____. La garantía literaria: vigencia y proyección teórico-metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, VIII, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2007.

_____. **La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento**: aproximación crítica. Palabra Clave (la Plata. En línea), Universidad de la Sabana, v.1, n. 1, out. 2011.

_____. (Org.). **Diccionario de Organización del Conocimiento**: Clasificación, Indización, Terminología / Mario Barité y equipo. 5. ed. Montevideo: PRODIC, 2013.

BARROS, C. M.de. **Informação musical**:análise semiótica da experiência de não especialistas em música e as implicações teóricas na Organização do Conhecimento. 2017. 283f. Tese(Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2017.

_____. ; CAFÉ, L.M.A. Estudos da semiótica na Ciência da Informação: relatos de interdisciplinaridades. **Perspectiva em Ciência da Informação**. (Online), v.17, .p.18-33, 2012.

BEGHTOL, C. Semantic Validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems.**Library Resources & Technical Services**. v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.

_____. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies,

Journal of the American Society for Information Science and Technology, 46, n. 1, p. 30-44, 1995.

_____. Relationships in Classificatory structure and meaning. In C.A. Bean & R. Green, (eds.). **Relationships in the organization knowledge**. Dordrecht, Netherlands: Kluwer, 2001, p. 99-113.

_____. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21 century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag. 2002. p. 45-49. (Advances in Knowledge Organization, 8).

_____. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo, Perspectiva, 1972.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de: Denise Barbosa Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BUFREM, L. S.; ARBOIT, A. E.; SORRIBAS, T. Diálogo entre a teoria do Círculo de Bakhtin e a ciência da informação. **Ciência da Informação**, n. 40, v. 2, p. 145-159, maio/ago. 2011.

BRÄSCHER, B. M. Folksonomia: esquema de representação do conhecimento?. **TransInformação**, Campinas, SP, v.22, n.2, maio./ago., 2010.

_____.; CAFÉ, L.M.A. Organização do conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 16 . n. 3. p. 25 – 51, jan./ jun. 2011.

_____.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>>.

_____.; CAFÉ, L.M.A. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010.

_____.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas

linguagens. In: ROBREDO, J.; BRASCHER, M. (Org.). **Passeios pelos bosques da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 147-176. Disponível em: <<http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>>.

BRAVO, B. R. The Visibility of Women in Indexing Languages. En: **Knowledge Organization for a Global Learning Society**. BUDIN, G. ; SWERTZ, C. ; MITGUTSCH, K. (Ed.). Advances in Knowledge Organization. Austria: ERGON-Verlag, v. 10. 2006. p. 413-422.

BURKE, P. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____.; HSIA, R. PO-CHIA (Orgs.). **A tradução cultural nos primórdios da Europa moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

CABRÉ, M. T. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: _____. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y outros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra / Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999. p. 109-127.

_____. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2000.

CACALY, S. (Ed.). **Dictionnaire encyclopédique de l' information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997.

CAFÉ, L.M.A.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). **Passeios no bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 115-129. Disponível em: <<http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>>

CAFÉ, L. M. A.; LACRUZ, M. del C. A.; BARROS, C. M. de. Organização do conhecimento: análise conceitual. In: CONGRESO DEL SOCIEDAD INTERNACIONAL PARA LA ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO. CAPÍTULO ESPAÑOL, 10., 2011, Ferrol. **Actas...** Ferrol: ISKO Capítulo Español, Universidade da Corunã, 2012.

CAFÉ, L.M.A. BARROS, C.M. de; FONSECA, M.S. Organização do conhecimento: uma análise conceitual nos anais do ENANCIB. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS** v. 20, n.1 – Jan./Jun. 2014.

CAFÉ, L. ; BARROS, C. M. . Informação Musical: sistemas de classificação sob o olhar da semiótica. **Ciência da Informação** (Online), v. 431, p. 134-144, 2014.

CAFÉ, L.M.A. et al. Análise conceitual do termo organização do conhecimento em

teses brasileiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 82-113, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000023566/0c6cb26d233c3f29be0dcfc02e80fe17>>

CALEFATO, P. Language in social reproduction: sociolinguistics and sociosemiotics. **Sign Systems Studies**. v. 37, n. 1/2. 2009.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Ancib, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 5 ago. 2015.

CAMPOS, M. L. de A.; GOMES, H. E., OLIVEIRA, L. de L. As categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico. **DataGramZero** - Revista de Informação, v. 14, n. 3, jun 13. 2013 Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun13/Art_01.htm>.

CAMPOS, M.L de A.; MEDEIROS, J da S. Tesouros conceituais e metodologias de fundamentação: aspectos interdisciplinares na representação de domínios de conhecimento. In: CERVANTES, B. M.N. **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina:EDUEL, 2012.

CAMPBELL, G. Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian communities. **Knowledge Organization**, v.27, n. 3, p. 122-131. 2000.

_____. Tensions between language and discourse in north american knowledge organization, **Knowledge Organization**, v. 37, n. 1, p. 51-57. 2010.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Consumidores & cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CARMO, J.R.; KARPINSKI, C.; BRÄSCHER, M. A relação entre memória social e sociocognição: busca do contexto social na Organização do Conhecimento. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 65-85, jan./abr. 2018.

CARLAN, E. **Sistemas de Organização do Conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação**. Dissertação. UnB, Brasília, Brasil. 2010.

CARLAN, E. ; BRÄSCHER, B. M. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.4, n.2, p.53-73, ago./dez. 2011.

CARRASCOSO, J. L. A. Conocimiento y lenguaje: cuestiones fundamentales. In:

Teoría del conocimiento: sujeto, lenguaje, mundo. Síntesis, 1999, p. 169-191.

CAVALCANTI, Cordelia R. **Indexação & tesouro:** metodologia e técnicas. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978. 89 p. (Edição Preliminar)

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros e a integração de procedimentos terminográficos.** 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

CHAUMIER, J. **As técnicas documentais.** Lisboa; Publicações Europa-América, 1971.

CHARTIER, Roger. “Pierre Bordieu e a história”, **Topoi, Revista de História**, Rio de Janeiro, v.3, n.4, jan.jun. 2002, p.139-182.

CINTRA, A. M. et. al. **Para entender as linguagens documentárias.** 2.ed. rev. ampl., São Paulo: Polis, 2002.

COAN, E. I. Sociosemiótica d a cultura e discurso publicitário. **Revista Eletrônica de Linguística.** v.5, n.1, 2011. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>>

COELHO NETO, J.T. **Dicionário crítico de política cultural:** cultura e imaginário. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COLL, A. N. As Culturas não são Disciplinas: Existe o Transcultural?. In: **II Encontro Catalisador do projeto “A Evolução Transdisciplinar na Educação” do CETRANS da Escola do Futuro da USP.** São Paulo, de 8 a 11 de Junho de 2000.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURRÁS, E. **Tesouros: linguagens terminológicas.** Brasília, IBICT, 1995.

DAL' EVEDOVE, P. R. **O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural:** diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias. 2014. 259f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

DAHLBERG, I. **Ontical structures and universal classification.** Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment, 1978.

_____. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, [S.I.], v. 20, n.4, p. 211-222, 1993.

_____. Conceptual structures and systematization. **International Forum of**

Information and Documentation, [S. l.], v. 20, n. 3, p.9-24, 1995.

_____. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 33, n.1, p. 11-19, 2006.

DEELY, John. **Semiótica Básica**. São Paulo: Ática, 1990.

DIAS, C.C. A análise de domínio, as comunidades, a garantia da literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade:Estudos**, João Pessoa, PB, v.25,n.2, maio./ago., 2015.

DIAS, E.W.; NAVES, M.M.L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007.

DIETERICH, H. **Nueva, guía para la investigación científica**. México: Planeta, 2001. 237p.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DOUSA, Thomas. Everything Old is New Again: Perspectivism and Polyhierarchy in Julius O. Kaiser's Theory of Systematic Indexing, In: LUSSKY, Joan (Ed). **Proceedings** 18th Workshop of the American Society for Information Science and Technology Special Interest Group in Classification Research, Milwaukee, Wisconsin. 2007.

DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 2.ed. 1988.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 10.ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ESTEBAN NAVARRO, M.A. Construcción y mantenimiento de clasificaciones documentales. IN Pinto, María (Ed.). **Manual de clasificación documental**. Madrid: Síntesis, 1997. p. 131-174.

FARIAS, M. C. Q. da S. **A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento** : uma análise teórico-conceitual. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

_____. ALMEIDA, C. C. de. Interações entre a Semiótica da Cultura e a Organização do Conhecimento: conceitos integradores. En **XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal**, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia.

_____. ALMEIDA, C. C. de. A Desclassificação em García Gutiérrez: contribuições às

abordagens socioculturais da Organização do Conhecimento. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, ENANCIB, 20-25 de novembro, 2016, Salvador. **Anais...UFBA**, 2016.

_____.; ALMEIDA, C. C. de. Contribuições da Semiótica da Cultura para Organização do Conhecimento. In: **I Congresso ISKO Espanha e Portugal/XI Congresso ISKO Espanha**, 7-9 de novembro, 2013. Informação e/ou conhecimento; as duas faces de jano. Porto; Universidade do Porto.

_____.; ALMEIDA, C. C. de.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. A mediação no domínio do conhecimento. In: GUIMARÃES, J.A.C; DODEBEI, V. **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO Brasil; FUNDEPE, 2015. p.630-642.

_____.; BIZELLO, M. L. Memória e representação: reflexões para Organização do Conhecimento. **Scire**. v.22,n.2 jul. 2016, 99-106.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. et al. Aspectos éticos de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación y su reflejo en la organización del conocimiento. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Org.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 177-186.

Fernández-Molina, J. C.; Guimarães, J. A. C. (2002). Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. En: López-Huertas, M. J. (ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. 487-492.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FOGL, J. A relação entre o conceito de informação e o conceito de conhecimento. **International Forum On Information And Documentation**, v.1, n. 4, p. 21-24, 1999.

FLUSSER, V. **Língua e realidade**. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2007.

FUJITA, M. S. L. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1. 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/4>>

FRANCELIN, M. M.; MARTIN, M. T.; SOARES, M. S. B. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. Inf.** Campinas, v.11,n.1, p.55-71,jan./abr., 2013. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php> >

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M.J. (eds.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002a., p. 516-522. (Advances in Knowledge Organization, 8).

_____. **La memoria subrogada: mediación, cultura y conciencia en la red digital**. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2002b. Archivo em meio magnético.

_____. **Estrutura lingüística de la documentación: teoría y método**. Murcia: Universidad de Murcia, 1990.

_____. Exomemoria y cultura de frontera: hacia una ética transcultural de la mediación. **VII Congreso Internacional sobre Organización del Conocimiento** celebrado en Granada (España), 2002c.

_____. **Otra memoria es posible: estrategias descolonizadoras del archivo mundial**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

_____. **Principios de lenguaje epistemográfico: la representación del conocimiento sobre Patrimonio Histórico Andaluz**. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1998. (Cuadernos técnicos, 3).

_____. Desclassification in knowledge organization: a postepistemological essay. **TransInformação**, Campinas, v.23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011a.

_____. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011b.

_____. **Outra memória é possível: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. La descolonización de los saberes: itinerarios de paraconsistencia. In: **20 años del capítulo español de ISKO. Actas del X Congreso ISKO Capítulo Español** (Ferrol, 2011) Universidade da Coruña (España), 2012.

_____. **Desclasificados: pluralismo lógico y violencia de la clasificación**. Barcelona: Anthropos, 2007.

_____. GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Científicamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, Campinas, v. 18 n. 2, p.103-112, maio/ago., 2006.

_____. **En pedazos: en sentido de la desclasificación**. Madrid: Editorial ACCI, 2018.

- GARCÍA GUTIÉRREZ, A.; LUCAS FERNÁNDEZ, R. **Documentación automatizada en los medios informativos**. Madrid: Paraninfo, 1987.
- GARCÍA MARCO, F. J. Los contenidos y la secuencia docente de la Organización y Representación del Conocimiento: una propuesta interdisciplinar. In: GARCÍA MARCO, F. J. (Ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Librería General, p. 219-228, 1995.
- GARDIN, J.-C. Document analysis and linguistic theory. **Journal of Documentation**, v. 29, n. 2, p.137-68, June 1973.
- GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- _____. "O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa" In: O saber local. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 249-356.
- GIL LEIVA, I. **La automatización de la indización de documentos**. Gijón: Trea, 1999.
- _____. **Manual de indización**: Teoría y práctica. Spain: Biblioteconomía y Administración Cultural, 2008.
- GIL URDICIAIN, B. **Manual de lenguajes documentales**. Madrid: Noesis, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.
- GOMES, H. E. Tendências da pesquisa em Organização do Conhecimento. **Pesq. bras. Ci. Inf., Brasília**, v.2, n.1, p.60-88, jan./dez. 2009.
- GOMES, H. E. (Coord.). **Manual de elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília: PNBIES, 1990.
- GONÇALVES, J. E. **A pós-modernidade e os desafios da educação na atualidade**. Disponível em:
<<http://revista.fundacaoaprender.org.br/index.php?id=116>>
- GNOLI, Claudio. Ten Long-Term Research Questions in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, vol. 35, n. 2/.3, p. 137-149, 2008.
- GRACIOSO, L. S.; SALDANHA, G. S. **Ciência da informação e filosofia da linguagem**: da pragmática informacional à web pragmática. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.
- GUEDES, R. de M.; MOURA, M.A. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.9, n.2, set/dez. 2016. Disponível

em:<<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000021966/e40017575924d6bed6aa62a8a3e5720c>>

GINZBURG, C. **Olhos de madeira**: Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento(O.R.C): uma reflexão preliminar. Marília, 2005. 24p. Conferência apresentada na mesa-redonda: Organização do conhecimento e interdisciplinaridade. In: **Seminário: Memória, informação e organização do conhecimento**:cruzando fronteiras da identidade. Rio de Janeiro, Unirio, 25 e 26 de agosto de 2005.

GUIMARÃES, J. A. C.; BOCCATO, V. R.; PINHO, F. A.; LIMA, M. L.; BORBA, E. A.; DAMAZO, A. C.; MONÇÃO, J. L. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Ed.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 278-285.

GUIMARÃES, J. A. C. ; MILANI, S. O. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. **DataGramZero**, v.12, n.1, fev./2011.

_____. Bias in the indexing languages: theoretic approaches about feminine issues. En: GNOLI, C. ; MAZZOCCHI, F. (Ed.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**. Italy: ERGON VERLAG. 2010. p. 424- 429. (Advances in Knowledge Organization, 12).

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Reflexiones acerca de las teorías sobre ética en la representación del conocimiento. **Biblios**. Revista de bibliotecología y Ciencias de la Información . Jul./set., p. 1-12, 2008.

GUIMARÃES, J.A.C.; DOBEDEI, V. (Orgs.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. [recurso eletrônico]. Marília: ISKO- Brasil: FUNDEPE, 2012.

GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo:Centauro, 2004.

HALL, S. **Da diáspora**:identidades e mediações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p.68-75, 1996. Disponível

em:<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8697>>

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002a.

_____. Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 4, n. 53, p. 257-270, 2002b.

_____. Fundaments of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v.30, n. 2, p.87-111, 2003.

_____. Semantics and Knowledge organization. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.41, n.1,p. 367-405. 2007a. Disponível em:<http://www.academia.edu/1912560/Semantics_and_knowledge_organization>

_____. **Knowledge Organization Systems**. 2007b. Disponível em:<http://www.db.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/knowledge_organization_systems.htm>

_____. What is Knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3 p. 86-101. 2008.

_____. Theories of knowledge organization-Theories of knowledge. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 3, p 169-181. 2013.

HJØRLAND, B. **Information seeking and subject representation** : an activity-theoretical approach to information science. Westport, CT: Greenwood. 1997.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46 n. 6, p. 400-425, 1995.

HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files**. The Digital Library Federation, 2000. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.htm>>

HULME, E. W. **Principles of book classification**. Library Association Record, London, v.13, p. 354-358, 1911.

HUTCHINS, W.J. **languages of indexing and classification**. Herts: Peter Peregrinus, 1975.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integranting the views of different

cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**. v. 24, n.2, p.84-91.1997.

_____. Accessing documents and information in a world without frontiers. **The Indexer**, London, v. 21, n. 4, p. 156-159, 1999.

_____. True and tested products: thesauri on the web. **The Indexer**, London, v. 23, n. 3,p. 115-119, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. **Censo 2010**. Brasília: IBGE, 10 ago. 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 8 fev. 2019.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 25964 -1**: Thesauri for information retrieval: ISO, 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 25964 -2**. Interoperability with other vocabularies: ISO, 2011.

JAPIASSU, H.;MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Zahar. Rio de Janeiro: 2006.

JAKOBSON, R. **Lingüística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix.1995.

KULL, K. Semiotic ecology:different natures in the semiospheres. **Sign Systems Studies**, v.26, p. 366. University of Tartu Press. 1998.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 8, n.6, dez./ 2007.Disponível em:<http://www.dgz.org.br/dez07/Art_01.htm>

KROEBER, A. **O superorgânico**. In: Donald Pierson (Org). Estudos de organização social. São Paulo: Livraria Martins, 1949.

LAFUENTE, R. **Los sistemas bibliotecológicos de clasificación**. México: UNAM/ CUIB, 1993.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LARA, M. L. G.. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n.3, p. 223-226, 1993.

_____. **Representação e linguagens documentárias**: bases teórico metodológicas.

São Paulo, 1999. 208f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação)-Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. O Unicórnio (o Rinoceronte, o Ornitorrinco ...), a Análise Documentária e a Linguagem Documentária. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.2 n.6 , dez./2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez01/Art_03.htm>

_____. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.2, vp.127-139, jul./dez. 2002.

_____. Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes de organização do conhecimento. **Encontros Biblio**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 20, n. esp. 1, fev., 2015.

_____. Conceitos de Organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo tema. **Inf.Inf., Londrina**, v.16, n. 3. p.92-121, jan/jun. 2011.

LARA, M.L.G. de. MENDES, L.C. Referências socioculturais nos Sistemas de Organização do Conhecimento. **Iris - Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 3, n. especial, p. 26-44, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/236185>>

LARAIA, R. B. **Cultura**: um Conceito Antropológico. 24°. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2009.

LEE, Wan-Chen. Culture and Classification: An Introduction to Thinking about Ethical Issues of Adopting Global Classification Standards to Local Environments. **Knowledge Organization**. 42(5), 302-307.2015.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

LEFEBVRE, H. **La presencia y La Ausencia**: contribución a la teoria de las representaciones. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LOCKE, J. **Ensayo sobre el entendimiento humano**. México: FCE, 1956.

LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. 14.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Cultural impact on Knowledge Representation and Organization in a Subject Domain. En: ARSENAUT, C. ; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and identity in knowledge organization**. Advances in Knowledge Organization. Würzburg: ERGON VERLAG. v.11. p. 304-346. 2008.

_____. Análisis del dominio interdisciplinar para la representación y organización del

conocimiento. En: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. **Políticas de memória e informação: reflexões na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006, p. 209-235.

_____. Epistemological dynamics in scientific domains and their influence in knowledge Organization. En: GNOLI, C. ; MAZZOCCHI, F. (Ed.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**. Italy: ERGON VERLAG. 2010. p. 91-97. (Advances in Knowledge Organization, 12).

_____. Reflexions on multidimensional knowledge: its influence on the foundation of knowledge organization . **Knowledge Organization**, v.40, n.6, p.400-407, 2013.

LÓPEZ-HUERTAS, M.J.; CONTRERAS, E.J. Spanish research in Knowledge Organization (1992-2001). **Knowledge Organization**, v.31, n.3, p.136-150, 2004.

LOTMAN, Y. **A estrutura do texto artístico**. Tradução de Maria do Carmo V. Raposo e Alberto Raposo. Lisboa: Estampa, 1978. p. 25-71.

LOTMAN, Y. M. Sobre el concepto contemporáneo de texto. Entretextos. **Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura**, (2). nov. 2003
Disponível em:<<http://www.ugr.es/~mcaceres/entretextos/pdf/entre2/lotman.pdf> >

_____. et. al. **Ensaio de semiótica soviética**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

_____. **Universe of the mind: a semiotic theory of culture**. London: I.B. Tauris & CO. LTD, 1990.

_____. **Cultura y explosión: lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social**. España: Gedisa editorial, 1999.

_____. **La semiosfera**. In: NAVARRO, D.(Org.). **Semiótica de la cultura y del texto**. Madrid:Cátedra, 1996.

_____. Sobre o problema da tipologia da cultura. In: SCHNAIDERMAN, B.(Org.). **Semiótica Russa**.São Paulo:Perspectiva, 1979.

LOTMAN, Y; USPENSKIY, B.A.; MIHAYCHUK, G. On the semiotic mechanism of culture. **New Literary History**, v.9, n.2. pp. 211-232. 1978.

_____. USPENSKI, B. A. Sobre o mecanismo semiótico da cultura. In: **Ensaio de semiótica soviética**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

_____. ; USPENSKI, B. A. Heterogeneidad y homogeneidad de las culturas. **Entretextos**. Revista Eletrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura. n. 9, maio de 2007. Disponível em:<
<http://www.ugr.es/~mcaceres/entretextos/entre9/posticriptum.pdf>>

MACHADO, I. **Escola de Semiótica**: a experiência de Tártu-Moscú para o estudo da cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. Existe lugar para o signo na história da mídia? **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, v.35. p. 61-68. abril de 2008.

_____. **Semiótica da Cultura e Semiosfera**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

_____. Pensamento semiótico sobre a cultura. **Sofia**. Vitória,ES, v.2, n.2. ago. 2013.

_____. **Problema semiótico de pesquisa em comunicação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2016.

_____. Liminalidad e intervalo: la semiosis de los espacios culturales. **Signa. Revista de la Asociación Española de Semiótica**. UNED, pp. 19-40, 2001.

_____. “Semiótica como teoria da comunicação”. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, pp. 209-234. 2002.

_____. Cultura em campo semiótico. **REVISTA USP**, São Paulo, n.86, p. 157-166, jun./ago. 2010. Acesso em 20 de março de 2012. Disponível em www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13822/15640/

MACHADO, I. ; ROMANINI, V. Semiótica da comunicação: da semiose da natureza à cultura. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, v. 17 n. 2, p. 89 – 97, maio/agosto, 2010 Disponível em:<<http://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/.../5411>>

MAI, J. -E. The concept of subject in a semiotic light. In: SCHWARTS, C.; RORVIG, M. (ed.). **Digital Collection**: implications for users, funders, developers and maintainers. Medford, NJ: Information Today, 1997a. p. 54-64. (Proceedings of the ASIS Annual Meeting;34).

_____. The concept of subject: on problems in indexing. In: McILWAINE, I.C.(ed.). **Knowledge organization for information retrieval**: 6th International Study Conference on Classification Research. The Hague:FID, 1997b. p. 60-67. (FID, n.716).

_____. A postmodern theory of knowledge organization. In: ENCONTRO ANUAL DA ASIS. p. 547-56, 1999.

_____. Classification in a social world: bias and trust. *Journal of Documentation*, v. 66, n. 5, p. 627-642, 2010.

_____. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process. **Journal of Documentation**, London, v. 57, n.5, p.522-591, sep. 2001.

_____. Clasificación in context: relativity, reality, and representation. **Knowledge**

Organization. v.31, n. 1, p. 39-48. 2004.

_____. **Analysis in indexing**: document and domain centered approaches. *Information Processing and Management*, n. 41, p. 599–611, 2005.

_____. Ethics, Values and Morality in Contemporary Library Classifications. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 4, 2013, p. 242-253.

MARTINS, C.B. **Indexação e controlo da terminologia em bibliotecas do ensino superior politécnico em Portugal**: o sistema no instituto politécnico de Portalegre. 2014.372 p. Tese (Doutorado). Ediciones Universidad de Salamanca., 2014.

MAZZOCCHI, Fulvio. "Knowledge organization system (KOS): an introductory critical account". **Knowledge Organization**, v. 45, n.1, p. 54-78. Disponível em: <<http://www.isko.org/cyclo/kos>> Acesso em: 15 abr. 2018.

MATTELART, A.; MATTELART; M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MATURANA, R. H. Ciência e vida cotidiana: a ontologia das explicações científicas. In: **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MEADOWS, A.J. **Communicating research**. San Diego: Academic Press, 1998. 264 p.

MERRELL, F.; ANDERSON, M. 1990. Mundos variáveis, modelizações semióticas. **Face**, 3(1):29-44.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. 3.ed. São Paulo:Cortez : Instituto Paulo Freire, 2000.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 141 f.Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista,Marília, 2010.

MONTEIRO, S. D. Semiótica peirciana e a questão da informação e do conhecimento. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, 2o n. especial, p. 43-57, 2o sem. 2006a. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb>>

MONTEIRO, S. D. O ciberespaço e os mecanismos de busca: novas máquinas semióticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 31-38, jan./abr. 2006a.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A.; PICKLER, M. E. Representação e memória no

ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006b.

MOTTA, D.F. **Método relacional como nova abordagem para construção de tesouros**. Rio de Janeiro: SENAI, 1987.

MOURA, M. Ciência da Informação e semiótica: conexão de saberes. **Encontros Bibli** (UFSC), v. 2, p. 1-17, 2006.

_____. A. Signi-fica ou signi-vai? As teorias da significação no campo da Ciência da Informação. In: REIS, A. S.; CANRAL, A. M. (org.) **Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas**. Belo Horizonte: Novatus, 2007, p. 61-80.

_____. Interoperabilidade semântica e ontologia semiótica: construção e o compartilhamento de conceitos científicos em ambientes colaborativos online. **Informação & informação** (UEL. Online), v. 16, p. 165-179, 2011.

MOREIRA, M.P.; MOURA, M. A. Geração automática de tesouros: abordagem conceitual e viabilidade tecnológica. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., Florianópolis, SC, **Anais...** 2005.

MOREIRA, M.P.; MOURA, M. A. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI - Tesouro em Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**. v.7 n.4 ago. 2006.

MONTEIRO, S.D.; GIRALDES, M.J.C. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da Ciência da Informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.18, n.3, p.13-27, set./dez. 2008.

MONTAGU, A. **Introdução à antropologia**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MORRIS, C. W. **Fundamentos da teoria do signo**. Rio de Janeiro : Eldorado ; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NAUMIS PENNA, C. **Los tesouros documentales y su aplicación en la información impresa, digital y multimedia**. México: UNAM; Buenos Aires: Alfagrama, 2007.

NAUMIS P. C.; IGLESIAS M. M.T. Un lenguaje para la organización del conocimiento bibliotecológico en América Latina. In: **La Representación y la Organización del**

Conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la recuperación de la información. Actas del IV Congreso ISKO-España EOCONSID'99, Granada, 22 al 24 de abril de 1999. Granada: ISKO España, p. 81-86.

NEVEU, F. **Dicionário de ciências da linguagem.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NOVO, H.F. Representação do conhecimento ou representação conceitual? Uma investigação epistemológica no âmbito da Ciência da Informação e da filosofia nas considerações de Deleuze e Guatarri. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.7, n.3 ,p. 114-129, dez. 2013. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/9328/6939. Acesso em: 27 março 2014.

NICOLESCU, B. **O manifesto da Transdisciplinariadde.** Tradução de Lúcia de Souza, 3. ed. São Paulo: Trion, 2005.

NÖTH, W. **Panorama da semiótica de Platão a Peirce.** 4. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Panorama da semiótica de Platão a Peirce.** 4. ed. São Paulo: Annablume, 1995.

NOTH, Winfried. Iúri Lótman: cultura e suas metáforas como semiosferas auto-referenciais. In: MACHADO, I.(Org.). **Semiótica da cultura e semiosfera.** São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 2007, pp.81-95.

NÖTH, W.; SANTAELLA, L. **Introdução à semiótica.** São Paulo:Paulus, 2017.

OLIVEIRA, E. B. de. **O conceito de memória na ciência da informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação.** 2010. Tese (Doutorado em ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLSON, H. A. The Power to Name: Representation in Library Catalogs. **Signs**, The University of Chicago Press, v. 26, n. 3 p.639-668, 2001.

OLSON, H. A. **The power to name:** locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002a.

OLSON, H. A. Review article: classification and universality application and construct. **Semiotica**, v.139, n.1/4, p.377-391, 2002b.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

PADILHA, R; BARROS, C.M. de. Novas perspectivas para a classificação. **Em questão**, v.21, n.1, 2015.

PANDO, D. A. **Epistemologia da Organização da Informação:** uma análise de sua

cientificidade no contexto brasileiro. 2018. 463 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2018.

PEIRCE, C. S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul; BURKS, ARTHUR W. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958.

_____. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PEREIRA, E. C.; BUFREM, L. S. Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 20, 2. sem. 2005. Disponível em: <http://www.encontrosbibli.ufsc.br/Edicao_20/2_pereira.pdf>.

PHILLIPS, W. H. **A primer of book classification**. London: Association of Assistant Librarians, 1955. 235 p.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. rev. amp. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PIMENTA, S. M. O.; SANTANA, A. C. D. A. Multimodalidade e semiótica social: o estado da arte. In: MATTE, A. C. F. **Língua(gem), texto discurso**: entre a reflexão e a prática. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2007.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

_____. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PINTO, J. **1, 2, 3 da semiótica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

POMBO, O. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2003. Disponível em: <<http://cfcul.fc.ul.pt/textos/OP%20-%20Da%20Classificacao%20dos%20Seres%20a%20Classificacao%20dos%20Saberes.pdf>> Acesso em: maio 2016.

_____. Dispersão e unidade: para uma poética da simpatia. In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Orgs.) **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: ECA/USP, 2010. p. 29-46 Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/index.php?q=pt-br/ciencia_da_informacao/publicacoes>.

PONZIO, A.; et al. **Fundamentos de filosofia da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes,

2007.

PLAZA, J. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

RABELLO, R.; GUIMARÃES, J.A.C. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 7, Marília-SP, 19 - 22 nov. 2006.

RAFFERTY, P. The representation of knowledge in library classification schemes. **Knowledge Organization**, v. 28, n. 4, p. 180-191, 2001.

RÓNAI, P. **A tradução vivida**. Rio de Janeiro: EDUCOM, 1976.

SÁ, A.T. Ler, indexar, representar: o poder que subjaz à ordem das escolhas. **Biblios**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v.27, n.1, jun./jul., 2013.

SALDANHA, G. Entre a Retórica e a Filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, jan./jun. p. 47-67, 2011.

SALES, R. de. **Tesaurus e ontologias sob a luz da Teoria Comunicativa da Terminologia**. 2008. 164f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SALES, R. de. Suportes teóricos para pensar linguagens documentárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 95-114, jul./dez. 2007.

SAN SEGUNDO, R. A new conception of knowledge. **Knowledge Organization**, v. 31, n.2, p. 106-114, 2004.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Teoria Geral dos Signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Pioneira, 2001.

_____. **Assinatura das coisas**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In **Língua Mar**.

Criações e confrontos em português 2.ed. (Ana Maria Galano e outros, orgs.). Rio de Janeiro: FUNARTE, pp. 143-156, 1997.

SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, J. F. dos. **O que é pós-moderno**. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1986.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. S. dos. **História e memória: o caso do ferrugem**. // Revista Brasileira de História. São Paulo. 23:46, 271-295, 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

SCHIESSL, M.; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do conhecimento. In: ALVARES, Lilian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 editores, 2012, p. 49- 118.

SCHNAIDERMAN, B. **Semiótica Russa**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SHERA, J. H **Padrão, estrutura e conceituação na classificação**. Tradução de Hagar Espanha Gomes. 1957. Acesso em: 02/10/2014. Disponível em:<<http://www.conexaorio.com/bit/shera/index.htm>>

_____. An Epistemological Foundation for Libray Science In. **The Foundations of Education for Librarianship**. New York, Becker and Hayes, 1972.

_____. Epistemologia Social, Semântica e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v.1, 1977.

SIGEL, A. **The knowledge organization on internet: mini-faq**. 2000. Disponível em:<<http://index.bonn.iz-soz.de/~sigel/ISKO/wiss-org.faq.html>>.

SILVEIRA, L. F. B. **Curso de Semiótica Geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SMIRAGLIA, R. P. The progress of theory in knowledge organization. **Library Trends**, v.50, n. 3, p. 330-349, 2002.

_____. About Knowledge Organization: An Editorial. **Knowledge Organization**, v.32, n.4, p.139-140, 2005.

SMIRAGLIA, R. P.; LEE, Hur-Li. **Cultural Frames of Knowledge**. Würzburg: Ergon. 2012.

SOARES, M.S.B; MARTINS, M.T; FRANCELIN, M.M. Pluralismo lógico e epistemologia interativa como ferramenta desclassificadora do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v.11, n.1, 2013.

SOUSA, B. P. de; ALMEIDA, C. C. de. Um olhar semiótico sobre o processo de indexação: a questão da representação e do referente, **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 23-34, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12211/7755>>

SOUZA, L.S. de. **Introdução às teorias semióticas**. Petrópolis,RJ:Vozes; Salvador, BA. 2006.

SOUTO, L. F. Recuperação de informação em bases de dados: uso de tesouros. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 73-81, jan./abr. 2003.

SOUZA, J. S. de. **Classificação**: sistemas de classificação bibliográfica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

SOUSA, B. P; TOLENTINO, V. S. Aspectos machistas na organização do conhecimento; a representação da mulher em instrumentos documentário. **Info. Info**, Londrina, v.22, n.2, maio./ago., 2017.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

TÁLAMO, M. de F.G.M. **Linguagem documentária**. São Paulo: APB, 1997.

THELLEFSEN, T. L. Semiotic knowledge organization: theory and method development. **Semiotica**, v. 142, n. 1 / 4, p. 71-90, 2002.

_____. Pragmaticism and the role of terminology. **Impact**: an electronic journal on formalisation intext, media and language, abr. 2003. Disponível em:<<http://www.impact.hum.auc.dk>>

_____. Knowledge profiling: the basis for knowledge organization. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 507-514, winter 2004.

THELLEFSEN, T. L; THELLEFSEN, M. M. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 31, n. 3, p. 177-187, 2004.

TENNIS, J. T. "Ethos and Ideology of Knowledge Organization: Toward Precepts for an Engaged Knowledge Organization." **Knowledge Organization** 40: 42-9. 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

TOROP, P. Translation as translating as culture. **Sign Systems Studies**. v.30, n.2, p. 593-605, 2002.

_____. Cultural semiotics and culture. **Sign Systems Studies**. v. 27. p. 9-23, 1999.

TRASK, R.L. **DICIONÁRIO DE LINGUAGEM E LINGÜÍSTICA**. São Paulo: Contexto, 2004.

VERÓN, E. **La semiosis social**: fragmentos de uma teoría de la discursividad. Barcelona, Espãna: Gedisa editorial, 1999.

VOGEL, M.J.M **A noção de estrutura Lingüística e de processos de estruturação e sua influência nas linguagens documentais**. 2007. 124f. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZILLES, U. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Paulus, 2005.

ZALIZNIÁK, A.A.; IVÁNOV, V.V.;TOPÓROV, V.N. Sobre a possibilidade de um Estudo Tipológico-Estrutural de Alguns Sistemas Modelizantes. In: SCHAIDERMAN, B. (Org.). **Semiótica Russa**. São Paulo, Perspectiva, 1979.